

Juventudes, subjetividades e sociabilidades	Título
Luz, Lila Cristina Xavier - Compilador/a o Editor/a; Perez, Olívia - Compilador/a o Editor/a; Marinho, Rossana - Compilador/a o Editor/a;	Autor(es)
Teresina	Lugar
Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI	Editorial/Editor
2018	Fecha
	Colección
Subjetividades; Juventud; Aspectos sociales; Educación; Política;	Temas
Libro	Tipo de documento
* http://biblioteca.clacso.org/Brasil/nupec-ufpi/20200629051529/Juventudes.pdf	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.org>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.org



ORGANIZAÇÃO

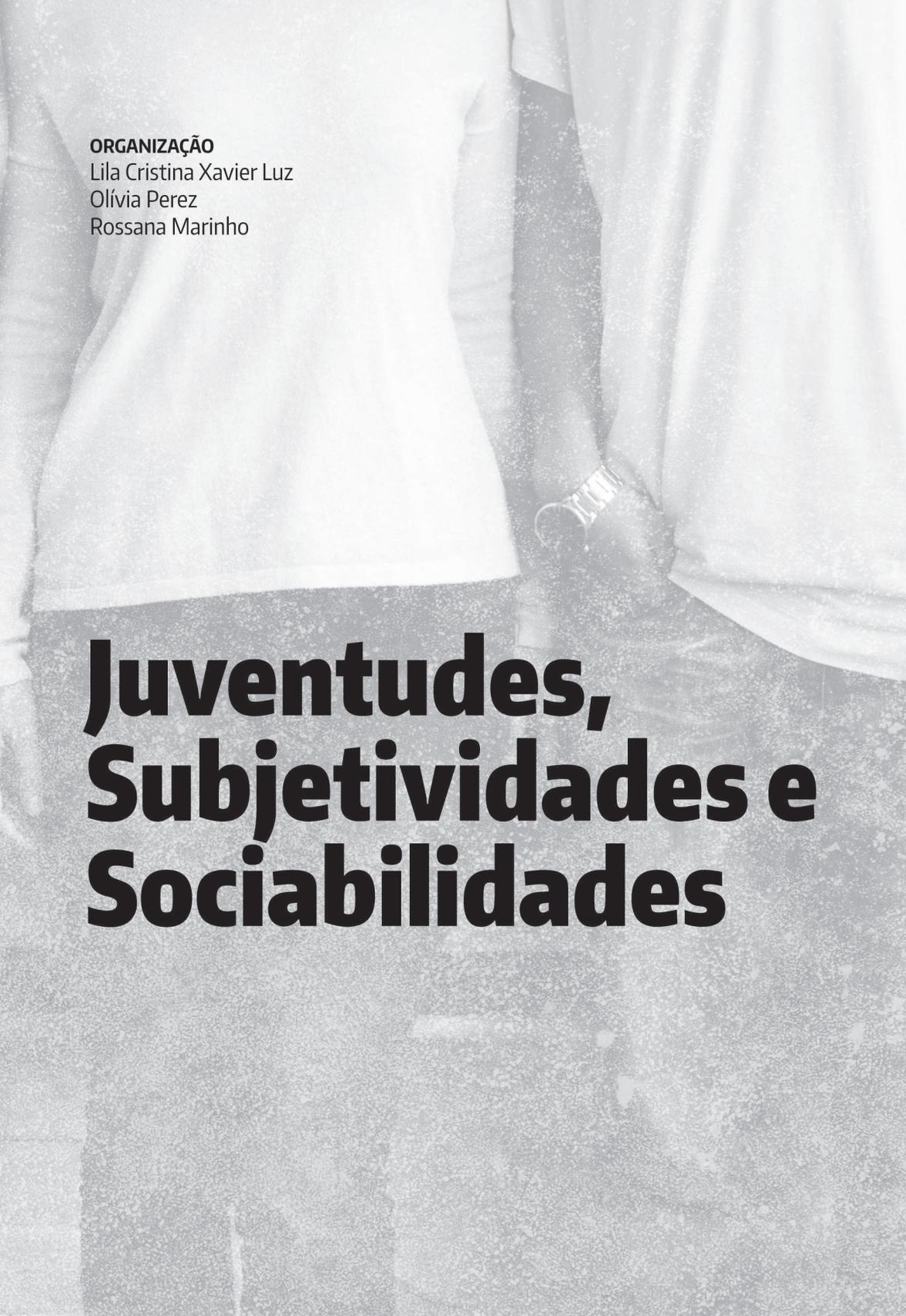
Lila Cristina Xavier Luz

Olívia Perez

Rossana Marinho

Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades





ORGANIZAÇÃO

Lila Cristina Xavier Luz

Olívia Perez

Rossana Marinho

Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades

CONSELHO EDITORIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Wilson Seraine da Silva Filho

Gustavo Fortes Said

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os Direitos Reservados

J97

Juventudes, subjetividades e sociabilidades /
organização de Lila Cristina Xavier Luz, Olívia
Perez, Rossana Marinho, – Teresina, PI: Edufpi, 2018.
270p.: il.; 22,5cm
Vários colaboradores
ISBN 978-85-5090-414-6

1. Juventude – Aspectos sociais. 2. Juventude – Educação. 3. Juventude –
Política. I. Luz, Lila Cristina Xavier (org.). II. Perez, Olívia (org.). III. Marinho,
Rossana (org.).

CDD 305.235 (22.ed)

CDU 362.8

Editora Íthala Ltda.

Rua Pedro Nolasco Pizzatto, 70

Bairro Mercês

80.710-130 – Curitiba – PR

Fone: + 55 (41) 3093-5252

Fax: + 55 (41) 3093-5257

<http://www.ithala.com.br>

E-mail: editora@ithala.com.br

Capa: Paulo Schiavon

Projeto Gráfico e Diagramação: Paulo Schiavon

Revisão: Karla Leite

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra.

ORGANIZAÇÃO

Lila Cristina Xavier Luz

Olívia Perez

Rossana Marinho

Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades



TERESINA – 2018

PREFÁCIO

“A juventude como categoria social está morrendo de êxito”, sentenciou recentemente Carles Feixa¹, em entrevista sobre o seu último livro, *De la geración@ a la #geración: la juventude en la era digital*. Essa afirmação de Feixa, menos do que a morte da juventude como categoria social, remete-nos muito mais a uma mutação do modo como a concebemos e compreendemos na contemporaneidade. Trata-se, portanto, da perda de importância de ideias como fase de transição ou instabilidade para definir os modos de ser jovem, que estariam a tornar-se, na verdade, estados de permanência. Com isso, num mundo de intensas e cada vez mais velozes transformações, a fase de instabilidade ou de crise tornar-se-ia a da vida adulta. O que se tem, portanto, é a constatação de que a noção de juventude está em constante reconfiguração. Não se trata de um conceito estático, muito menos unívoco. Daí a importância de se multiplicar os estudos sobre as juventudes, observando as mais diferentes práticas e contextos, a partir de múltiplos pontos de vista.

Essa é, justamente, a proposta do livro *Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades*, organizado por Rossana Marinho, Lila Cristina Xavier Luz e Olívia Perez. Trata-se de uma coletânea que apresenta doze contribuições que proporcionam um rico e diversificado panorama de questões fundamentais sobre os modos de ser jovem no mundo atual. A maioria dos textos traz o contexto das juventudes no estado do Piauí. No entanto há contribuições de outras localidades brasileiras, como Brasília, e mesmo de outros países da América Latina, como Colômbia e México. Dividido entre quatro temas, Escola, Subjetividades, Lazer/Sociabilidade e Política, o livro apresenta discussões bastante atuais e relevantes para o contexto brasileiro e latino-americano.

1 JONAS. “A juventude como categoria social está morrendo de êxito”. *Revista IHU on-line*, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540624-a-juventude-como-categoria-social-esta-morrendo-de-exito>>. Acesso em: 25 set. 2018.

Sobre a temática da escola, há três textos – de Ana Teles e Lila Luz; de Francisco Sales, Rossana Albuquerque e Tayná Costa; e de Danielle Sampaio – que abordam os desafios dessa instituição sob uma tripla perspectiva, a do campo de pesquisa, a da relação com o jovem e com as novas tecnologias da informação e da comunicação. Ou seja, trata-se de pensar ao mesmo tempo os desafios de se pesquisar na escola, mas de também entender qual a sua importância na vida dos jovens e os dilemas que os dispositivos tecnológicos apresentam. As problematizações apontadas confirmam-nos a perspectiva de José Gimeno Sacristán (2005) de que não há uma conversão automática do jovem em estudante e que essa última é ela também uma construção histórica.

Sobre as subjetividades, apresenta-se um aspecto bastante relevante para as vidas juvenis e, principalmente, a dos estudantes contemporâneos no Brasil, a questão da saúde mental. As dificuldades de uma sociedade pautada num desempenho maquínico impossível de ser alcançado e numa exibição constante de uma felicidade irreal, conforme a discussão de Byung-Chul Han (2015) sobre a sociedade do cansaço, tem produzido processos de adoecimento e exaustão. O que se tem, portanto, como demonstra Francisco Lima, é um quadro grave dos problemas das novas gerações em situar-se no presente e projetar seu futuro, que, em alguns casos, pode levar ao suicídio. Esse quadro afeta profundamente a saúde mental dos estudantes universitários e exige ações específicas, conforme relatam Filadelfa Sena, Daniel Machado e José Sampaio, ao tratarem dos projetos desenvolvidos na Universidade Federal do Piauí.

As práticas de lazer e sociabilidade são curiosamente abordadas no livro quase sempre numa intersecção com a questão da violência ou de certa possibilidade de estigmatização do jovem. Demonstra-se, assim, a grande tendência de o lazer juvenil, principalmente aquele das classes populares, ser representado socialmente como um espaço de perigo. Porém, defende Valéria Silva, as práticas juvenis de lazer e sociabilidade podem também ser as manobras radicais do skate para ocupar taticamente o espaço público em Teresina e garantir a construção de uma pista para essa prática. Contudo, a violência mostra-se presente, efetivamente, como forma de sociabilidade juvenil no texto de Carla Andrade sobre as gangues juvenis em Brasília, que tem como objetivo fun-

damental a busca de prestígio e honra que reafirmem certos valores da virilidade, e também no texto de Chistian Martinez, sobre as *pandillas juvenis* da Cidade do México, com seus rituais de interação face a face e suas pautas de moralidade a constituir uma experiência comum e de compartilhamento emocional.

A relação entre juventude e política é o tema que fecha o livro, com questões que incidem diretamente sobre os modos de ser jovem na sociedade atual. Entre as quais temos num dos textos, de autoria de Iara Melo e Olívia Perez, as novas formas de atuação política, em que as pautas do reconhecimento e a organização mais horizontal das relações são marcas fundamentais. Trata-se de um estudo bastante relevante sobre os coletivos de gênero em Teresina, que discute a participação política das mulheres que se organizam nas universidades e nos meios digitais. Em outra pesquisa, essa sobre organizações sociais juvenis na localidade de San Cristóbal, Colômbia, retoma-se em grande medida a ideia defendida por Rosana Reguillo (2013), de que as práticas culturais juvenis, ainda que num primeiro momento possam ser lidas como distantes de um modo tradicional de fazer política, expressam, na verdade, novas formas de atuação não institucionalizada. No capítulo de Fabrizio Lorusso, reflete-se sobre como a crise dos direitos humanos e as desigualdades sociais decorrentes da implantação de políticas neoliberais no México impactaram diretamente nas condições de vida dos jovens, precarizando-as. Contudo, há, por sua vez, também as resistências e a organização de novas formas de mobilização e ação coletiva.

Como se pode perceber, o livro tem o grande mérito de nos mostrar que a categoria juventude, além de plural, não necessariamente está evanescendo, mas sim em pleno processo de rápida e radical transformação. A morte da juventude preconizada por Feixa aponta, na verdade, para uma mudança profunda no modo como a entendemos, como fase da vida e categoria social. O que, por um lado, certamente traz inúmeros desafios para muitos segmentos sociais, além dos próprios jovens, para a escola, os pesquisadores e o próprio mundo que está a se formar. Porém, por outro lado, se pensarmos que é sobre as novas gerações que as mudanças sociais incidem mais intensamente, talvez essas novas questões que os jovens na contemporaneidade nos trazem – tão bem apresentadas em *Juventudes*,

Subjetividades e Sociabilidades – estejam apontando tanto para a crise do mundo em que vivemos como para novas potencialidades de sua renovação.

Alexandre Barbosa Pereira

Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Unifesp, Campus Guarulhos. Graduado (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela USP. Mestre (2005) e Doutor (2010) em Antropologia Social pela USP. Pesquisador associado ao Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, ao Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da UNIFESP e ao Laboratório Interdisciplinar de Ciências Humanas, Sociais e Saúde da UNIFESP. Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia Urbana, Antropologia da Educação e Antropologia da Juventude, sobre os seguintes temas: espaço urbano, práticas culturais juvenis, corporeidades, escolarização, letramentos sociais e novas tecnologias da informação e da comunicação. Autor do livro: “A Maior Zoeira” na Escola: Experiências Juvenis na Periferia de São Paulo.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9605611752948124>

REFERÊNCIAS

FEIXA, Carles. *De la generaci3n@ a la #generaci3n: la juventude en la era digital*. Barcelona: NED Ediciones, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JONAS. “A juventude como categoria social está morrendo de êxito”. *Revista IHU on-line*, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540624-a-juventude-como-categoria-social-esta-morrendo-de-exito>>. Acesso em: 25 set. 2018.

REGUILLO, Rossana. *Culturas juveniles: formas políticas del desencanto*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

APRESENTAÇÃO

O livro *Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades* trata da relação das juventudes com a escola, com o lazer, com a política e construção das subjetividades dos jovens. A obra foi organizada por pesquisadoras vinculadas a Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Mestrado em Sociologia e em Ciência Política e aos núcleos de pesquisa Nupec (Núcleo Pesquisa sobre Criança, Adolescentes e Jovens) e Engendre (Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento).

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) por meio do edital de auxílio à publicação científica. Após análise por comitê técnico acerca da relevância e pertinência da obra, foi concedido financiamento. Agradecemos também a Editora Universitária da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI), que analisou o mérito da obra e contribuiu para sua publicação. Além desses apoios, deve-se destacar que os capítulos do livro são frutos de pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes de programas de pós-graduação de diversas regiões do Brasil e da América Latina, que contaram com financiamentos.

O livro conta com 11 capítulos. Desses, 7 são escritos por discentes e docentes de Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Outros 2 capítulos foram confeccionados por professores da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). Por fim, 2 capítulos contam com pesquisadores vinculados a institutos de pesquisas e secretaria de governo: uma pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de Brasília (*in memoriam*) e um pesquisador vinculado à Secretaria de governo da Colômbia. A obra ainda conta com o prefácio de um pesquisador da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Acreditamos que pensar as juventudes é fundamental para entender os dilemas e saídas das contradições vividas nas sociedades contemporâneas. Por isso, espera-se que o livro contribua com a compreensão sobre as juventudes e estimule a aposta nos jovens como capazes de reinventar formas de sociabilidades mais igualitárias.

As organizadoras

SUMÁRIO

JUVENTUDES E ESCOLA..... 13

A ESCOLA, UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DE IDENTIDADES E OU CONTRADIÇÕES: uma breve análise do “Projeto Chão da Escola” 14

Ana Joaquina Teles

Lila Cristina Xavier Luz

REESCRITURAS DAS JUVENTUDES: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE PESQUISAR NAS ESCOLAS..... 37

Francisco Weriques Silva Sales

Rossana Maria Marinho Albuquerque

Tayná Egas Costa

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO DA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NA RELATEC DE 2010 A 2016 57

Danielle Maria da Costa Marques Sampaio

JUVENTUDES E SUBJETIVIDADES 73

JUVENTUDE E A IDEOLOGIA DO FUTURO ACABADO: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA IDEAÇÃO SUICIDA..... 74

Francisco Lima

JUVENTUDES E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE: AS “INCONTÁVEIS (IM)POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA” 94

Filadelfia Carvalho de Sena

Daniel Galeno Machado

José Jackson Coelho Sampaio

JUVENTUDES E PRÁTICAS DE LAZER/SOCIABILIDADE..... 111

DA BRINCADEIRA À BANDIDAGEM, DA BANDIDAGEM RUMO À DEUS:
TRAJETÓRIAS DE JOVENS INTEGRANTES DE GANGUES NO DISTRITO
FEDERAL 112

Carla Coelho de Andrade (in memoriam)

MANOBRAS “RADICAIS” EM TERESINA: O SKATE E AS NOVAS TÁTI-
CAS JUVENIS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO 146

Valéria Silva

PAUTAS DE MORALIDAD Y RITUALES DE INTERACCIÓN EN PAN-
DILLAS JUVENILES DE LA CIUDAD DE MÉXICO..... 170

Christian Amaury Ascensio Martínez

JUVENTUDES E POLÍTICA..... 189

COLETIVOS DE GÊNERO EM TERESINA-PI: UMA FORMA DE PARTICI-
PAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE ATUAL 190

Iara Cavalcante Melo

Olívia Cristina Perez

LA HISTORIA DE LA ORGANIZACIÓN JUVENIL EN EL SURORIENTE CA-
PITALINO: LA ACCIÓN URBANA EN EL CAMPO URBANO POPULAR 213

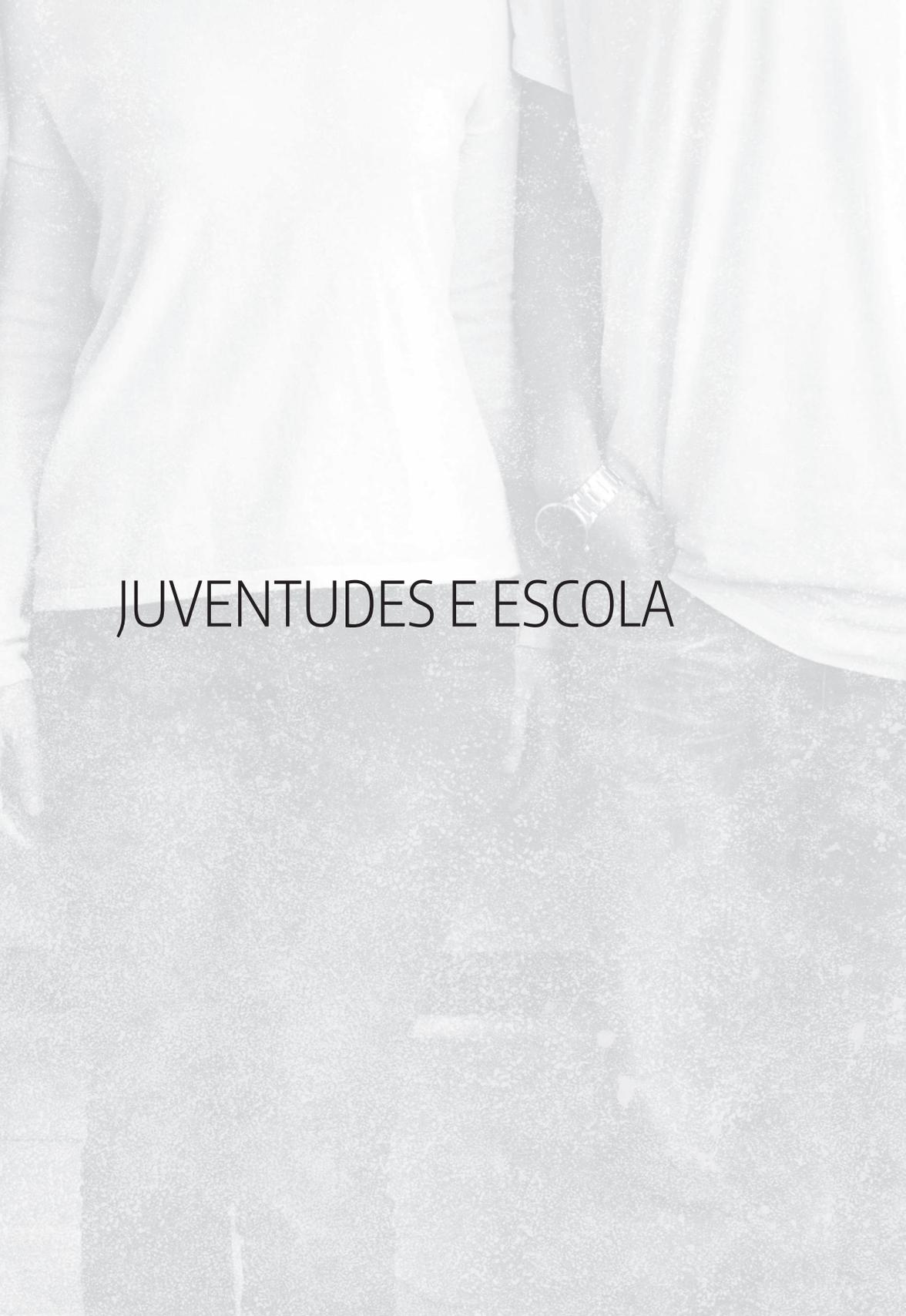
La acción urbana en el Campo Urbano Popular

La historia de la organización juvenil en el suroriente capitalino 213

Edwin Gerardo Guzmán Molina

CRISIS DE LOS DERECHOS HUMANOS, DESIGUALDADES Y RESPUES-
TAS SOCIALES EN MÉXICO: PERSPECTIVAS DESDE LA HISTORIA ORAL
Y LA CONDICIÓN DE LOS JÓVENES 241

Fabrizio Lorusso



JUVENTUDES E ESCOLA

A ESCOLA, UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DE IDENTIDADES E OU CONTRADIÇÕES: uma breve análise do “Projeto Chão da Escola”

Ana Joaquina Teles

Lila Cristina Xavier Luz

RESUMO

Pretende-se neste artigo, analisar sobre juventudes, educação e cultura tecnológica, destacando a escola, enquanto espaço de reprodução de identidades e ou contradições, a partir de uma análise descritiva do “Projeto Chão da Escola”. O trabalho foi desenvolvido através de um levantamento bibliográfico, por meio de uma pesquisa qualitativa e de uma abordagem exploratória. Os resultados apontam que na prática o “Projeto Chão da Escola” embora tenha criado um espaço de interação com os seus pares, não conseguiu ampliar este espaço através das tecnologias de comunicação e informação, de forma que promovesse mudanças significativas nos paradigmas da Escola e em sua cultura, e que ajustasse a um modelo cultural mais dinâmico e criativo. Outra implicação demonstrada refere-se ao método da pedagogia de projetos que trouxe algumas inovações para o ambiente escolar, mas não incluiu o conhecimento tecnológico, por isso, não envolveu um processo de apropriação cultural. Assim sendo, como o conhecimento se tornou mais dinâmico e integrado, o estudo sugere que a luta pela inclusão de uma cultura tecnológica na escola, deve ser uma busca permanente dos educadores, sobretudo, dos professores e alunos que devem legitimar uma “consciência” através de uma formação mais autônoma, com saberes mais significativos, por meio de uma visão holística e mais crítica.

Palavras-chave: Juventudes. Educação. Cultura Tecnológica. Escola. Formação Continuada.

1 INTRODUÇÃO

A escola diferente de outras organizações institucionais apresenta uma função social embasada no desenvolvimento humano, referente à sistemática, dentro de um processo formativo educacional, envolvendo valores, saberes e padrões estabelecidos na sociedade a partir de uma mediação entre o aluno e os conteúdos gerados pela humanidade no decorrer de sua história, apropriando estes conhecimentos para serem utilizados na formação de gerações futuras.

Morin ao compartilhar essa ideia, assevera que, educação e ensino são termos que se confundem e se distanciam igualmente:

A “Educação” é uma palavra forte: Utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano [...]. O termo “formação”, com suas conotações de moldagem e conformação, tem o defeito de ignorar que a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. O ensino, arte ou ação de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que ele os compreenda e assimile, tem um sentido mais restrito, porque é apenas cognitivo. “A bem dizer, a palavra “ensinar” não basta, mas a palavra educação comporta um excesso e uma carência”. Com a fragmentação dos saberes, a educação passa a ter um grande desafio no ensino contemporâneo: religar os conhecimentos dispersos o que exige uma nova postura dos sujeitos diante da dinâmica dos sistemas vivos planetários. (MORIN, 2003, p.10).

Ante esses dilemas e desafios, cabe a nós professores desconstruir os valores acrílicos e sem autonomia dos nossos “jovens alunos” partindo de um exercício permanente do pensamento crítico, possibilitando e mostrando ao jovem a importância de ser ele, o próprio sujeito no seu processo histórico, por meio de uma ação autônoma e reflexiva, para que ele aprenda

mesmo de forma gradual, construir sua própria identidade e uma cultura de forma crítica e com mais autonomia.

Dessa maneira, enquanto professora e pesquisadora, busca-se possibilidades de problematizar a própria realidade social, por entender e considerar essencial o papel da escola, no processo de reprodução e emancipação social, através de ambientes de interação que permitam ampliar a consciência, a participação política, o pensamento crítico e uma cidadania responsável e atuante na sociedade, a sua investigação poderá refletir em resultados que impactam essa realidade.

Objetiva-se também, que este estudo seja um instrumento utilizado pelos agentes educativos, para promover a construção, o resgate e/ou a transformação no interior das escolas, possibilitando criar espaços de participação efetiva e sistemática por parte das juventudes, a partir das culturas tecnológicas.

Buscam-se ainda benefícios sociais que possam colaborar com a comunidade científica na investigação de referências através do estudo em questão, oferecendo aos docentes sugestões sobre os elementos considerados necessários para compreender as mudanças que as tecnologias digitais promovem na sociedade atual, marcada por transformações no campo do saber, requerendo destes atores sociais o domínio de novos conhecimentos e habilidades, como a forma de aprender, de pensar, de fazer, de conversar e de conviver.

Neste artigo, concebe-se um olhar sobre Juventudes, Educação e Cultura Tecnológica. A importância desta pesquisa consiste em problematizar o espaço escolar e as mudanças a partir de inovações tecnológicas, as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ao acenderem perspectivas de “novos ambientes escolares”, frente ao ideário da juventude que embora utilizem essas tecnologias e “adorem” compartilhar nas redes sociais, podem assim fazê-los com mais significado, de forma que contribua para o seu crescimento intelectual, científico e de pesquisa, em busca de sua emancipação social, e assim, possa encarar e enfrentar com mais facilidade e dinamismo os desafios da desigualdade social e dos espaços segregacionistas, além das limitações de sua própria realidade social.

Nessa perspectiva, cabe-nos responder os seguintes questionamentos: De que modo a cultura tecnológica pode auxiliar os jovens a desenvol-

ver uma identidade cultural própria, por meio do pensamento crítico e autônomo? Como restabelecer a cultura de nossos jovens alunos³ e assim eles serem capazes de identificar suas identidades e ou suas contradições? Qual a contribuição do “Projeto Chão da Escola” para o processo de apropriação cultural dos sujeitos da Escola Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP Leonardo das Dores? Como “a pedagogia de projetos” pode colaborar na construção de cidadãos críticos, questionadores, emancipados, capazes de intervir de forma positiva na realidade social?

Para responder as questões que norteiam este artigo, ressaltamos as seguintes hipóteses:

A prática do projeto “Chão da Escola” criou um novo espaço de interação com os seus pares, e esse espaço promoveu mudanças de paradigmas, de métodos de ensino e, principalmente, de cultura, adequando-se a um modelo cultural mais dinâmico e criativo.

O projeto “chão da escola”, ao utilizar um método, “a pedagogia de projetos”, a partir de sua metodologia de trabalho pedagógico contempla a base no novo modelo cultural apresentado e adaptado pelas tecnologias digitais.

Assim, a pesquisa apresenta como objetivo central: analisar sobre juventudes, educação e cultura tecnológica, destacando a contribuição do “Projeto Chão da Escola” para o processo de apropriação cultural dos sujeitos da Escola Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores a partir da cultura tecnológica, como consequência das tecnologias da comunicação e informação, abordando o método da “pedagogia de projetos”; além dos objetivos: Explicar como a cultura tecnológica pode auxiliar os jovens e outros sujeitos a desenvolver uma identidade cultural própria, por meio do pensamento crítico e autônomo. Descrever o “Projeto Chão da Escola” para discutir o processo de apropriação cultural dos sujeitos da Escola CEEP Leonardo das Dores. Verificar como a pedagogia de projetos pode colaborar na construção de cidadãos críticos, questionadores, emancipados, capazes de intervir de forma positiva na realidade social.

Porque, a cultura tecnológica encontra espaços sociais para produzirem mudanças na dinâmica do ensino, embora tornando a educação um sistema mais complexo, a escola terá possibilidades de concentrar suas ações em práticas sistemáticas e reflexivas e, assim, promover deslocamentos em

seus contextos socioculturais e políticos que, na maioria das vezes, estão arraigados em seu espaço e fora dele, de forma arbitrária, e se inspiram nos paradigmas tradicionais, sem possibilidades de atender o jovem-aluno, e construir verdadeiramente uma cultura local dentro de uma cultura global.

2 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA EM MOVIMENTO

Para Castells (1999, p. 25) mesmo que “a tecnologia não determine a sociedade e nem a sociedade escreva o curso da transformação tecnológica”, as consequências do progresso tecnológico e as mudanças ocorridas no contexto das sociedades, se relacionam de forma intrínseca, e são produtos pertinentes de um processo similar.

Esse enfoque se evidencia no pensamento de Rodrigues quando descreve que a tecnologia:

É o pano de fundo, o próprio quadro referencial, no qual todos os outros fenômenos sociais ocorrem. Ela molda nossa mentalidade, nossa linguagem, nossa maneira de estruturar o pensamento, inclusive a nossa maneira de valorar. [...] Por outro lado, toda cultura tem seus valores arraigados. Esses valores são questionados na medida em que a sociedade tecnológica evolui (RODRIGUES, 2001, p. 76-77).

Neste aspecto, está claro nos autores acima que há entre a sociedade e a tecnologia uma ligação recíproca, embora uma não determine a outra, o que é comum ocorrer são impactos que provocam mudanças adaptativas nos elementos sociais e culturais, a exemplo, têm-se os meios de comunicação que nas últimas décadas atravessaram períodos de variações tecnológicas, provocando novas relações sociais, alterando a cultura, alocando desafios, limitações e novas demandas referentes a tempo e espaço (LARAIA, 2001).

Assim, a tecnologia tem um papel fundamental em corroborar com o desenvolvimento cultural da sociedade, promovendo impactos na escola e no processo de aprendizagem, dentro de cada procedência de uma realidade cultural, por isso, a importância dos sujeitos sociais conhecer e estabelecer

ligação entre a multiplicidade de comportamentos culturais e os contextos em que são gerados, para que as experiências, vivências e articulações tenham significados efetivos, evadindo-se de preconceitos.

Na concepção de Castells (1999), a sociedade conectada em rede apresenta uma cultura dimensionada inerente, a cultura virtual na visão desse autor não se refere à categoria de valores, conforme a acepção clássica, mas a estrutura essencial e heterogênea, características das redes virtuais, uma visão que rejeita o conceito de cultura única e homogênea, por isso, trata de uma cultura virtual, transitória e multifacetada (CASTELLS, 1999, p.25).

2.1 - Ciberespaço e Novas Tecnologias

Outro aspecto importante neste estudo é quando se confronta a sociedade em rede, conectada com as possibilidades do espaço social definido pelo Ciberespaço, a partir da leitura de Guimarães Jr., que ao contribuir com a nossa investigação através do artigo “Ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais”, estabelece de forma brilhante uma relação entre espaço, realidade social por meio da arquitetura dos ambientes das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação –, partindo de uma conjectura “de que as redes telemáticas representam além de mídias, **um espaço de sociabilidade**, no interior do qual se desenvolvem culturas relativamente autônomas” (GUIMARÃES JR., 2000, p. 141, grifo do autor).

Assim, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, no final do século XX, a sociedade passou por profundas transformações, assinalada por um espaço de novas configurações e caracterizada por novas possibilidades de interação com a “massificação da *internet*”, a emergência de novos sujeitos, novas práticas políticas, econômicas e sociais, novos tipos de sociedades, novas culturas, novas juventudes, além de novos padrões de comunicação.

Deste modo, Guimarães Jr, esclarece que o Ciberespaço,

Configura-se como um locus de extrema complexidade, de difícil compreensão em termos gerais, cuja heterogeneidade e notória ao percebermos o grande número de ambientes de sociabilidades existentes,

no interior dos quais se estabelecem as mais diversas e variadas formas de interação, tanto entre homens, quanto entre homens e máquinas e, inclusive, entre máquinas. (GUIMARÃES JR., 2000, p. 142).

Portanto, importa considerar que é nesse ambiente múltiplo e abstruso que delinea o Ciberespaço que emergem as culturas tecnológicas, dentro desse contexto de interesses complexos, a partir de linguagens, procedimentos, costumes e inclusões sociais peculiares e exclusivos da sociedade global e tecnológica na atualidade, projetada pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

2.2 - A importância da cultura tecnológica na escola

A sociedade “interconectada” apresenta um caráter bem particular, no qual os indivíduos conectados pela internet têm a possibilidade de reaprender a se comunicar, através da interação entre o homem e a tecnologia, viabilizando sobremaneira, uma aproximação entre indivíduo, grupo e sociedade (MORAN, 2000). Por isso, Laraia (2001) explica que a tecnologia é um dos principais elementos que incita os processos adaptativos, pelas quais ocorrem outras mudanças adaptativas no ambiente.

Assim, a sociedade de informações poderá disponibilizar as juventudes, espaços e formatos de interação, solicitando destes talento, perspicácia e inteligência para usar os recursos das tecnologias de comunicação e informação.

Nesse aspecto, Lévy (1999, p. 68) confere que “para integrar-se a uma comunidade virtual, é preciso conhecer seus membros e é preciso que eles o reconheçam como um dos seus”, resultando, num modo de sociabilização e acultramento. Sendo assim, a razão pela qual analisamos a relevância do mundo cultural conexo às demandas tecnológicas na sociedade contemporânea (MEDEIROS; VENTURA, 2007, p. 281).

Dessa forma, mesmo que Castells (1999) considere na sociedade de rede, um espaço cultural inerente, não enxerga a cultura virtual como uma “categoria de valores”, na acepção habitual do termo, porque conforme ele, o próprio mecanismo e heterogeneidade das redes recusam esse padrão de

cultura uniformizada. Assim, para Castells, a cultura virtual seria uma cultura transitória e multifária.

Assim, dialogar sobre a importância da cultura tecnológica na escola, pressupõe antes, articular que os desenvolvimentos tecnológicos versados pela sociedade contemporânea não se limitam apenas ao uso de equipamentos e produtos, porque é muito mais do que isso, inclui mudanças de comportamentos, muitas vezes, sobrepõem à cultura existente, modificando sujeitos, grupos e sociedade (KENSKI, 2003).

Por isso, para os autores Ventura e Medeiros, a cultura tecnológica expressa, “uma reunião complexa de valores, comportamentos, linguagens, hábitos e relações sociais característicos da sociedade tecnológica atual, delineada a partir das mais recentes inovações nos meios de comunicação e informação” (MEDEIROS; VENTURA, 2007, p. 281).

Dessa forma, ao examinar a cultura tecnológica perante as transformações sociais e educacionais, faz-se necessário considerar a possibilidade do indivíduo interagir socialmente, desenvolvendo e se apropriando de conhecimentos tecnológicos, construindo uma identidade de cidadania, a partir de valores como a competência, a ética e a moral, e, assim, consiga desenvolver conhecimentos de forma significativa e emancipatória, aprendendo a utilizar o pensamento crítico e a criatividade, dentro de sua própria realidade social.

Nessa perspectiva, deduz-se que a importância da cultura tecnológica na escola está pautada na probabilidade de o jovem-aluno agir socialmente, a partir de um conhecimento tecnológico pela qual ele se ajusta e amplia a sua identidade, “tornando-se um cidadão tecnologicamente competente” (MEDEIROS; VENTURA, 2007, p. 281).

3 ESCOLA E JUVENTUDES

Assim, faz-se necessário problematizar as questões referentes às juventudes para continuar analisando acerca do objeto desse trabalho. À vista disso, embora o tema juventudes não tenha sido estudado de forma aprofundada no passado pelos sociólogos clássicos, os autores contemporâneos examinados neste estudo oferecem reflexões que nos leva a compreender esse assunto de forma clara e importante para o nosso saber fazer, e, assim,

de forma efetiva e adequada para desenvolver em nossos jovens-alunos, conhecimentos significativos, através das possibilidades de produção de saberes, que vislumbre a cultura tecnológica.

Dessa maneira, concordamos com Lacerda e Gama (2014, p. 71) ao conceberem que “juventude é uma categoria social de definição complexa, porque traz para si os vestígios dos comportamentos políticos, sociais, econômicos, relacionais e culturais de seu tempo sendo, portanto, uma construção social”.

Neste cenário, aparecem espaços novéis, sem delimitação, onde o (a) jovem do século XXI trafega com grandes possibilidades de usufruir o “aparato tecnológico do ciberespaço, fazendo links¹, produzindo hiperlinks² e compondo a si mesmos e a seus pares.” (PARAISO; SALES, 2011, p. 300). Segundo Lemos, (2004, p. 19) “as novas tecnologias de comunicação e informação estão reconfigurando os espaços urbanos, bem como as práticas sociais destes mesmos espaços”. Já Castells (2003) explica que esses processos de mudanças afetam além da economia e tecnologia, a cultura, a forma de comunicação e as relações sociais.

3.1 - O papel da escola, como espaço de relações sociais

Ao analisar a escola como um espaço de relações sociais ocupado por jovens, destaca-se a concepção de Setton,

A escola como instituição, seus currículos, professores e profissionais da educação em geral, não podem deixar de se preocupar com as peculiaridades da prática educativa contemporânea. Ou seja, a educação no mundo moderno não conta apenas com a participação da escola e da família. Outras instituições, como a mídia, despontam como parceiras de uma ação pedagógica. (SETTON, 2002, p. 109).

1 Neste artigo o termo *Link* refere-se ao endereço de um documento (ou um recurso) na *Web*.

2 Hiperlink (ou simplesmente vincular) são criar um hiperlink. Um hiperlink tem uma âncora, que é um local dentro de um documento a partir do qual o hiperlink pode ser seguido; esse documento é conhecido como seu documento de origem. O destino de um hiperlink é o documento ou localização dentro de um documento, que leva o hiperlink. O usuário pode seguir o link quando sua âncora é mostrada pela ativação de alguma forma (muitas vezes, por tocar, ou clicando com um dispositivo apontador). Seguinte tem o efeito de exibir seu alvo, muitas vezes com seu contexto. Fonte: <https://sites.google.com/site/sitesrecord/o-que-e-um-link>.

Assim, para assinalar essa ‘revolução tecnológica’, Castells (2003) explica através do aproveitamento dos saberes, da informação que gera novos saberes e dos dispositivos de processamento/comunicação/informação, dentro de um ciclo de ‘retroalimentação cumulativo’ entre inovação e uso (CASTELLS, 2003).

Dessa maneira, a escola não mais se apresenta como eixo organizador de experiências; reflete, em seu interior, uma complexidade de interesses intra e extraescolares, porque ela não consegue harmonizar seus papéis tradicionais de educar, selecionar e socializar. Assim embora a escola seja uma instituição que produz conhecimentos e saberes, ela perde sua função organizadora, já que não retém mais a posse das menções identitárias (DUBET, apud SETTON, 2002, p. 112).

Setton acrescenta que,

A escola para as massas não mais propaga uma coerência em seus projetos educativos. Se anteriormente a escola era regulada de maneira muito firme, com públicos e projetos educativos homogêneos, hoje a diversidade de expectativas e aspirações dos estudantes mesclam-se à heterogeneidade das propostas educativas de escolas e professores. (SETTON, 2002, p.112).

Nesse ponto, os jovens dentro do espaço escolar, mudam constantemente a maneira de comunicação e relação com o seu grupo, não apresentam um procedimento de relação social linear e homogêneo, e o que se concebe deles no ambiente escolar é um comportamento social dinâmico e diverso.

Julgamos, assim como Sousa, Moita e Carvalho (2011, p.172-173), que a tecnologia é concebida a partir de fatos objetivos que envolvem as relações sociais que conduz e cria uma sociedade dependente e próxima daqueles que a produzem, ou seja, do próprio homem, da sociedade. Assim, a tecnologia é um produto humano. Na atualidade, quando se reúne as mídias, a microinformática e as redes comunicacionais, podem se modificar eventos cotidianos, transformando, desse modo, a visão do homem sobre si e de sua realidade social.

Portanto, observa-se que as diversas experiências sociais geram sentidos e acepções por meio de relações que se exerce no dia a dia, nesse aspecto vislumbra-se as vivências sociais online de jovens que, conectados a uma cultura tecnológica, podem circular em ambientes diferentes, como é o caso da escola, por isso, o ‘estar conectado’ adapta-se a um ambiente onde a socialização se dá a partir do compartilhamento e da interação, dentro de uma relação virtual, mas similares a uma relação real.

3.2 - Projeto “Chão da Escola”

O Projeto “Chão da Escola” é uma ação da Secretaria de Estado da Educação – Seduc/PI –, com o objetivo de Formação Continuada de Professores Seduc (PI) 2016: Formação no “Chão da Escola”³, implantado na Escola: Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores. Foi criado e planejado para ser desenvolvido durante o ano, de forma obrigatória para os professores do núcleo comum. No entanto, a gestão da escola Leonardo das Dores, resolveu estender a obrigatoriedade da formação a todos os professores da escola, incluindo os professores da área técnica (enfermeiros, dentistas, bacharéis, advogados, entre outros), com atividades bimestrais que seguem as Temáticas geradoras definidas pela Seduc-PI, (Ofício Circular n. 04 Unea/Seduc):

1º Bimestre: Paz na Escola

2º Bimestre: Saúde na Escola

3º Bimestre: Ciências na Escola

4º Bimestre: Arte na Escola

3 Esse projeto envolve: **Nível:** Aperfeiçoamento; **Objetivo:** Formar todos os Coordenadores de Ensino, Coordenadores Pedagógicos e professores, que atuam na Educação Básica, com vistas à valorização dos mesmos a partir do diálogo entre conhecimentos teóricos, experiências docentes e organização do trabalho pedagógico. **Público Alvo:** Professores, Coordenadores Pedagógicos e Coordenadores de Ensino. **Carga Horária:** 120h **Descrição da Formação:** Atividades formativas para articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundamentada no conhecimento científico e didático. Considerando a escola como espaço de formação continuada e (re) construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e Plano de Gestão Anual em articulação com as concepções pedagógicas e direito à qualidade social da educação. Fonte: Documento Orientador de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-2016.

Esse Projeto envolve a elaboração de uma proposta de currículo integrado bimestral, definido por área de conhecimento, dentro das temáticas geradoras e planejamento de atividades para os alunos apresentarem na culminância do projeto, no final de cada bimestre, além de um encontro semanal para discutir os temas da formação, visando fortalecer e acompanhar: “o enfoque educativo de acordo com o método “pedagogia de projetos”, que tem como objetivo básico: implementar uma metodologia de trabalho pedagógico para a construção de cidadãos críticos, questionadores, emancipados, capazes de intervir de forma positiva na realidade social” (SEDUC, PI, 2016), buscando promover dessa maneira, a educação sistêmica, humanitária e integral.

Dessa maneira, os paradigmas que contemplam o documento orientador da formação continuada no chão da Escola foram estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), sobretudo, em seu artigo 67 inciso II, assim como, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Nesse aspecto, esse documento em seu artigo 3º, incisos IX e X referente à Política de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, indicam os seguintes objetivos:

IX - Promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e.

[...] X - Promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

Assim, conforme mostra o Documento Orientador da Formação Continuada no Chão da Escola – Seduc-PI (2016) –, a visão de formação continuada, bem como os objetivos relacionados confirmam a relevância dessa formação para o fortalecimento da identidade profissional dos professores em exercício docente e no papel de coordenador pedagógico. Nessa perspectiva, o Plano de Formação Continuada em conformidade com o Decreto n. 6.755/2009, pretende seguir os conceitos e os escopos referidos.

Neste sentido, a Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos de Educação Básica da Rede Pública Estadual de Ensino

do Piauí, elenca-se na concepção de que a escola é locus de formação dos professores, visto que se instituem em espaço onde surgem as ‘práticas pedagógicas’ e baseadas nestas, o processo de ensino e aprendizagem. Essa concepção está orientada na:

[...] ideia da escola como o lugar da formação dos professores, como o espaço da análise partilhada das práticas, enquanto rotina sistemática de acompanhamento, de supervisão e de reflexão sobre o trabalho docente. O objetivo é transformar a experiência coletiva em conhecimento profissional e ligar a formação de professores ao desenvolvimento de projetos educativos nas escolas. (NÓVOA, 2009, p. 41).

Nesse contexto, a escola é compreendida pela sua dimensão de complexidade, solicitando de seus sujeitos uma ‘prática pedagógica refletida’, por isso, ao dialogar com os autores que embasam este artigo, diante do mundo marcado pela globalização, internet e tecnologias digitais, percebe-se que:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. [...] O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distantes que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p.27).

Nesse litígio de desvio das relações sociais, que ocorrem como decorrências básicas da modernidade, de circunstâncias locais para circunstâncias incertas, relacionadas a tempo-espaço, Giddens (1991, p. 35) define como ‘desencaixe’, de modo que parte da dimensão do ‘desencaixe’ local, ao ‘reencaixe’ das relações em esfera local-global.

Nota-se com essas particularidades da sociedade contemporânea, que esse estágio constitui uma dimensão global, sendo que o local articula o global, donde o tempo fica circunspecto, controlado, e o espaço torna-se mínimo.

Enquanto Margulis (2001), ao examinar a globalização e a cultura, observa que os jovens formam sua identidade a partir do momento em

que compartilham desejos e preferências, de forma, que de acordo com este autor ocorre a “desterritorialização”, favorecendo identidades globais, porque antes beneficiavam identidades locais, como bairros, escolas, clubes etc.

Nessa perspectiva, as identidades tornaram-se híbridas, não podendo mais ser definidas por categorias específicas, e nem mais como foco de permanência do universo social, pois não se “encontrarão” mais nos mesmos lugares, sendo desarticuladas de seus próprios espaços e isso, conforme mostra Mocellin (2008), “significa também que são transformadas em uma tarefa individual, em um processo de construção incessante, e não mais de atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais” (MOCELLIN, 2008, p. 2).

Desse modo, se percebe que as identidades antes vistas por disputas de territórios, e que a partir da manifestação das mídias, as questões de “desterritorialização”, estudadas por Canclini (1997a, 1997b, 1998), Sarlo (1997) e Margulis (2001), levaram às recentes iminências e marcas de produção de outros sentidos de identidades (apud GARBIN, 2003, p. 129).

Por isso, seguindo o pensamento de Hall (1998), as identidades ganharam outros significados, não se refere mais a grupos isolados, ou ainda questões étnicas. (p.7). Porque no contexto de sociedade mutável, que apresenta muitas incertezas e perigo (BECK, 2003), perpassa uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001), onde as identidades da mesma forma ficam incertas.

Sob esse aspecto Canclini (1997b, p. 81), assevera que:

Necessitamos de enraizamentos em territórios, por mais desterritorializada que esteja à sociedade contemporânea; necessitamos referir-nos aos indicadores de pertencimento que nos deem segurança afetiva e clareza sobre os grupos com os quais podemos nos relacionar com os quais podemos nos entender.

Desse modo, para fortalecer a nossa cultura e identidade, precisamos pertencer a um determinado local, que nos garanta estabilidade emocional e afetiva bem como, confiança nas relações que estabelecemos com o outro.

4 METODOLOGIA

Nesse contexto, utilizou-se como técnica de pesquisa no trabalho o levantamento bibliográfico, que, segundo Lakatos (1992, p. 44), trata da pesquisa bibliográfica e:

permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo da pesquisa científica.

E uma abordagem qualitativa, que na concepção de Minayo (2001, p. 14), refere-se à pesquisa que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Assim, para Minayo, a pesquisa qualitativa representa a natureza:

De significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Por meio de análise dos elementos nas observações e levantamento bibliográfico, em vários autores através de livros, artigos científicos, teses, periódicos impressos e eletrônicos, monografias, dentre outros, possibilitando às pesquisadoras conhecimentos variados, excelentes e importantes, que ao ser analisados e contestados possibilitaram a realização dos objetivos da pesquisa. No trabalho para fundamentar os objetivos da pesquisa empregou-se uma pesquisa exploratória que na visão de Gil tem como objetivo:

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Deste modo, nessa pesquisa as fases do levantamento bibliográfico foram efetivadas entre 09 de julho a 15 de agosto de 2017, a partir da definição do tema, da problemática, além da delimitação do tema, e posteriormente a revisão bibliográfica e da análise do Projeto “Chão da Escola”, em seguida, demonstraram-se algumas conclusões do estudo, designadamente aquelas relacionadas aos objetivos e à temática “cultura tecnológica”. Na busca empregou-se como palavras chaves: Juventudes. Educação. Culturas Tecnológicas.

A análise do Projeto Chão da Escola foi possível a partir de uma pesquisa bibliográfica nos seguintes documentos: Documento Orientador de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado da Educação – Seduc/PI – 2016; da Nota Técnica n. 001/Supen de 06 de abril de 2016; Elaboração coletiva da proposta curricular integrada; Pedagogia de Projetos e da Base Nacional Comum Curricular de abril de 2016 (Proposta Preliminar, segunda versão revista) e em experiências vivenciadas, através de observações e resultados de relatórios do projeto, no período de maio de 2016 a presente data, realizado em junho de 2017 a agosto de 2017.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESCOLA: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADES E OU CONTRADIÇÕES

Os objetivos supracitados neste artigo, relativo à Política de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, que se preconiza a importância do uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos, sugere responder às características culturais e sociais regionais, de forma que possibilite a construção de identidades, dentro do contexto da cultura tecnológica.

No entanto, a realidade se dá diferente da teoria, a escola CEEP Leonardo das Dores, ainda continua com os mesmos paradigmas, a mesma

cultura “dominante” e uma identidade, fundamentada nas relações de desigualdades, em choque com as relações locais, de sua realidade social.

Conforme a Seduc (2016, p. 1) o mais relevante no processo denominado de “Pedagogia de Projetos” refere-se em estabelecer novos tempos e espaços de aprendizagens, para interferir na realidade atual, que remete ao modelo pedagógico que visa à educação integral, dentro de um contexto sistêmico, onde os atores educacionais e o aluno possam desenvolver habilidades e competências para perpassar os muros da escola, para contribuir com a comunidade no entorno da escola, e em toda sociedade. A ideia da pedagogia de projetos é propiciar ao discente “o local”, como amplo espaço de aprendizagem, podendo articular a realidade local com a realidade global.

Em vista disso, quando se observa a escola, problematizando a questão de ser “espaço de reprodução de identidades e contradições”, reconhece-se, alguns desafios e limitações, não apenas nas discussões teóricas levantadas neste estudo, mas nas tentativas práticas, como é o caso, do “chão da escola”, com a finalidade de oferecer uma formação continuada aos professores, visando fortalecer e acompanhar:

O enfoque educativo de acordo com a pedagogia de projetos a partir da implementação de uma metodologia de trabalho pedagógico para a construção de cidadãos críticos, questionadores, emancipados, capazes de intervir de forma positiva na realidade social. [...], com a intenção de transformar e diversificar o contexto vivenciado nas escolas visando à melhoria das práticas do trabalho com os componentes curriculares orienta a atividade docente a partir de temas geradores, com um enfoque interdisciplinar, integrado e emancipatório. (SEDUC, PI, 2016).

Dessa forma, ao discutir esses temas com Moreira e Candau (2003, p. 160), nota-se que esses autores descrevem a escola da atualidade como sendo uma entidade que foi construída dentro do processo histórico, classificada como intermédio singular que desenvolve um papel social e basilar, pois possibilita a transmissão de cultura e tem capacidade de promover às gerações futuras o que de mais expressivo saber imprimiu a humanidade.

Ainda para esses teóricos, em vez de preservar uma tradição de “monocultura”, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. É essa, a nosso ver, a questão hoje posta. A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161).

À vista disso, verificou-se que o projeto “chão da escola” em sua idealização teórica e hipotética, objetiva criar um novo espaço de interação com os seus pares, e nesse espaço promover mudanças de paradigmas, de métodos de ensino e, principalmente, de cultura, adequando-se a um modelo cultural mais dinâmico e criativo, e que ao utilizar o método, “a pedagogia de projetos”, tendo como consequência um novo modelo cultural apresentado e adaptado pelas tecnologias digitais.

Contudo, na prática, essas hipóteses não se confirmaram em suas essências, porque somente contribuíram para algumas mudanças referentes ao processo ensino-aprendizagem, sendo assim, o método “pedagogia de projetos” possibilitou “discutir vários temas de forma transversal e interdisciplinar”, melhorando, assim, os debates em sala de aula, facilitando as atividades de leitura, produção de texto e oralidade.

Já com relação a mudanças culturais e de paradigmas, o projeto “chão da escola” apresentou muitas lacunas, quando se analisa a contribuição do projeto para a formação dos docentes, como, por exemplo, tornar suas práticas mais reflexivas, a partir de deslocamentos identitários, esses escopos também não se confirmaram, porque o número de participação de docentes durante todo o processo foi muito baixo, corroborando nesse caso para questões de “representação e identidades”, ocorrendo sobremaneira à representação de docentes com um grupo “particular” e não com a escola, por isso, a identidade construída pode ser descrita como “fragmentada”.

Entretanto, embora um ano e meio seja um tempo tênue para se esperar a realização de todos os objetivos de um projeto, no artigo a crítica ao

projeto não alude à contemplação de todos os objetivos, mas o que estava posto na formação como base, por isso, enquanto “agente partícipe” dessa formação, faz-se necessário este debate e, assim, vislumbrar possíveis soluções para que, de fato, tornemo-nos professores reflexivos.

Desse modo, durante o estudo, constatou-se com o projeto a criação de um novo espaço de interação com os seus pares, mesmo não tendo contemplado todo o seu público alvo, mas com relação à cultura, como já foi abordado anteriormente, não houve mudanças significativas e relevantes que impactasse a “identidade da escola”, ocorrendo somente uma melhoria no nível de organização dos trabalhos, atividades e ações pedagógicas.

Verificou-se também, que o projeto não substituiu o espaço escolar, mas o complementou, ao sugerir um trabalho interdisciplinar, este poderia ter sido ampliado, se tivesse integrado as tecnologias de comunicação e informação, a partir, por exemplo, de um ambiente virtual de aprendizagem, que iria abrir um leque de possibilidades, através de desafios, atividades, jogos educacionais, discussões de fóruns, *chats*⁴, publicações de vídeos, imagens, testes interativos, dentre outros.

Portanto, de modo genérico, não houve uma mudança de atitudes, isto é de cultura, por parte dos professores e jovens-alunos, e dentro da perspectiva da cultura tecnológica, a partir do conceito dos autores Medeiros e Ventura (2007, p. 286), “um conjunto complexo de valores, comportamentos, linguagens, hábitos e relações sociais característicos da sociedade tecnológica”, podemos concluir que nesse aspecto, a formação continuada proposta e desenvolvida através do projeto “Chão da Escola”, até o momento desta pesquisa, não incluiu o conhecimento tecnológico na Escola CEEP Leonardo das Dores, por isso não conseguiu envolver seus sujeitos (professores e alunos) no processo de apropriação cultural.

4 *Chat* é um termo da língua inglesa que se pode traduzir como “bate-papo” (conversa). Apesar de o conceito ser estrangeiro, é bastante utilizado no nosso idioma para fazer referência a uma ferramenta (ou fórum) que permite comunicar (por escrito) em tempo real através da Internet. Leia mais: Conceito de chat - O que é - definição e significado. Disponível em: <<http://conceito.de/chat#ixzz4qhgKnJxu>>.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: J Zahar, 2001.
- BRASIL. **Decreto n. 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHASSANNE, J. **A pedagogia de projecto, última metamorfose da pedagogia renovada?** Trabalho de projectos: leituras comentadas. 3. ed. Portugal: Edições Afrontamento, 1993. (Coleção Ser Professor), p. 30-35.
- GARBIN, E. M. Cultur@s juvenis, identid@de e internet: questões atuais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 119-135, maio/jun./jul./ago. 2003.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GUIMARÃES JUNIOR, Mario J. L. O ciberespaço como cenário para ciências sociais. **Ilha**, Florianópolis, n.1, p.139-154, dez. 2000.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; GAMA, Silvia. **Juventudes e as Novas Tecnologias**. Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas. Porto Alegre: Redes, 2014.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEMOS, André. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André (Org.). **Cibercidade**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 19-26.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu as Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARGULIS, Mário. **Globalización y cultura**. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales. Argentina: Universidad Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.fsoc.uba.ar/Publicaciones/Sociedad/Soci09/margulis.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

MEDEIROS, Zulmira; VENTURA, Paulo Cezar Santos. O conceito Cultura Tecnológica e um estudo no meio educacional. **Revista Ensaio**: pesquisa em educação em ciências, ano 9, n. 2. p. 237-251, dez. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. 80p.

MOCELLIM, Alan Delazeri, A questão da identidade em Giddens e Bauman. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 5, n. 1, p.01-31, ago./dez. 2008.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais telemáticas. In: MORAN, José Manuel e outros. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 11-65. (Coleção Papyrus Educação).

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p.156-168, maio/jun./jul./ago. 2003.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 10p.

NÓVOA, A. **Professores imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Por uma filosofia da tecnologia. In: GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 75-129.

SALES, S. R., PARAISO, M. A. Currículo do orkut: escrita de si na subjetivação juvenil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, n. 2, p. 299-310, 2011.

SARLO, Beatriz, (1997). **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SEDUC, PI, **A Pedagogia de Projetos**. 2016.

SEDUC, PI, **Documento Orientador de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado da Educação**. Teresina, abr. 2016.

SETTON, Maria de Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo. **Faculdade de Educação**, n. 20, maio/jun./jul./ago. 2002.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. (Organizadores). **Tecnologias digitais na educação - Campina Grande**: EDUEPB, 2011.

ANA JOAQUINA TELES

Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio pela Universidade Estadual do Piauí; Especialista em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Estadual do Piauí; Especialista em Docência para o Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná. Licenciada em Sociologia pela Universidade Norte do Paraná; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios dos Cursos Técnicos: Administração e Serviços Jurídicos no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores, Esperantina-PI. Professora de Sociologia no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores, Esperantina-PI. Professora do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) 2014-2017, Esperantina-PI. Professora de Inglês do Ensino Médio e Fundamental na Unidade Escolar Pequeno Príncipe, Esperantina-PI (2014-2014).

Email: ana.teles.morais@gmail.com

LILA CRISTINA XAVIER LUZ

Pós-doutora pela Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM, 2016). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2007). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1997). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí - UFPI, com vínculo permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPI). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, criança e adolescente, gênero, juventude e desigualdade social e direitos e cidadania.

Email: lilaxavier@hotmail.com

REESCRITURAS DAS JUVENTUDES: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE PESQUISAR NAS ESCOLAS

Francisco Weriques Silva Sales
Rossana Maria Marinho Albuquerque
Tayná Egas Costa

RESUMO

No presente artigo discutimos sobre os desafios metodológicos de pesquisar as juventudes no contexto das escolas, a partir de uma perspectiva que considere as polissemias das experiências juvenis e os modos de apreendê-las. Considerando o lugar que a instituição da escola ocupa na sociabilidade dos/as jovens, marcando profundamente suas identidades e aspirações, o texto busca discutir a teia que envolve o contexto escolar, as juventudes e os olhares e concepções dos/as pesquisadore/as diante das experiências pesquisadas. Iniciamos a exposição revisitando noções clássicas da sociologia das juventudes, percorrendo sobre as concepções mais universalizantes que marcaram este campo de estudos, até as reflexões mais recentes, que sinalizam a necessidade de olhares mais complexos sobre “ser jovem”. Em seguida, discutimos as reescritas das juventudes considerando a relevância de observar os marcadores sociais das diferenças e suas implicações nas experiências dos/as jovens sujeitos das pesquisas. Por fim, apontamos alguns dos desafios colocados para os/as pesquisadores/as, buscando contribuir para um exercício de desconstrução dos seus olhares e percepções sobre universo investigado.

Palavras-chave: Juventudes. Escolas. Metodologias.

1 INTRODUÇÃO

O termo “Juventude” é concebido como um modo de classificação geracional, que reporta a dimensões identitárias de indivíduos e grupos, com implicações políticas e sociais e categoria teórico-metodológica no âmbito dos estudos, sobretudo das Ciências Humanas e Sociais. Conceitualmente, reporta ao caráter histórico e cultural das percepções que sociedades têm de determinados períodos da vida humana, em contraposição a perspectivas naturalizantes e essencialistas.

Assim, ao tempo em que classificações geracionais são comuns a diferentes tipos de sociedade, as formas como se configuram as demarcações das experiências, ou atribuições sociais, segundo os modos de classificá-los, apresentam particularidades históricas e culturais. Nesse sentido, a condição de “ser jovem” possui diferentes conotações, varia segundo épocas e padrões culturais, seja quando pensamos em diferentes sociedades, seja observando as dinâmicas no interior de uma mesma sociedade.

As formulações teóricas a respeito da juventude também possuem uma trajetória. Dos modos de classificar que possuíam a marca de modelos universalizantes a reflexões mais recentes a respeito da complexidade das experiências juvenis, há um processo de refletir sobre o que se compreende por juventude, quais marcadores são tomados como relevantes para classificá-los, quais sentidos os próprios jovens produzem a respeito de si e sobre as/os outras/os com quem mantêm relações sociais, sejam grupos de pares, sejam instituições sociais, seja a sociedade civil e/ou Estado.

As vivências juvenis ocorrem em múltiplos espaços e atravessam relações de poder das mais diversas. Na qualidade de instituição social, a escola apresenta um significado importante na constituição das juventudes, no contexto das sociedades modernas, a partir da expansão e consolidação do capitalismo, das democracias e do conceito de cidadania. Enquanto lócus de relações sociais é campo de construção das identidades juvenis, a partir das relações que estes/as mantêm com os/as profissionais que compõem a escola, a comunidade que a circunda e as vivências com seus grupos de pares.

Historicamente, a escola expressa os anseios que a sociedade tem em relação às juventudes, a partir da efetivação de processos de produção baseados em modelos normativos do “ser jovem”, composto por padrões de

comportamentos, linguagens, estéticas, corporalidades, ocupações, dentre outros, que por vezes são marcados por diferenciações em termos de gênero, classe social, raça e etnia, sexualidade, espaço geográfico etc. Entretanto, esse processo de produção é defrontado pelos próprios anseios dos/as jovens, que muitas vezes vão em desencontro aos modelos normativos de juventude. Assim, a escola constitui-se num campo de tensão entre as expectativas dos/as jovens em relação a si mesmos – seus sonhos, cobranças, projeto de sociedade etc. –, e as expectativas que “Outros” têm em relação a eles/as.

Toda essa dinâmica dá ao espaço escolar um lugar importante nos estudos sobre juventudes, por se tratar de um espaço no qual os sujeitos vivenciam um longo período de experiências, muitas das quais marcam profundamente suas identidades e escolhas futuras, a escola se expressa como um campo de pesquisa em que podemos acessar tais processos sociais e contribui no processo de reflexão da polissemia dessa categoria, nas suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas e/ou sociais, que postula desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados.

Na análise aqui empreendida, tendo como ponto de partida a complexidade e particularidades das experiências juvenis nos espaços da escola e considerando os pressupostos apresentados para estudar juventudes, pretende-se discutir a teia que articula a figura do/a pesquisador/a, o campo de estudos sobre juventudes e os/as jovens como interlocutores/as na produção de conhecimento, atentando para a dinâmica de modelos explicativos universalistas e modelos mais microssociais e contextualizados, que apreendem marcadores sociais das diferenças identificados diante do universo empírico analisado. É importante destacar que o próprio espaço da escola também é concebido aqui em suas particularidades, ou seja, não somente os sujeitos dela constituintes, mas também as diferenças e/ou desigualdades presentes nos contextos escolares: rural/urbano, centro/periferia, público/privado, dentre outras configurações.

Para fins de exposição, iniciamos a discussão discorrendo sobre como a categoria juventude vem sendo elaborada enquanto problema teórico e sociológico, destacando algumas abordagens desse campo de estudos. Em seguida, discutimos a respeito dos marcadores sociais das diferenças, que expressam, em sua própria trajetória teórica e política, a desconstrução

de noções universalizantes sobre os indivíduos. Por último, pensamos nos desafios metodológicos postos durante a construção de pesquisas sobre as experiências nas escolas, enfatizando a necessidade de se observar as particularidades e diferenças existentes no contexto empírico, de modo a compreender a complexidade entre juventude e espaço escolar. Refinar o olhar sobre o campo de pesquisa nos permite abordar marcadores nem sempre explorados cientificamente, contribuindo, dessa forma, para problematizar invisibilidades epistemológicas.

2 JUVENTUDE COMO CATEGORIA EM (DES)CONSTRUÇÃO

A juventude explode os ritos. Assombra o perplexo mundo impeditivo de sentidos. Revela nos seus campos simbólicos a alma que entoa lentamente a cadência refinada de gestos, afagos e afetos. O seu mundo é um mundo em construção. Um mundo devir que faz girar os múltiplos sentidos da vida. É a marca da potência que destitui a rigidez da sensibilidade. Se essa for a dimensão do mundo, nesse caso, todos no mundo em-cadeados transgrediremos o mundo (VASCONCELOS, 2001, p. 91).

A demarcação de fases da vida, construída culturalmente segundo expectativas e atribuições que situam os membros de uma comunidade ou sociedade, é característica das sociabilidades humanas. As classificações dos ciclos da vida são construídas em diálogo com uma diversidade de marcadores, como as mudanças experimentadas pelos corpos, rituais, dimensões etárias, acesso à bens, dinâmicas dos processos de colonização, dentre outros, e faz com que as noções que temos sobre infância, juventude e velhices sejam diversas, com contornos, conotações e conceituações formuladas a partir da particularidades históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais diversas, podendo até mesmo não existirem na forma como nós, ocidentais, as demarcamos.

A partir da modernidade, o ritmo de produção da vida provocou mudanças profundas nos padrões de individualidade e no modo de conceber as fases da vida. As delimitações que vão da infância à velhice passam a ser mediadas por instituições que promovem um dado modelo de individuali-

dade e de atribuições sociais. A fase da vida compreendida como juventude, nesse sentido, enquanto fenômeno cultural, vai se constituindo enquanto objeto de interesse sociológico.

Vista como grupo marginal, perigosa, ora como rebelde, ora como fase da vida responsável pelo devir de uma sociedade, a juventude tornou-se uma questão tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista da elaboração de políticas públicas, dada sua relevância neste modelo de sociabilidade. Cada definição de juventude aciona um conjunto de expectativas atribuídas a esse segmento. O jovem é dito, classificado, categorizado, contabilizado, visto pelo olhar do outro que majoritariamente tem contado sua história. Aqui, vamos estabelecer um diálogo com as abordagens que discutem como a categoria juventude foi se construindo e sendo reelaborada, de modo a acompanhar a complexidade constituinte do fenômeno.

Segundo Pais (1993, p. 22), uma das primeiras tarefas da teoria sociológica foi de “estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude”. Nesse sentido, o autor menciona a necessidade de se explorar as similaridades e diferenças sociais inerentes a esta categoria. Ainda segundo suas indicações, os estudos de sociologia da juventude estiveram marcados por produzirem classificações que se referiam apenas às similaridades desse grupo social. No entanto os sujeitos compreendidos pela categoria juventude podem exprimir representações muito distintas entre si a respeito das suas experiências. Em suas palavras: “a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (PAIS, 1993, p. 29). A categoria juventude, por essa perspectiva, é vista como sendo constituída por uma “aparente unidade e diversidade”.

Pais (1993) situa as correntes de estudos sobre juventudes em duas principais vertentes: a) a de recorte geracional; b) a de enfoque classista. A primeira vertente privilegia o foco da juventude enquanto geração, grupo constituído por determinada faixa etária, distinto das demais gerações e em constante relação com elas. O recorte geracional constrói a representação da juventude situando os indivíduos com determinadas características e experiências comuns, em determinada fase da vida. O jovem é visto como um ser em processo de formação e desenvolvimento de maturidade, daí o olhar

das gerações mais velhas a tentar disciplinar as práticas juvenis. O enfoque classista considera as experiências da juventude segundo o seu lugar nas classes sociais e, portanto, as diferenças principais estariam associadas aos conflitos e desigualdades inerentes à estrutura social. Embora essa corrente esteja atenta às particularidades das experiências juvenis, preserva a característica de homogeneidade para pensar os sujeitos no interior das classes sociais.

Ainda segundo as reflexões de Pais (1993), se tomadas isoladamente, as correntes de estudos sobre juventudes incorrem em uma mesma limitação: ambas priorizam os elementos de identificação entre os sujeitos classificados como jovens. Assim, sua proposição analítica considera a relevância de também observar as diferentes representações nos contextos vivenciais e os processos complexos que as constituem. São estudos que, segundo Dayrell (2001, p. 2), “[...] analisam os efeitos produzidos na escola, pelas principais estruturas de relações sociais, que caracterizam a sociedade capitalista, definindo a estrutura escolar e exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais que ali atuam”.

Abramovay (2014), ao discutir a questão das juventudes, menciona diferentes fontes que produzem tal classificação geracional: a) as que nascem das experiências cotidianas e situam os jovens na transição entre infância e vida adulta; b) as que dizem respeito ao conhecimento elaborado sobre a temática das juventudes; c) as que são elaboradas tendo em vista a produção de políticas públicas. No caso do Brasil, desde 2005 se conveniou como juventude a população compreendida na faixa etária de 15 a 29 anos (ABRAMOVAY, 2014, p. 271). A autora também destaca o caráter complexo que a categoria juventude possui:

As diferentes juventudes não são estados de espírito e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases. Uma época passageira, cuja duração não é para sempre, mas que é vivida como um ‘eterno presente’, e que é cada vez mais assertiva em reivindicar atenção a necessidades que sentem como básicas e urgentes. Ou seja, os jovens no Brasil que temos acessado por **distintas pesquisas** não necessariamente compartilham a perspectiva de que juventude é um período de transição ou que vai passar, ou a vivem como um estado transitório (ABRAMOVAY, 2014, p. 272). [grifos no original]

Diante das transformações históricas, políticas, culturais, dos modos como se concebe a juventude, as reflexões de ordem sociológica vêm incorporando novos marcadores para pensar as experiências juvenis. Assim como as noções de indivíduo, interessa desconstruir uma pretensa universalidade da condição de juventude e, em seu lugar, aguçar a percepção enquanto pesquisadores/as para a complexidade destas experiências e dos silenciamentos provocados por conceitos que tendem a generalizar em suas definições. Como assinala Margulis (2000, p. 11),

Conviene ya señalar las limitaciones del concepto juventud: esa palabra, cargada de evocaciones y significados, que parece autoevidente, puede conducir a labirintos de sentido si no tiene em cuenta la heterogeneidade social las diversas modalidades como se presenta la condición joven. Juventud es un concepto esquivo, construcción histórica y social y no mera condición de edad. Cada época y cada sector social postula formas de ser joven. Hay muchos modos de experimentar la juventude, y variadas oportunidades de presentar y representar la persona em las múltiples tribos que emergen em la estalante sociabilidade urbana.

Feitas essas afirmações, entendemos que os estudos em sociologia da juventude apresentam o desafio de apreender como os sujeitos assim definidos elaboram sua compreensão da realidade social, evitando produzir invisibilidades, estereótipos ou apagamentos das condições juvenis.

Parte das rupturas de paradigmas na teoria social se produziram na contestação do modelo de sujeito subjacente às formulações clássicas: homem, branco, eurocentrado, cristão, heterossexual, burguês. Se pensarmos nas elaborações tradicionais no campo da sociologia da juventude, observamos características que se hegemonizaram enquanto referencial da categoria. Assim, um olhar de desconstrução do imaginário sobre as juventudes passa por dar visibilidade aos diferentes cenários nos quais se tecem as tramas das sociabilidades juvenis. Nas palavras de Vasconcelos (2001, p. 91):

A transgressão juvenil é ancorada na possibilidade da vida e do sonho. O sonho de um lugar ou de um campo de fantasia que se lança ao mundo quebrando os códigos de oposição que se fundam numa

binária lógica opositora. É que a antinomia é a marca de possibilidade enquadrada na norma que se fixa nas construções simbólicas previamente elaboradas pelos detentores dos campos axiológicos. Quebrar a eternidade dos conceitos é, na realidade, livrá-los da morte e da inutilidade.

As observações de Vasconcelos são interessantes para pensar em como o conhecimento sobre a juventude é produzido e o lugar deste segmento em sua elaboração. Ao se referir aos “detentores dos campos axiológicos”, nos remete ao fato de que pela própria forma como a sociedade os concebe, os jovens são conhecidos pelos olhares de outros sujeitos. Nos interessa perceber, ao estudar esse segmento social, quais percepções os jovens têm de si e em que sentido isso se reverte em um conhecimento válido a respeito das suas experiências.

3 REESCRITURAS DAS JUVENTUDES E MARCADORES SOCIAIS DAS DIFERENÇAS

Conforme já mencionado, juventude é uma categoria culturalmente construída. Em seu interior, estão compreendidos sujeitos que carregam as marcas das suas experiências sociais, nem sempre semelhantes entre si. Neste tópico abordamos os marcadores sociais das diferenças com o intuito de pensar a complexidade das vivências juvenis nas escolas, compreendendo as intersecções de aspectos como gênero, raça, classe, sexualidade, nem sempre perceptíveis nos discursos oficiais, nos documentos institucionais, nos currículos, estatísticas e/ou modelos explicativos universalistas que sobrepõem, e/ou ignoram, determinados aspectos em relação a outros.

Começemos pelo gênero, pois este é um modo de classificar os corpos que marca intensamente as experiências dos indivíduos. Assim como juventude, o gênero é aqui concebido como culturalmente construído; uma classificação que, embora se reporte aos corpos e suas diferenças, não é oriunda das condições biológicas. Ao contrário, as classificações de gênero são profundamente culturais e por isso variam enormemente nos contextos de diferentes sociedades.

Para abordar a questão do gênero, vamos seguir as indicações de Connell (2015; 2016), que sugere uma análise multidimensional. A socióloga sintetiza vários pressupostos para discutir o gênero, de modo a pensar nas práticas generificadas que vão desde as condições corporais dos sujeitos, passando pelas simbologias que nomeiam, classificam e reforçam práticas, além dos padrões que expressam relações de gênero em menor ou maior escala. Connell (2015, p. 47) compreende o gênero como estrutura social: “não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão”.

Para Connell, o gênero corresponde a um tipo específico de corporificação social. A autora desenvolve a noção de corporificação social para se referir a como os corpos são envolvidos nos processos sociais, sendo ao mesmo tempo objetos e agentes das práticas sociais. Em termos da relação entre gênero e juventude, as culturas se reportam aos corpos em determinada fase de desenvolvimento físico e psíquico, atribuindo simbologias e expectativas sociais, baseadas nos modelos de gênero presentes em suas realidades.

A proposta de Connell em pensar o gênero em dimensões é constituída, a princípio, a partir de quatro eixos: relações de produção, relações de poder, catexia (emoções) e simbolismos. Considerando os debates que marcam a trajetória das discussões de gênero, muitas vezes críticos às universalizações dos conceitos formulados, é importante destacar que a proposta analítica das dimensões, conforme Connell, não tem o intuito de conceituar previamente determinados modelos e nem generalizar concepções a respeito do gênero. As dimensões a partir das quais o gênero é tratado são pressupostos para pensar em como práticas sociais são generificadas em diferentes culturas, e é por meio da análise do contexto empírico que se pode verificar a articulação entre as dimensões. “Em cada uma dessas dimensões, podemos ver uma subestrutura distinta das relações de gênero. Esse modelo é uma ferramenta para análises, e não um esquema filosófico fixo. Então, é uma questão prática o quão útil pode ser e a que limites de tempo e espaço se aplica” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 159).

As discussões de Connell a respeito da construção das feminilidades e masculinidades também são interessantes para pensar na relação entre

juventudes e escolas. A autora destaca como a escola tem sido um espaço de produção de práticas generificadas, que se reporta aos corpos e suas diferentes configurações biológicas como meio de justificar determinadas classificações (CONNELL, 2016). Nesse sentido, o espaço escolar está permeado de simbologias, relações de poder, estímulo a determinadas expressões afetivas, modelos de conjugalidade, com vistas a produzir determinadas individualidades. Pensar nas manifestações do gênero expressas de tantas formas nos ambientes escolares contribui para a análise das escolhas identitárias dos/as jovens, suas aspirações enquanto seres em processo de formação e nas marcas resultantes das experiências vividas.

Ao tratar das culturas juvenis, Connell (2016, p. 151-152) chama atenção para o caráter de agência destas:

As diferentes culturas jovens são importantes para entender a adolescência. O fato de que elas surgem e desaparecem em circunstâncias históricas específicas é uma prova importante contra o modelo biológico-determinista de uma trajetória fixa de desenvolvimento da juventude. O fato de que essas culturas são criadas por eles próprios (e muitas vezes temidas pelo mundo adulto) é um indício importante de que a juventude tem agência na criação de suas próprias vidas. E a atuação coletiva demonstrada em sua criação vai contra o modelo individualizado de crescimento que é comum na psicologia do desenvolvimento.

Outras duas noções desenvolvidas por Connell (2015), que contribuem para observarmos a presença de determinados modelos de práticas sociais, são regimes de gênero e ordem de gênero. No primeiro caso, a autora refere-se aos padrões de gênero construídos no interior das instituições. No segundo, aos padrões de gênero que prevalecem em uma dada ordem social. Vale ressaltar que as classificações de gênero conforme pensadas pela autora não se fixam em binarismos baseados na biologia; ao considerar seu caráter cultural, observa também as diferentes modalidades de identidades de gênero produzidas socialmente, a exemplo dos modelos de masculinidades, que podem expressar hierarquias e desigualdades entre pessoas do mesmo gênero.

As ordens de gênero e/ou regimes de gênero podem ser estruturados em articulação com o que Butler (2016) conceitua por “Gênero inteligível”,

entendido como a suposta autoevidência do sexo e coerência dele com o gênero, desejo e prática sexual, atuando como um mecanismo de normalização social, no âmbito dessas instituições, no campo do gênero, corpos e sexualidade dos indivíduos, que preconiza a heterossexualidade como norma social, trazendo à cena a sexualidade como dimensão de experiência vivenciada no espaço escolar e identidade dos/as jovens.

Assim, a sexualidade é um marcador importante para se observar nas experiências juvenis escolares. Em Connell (2015), a dimensão da catexia trata da construção social das emoções e dos desejos e por meio dela podemos analisar como determinados modelos de afetividade são estimulados, enquanto outros são hostilizados, na dinâmica da construção do gênero para meninas e meninos, mulheres e homens, homossexuais/heterossexuais etc.

As análises de Louro (2016) sobre as pedagogias da sexualidade também são férteis para produzir reflexões nesse sentido. Na escola são efetivados processos que objetivam a produção de modelos normativos de sexualidade tidos como saudáveis, normais e/ou autoevidentes. É preciso considerar a importância da dinâmica desses processos na constituição das experiências dos jovens e suas identidades, “é preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, tem efeitos de verdade, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 2016, p. 21).

Miskolci (2016) discute a questão da escola, a normalização dos corpos produzida no ambiente escolar e as formas de abjeção direcionadas aos sujeitos que não se enquadram nos padrões então vigentes, afirmando que o fenômeno do *bullying* é um modo contemporâneo de perceber assédios e opressões historicamente existentes nas escolas: “havia um currículo oculto, um processo não dito, não explicitado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizadora” (MISKOLCI, 2016, p. 41). Tais afirmações são importantes para a perspectiva aqui desenvolvida, considerando que esses dados não são identificados por meio dos discursos ou registros oficiais. Daí a importância de trazer à tona a percepção dos sujeitos que vivenciam os contextos escolares, muitas vezes categorizados/as como anormais ou problemático/as.

Os marcadores das diferenças também podem ser pensados a partir da perspectiva interseccional, conforme elaboração de Crenshaw (2018), que discute o cruzamento de discriminações ou opressões, conferindo complexidade às análises das situações. Partindo da discussão sobre a intersecção entre gênero e raça e suas implicações para mulheres negras, a perspectiva de Crenshaw contribui para refletirmos sobre contextos em que diferentes discriminações operam simultaneamente, provocando o agravamento de desigualdades e opressões. No caso do Brasil, um país estruturado por desigualdades, articular juventude, gênero, raça, classe, é fundamental na compreensão de determinados contextos, inclusive os escolares.

Conferir visibilidade aos marcadores se torna relevante também pelo fato que por vezes a escola é concebida como espaço neutro. Tal perspectiva se reveste, na prática, da imposição de determinados modelos, individualidades, valores ou comportamentos, ao lado do silenciamento ou rejeição de outros. A respeito dessa questão, Souza, Moya e Vieira (2009, p. 55) afirmam que

O ideário constitutivo da escola enquanto espaço da neutralidade inscreve o apagamento de diferenças que transgridam o socialmente construído como normal a partir dos marcadores de orientação sexual, racial, cultural e regional que transitam nesse espaço. A construção do não dito e do oculto direciona as subjetividades não hegemônicas à não aceitação social, ou seja, reforça os padrões que instituem a discriminação a partir da reafirmação dos espaços constituintes do normal e do anormal. Essas práticas se embasam na pressuposição de um véu de ignorância em relação à existência da multiplicidade.

Considerando as questões apontadas, compreendemos que pesquisar o universo das juventudes nas escolas requer estimular o olhar para perceber as complexidades, que não constarão nas normas ou registros oficiais, embora estes sejam parte do conhecimento que se produz. É estar sensível para perceber também as marcas nas experiências que ficam registradas nos corpos, nas memórias, nas paredes, nas carteiras, nos silêncios, mas nem sempre discutidas ou observadas.

4 APREENDENDO AS EXPERIÊNCIAS DAS JUVENTUDES NA ESCOLA

Apreender experiência ou/e experiências juvenis escolares é pensar a escola enquanto espaço sociocultural, ou seja, um espaço constituído a partir de duas dimensões, como expõe Dayrell (2001, p. 2):

Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo.

Os/as jovens passam maior parte do tempo nas escolas, ou há uma tendência de colocá-los cada vez mais nesse espaço, com o avanço das escolas de tempo integral, nas quais esses/as sujeitos passam maior parte do seu tempo. Pensar a partir da situação dos/as interlocutores na pesquisa, da sua rotina, que faz com que a escola seja o espaço por excelência onde ocorrem boa parte das suas interações, construção de grupos de sociabilidade. A escola expressa múltiplas dimensões para as/os jovens (local de afeto, grupos de apoio, amizades, esporte, lazer, cultura, informação, acesso à internet, sexualidade etc.)

Nesse processo, no campo das pesquisas sociais, é necessária a adoção de uma flexibilidade (BOURDIEU, 2003), que comunga pensar a relação entre pesquisador, campo e interlocutores. No caso das pesquisas com juventude, é válido situar que o pesquisador carrega consigo representações acerca desta categoria, assim como representações acerca do que é a escola enquanto espaço sociocultural (DAYRELL, 2001) e/ou instituição social (DURKHEIM, 2011), por ter passado, ele/a próprio/a, por um processo educacional no âmbito dessa instituição, o que lhe coloca uma série de desafios de ordem epistemológica, como assinala Oliveira (2013; 2016). Assim, é importante refletir sobre as implicações subjetivas do pesquisador no

processo de pesquisa (LAPERRIÈRE, 2008) e passar a entender o processo de pesquisa de forma mais ampla, ou seja, “contrapor-se à tendência de ver a produção e o seu delineamento como uma questão técnica que simplesmente está livre de contaminação de influências externas” (MAY, 2004, p. 66).

Além dos referenciais acerca da juventude e da escola, enfrentamos o desafio dos modelos subjetivos do pesquisador acerca do gênero e sexualidade, no que diz respeito aos padrões binários e hegemônicos que podem estruturar de forma naturalizante e essencialista as percepções do pesquisador, tornando-se um impedimento à visibilidade dos regimes de gênero no interior dessas instituições, da dinâmica posta pelas dissidências de gênero e sexualidade no âmbito das relações juvenis escolares, dos conflitos existentes entre modelos hegemônicos de gênero e a política de resistência de sujeitos que não correspondem a tais esquemas de percepção.

No que se refere aos modelos de raça e etnia, é importante perceber as implicações na forma como o pesquisador percebe as dinâmicas produzidas a partir desses marcadores, os processos de racialização, seja na produção da branquitude e/ou negritude, evidenciando as relações de poder que interpelam tais produções; a própria condição de raça do pesquisador, na percepção de como ela impacta no processo de pesquisa, ou ainda como o marcador de raça pode interferir nas sociabilidades vivenciadas pelos jovens no espaço escolar, seja produção e divisão de grupos, seja na ocupação e delimitação de espaços, seja nas proibições e/ou liberdades nos processos que constituem as experiências escolares.

Outros modelos de percepção a serem considerados são os referentes às classes sociais, na forma como estes estimulam as relações sociais vivenciadas pelos jovens, entre si e com a comunidade na qual situa-se a escola, na forma como a comunidade percebe e representa os/as jovens a partir do recorte e classificação de classe, no acesso ou impedimentos a determinados bens de consumo direcionados aos/às jovens e a dinâmica desses processos no espaço escolar.

As perspectivas de análise que tomam como base as implicações dos processos de colonialidade, descolonização, decolonialidade, postulam o desafio de não sobressaltar os modelos conceituais universalistas e homogêneos, formados a partir dos processos de construção do conhecimento colonizados, em detrimento das dinâmicas próprias dos contextos em pes-

quisa, que podem ser colocados como desvios, representando os modelos coloniais como normas, a partir da dinâmica da geopolítica de conhecimento que constrói-se tomando o norte global como referência de experiências bem-sucedidas, transpondo para os estudos de juventude modelos identitários e experiências de vida a partir de modelos de sujeito epistemológicos constituídos a partir de relações de dominação constituídas historicamente como base para processos de desigualdades em dimensões globais e locais.

O que está em discussão é o desafio de evitar reproduzir relações de poder na formulação das pesquisas, na efetivação/condução e na produção de análises, não dando lugar aos jovens nesse processo, ou pensando-os como objetos de conhecimento, reproduzindo os modelos de colonização, pautados na invisibilidade, numa neutralidade e distanciamento que precinzam a objetificação do “Outro”. Ou, ainda, pensar os marcadores sociais da diferença como fragmentação da experiência dos indivíduos, sobressaltando alguns processos como mais ou menos problemáticos em relação a outros.

É importante pontuar como discussão a necessidade de problematizações que considerem as reações políticas, na forma de contestações, conformações e/ou rupturas elaboradas pelos jovens a todos os modelos que compõem as expectativas sociais em relação às suas vivências e identidades. É válido pautar as expectativas e anseios que eles/as têm sobre si mesmos/as, seus sonhos, (des) afetos, como pensam e vivenciam o tempo, os espaços e contextos de relações sociais.

Sendo a academia um campo privilegiado de produção do conhecimento, muitas vezes as reelaborações teóricas e históricas se valem desse espaço como um meio de legitimar as vozes dissonantes. Assim, tem se processado com os estudos sobre mulheres, negros/as, sexualidades, de modo que, inseridos no espaço acadêmico, os sujeitos tomam a palavra para problematizar as narrativas hegemônicas. No caso dos/as jovens que vivenciam experiências escolares, há mais barreiras, seja porque estes sujeitos ainda não adentraram no âmbito acadêmico, seja porque quando vierem a adentrar já não se enquadram mais no recorte geracional que vivenciavam no período escolar.

No processo de interlocução com o campo de pesquisa, faz-se imprescindível uma abordagem que apreenda a polissemia, polifonia e hete-

rogeneridade das subjetividades dos/as jovens. Se a categoria juventude, enquanto construção sociocultural, requer a atenção para sua complexidade empírica, igualmente se faz necessário refletir sobre o modo como se constrói o saber relativo às vivências juvenis experimentadas nas escolas. Historicamente, os/as jovens têm sido ditos, seja pela cultura, seja pelos conceitos que buscam apreender suas experiências. No entanto, construir um conhecimento sobre a juventude que possa trazer seus olhares e sentidos não apenas como parte de um esquema de representações formulado pelo/a pesquisador/a, mas que possua uma força narrativa de ser parte constituinte desse saber, requer que se reflita sobre o processo próprio de inserção no campo de pesquisa e dos diálogos ali produzidos. Cabe refletir, desse modo, como o/as pesquisadore/as podem elaborar o conhecimento sobre as juventudes que não seja sempre uma reprodução de categorias pré-fixadas, sejam elas de ordem teórica, cultural, jurídica ou política.

Aqui vale mencionar lições de Foucault para pensar nas relações de poder vivenciadas nas instituições e também no modo de produção dos saberes que não expresse apenas um dado conhecimento oficial. Na *Microfísica do Poder*, Foucault trata do poder disciplinar, um mecanismo de produção de comportamentos, individualidades, controle dos corpos e do tempo. A escola expressa o poder disciplinar nos termos foucaultianos, por vários motivos: a) pressupõe uma dada organização do espaço; b) estabelece o controle do tempo; c) tem a vigilância como um dos seus instrumentos de controle; d) ao exercer um poder, produz um saber. Ainda segundo o autor, o poder disciplinar não tem como finalidade anular o indivíduo, mas produzi-lo segundo determinados mecanismos.

Outra noção importante de Foucault, também discutida na *Microfísica*, é a de dispositivo. O termo nos ajuda a pensar nos elementos constituintes de práticas e como percebê-las e interpretá-las. Segundo suas palavras:

Por este termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Mais adiante, o autor faz as seguintes afirmações, ao tratar da relação entre esses diferentes elementos:

[...] tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretção dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Tais indicações se tornam pertinentes para a reflexão aqui proposta, pois as pesquisas sobre juventudes e escolas pressupõem uma rede articulada de práticas, saberes, que vão desde o processo de construção dos estudos, por parte dos/as pesquisadores/as, até as realidades constituintes dos contextos estudados. Nesse sentido, trazer à tona essa rede complexa de relações requer um olhar aguçado sobre o próprio ato de pesquisar e suas bases epistemológicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reescrever trajetórias, reconstruir olhares. Diante das questões discutidas ao longo do texto, pensamos nas considerações finais como novos pontos de partida para refletir sobre a produção de pesquisas sobre juventudes e escolas. Ao revisitar as noções clássicas a respeito da categoria juventudes, identificamos os limites constituintes das formas de classificar os/as jovens, chamando a atenção para a construção de novas abordagens que possam contribuir na compreensão e visibilidade política da polissemia das experiências juvenis no âmbito das escolas.

Pesquisar sobre juventudes, com/entre jovens é percorrer caminhos carregados de sonhos, expectativas, desafios e superações cotidianas. É deparar-se com um mundo de possibilidades, que tentam (re) significar seu espaço e o tempo vivido, ou mesmo aquele que ainda está por vir. É colocar em perspectiva formas de perceber o mundo e confrontar com as várias que

nos constituem, enquanto sujeitos pesquisadores, interlocutores de pesquisa, profissionais, pessoas que carregam experiências intersubjetivas. É assumir compromissos ético e políticos de pensar sobre as consequências do processo de produção de conhecimento.

Ao nos debruçar sobre essa temática, que nos acompanha em nossos processos de pesquisa, nos comprometemos eticamente e politicamente em contribuir na construção novos modos de perceber e visibilizar as juventudes nas suas diversas nuances. Tal reflexão acompanha questionamentos de ordem teórica sobre as concepções de indivíduo, apreensão das experiências, reconhecimento político, que são confrontadas com modelos de classificações universalizantes. Reconstruir o olhar passa, portanto, pelo estímulo de novas rotas de produção de conhecimento.

Apreender as experiências invisibilizadas, ou silenciadas, demanda o exercício metodológico de perceber e incorporar as vivências dos sujeitos em sua complexidade. Em se tratando do universo das escolas, lugar de produção de disciplinas, normalização de comportamentos, tal tarefa requer um maior cuidado no percurso metodológico. Como os/as jovens se veem nesses espaços? São ouvidos/as e de que forma? Suas visões de mundo são consideradas nas práticas pedagógicas? Para além das atividades formalmente constituídas, quais outras ordens de vivências coexistem no universo escolar que não constam nos registros oficiais? Quais marcas se produzem nos corpos, nas subjetividades e nas trajetórias individuais?

Por fim, consideramos que o percurso de construção das pesquisas sobre juventudes e escolas se move pelos questionamentos permanentes, pela produção de novas categorias que expressem a complexidade das experiências e que os conhecimentos produzidos possam contribuir para potencializar o reconhecimento político, visibilidade, representatividade e acesso à direitos desses sujeitos em vários âmbitos da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Juventudes e Violências nas escolas. In: Bomfim, Maria do Carmo Alves; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Adriana Loiola do (Orgs.). **Juventudes, cultura de Paz e subjetividades**. Teresina: EDUFPI, 2014.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. A escola como espaço sócio-cultural. In: _____ (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARGULIS, Mario. **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; UFPO, 2016.

OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia e pesquisa educacional: Por uma descrição densa da educação. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 3, p. 270-280, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.11/3818>>. Acesso em: 3 maio 2016.

_____. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-81, jul./dez. 2013.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

SOUSA, Karina Almeida de; MOYA, Thais Santos; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos Vieira. Educação e relações étnico-raciais: a experiência da diferença. In: SILVÉRIO, Valter Roberto et al. **Educação, diferença e desenvolvimento nacional**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

VASCONCELOS, José Gerardo. Juventude, subjetividade e sexualidade na escola. In: DAMASCENO, Maria Nobre; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs.). **Trajatórias da Juventude**. Fortaleza: LCR, 2001.

FRANCISCO WERIQUESS SILVA SALES

Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFPI. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais (UFPI). Professor, assessor na Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres de Teresina-PI. Áreas de interesse: Gênero, Teoria Queer, Sexualidade, Teoria Feminista, Juventude, Educação, Corpo. E-mail: w-hquis@hotmail.com.

ROSSANA MARIA MARINHO ALBUQUERQUE

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do quadro permanente do PPGS/UFPI e membro do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (Engendre/UFPI). E-mail: rossana-marinho@yahoo.com.br.

TAYNÁ EGAS COSTA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFPI. É licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Integrante do Núcleo de Estudos em Gênero (Engendre/UFPI) e do Núcleo de Estudos de Crianças e Adolescentes (Nupec/UFPI). Foi aluna bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) na área de Sociologia (2014-2016). Atualmente é professora de Sociologia e Filosofia do ensino básico na rede privada de ensino de Teresina. E-mail: taynaegas@gmail.com.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO DA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NA RELATEC DE 2010 A 2016

Danielle Maria da Costa Marques Sampaio

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo na perspectiva de compreender através da revisão bibliográfica sistemática os artigos científicos publicados na Revista Latino-Americana de Tecnologias Educativas (Relatec), no período de 2010 a 2016. Tendo como objetivo analisar as produções científicas que abordam a relação existente entre a utilização das tecnologias digitais na educação dos jovens latino-americanos, estudantes do ensino médio. Sendo importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não se limita a identificação das produções, mas analisá-las, discuti-las sob os múltiplos enfoques e perspectivas da temática em estudo. Observando-se por meio de dados coletados que existem poucos trabalhos científicos sobre a temática em questão. Fato que pode estar relacionado a fatores históricos e culturais que tendem a ver os jovens como marginalizados dentro da sociedade, fornecendo substratos para reflexões sobre a perspectiva diacrônica e transcultural das condições juvenis na atualidade.

Palavras-Chave: Jovens. Tecnologias digitais. Educação. Ensino médio.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Giddens (1991) o século XXI é marcado por grandes mudanças sociais, oriundas da utilização intensificadas das Tecnologias Digitais, o que influencia a transformação do tempo e do espaço, o rompimento das barreiras geográficas entre os estados-nação e um novo dimensionamento do tempo à luz da comunicação em rede de computadores, mudanças essas que influenciam também as práticas sociais e a vida dos sujeitos em sociedade.

Nessa perspectiva, Castells (2016) cita que o desenvolvimento da comunicação digital gerou a interação simultânea entre os seres humanos, mesmo a distância, o que contribui para a emergência dos ciberespaços, ou seja, espaços digitais em que ocorrem práticas sociais simultâneas, compartilhamento de experiências à distância, interligando indivíduos de diferentes culturas e espaços geográficos. Promovendo uma velocidade significativa de acesso às informações e ao conhecimento, o que pode favorecer a aprendizagem dos sujeitos e novas contingências e práticas pedagógicas relacionadas à Educação.

Segundo Pierre Lévy (2010) o ciberespaço, pode gerar implicações na educação no que diz respeito à utilização de novas ferramentas para aquisição e compartilhamento de conhecimentos o que poderá gerar mudanças nos papéis desempenhados por discentes e docentes bem como nas políticas pedagógicas que poderão favorecer a inclusão digital. Lévy (2010, p. 167), relacionado a esse cenário de transformações que marcam a modernidade capitalista através dos recursos digitais, cita que:

Entre os novos modos de conhecimento trazidos pela cibercultura, a simulação ocupa um lugar central. Em uma palavra, trata-se de uma tecnologia intelectual que amplifica a imaginação individual (aumento de inteligência) e permite aos grupos que compartilhem, negociem e refinem modelos mentais comuns, qualquer que seja a complexidade deles (aumento da inteligência coletiva). Para aumentar e transformar determinadas capacidades cognitivas humanas (a memória, o cálculo, o raciocínio especialista), a informática exterioriza parcialmente essas faculdades em suportes digitais. Ora, uma

vez que esses processos cognitivos tenham sido exteriorizados e reificados, tornam-se compartilháveis e assim reforçam os processos de inteligência coletiva [...].

Ao relacionar as mudanças dos processos cognitivos à cibercultura, observa-se que a educação dos jovens latino-americanos, nesse contexto, pode ser influenciada também, pelos processos de interações entre os sujeitos, a partir de interações sociais construídas nos ciberespaços, tornando-se relevante, analisa-la a partir dos valores e significados construídos coletivamente, compartilhados entre as pessoas, nos espaços de convívio social, através da utilização das tecnologias digitais.

Diante do exposto acima, essa pesquisa busca compreender a relação existente entre a utilização das tecnologias digitais pelos jovens latino-americanos, estudantes do ensino médio, através da produção do conhecimento de artigos publicados na *Relatec*, no período de 2010 a 2016. Tornando-se relevante, também, a análise da categoria “juventudes”, nesse contexto, uma vez que, é inerente a associação dos jovens ao universo social do ensino médio na América Latina. Não só relacionada a uma faixa etária ou fase da vida, o termo “juventudes”, segundo Pais (2013) pode ser utilizado de uma forma abrangente no sentido de entendimento das relações socioculturais construídas a partir de vivências cotidianas e de construções culturais.

Diante disso, emergem a seguinte pergunta de pesquisa: Como é abordada a relação entre tecnologias digitais e a educação dos jovens latino-americanos?

No intuito de responder ao questionamento exposto acima, foi feito um levantamento dos artigos científicos, publicados na *Relatec* que tratavam da educação de jovens latino-americanos, estudantes do ensino médio, através da utilização de tecnologias digitais.

Optando-se, para o levantamento e análise de dados, trabalhar com um período de publicações de 10 anos, no intuito de avaliar também se ocorreram mudanças na publicação de estudos sobre essa temática, nesse espaço de tempo. Sendo esses dados relevantes para uma compreensão mais aprofundada sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

2 OS JOVENS E A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Na atualidade, os jovens para buscarem informações, servindo de instrumento de mediação no seu processo educacional utilizam as tecnologias digitais, através do acesso à internet. Segundo Pais (2003), dentro desse processo, os jovens são percebidos como sujeitos ativos na construção de significados acerca do contexto social e cultural no qual estão inseridos. Não só relacionada a uma faixa etária ou fase da vida, o termo “juventudes”, como define Margulis (2017), é utilizado de uma forma abrangente no sentido de entendimento das relações socioculturais construídas a partir de vivências cotidianas e de construções sociais.

Alguns teóricos, relacionados aos estudos de juventudes e educação, tais como: Helena Abramo (1994) e Marilia Sposito (2002) pontuam que fatores emocionais e psicológicos, tais como ansiedade, insegurança, baixa autoestima, medo, angústia interferem na aprendizagem dos jovens e que por vezes são convertidos em desmotivação em sala de aula, constrangimento e indisciplina. As trajetórias de vida, os contextos sociais e culturais, e as demandas emocionais e psicológicas desses jovens são diversas. Sendo que muitas vezes a escola, lócus central da construção de conhecimentos de crianças e jovens, não está preparada para suprir essas demandas, causando prejuízos ao processo de aprendizagem, por não ofertar mecanismos de inclusão dessas diversidades (SOUZA; COSTA; BORUCHOVITCH, 2004).

Nesse cenário, na sociedade informacional do século XXI, caracterizada também pela utilização da educação como ferramenta para a intensa especialização da mão-de-obra, imprimindo a necessidade de constante acúmulo de saberes e experiências que reflete no processo de aprendizagem, a utilização intensificada das tecnologias digitais, sobretudo pelos jovens, podem servir como parâmetro de reflexão sobre o significado da relação dos jovens com os recursos tecnológicos nesse processo de construção de saberes e preparo para o universo do trabalho (MARGULIS, 2016). Assim, tornando-se importante refletir sobre as ações que esses jovens empreendem de maneira ativa dentro desse fenômeno, como cita Sousa (2011, p. 26), na qual: “[...] observa-se que a realidade contemporânea, mais do que em qualquer outro período da história da humanidade, está impregnada de

tecnologias, sobretudo das novas [...]”. Pois, tudo que emerge da realidade social é mediada por tecnologias, mais especificamente nos processos educacionais através de sistemas de informação aliados ao ensino, estruturas físicas de segurança e recursos que viabilizam o ensino e a aquisição de conhecimentos a distância.

Outro fator que caracteriza a sociedade informacional e que se torna importante na análise das relações dos jovens com as tecnologias digitais no processo de aprendizagem está relacionado ao que Hall (2006) cita como “identidades partilhadas” na Modernidade, no sentido desse autor, a mudança estrutural, oriunda da utilização das tecnologias, promove uma mudança estrutural nas sociedades modernas no final do século XX. O que gera fragmentações em relação aos espaços culturais e as categorias: classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, anteriormente, forneciam localizações sólidas relacionadas aos indivíduos sociais. Essas transformações afetam também as identidades pessoais dos sujeitos na modernidade, interferindo nas crenças que se tem de si e dos sujeitos integrados. Hall (2006), afirma que essa perda de um sentido individual, estável, ou descentralização implica numa “crise de identidade” para os indivíduos, interferindo diretamente na relação entre si e com as estruturais sociais, como a Educação. Segundo Hall (2006, p. 73):

[...] o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional e um, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do estado-nação. As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias, têm se tornado mais importantes [...].

Nessa perspectiva, pode se inferir que a utilização de recursos tecnológicos para obtenção de conhecimentos e de comunicação na atualidade reflete esse novo ordenamento social através do qual tudo necessariamente deve estar interligado. Nesse contexto, as comunidades virtuais estabelecidas através da Internet se inserem nessa malha de globalização, a qual permite que jovens de culturas distintas se tornem onipresentes na Rede. Esses

“fluxos culturais entre as nações e o consumismo global criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’”. Nesse sentido, Hall informa que (2006, p. 74):

[...] As comunidades virtuais estabelecidas através da Internet se inserem nessa malha de globalização, a qual permite que jovens de culturas distintas tornem-se onipresentes na Rede. Esses “fluxos culturais” entre as nações e o consumismo global criam possibilidades de identidades partilhadas.

Ainda em relação à categoria “identidade” na modernidade tecnológica, Giddens (2002) pontua que a tradição vai perdendo o domínio na vida dos indivíduos em sociedade, dando lugar ao jogo dialético entre o global e o local o que possibilita a escolha de diferentes estilos de vida diante das múltiplas opções. Ação essa que gera a transformação da intimidade, segundo esse teórico. Sendo essa transformação também influenciada pelos valores capitalistas relacionadas ao consumo, uma que, na criação da mercadoria, a produção e a distribuição capitalista são componentes centrais das instituições da modernidade. Giddens (2002, p. 13) cita que:

[...] por causa da abertura da vida social de hoje, com a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de “autoridades”, a escolha do estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da auto-identidade e da atividade diária. O planejamento de vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração dos riscos filtrados pelo contato com o conhecimento especializado, torna-se uma característica central da estruturação da “auto-identidade”.

Nesse sentido, Canclini (2009) aponta para emergência no mundo globalizado, de uma cultura desenvolvida nos ciberespaços, ou seja, espaços de estabelecimento de interações sociais, através de recursos tecnológicos, que ele intitulou de “cultura.com.”. Afirmando assim que os recursos tecnológicos podem contribuir para suprir necessidades sociais, diminuir as desigualdades sociais possibilitando a conexão dos excluídos e a mobilização de recursos alternativos para sujeitos em situações de cidadania, o que

poderá influenciar a vida dos indivíduos de maneira significativa vinculada a percepções individuais e as representações coletivas o que influenciará nos processos de aprendizagem.

Em relação às juventudes e a cultura que emerge nos ciberespaços, algumas autoras, tais como Helena Abramo (1994) e Márcia Regina Costa (1993), intitulam esses jovens como “Geração @” ou geração “*zapping*”, caracterizando-os como sujeitos, na faixa etária de 14 aos 25 anos, com habilidades cognitivas e motoras desenvolvidas para utilizar com grande familiaridade e rapidez tecnologias digitais. Em relação a esse contexto Sposito (2009, p. 68) informa que:

[...] Por fim, valeria lembrar que os jovens aparecem como protagonistas da mudança, com facilidade de manejo tecnológico e rapidez na cognição.

De acordo com estas investigações, o espaço cibernético é um meio de expressão de si, veículo de diálogo com seus semelhantes, espaço de construção de novas amizades, sociabilidade e reflexividade. O ciberespaço é compreendido como um local de tolerância e liberdade de expressão para os que criam e produzem a cultura virtual, bem como para os receptores desta nova linguagem.

Diante disso, pode-se inferir que a cibercultura e as tecnologias digitais estão presentes nas vidas dos jovens de maneira ampla influenciando as relações sociais dos mesmos bem como pode influenciar também a educação escolar.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo do tipo qualitativo, através da compreensão na perspectiva da revisão sistemática do tipo qualitativa, a partir da organização de uma síntese das produções científicas latino-americanas sobre a utilização das tecnologias digitais no ensino médio. Com essa finalidade foram analisados artigos científicos sobre essa temática publicados na *Relatec* no período de 2010 a 2016.

Segundo De-La-Torre-Uguarte-Guanilo, Takahashi e Bertolizzi (2011) empreender estudos sobre essa perspectiva pode contribuir de maneira significativa na organização do campo teórico de uma área do conhecimento através de uma metodologia rigorosa que possibilita, através de métodos explícitos e sistematizados, a organização de uma síntese relacionada com o tema em estudo, possibilitando também a interpretação dos dados sistematizados.

Sendo importante também ressaltar que os objetivos dessa pesquisa não ficaram restritos a identificação da produção, ampliando-se para análise, categorização e identificação dos diversos enfoques e perspectivas sobre a temática em estudo.

Para obtenção das edições da revista científica *Relatec*, compreendidas entre os anos de 2010 a 2016, utilizou-se buscador digital “Google”, selecionando-se 14 edições da revista compreendidas no período descrito. Após a obtenção das edições da revista, obteve-se os artigos a serem analisados utilizando-se como descritores de busca “tecnologias digitais”, “juventudes” e “ensino médio em países da América- Latina”. Optou-se por trabalhar com esse intervalo de tempo também, pelo fato de que muitos países latino-americanos a partir do ano de 2010 criaram políticas públicas voltadas à inclusão digital, como o Brasil, cujo Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros BR), através do decreto n. 6.991. Os critérios de inclusão de artigos científicos no presente estudo foram: artigos latino-americanos publicados em espanhol ou português; artigos com amostras que tratam da utilização das tecnologias digitais no contexto escolar; artigos que tratam das tecnologias digitais voltadas à educação de jovens latino-americanos; artigos que tratam das tecnologias digitais voltadas à educação dos estudantes do ensino médio, que abordam a relação da utilização das tecnologias digitais na educação na perspectiva dos discentes e/ou docentes, através de diversas metodologias de pesquisa.

Os critérios de exclusão dos artigos foram: artigos que avaliavam a relação existente entre tecnologias digitais e ensino médio que contemplem a dimensão espanhola ou de outros países europeus; artigos com amostras relacionadas ao ensino infantil ou ao ensino superior.

Sem considerar os critérios de exclusão, encontrou-se inicialmente 31 publicações latino-americanas no idioma português e espanhol. Dessas

publicações, excluindo-se aquelas que tratavam do ensino infantil ou universitário, restaram 02 artigos a serem analisados, cujos dados foram sistematizados através do quadro abaixo:

SUJEITOS	OBJETIVOS	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
Professores e alunos	Propõe-se a elaboração de design e roteiro de conteúdo de vídeos educativos sob o enfoque da aprendizagem significativa, que se baseia no modelo construtivista do processo cognitivo humano.	Mapas conceituais a partir da perspectiva construcionista (NOVAK; CAÑAS, 2008).	O design e o roteiro devem favorecer a construção coletiva do conhecimento por parte dos aprendizes e docentes, para além da mera transmissão e repasse de informação. É preciso que ambos contemplem uma intencionalidade pedagógica, de modo a favorecer e promover a interatividade, e que se contraponha à reprodução mecânica de práticas convencionais.
Professores	Identificar tecnologias centradas no PLE (<i>Personal Learning Environments</i>) com foco na procura de inovação nas pedagogias atuais.	O estudo exploratório, em torno da utilização destes ambientes de aprendizagem,	Conclui-se que o PLE pode estimular o desenvolvimento de instrumentos de auto-orientação e dá preferência a estratégias de aprendizagem descentralizadas das instituições de educação. Ao mesmo tempo que promove competências como a autonomia e a organização individual dos aprendizes exige novas competências nos programas do ensino.

QUADRO 1 – SÍNTESE DOS ARTIGOS ENCONTRADOS

Fonte: Criação própria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A *Relatec* é uma revista científica vinculada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Extremadura (UEX), na Espanha. Seu objetivo principal é ser um espaço de publicações científicas de pesquisadores latino-americanos sobre tecnologias educacionais. Sendo financiada pelo Departamento de Ciências da Educação da UEX e da Rede Universitária de Tecnologia Educacional (Rute). A revista é um referencial para publicações relacionadas às tecnologias aplicadas à educação bem como a pesquisadores, professores e alunos que desejam obter conhecimento acerca da temática.

Na América Latina, os jovens representam 40% da população total, estando potencialmente mais predispostos a serem agentes de transformações e inovações relacionadas às interações sociais e às estruturas sociais, embora considerando diferentes “estilos ou identidades” juvenis nesse universo. Podendo essa categoria, devido ao seu contingente, constituir-se, de maneira geral, devido a fatores sociais, culturais e tecnológicos num maior potencial para comprometer-se com os desafios coletivos como: a luta pela inclusão social, respeito às diversidades, produção de conhecimentos e respeito às diferenças, bem como de mudanças relacionadas às interações e às organizações sociais. Tendo mais aptidões para a busca de informações através dos recursos tecnológicos implicando na construção de novas aprendizagens e comportamentos, que marcam esse século, os jovens, através dos recursos digitais, podem contribuir, a partir da Educação, no processo de desenvolvimento econômico e social no espaço social, como no contexto da América Latina, onde notadamente grande parcela da população, encontra-se abaixo da linha da pobreza, com desigualdades históricas sociais acentuadas (KLIKSBURG, 2006).

Apesar do contexto descrito acima, observou-se através dos dados coletados que mesmo sendo um referencial científico sobre tecnologias educativas a revista conta com um número reduzido de estudos sobre a utilização das tecnologias digitais na educação dos jovens latino-americanos. Equivalendo os artigos coletados a cerca de 10% das publicações relacionadas à relação entre tecnologias digitais e educação de uma maneira geral.

Marilia Sposito (2006) informa que no final da década de 80, ocorreu a intensificação de pesquisas científicas relacionadas à temática “juventudes”, em virtude da influência da mídia. Através da qual, o jovem passou a ser tido como sujeitos das investigações que os contempla. Dessa forma, torna-se relevante em pesquisas relacionadas à essa categoria social, reconhecê-la em suas dimensões mais amplas, evidenciando que são múltiplas as dimensões a serem analisadas desses seres sociais, no sentido de compreendê-la dentro de suas interações sociais.

Em relação aos artigos analisados, observou-se que os sujeitos dos artigos selecionados são predominantemente os professores o que pode estar relacionado a uma visão ainda conservadora em analisar o espaço escolar através de relações verticais, através das quais os professores são os respon-

sáveis pelo repasse do conhecimento ao alunado, que passivamente o absorve. Dados esses observados mesmo diante dos objetivos apresentados pelos artigos que se propõem de maneira geral ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que potencializem os pressupostos educacionais representados através de projetos de ensino-aprendizagem.

A publicação de poucos trabalhos científicos sobre a temática em questão pode estar relacionada a fatores históricos e culturais que tendem a ver os jovens como marginalizados dentro da sociedade, fornecendo substratos para reflexões sobre a perspectiva diacrônica e transcultural das condições juvenis nos dias de hoje, como citam Gaccia-Bava, Pampols e Gangas (2004). Fato que se torna contraditório, uma vez que, a atual geração de jovens e crianças são as únicas dentro do contexto social, que está sendo educada em uma sociedade tecnológica e rica em recursos digitais, sendo chamadas por alguns autores, tais como Tapscott (1998) como “geração rede”. Diante disso Gaccia-Bava, Pampols e Gangas (2004, p. 319) informam que:

[...] Não é que sejam um grupo em idade com o acesso maior aos provedores e à internet, nem que a maior parte vivam cercados de bites, chats, e-mails e webs, mas que o essencial é o impacto cultural dessas novas tecnologias: desde que fizeram uso da razão, estão rodeados de instrumentos eletrônicos (de videogames a relógios digitais) que configuram a sua visão de vida e do mundo [...].

Os artigos analisados trouxeram como conclusão a necessidade da construção coletiva do conhecimento por parte dos aprendizes e docentes, indo além da mera transmissão e repasse de informações, promovendo o desenvolvendo de uma postura ativa dos sujeitos envolvidos nesse processo a partir da contemplação da intencionalidade pedagógica, de modo a favorecer e promover a interatividade e o desenvolvimento das competências como a autonomia e a organização individual dos aprendizes o que exigirá novas competências nos programas pedagógicos. O objetivo citado é relevante, mas diante dos dados coletados nessa pesquisa mostram-se fragilizado diante do pouco interesse evidenciado através dos dados coletados, no desenvolvimento de pesquisas que contemplem a relação dos jovens nesse contexto no sentido de gerar visibilidade para tal temática fortalecendo de-

bates científicos e a construção coletiva de novos norteadores nessa construção de sentidos e significados na relação existente entre jovens e a utilização das tecnologias digitais no processo educacional. Fatos esses que demarcam a posição de invisibilidade ou irrelevância dos jovens nesse processo.

Situação essa que também interfere no valor atribuído à escola pela maioria dos jovens, que tendem a ver a escola como um espaço desmotivacional, autoritário, preconceituoso, sendo marcado muitas vezes para exclusões e interditos, resultando em evasão, abandono, os desafios para universalização do saber.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da educação dos jovens latino-americanos a partir da utilização das tecnologias digitais, observa-se uma lacuna científica de estudos dessa natureza que contemplem as singularidades do universo juvenil.

Observando-se que nesse século mais do que em qualquer outro, relaciona-se ao contexto juvenil a utilização das tecnologias digitais, os poucos estudos sobre a temática demarcam um espaço de invisibilidade e do acesso difícil dos jovens aos mecanismos de inclusão e de representação social dos mesmos.

Talvez a representação direta da tendência em analisar a educação a partir de parâmetros universalistas, no sentido de dificultar a percepção dos esquemas sutis que englobam visões parciais da realidade dos sujeitos, oriundo de visões tendenciosas da realidade, fixando-se na compreensão da totalidade e não das singularidades locais que caracterizam o dia a dia dos sujeitos e que se refletem nos seus processos de aprendizagem.

Observando-se também que investigações científicas a partir da análise dos discursos dos sujeitos, nesse contexto, seriam relevantes no sentido de conceber os jovens dentro desse processo como agentes ativos em suas realidades sociais, onde os próprios sujeitos criam novos sentidos e significados às suas ações. Diante disso, pode-se concluir que a pouca representatividade quantitativa e qualitativa de pesquisas sobre a relação entre a utilização das tecnologias digitais e a educação dos jovens latino-americanos, evidencia um prejuízo na representatividade política e na construção

da consciência dos jovens atuais, que nasceram e se constituíram para a utilização das novas tecnologias digitais. O que pode contribuir para gerar entre os mesmos um sentimento de inadequação, através da certeza de estarem diante de um mundo informacional e com um potencial adequado para explorá-lo, entretanto, impossibilitados pelos interditos produzidos e representados por vários mecanismos sociais, tais como a educação.

Diante disso, conclui-se também que a pergunta elencada nessa pesquisa continua latente, cujas respostas estão imersas num universo que tende a associar também a relação entre tecnologias digitais e juventudes meramente ao lazer e ao entretenimento, situados fora do âmbito educacional. Assim também, ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem investigar a relação entre os jovens e as tecnologias digitais na educação, uma vez que esses questionamentos remetem-nos a discursões e questionamentos sobre a perpetuação do universo de exclusão e invisibilidades sociais vivenciadas pelos jovens na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis – punks, darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COSTA, Marcia Regina. **Os carecas do subúrbio**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

COSTA, E. R.; BORUCHOVITCH, E. Compreendendo relações entre estratégias de aprendizagem e a ansiedade de alunos do ensino fundamental de Campinas. **Psicologia e Reflexão Crítica**, Campinas, v. 17, n. 1, p.15-24, 2004.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, out. 2011. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342011000500033>>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000500033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GARCCIA-BAVA, A.; PAMPOLS, C.F.; CANGAS, Y.G. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MARGULIS, M. ¿Juventud o juventudes?. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 297-324, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

KLIKSBERG, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 909-42, set./out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a08v40n5.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

PAIS, J. M. **Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2003.

SOUSA, C. A. de M. **Novas linguagens e sociabilidades: como uma juventude vê novas tecnologias**. Brasília: Editora Universidade Católica de Brasília, 2011.

SOUZA, L. F. N. I. Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 36, 2010.

SPOSITO, M. P.; CORTI, A. P. A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes. In: SPOSITO, Marília P. **Juventude e escolarização (1980/1998)**. Brasília, MEC/Inep/Comped, 2002. (Estado do Conhecimento, 7).

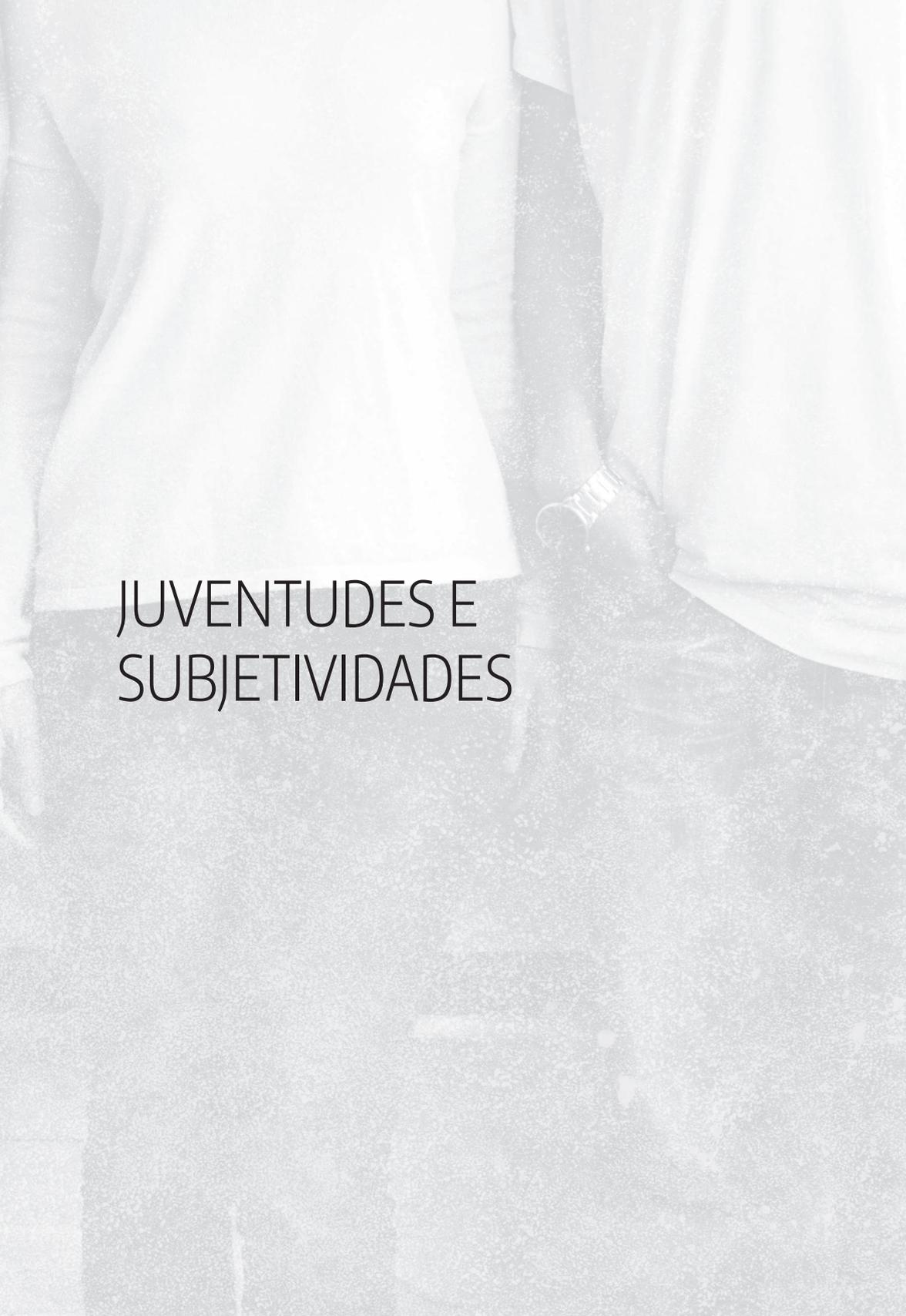
SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: Crise, Identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SPOSITO, M. P. (Org.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir, 2010

DANIELLE MARIA DA COSTA MARQUES

Psicóloga, formada pela Faculdade Santo Agostinho (FSA) em 2005. Especialista em Psicologia do Trânsito e em Saúde Mental e Políticas Públicas pela Faculdade Evangélica do Piauí (Faepi). Atuante nas áreas de docência do ensino superior e avaliação psicológica. Atualmente mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: dmarquessampaio@gmail.com



JUVENTUDES E
SUBJETIVIDADES

JUVENTUDE E A IDEOLOGIA DO FUTURO ACABADO: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA IDEIAÇÃO SUICIDA

Francisco Lima

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a coerção social impõe aos jovens um compromisso em planejar o futuro de acordo com as necessidades da sociedade, e como eles reagem a isso. Elaboramos um conceito a que chamamos de *ideologia do futuro acabado*, que se baseia na prática de repassar aos jovens diretrizes sociais para que eles se enquadrem em funções produtivas pré-determinadas de acordo com seu gênero e classe social, bem como na formação de núcleos familiares tradicionais, para que essa ideologia possa ser replicada *ad infinitum*. Nossa hipótese é que tal pressão vai agir naqueles que não conseguem se enquadrar no padrão exigido, criando condições para o surgimento de estados depressivos e, conseqüentemente, da ideação suicida. Utilizamos os conceitos de ideologia de Marx (2002), de futuro de Minois (2016), de diferimento de recompensas de Leccardi (2005), da associação entre depressão e suicídio de Chachamovich et al., e de transição para a vida adulta de Camarano et al., e outras fontes exclusivamente bibliográficas. Do entrelaçamento desses trabalhos observou-se que uma parcela cada vez maior dos jovens não consegue se encaixar nos padrões exigidos e estão adoecendo mentalmente, formando um número crescente de potenciais suicidas. Percebeu-se a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para atenção à saúde mental desses jovens, pois, embora a preparação para a manutenção da es-

trutura social seja importante, é prejudicial a intensa pressão psicológica para que isso ocorra.

Palavras-chave: Jovens. Coerção social. Ideologia. Futuro. Suicídio.

1 INTRODUÇÃO: POSIÇÃO SOCIAL DOS JOVENS E IDEOLOGIA

Os índices de jovens que cometem suicídio no mundo inteiro não param de crescer. Movidos em sua maioria por transtornos mentais, com destaque para a depressão, esses jovens têm buscado a morte voluntária como forma de pôr fim aos seus sofrimentos, pois passaram a acreditar que somente dando cabo da vida podem conseguir superar a dor de seus problemas. É o que afirma a Organização Mundial da Saúde (2016) em relatório que mostra que o suicídio é a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no planeta, ficando atrás apenas dos acidentes de trânsito. As razões para que uma pessoa cometa suicídio são muitas, como mostra o conjunto de estudos científicos sobre o tema. Portanto, atribuir esse fenômeno a apenas um fator seria como andar na contramão das descobertas da ciência. Entretanto, uma característica social – multifacetada – representa fator importante para o surgimento da depressão e, em alguma medida, do suicídio. É a pressão exercida pelas instituições sociais, em especial pela família, pela adequação às funções exercidas pelos indivíduos dentro da comunidade, que obriga os adolescentes a se empenharem em cumprir papéis que muitos não desejam, criando condições psicológicas que podem levar a ideação suicida.

O preparo dos jovens para cumprirem funções no sistema produtivista vem sendo praticado desde que os homens começaram a se reunir em grupos. Manter as condições básicas de sobrevivência é o objetivo principal de qualquer comunidade e para isso é preciso que seus integrantes conservem tarefas determinadas, que vão sendo designadas de acordo com a carência da coletividade e não necessariamente respeitando as disposições de aptidão que cada indivíduo manifesta. Essas expectativas se dão desde o momento do nascimento do sujeito e se impõem por meio da ideologia da comunidade, propagada através da coerção social que regulamenta modos de agir e pensar. Por ainda não serem considerados membros pensantes ati-

vos do grupo, a vontade dos jovens é desconsiderada, e eles são pressionados pelos adultos a se prepararem para cumprir tais funções, sob pena de serem desprezados pelos outros integrantes da comunidade caso se recusem. Se isso ocorrer são considerados párias, desajustados da coletividade, e a rejeição tem sido uma das circunstâncias que abrem as portas para o nascimento de desarranjos psicológicos.

Se essa imposição foi uma realidade presente durante todo o decorrer da História, o surgimento da sociedade moderna e a concorrência excessiva promovida pela ascensão do capitalismo como sistema econômico agravou a condição. A ideologia baseada na cultura do *winner* (vencedor, na expressão anglicana) – onde sucesso e reconhecimento junto aos pares só são possíveis para aqueles que dedicam a maior parte do seu tempo ao trabalho e conseguem obter lucros altos com isso – criou um ambiente de disputa insalubre que ampliou os casos de ansiedade na coletividade. Nesse sentido, mesmo os jovens que acreditam estar enquadrados nas funções designadas a eles, acabam indo compor as fileiras das pessoas vulneráveis a transtornos mentais, simplesmente pela expectativa de que seus planos podem não se realizar nesse cenário; pelo receio de que suas perspectivas podem não os levar ao patamar socioeconômico que se espera que eles cheguem.

Tudo isso é propagado por meio da ideologia presente em cada comunidade. Aqui é importante definir o conceito de ideologia que utilizaremos nesse trabalho. Esse termo é repleto de discordâncias e definições antagônicas e possui, basicamente, duas correntes que o determinam. Em uma delas, assentada nas ideias de Karl Marx, como relata Correia (2004), a ideologia é estabelecida como algo depreciativo, um conjunto de dogmas utilizado para manter o controle de um segmento sobre outro, sendo por isso determinada pela classe dominante. A outra corrente, que também varia de uma interpretação do marxismo (e é utilizada particularmente por Gramsci), incorpora um sentido mais amplo, onde a ideologia é sobretudo um modo de pensar relativo “à organização política das sociedades e o seu devir pode estar ao serviço das classes dominadas e ao seu interesse emancipatório relacionado com a transformação da sociedade” (CORREIA, 2004, p. 2). Por melhor embasar o sentido de coerção social de Durkheim que direciona as designações destinadas aos jovens na sociedade moderna, e que também norteará esse estudo, utilizaremos a primeira corrente.

Para Marx, a ideologia é tida como algo alheio à verdade. Uma abstração simulada que os atores sociais utilizam para que a engrenagem da sociedade continue a funcionar sem questionamentos. Ao contestar esses princípios as pessoas se aproximam do mundo real, que está oculto por interesses da classe dominante. Diz ele logo no prefácio da *Ideologia Alemã*:

Os homens sempre formaram ideias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou deveriam ser. Instituíram as suas relações em função de suas representações de Deus, do homem normal etc. Foram dominados por estes produtos de sua cabeça e curvaram-se diante de suas criaturas, mesmo sendo os criadores. [...] Se forem ensinados a substituir essas fantasias por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter uma atitude crítica face a elas, afirma outro; a expulsá-las da mente, diz um terceiro, a realidade vigente ruirá. (MARX, 2002, p. 11).

Essa noção de Marx sobre a ideologia se entrelaça com os valores erigidos historicamente e utilizados para exigir da juventude uma postura de preparação com foco em cumprir funções sociais determinadas. A ideologia instituída pela divisão do trabalho social, intensificada pelo modo de produção capitalista, exige esse alinhamento desde cedo e é utilizada para justificar a força exercida para que a juventude caminhe nesse sentido. Atribuições muito bem delineadas por Durkheim (2012) ao elaborar sua teoria de coerção social, reproduzida, entre vários aspectos, pelo pensamento comum dos membros de uma sociedade. O sociólogo francês não utiliza o termo ideologia para definir esse conjunto de princípios, mas sim a expressão *consciência coletiva*, tida para ele como o aglomerado de pensamentos comuns à maioria da população e que é utilizado para guiar as práticas do agrupamento social. Essa consciência é um dos fatores que incidem sobre os integrantes da sociedade em forma da coerção social. Segundo o raciocínio de Durkheim (2012, p. 32), “esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, mas são dotados de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se impõem a quem quer que seja, querendo-o ou não”.

Com base nisso, fica mais clara a compreensão de como a coerção social atua sobre o comportamento dos jovens no sentido de pressioná-los

a direcionarem suas perspectivas de vida para funções delimitadas por um muro invisível. Uma barreira que até pode ser ultrapassada, mas que isola aqueles que o fazem e se distanciam da orientação já vislumbrada pelas sociedades nas quais vivem. Essa imposição da consciência coletiva capitalista, que chamaremos aqui de *ideologia do futuro acabado*, coage a juventude em dois aspectos principais: na obrigação de uma inserção exitosa no mercado de trabalho e no dever de construir uma família nos moldes determinados pelos valores burgueses.

2 A INSERÇÃO NO TRABALHO, A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA E AS ESCOLHAS LIMITADAS

Em uma das canções de maior sucesso na década de 1980, a juventude da época bradava a insatisfação com o modelo de conduta que a sociedade impunha a ela. A balada *Educação Sentimental II*, composta pelos músicos Herbert Vianna, Leoni e Paula Toller para o grupo Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, surgia como um protesto lírico que ressoava pelas rádios de todo o Brasil:

A vida que me ensinaram como uma vida normal/
 Tinha trabalho, dinheiro, família, filhos e tal/
 Era tudo tão perfeito, se tudo fosse só isso/
 Mas isso é menos do que tudo/
 É menos do que eu preciso.
 (Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, 1985)

O desagrado em forma de poema representando a insatisfação dos jovens que cantarolavam essas estrofes era uma reação ao modelo pronto de vida que formatava os jovens em tipos padrões que já existiam naquela época. Isso porque tal concepção de juventude havia surgido não fazia muito tempo na civilização humana. Assim como a infância tardou a ser reconhecida socialmente como uma “fase da vida” – o que teria acontecido somente no final do século XVIII (ARIÉS, 1981) – a adolescência foi definida e ratificada como fase preparatória ao mundo dos adultos pouco tempo depois,

por volta da metade do século XIX. Porém, diferente da infância, que se tornou fonte de atenção em razão dos altos índices de mortalidade, e teve foco dessa atenção na manutenção da saúde das crianças, a juventude só ganhou seu lugar na divisão da vida de um indivíduo em razão dos inúmeros problemas que foram atribuídos ao seu comportamento. Especificamente quando os hábitos da juventude, envolvida em diversos conflitos e tensões que surgiam na contemporaneidade, passaram a preocupar as autoridades. Segundo Pais (1990), isso ocorreu principalmente quando os poderes públicos passaram a fazer conexões entre as manifestações da cultura jovem com a segmentação social e a criminalidade:

O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil, que incrementava a idade a que os adolescentes podiam começar a trabalhar, o próprio surgimento da família contemporânea, com o correspondente aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação de casas de correção para menores e outras medidas públicas constituíram a expressão do reconhecimento social dos “problemas” da adolescência. (PAIS,1990, p. 148).

Desde então, os questionamentos frequentes nessa etapa da vida são costumeiramente vistos como algo comum, que ganham a condescendência da sociedade por serem atribuídos à falta de experiência e de visão ampla das necessidades sociais: os jovens são seres incapazes, que precisam da sabedoria e orientação dos adultos. Na aceção do funcionamento coletivo moderno, por ainda estar em estágio de preparação, o jovem precisa desse período de indagações e negações antes de ingressar no sistema produtivista que move a sociedade. Essa tolerância, conhecida sociologicamente por moratória social, está associada a nulidade de opiniões e protagonismos que é relegada à juventude. Sob o pretexto de que eles não possuem o escopo básico de experiências para poder opinar sobre as políticas necessárias para o desenvolvimento social, ignora-se suas necessidades e reivindicações. Groppo (2009) afirma que essa concepção fez com que muitos pesquisadores criticassem a prática da moratória, pois ela impede o exercício dos jovens como verdadeiros sujeitos sociais, provocando a invisibilidade de suas ações ou, quando estas podem ser vistas, depreciando-as como se fossem perturbação da ordem.

O que a empiria nos permite perceber é que existe uma obrigatoriedade de escolhas nesse intervalo da vida reconhecido como final da infância até o início da vida adulta, e nem sempre os jovens estão aptos a tomarem essas decisões. Tanto porque podem ainda não ter se desenvolvido psicologicamente para estabelecer relacionamentos em determinado nível, como porque ainda não assimilaram o conhecimento necessário para fazer escolhas que determinarão o resto de suas vidas, como o percurso para o ingresso no mercado de trabalho.

Conseguir um emprego é o feito mínimo que se espera de alguém que está sendo preparado para fazer parte do processo de divisão do trabalho social. Ser aceito no mercado como produtor de bens sociais é a prova taxativa de que o indivíduo conseguiu as habilidades necessárias para contribuir com o grupo e passou a ser útil para o progresso coletivo. Essas competências devem ser adquiridas durante toda a empreitada escolar, quando os jovens se veem em meio a um vasto campo de possibilidades profissionais, porém cercado das condicionais impelidas pelas necessidades do grupo. As inclinações pessoais do indivíduo esbarram em inúmeros obstáculos, como carências de ocupações que o agrupamento possui ou predileções profissionais familiares que visam prestígio social.

A associação de futuro estável na vida adulta com estar inserido no mercado de trabalho é algo que faz parte dos costumes de praticamente todas as culturas do mundo contemporâneo e vem da família a maior parte da imposição pela conquista de colocação nesse território. O que é relevante observar é que o caminho habitual de introdução nesse âmbito coletivo tem ocorrido cada vez mais tarde. O roteiro de passar pela escola, conseguir um emprego, deixar a casa dos pais, estabilizar-se financeiramente para o casamento e, por fim, ter filhos para que processo reinicie, não raramente vem sendo verificado sem linearidade ou excluindo algumas das etapas. Os motivos para isso são muitos, que perpassam desde o alto índice de desemprego provocado por crises econômicas e – principalmente – pela automação moderna em todos os setores do mercado, até a ampliação da faixa etária que envolve o conceito de juventude. De acordo com Camarano (2004, p. 13), essa realidade tem levado os jovens a ficar mais tempo na casa e sob a dependência dos pais, além de criar condições psicológicas particulares, como “maior instabilidade nas relações afetivas – casamentos/descasamen-

tos. Muitas jovens, ainda nos seus *teens* estão optando pela fecundidade precoce como uma forma de inserção no mundo adulto”. O estudo mostra que essa situação gera impasses maiores para a saúde mental da juventude pelas intensas alterações no corpo, nas relações com os pares e de condição financeira. “Tal fase pode tanto se caracterizar por fragilidades que resultarão em vulnerabilidades, como por potencialidades, dependendo das trajetórias de vida seguidas por eles” (CAMARANO, 2004, p.13).

Não há como negar que existem diferenças no modo como cada jovem vai se posicionar a determinada situação de acordo com a classe social na qual ele está inserido. A corrente classista das teorias da juventude explica que um adolescente que faz parte da classe alta de uma sociedade vai enfrentar uma pressão menor ao não conseguir emprego após sua formação universitária, que um outro da classe baixa. A necessidade de obter condições monetárias básicas para a sobrevivência coloca este em desvantagem daquele na urgência da busca de um salário fixo. No entanto, seguiremos aqui o direcionamento difundido pela outra corrente principal das teorias da juventude, a geracional, pois ela ilustra com maior exatidão a ideologia apregoada geração após geração do enquadramento social na qual a juventude deve estar inserida, a despeito de sua posição social. Embora os jovens de classes mais elevadas sofram menor poder de coerção social imediata, as conveniências do grupo vão gerar essa pressão sobre eles em algum momento. Pressão que pode ser ampliada pelos próprios integrantes de sua classe em razão da necessidade de uma boa colocação no mercado para a manutenção dessa posição de destaque na sociedade.

O êxito no mercado de trabalho representa destaque no meio social e prestígio ligado aos valores burgueses. Mas para conseguir essa proeminência é preciso estar em consonância com os princípios do capitalismo, onde a concorrência entre as pessoas – físicas ou jurídicas – deve se elevar ao máximo possível para que haja evolução dos serviços prestados à comunidade. Junto com essa filosofia veio a dedicação cada vez maior às atividades do mercado, com a competitividade sendo levada ao extremo. Daí nasceu a cultura do *winner* na qual quanto maior entusiasmo o trabalhador tiver pelo seu ofício, maior será a dedicação, abrindo mão de relações afetivas (tidas como obstáculos para a melhoria do desempenho) e lançando mão de todo o seu tempo em prol de conseguir um volume maior de capital para si. O pesquisador Richard

Sennet analisou essa postura na obra *A corrosão do caráter* (2009), na qual conclui que a concorrência por empregos faz com que as pessoas adaptem suas posturas ao perfil do *winner*, onde a maleabilidade, a falta de vínculos e – principalmente – a superficialidade nas relações interpessoais garantem larga vantagem na corrida pelo dito sucesso profissional. É uma realidade que cria marcas profundas na subjetividade daqueles que se submetem a ela: “as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não ‘arranjarmos um galho’ com o nosso trabalho” (SENNET, 2009, p.165).

Diante disso pode-se perceber que a sociedade contemporânea produz paradoxos sociais. Ao mesmo tempo em que se exige cada vez mais a postura de abrir mão de relacionamentos muito próximos para suprir a necessidade capitalista, a moral tradicional instituída ainda na Antiguidade, e atualmente fundamentada principalmente em valores religiosos, prega a formação de núcleos familiares que servem como difusores e reprodutores primários dessa mesma ideologia. Margulis (1996) afirma que é justamente a composição familiar que melhor determina a condição de jovem e suas relações sociais. “É na família, âmbito em que todos estamos incluídos, onde se marca a coexistência e a interação das distintas gerações, ou seja, é nela onde se define o lugar real e imaginário de cada categoria de atores dentro do entorno do parentesco” (MARGULIS, 1996, p.10, tradução nossa). É nesse contexto dúbio que os jovens são educados e se exige deles escolhas extremamente complexas. Não somente com relação a aspectos econômicos, mas também dessas relações sociais.

No âmbito burocrático das instituições sociais é considerado que alguém formou sua família ao se casar ou a partir do momento em que o primeiro filho nasceu. Definição que se perde e gera conflitos em meio às inúmeras formas de núcleos familiares que têm se formado na contemporaneidade. A falta de oportunidades para conseguir emprego faz com que muitos jovens permaneçam mais tempo com os pais, mesmo quando já se casaram ou tiveram filhos, impedindo o reconhecimento da independência financeira e o protagonismo postulados socialmente. As formas difusas e heterodoxas de relacionamento também geram desconexões com esses parâmetros de família, como os casais homossexuais que, mesmo com alguns

direitos civis adquiridos, ainda não têm seus casamentos validados pelos valores morais. Isso sem contar com aqueles indivíduos que pretendem levar suas vidas de modo solitário, sem constituir família alguma e se afastando dos preceitos tradicionais de filosofias religiosas. Perceber-se fazendo parte de um grupo não legitimado socialmente é algo bastante comum para a maioria dos jovens, seja essa uma constatação que vá se mostrar real ou não no futuro, pois esse é um período de afirmação de sua própria personalidade, processo que vai sofrer influência, em maior ou menor grau, da coerção social, familiar e econômica. Além disso, a maioria dos jovens não pretende estender grandes preocupações com o futuro, uma vez que prefere viver com mais afinco seu presente, deixando o amanhã incerto para depois.

3 O FUTURO DE HOJE E DE ANTIGAMENTE

Planejar o futuro pressupõe estabelecer atividades de adivinhação ou pelo menos de muita especulação. Criar compromissos no presente visando acontecimentos que podem ou não ser constatados em um tempo vindouro é uma tarefa bastante intangível e, até certo ponto, aflitiva. No entanto é o exercício principal da juventude no decurso de preparação para assumir seu lugar no mundo dos adultos. Por esse ângulo, identifica-se que a linha temporal dividida em passado, presente e futuro determina os parâmetros de ação que se deseja que a juventude siga. O que será aproveitado no futuro será resultado do que for planejado e cumprido no presente. Do mesmo modo, a situação no presente é consequência da postura adotada no passado.

Ao se dedicar sobre o significado de tempo para os jovens, Leccardi (2005) apurou que a elaboração do projeto de vida - na qual os adolescentes estão centrados - se fundamenta em um mecanismo que ela identifica por *diferimento das recompensas*, onde os prêmios que se deseja conseguir enquanto membros do agrupamento social serão entregues no futuro, quando todo o processo de maturação do indivíduo estiver completo.

Nessa perspectiva, com efeito, é em virtude da capacidade de viver o presente em função do futuro - e, portanto, sacrificar os aspectos “expressivos” das ações em favor daqueles instrumentais - que o

processo de transição pode alcançar um resultado positivo. Aqui, o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro. (LECCARDI, 2005, p. 35).

Nesses parâmetros, a autora considera a juventude como uma fase que pode ser vista como conveniente, uma vez que estimula organização e elaboração de atitude com vistas a um fim com mais perspectivas de segurança. No entanto, sua análise mostra que esse é um encargo que envolve um complexo esforço da subjetividade humana, pois o futuro se delinea como espaço para a construção de um empreendimento de vida, simultaneamente à edificação de um outro projeto: o de identificação da própria personalidade da pessoa no futuro. Segundo a autora, essa perspectiva dá ao tempo futuro uma vastidão incomensurável e que exige uma perspectiva biográfica do indivíduo, por essa razão, o diferimento das recompensas “[...] implica a presença de um horizonte temporal estendido, uma grande capacidade de autocontrole, uma conduta de vida para a qual a programação do tempo se torna crucial” (LECCARDI, 2005, p. 36).

Elaborar probabilidades futuras empregando os pilares instáveis da juventude é um encargo laborioso. Até porque a própria compreensão do que é futuro nunca teve demarcações certas. Embora a ideologia do futuro acabado venha sendo praticada desde a Antiguidade, a noção do que é tempo e de como ele “funciona” modificou-se através da história. Elias (1998) afirma que a percepção de tempo, seja em sua “invenção” ou no seu uso, é um engenho social que, por isso, transforma-se de acordo com o período humano no qual ele é praticado:

Assim como as cadeias de interdependência são relativamente curtas nas sociedades pré-nacionais, a percepção do passado e do futuro, como separados do presente, é menos desenvolvida nos membros dessas sociedades. Para eles, o presente imediato, o aqui e agora, perfila-se com maior nitidez do que o passado, de um lado, e o futuro, de outro; também sua atividade é mais centrada no presente das necessidades e pulsões. Em contrapartida, nas sociedades mais tardiamente surgidas, passado, presente e futuro distinguem-se de maneira mais rigorosa. A necessidade e a capacidade de imaginar de antemão — e portanto, de levar em conta — um futuro relativamente distante

exercem uma influência cada vez maior no conjunto das atividades realizadas aqui e agora. (ELIAS, 1998, p. 115).

Com vistas a planejar o amanhã com uma certa proximidade do exato, as civilizações humanas têm utilizado todos os recursos possíveis, indo desde as previsões sobrenaturais até as predições com bases ditas científicas. A meta principal sempre foi aumentar as possibilidades de bem-estar para determinado grupo e ampliar sua capacidade de sobrevivência. O historiador francês Georges Minois afirma que a prática de predizer o futuro tem sempre um forte interesse por trás dela que, muito mais do que se avizinhar do futuro, retrata o momento presente, uma vez que que ela

[...] não é jamais neutra ou passiva. Ela corresponde sempre a uma intenção, a um desejo ou a um temor; ela expressa um contexto e um estado de espírito. A predição não nos esclarece sobre o futuro, mas reflete o presente. Nisso, ela é reveladora das mentalidades, da cultura de uma sociedade ou de uma civilização. (MINOIS, 2016, p. 13).

E foi justamente pela falta de neutralidade, que o futuro como espaço de potencialidades foi visto até o início da Idade Moderna como uma determinação divina. Essa interpretação evidenciada especialmente pela cultura judaico-cristã tinha raízes na antiga civilização helênica, mas cunhou seus próprios elementos. Leccardi (2005) explica que era uma concepção que visava manter a ordem religiosa, onde passado, presente e futuro pertenciam, primeiramente, aos desígnios de Deus – e à comunidade cristã em um segundo momento –, mas nunca ao indivíduo. Desse modo, qualquer planejamento ou atitude estava atrelado à filosofia apregoada pelo clero. O futuro do mundo, e do ser humano, era o Apocalipse. Portanto, ou se seguia o caminho de Deus, ou o caminho condenado. Era um futuro ocluso, imutável.

Contudo esse aspecto muda com a chegada da Era Moderna e a ascensão da sociedade industrial capitalista. A nova organização do sistema de produção e a necessidade de progresso fez com que a ideologia da burguesia derrubasse aos poucos a filosofia de futuro com viés religioso. O futuro se tornava aberto para aqueles que queriam se agarrar às oportunidades do novo sistema trabalhista, onde a ideia de dedicação e do esforço podiam levar mesmo os mais pobres a conseguirem aumentar suas posses. Se antes os

jovens estavam fadados a aceitar seu futuro como imóvel, dali em diante eles acreditavam ter espaço para a autonomia de escolherem que profissão seguir para se adaptar ao esquema industrial que se formava, fazendo opções no presente que refletiriam positivamente no futuro. Mas o avanço da ideologia do progresso segue até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o potencial bélico das nações e a concorrência excessiva gerada pelo capitalismo tornam o mundo um local potencialmente perigoso para viver passível de guerras nucleares e hecatombes ambientais. É quando surge a chamada segunda modernidade. “Se o futuro que a primeira modernidade observava era o futuro aberto, o futuro da modernidade contemporânea é o futuro indeterminado e indeterminável, governado pelo risco” (LECCARDI, 2005, p. 43). O futuro que antes parecia promissor, agora não tem mais face, é absolutamente impreciso e aparenta ter mais um aspecto de amedrontador. E é essa a realidade que a juventude atual precisa encarar.

Entretanto é importante relembrar que mesmo na primeira modernidade, quando a sociedade industrial abriu um leque de possibilidades de destinos a se formarem, esses destinos estavam limitados pelas perspectivas que o sistema permitia. Com o fim da Idade Média, a expectativa de ascensão de classe tornou-se possível com menor dificuldade. No entanto a necessidade de manutenção da ordem vigente reformulou a ideologia dominante de modo a privilegiar aqueles que foram lançados aos patamares mais elevados da sociedade pós-revolução francesa. Para cada jovem de classes diferentes, uma disposição variada de ofícios a seguir mantendo suas aspirações em conformidade com a hierarquia social. Mas a todos o mesmo vislumbre de que sua vida futura estava pré-moldada nos padrões já estabelecidos, cabendo a eles apenas decidir qual dos caminhos já trilhados seguir.

Essas possibilidades escassas de um porvir indeterminado, mas obrigatório, resultaram em jovens cada vez mais ansiosos e receosos do papel que desempenharão no amanhã da sociedade. Diante da angústia da incerteza e do medo de não serem aceitos caso não se adaptem aos arquétipos, muitos desistem da expectativa e decidem não desempenhar papel algum. É quando, geralmente movidos por um transtorno mental, com destaque para a depressão, optam por abrir mão da própria vida.

4 JUVENTUDE DEPRESSIVA E ANSIOSA: QUANDO SURGE A IDEIAÇÃO SUICIDA

A depressão cresce a passos largos no mundo inteiro. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2017) uma em cada dez pessoas no globo sofre desse transtorno ou com a ansiedade. Isso representa 10% da população do planeta – o que gira em torno de 676 milhões de pessoas. Os jovens representam uma parcela considerável desse contingente, embora o Brasil não possua dados específicos para delimitar o percentual aproximado. Um levantamento realizado nos Estados Unidos com jovens de idade entre 12 e 25 anos, acessando registros médicos de 2005 a 2014, revelou que a taxa desse segmento etário que sofreu algum episódio de depressão subiu 37% (NEPOMUCENO, 2016). Essa incidência crescente da depressão em jovens é uma das maiores preocupações da OMS. Um relatório divulgado pela entidade no início de 2017 mostrou que 10% dos jovens do mundo na faixa etária que vai de 15 a 24 anos estão com depressão. Nos jovens do sexo masculino a taxa é de 7%. A prevalência de depressão é maior em mulheres de todas as idades e alguns estudos têm tentado mostrar que práticas machistas (BAPTISTA, 1999), o *bullying* por um padrão imposto de beleza (CAMPOS, 2010) ou a atuação dos hormônios (TEIXEIRA, 1998) podem ser o motivo, mas sem resultados conclusivos.

A associação entre depressão e a elaboração da ideação suicida – caracterizada como a sequência de ideias de alguém em cometer suicídio – vem sendo debatida já há algum tempo e são muitos os resultados de análises desse fenômeno que comprovam essa relação. Chachamovich (2009) revela que essas análises foram realizadas em diversas partes do mundo, englobando diferentes culturas, e raramente não se chegou ao mesmo resultado.

[...] Tais achados parecem ser confirmados em diferentes desenhos metodológicos e em distintas populações. Por exemplo, investigações de base populacional nos Estados Unidos [...], Canadá e áreas urbanas da China indicam que a depressão é a principal entidade nosológica associada a tentativas de suicídio, à ideação suicida e a planos suicidas. Lee et al. reportaram que, comparado aos transtornos de ansiedade, o diagnóstico de depressão maior esteve associado a uma

razão de chances cerca de dez vezes maior. (CHACHAMOVICH, 2009, p. S19).

O suicídio hoje vem sendo estudado por diversos ramos da ciência, desde a psiquiatria até a antropologia, e existem muitas divergências com relação a vários aspectos desse fenômeno. Contudo há um consenso entre os estudos: a morte voluntária possui causas multifatoriais, ou seja, são múltiplas as motivações para se elaborar um plano que leve o indivíduo a dar cabo de sua vida. Falar em juventude é trazer à tona uma profusão de descobertas e comportamentos que se espera que sejam seguidas. Nessa etapa da vida, os jovens enfrentam transformações sociais e fisiológicas. O fluxo de novidades e a tensão do planejamento do futuro já são em si demandas excessivas para um adulto, mais ainda para alguém em busca da maturidade e sem o respaldo de um protagonista social. A dúvida e a vontade de se fundamentar como ator social – e sua devida negação pela família e pela sociedade – geram sequências de decepções para esses jovens, que podem levar ao início do transtorno depressivo. Por isso o apoio social e familiar, mesmo diante do “desvio” do padrão de conduta que se espera deles, é essencial para a preservação da saúde mental.

Um estudo realizado na cidade de Campinas, em São Paulo, com adolescentes grávidas, mostrou como tal apoio pode ser importante na construção da identidade dos jovens. Foi detectado que a gravidez na adolescência contribui para aumentar a ideação suicida. Não necessariamente porque elas associavam sua condição à perda de um futuro provavelmente promissor, mas sim pela reprovação a que seriam submetidas no meio em que vivem. Foi percebido que as adolescentes grávidas se apresentaram como um grupo heterogêneo e algumas até engravidaram propositalmente para conseguirem se validar como adultas e passarem a ter protagonismo na família e na comunidade. Porém, a ideação suicida associou-se com as que eram solteiras e possuíam pouco apoio social – condição que as levou a desenvolverem os transtornos mentais mencionados anteriormente. “As adolescentes com ideação suicida (16,7% da amostra) eram predominantemente solteiras e contavam com pouco apoio social. [...] Também encontramos associação significativa entre ideação suicida e depressão/ansiedade” (FREITAS, 2002, p. 248).

Embora o apoio social seja relevante, é o familiar que mais atua para impedir a formação de um ideal suicida para os jovens. O suporte dos pais é o fator diferencial para a melhor postura diante das inseguranças que a organização da vida futura produz. Adolescentes que possuem maior atenção parental – no sentido de rigidez no controle comportamental ou no de companheirismo familiar – costumam sofrer menos com a depressão e registrar menor ideação suicida, como mostrou o estudo de Baggio (2009):

Cerca da metade (51%) dos estudantes relatou que não sabia a reação da família se eles chegassem bêbados em casa e, para aqueles cuja expectativa era a indiferença familiar, a prevalência do desfecho [ideação suicida] foi 96% maior. Os jovens que se sentiram, às vezes, entendidos pelos pais relataram terem planejado suicídio cerca de duas vezes mais do que os que se sentiram sempre entendidos. Da mesma forma, aqueles que referiram ser agredidos pelos pais ou responsáveis e os que faltaram às aulas sem o conhecimento e a permissão deles apresentaram uma prevalência do desfecho 2,7 vezes maior do que seus pares de referência. (BAGGIO, 2009, p. 144).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coerção social a qual a juventude contemporânea vem sendo submetida tem originado gerações de pessoas mentalmente doentes. As transformações promovidas pela tecnologia no sistema capitalista – gerando cada vez maior automação – e o crescimento populacional promovendo desemprego criam um ambiente de total insegurança no planejamento familiar, pois sem trabalho não há renda, e sem renda só existe a dependência. Aliado a isso, as gerações atuais se veem em meio a desejos de profundas mudanças no funcionamento da sociedade e encontram resistências ainda pregadas por uma filosofia que difunde um núcleo familiar tradicional que possa disseminar os valores que mantém o mecanismo socioeconômico vigente.

Essa juventude tem percebido da pior maneira que o futuro cheio de oportunidades oferecido a ela possui uma série de limitações que proíbe – ou pelo menos desestimula – arquitetar estradas que levem a destinos desconhecidos. Os experimentos, embora necessários para o desenvolvimento

da coletividade, são perigosos porque podem não levar a produção regular e estável de capital, e por isso são permitidos a poucos. À maioria é relegado um vislumbre de amanhã findo, no qual a uniformização de comportamentos e relacionamentos é pré-requisito para se integrar ao todo comunitário.

A ideologia do futuro acabado, voltada para o planejamento sistemático de um amanhã dentro dos padrões da sociedade de mercado, tem levado ao adoecimento mental de jovens pelo mundo inteiro. O crescimento da depressão nos jovens reflete esse cenário, que leva a quadros como o de ideação suicida, nem sempre perceptíveis pelos pares, pois o ideal suicida “ocorre como reflexo de conflitos internos [...] que acompanham a profunda reorganização física, psíquica e social que ocorre na adolescência. Entretanto pode ser difícil determinar a intencionalidade de atitudes autodestrutivas” (BAGGIO, 2009, p.143).

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a prática da moratória, que torna invisível os anseios da juventude e faz com que suas reivindicações sejam caladas. A dificuldade em ser levado a sério é um dos fatores mais relevantes para que o ato suicida ocorra. É o que explica Abasse (2009), quando faz referência a Marcimedes Silva: “Segundo Silva, o suicídio deve ser visto mais como um ato de comunicação do que como um gesto único. [...] esse ato representa uma comunicação para uma sociedade que o impediu de se comunicar de outras formas” (ABASSE, 2009, p. 410). Sem voz, o jovem acredita não poder se exprimir, guarda suas frustrações para si e com elas desenvolve os transtornos mentais.

Durante todo o decorrer histórico a ideologia do futuro acabado foi tomando contornos diferentes, de acordo com a moral pregada, com a cultura vivida e com as ambições que cada sociedade possuía com relação à sua existência. Mas todas essas sociedades agem da mesma maneira, atribuindo aos jovens a responsabilidade pela manutenção de sua estrutura e pressionando-os a se prepararem para assumir comprometer-se para isso. Familiarizada com o modo de vida em que cresceram e desejando mantê-lo, a maioria dos jovens consegue se adaptar bem a essas exigências, assume sua posição na estrutura pré-moldada e impede o colapso do funcionamento social. Porém aqueles que não se sentem à vontade com tal coerção possuem grandes chances de compor as fileiras de pessoas com distúrbios mentais e, em fase posterior, de desenvolverem a ideação suicida. São esses indivíduos

que hoje integram boa parte do percentual de jovens que a cada ano decide pela morte voluntária.

Para que o pleno funcionamento do sistema de manutenção da sociedade ocorra, essa prática precisa existir. As novas gerações da comunidade têm de assumir sua colocação na cadeia de produção. Por isso, a ideologia do futuro acabado parece se revelar essencial e dogmática em qualquer sociedade. Ainda assim, é necessário que se volte atenções maiores aos jovens que se percebem desajustados desse esquema, criando políticas públicas para sua saúde mental e implementando opções para que eles possam ter suas subjetividades reconhecidas e validadas.

REFERÊNCIAS

ABASSE, M.L.F. et al. Análise epidemiológica da morbimortalidade por suicídio entre adolescentes em Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 407-416, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAGGIO, A. et al. Planejamento suicida entre adolescentes escolares: Prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 142-150, 2009.

BAPTISTA, M.N. et al. Depressão e gênero: por que as mulheres deprimem mais que os homens? **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, 1999.

CAMARANO, A.A. et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**, v.12, n. 21, p.11-50, 2004.

CAMPOS, Herculano R; Jorge, Samia D.C. Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, 2010.

CHACHAMOVICH, E. et al. Quais são os recentes achados clínicos sobre a associação entre depressão e suicídio. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, Suppl. I, p. S18-25, 2009.

CORREIA, João C. Ideologia e hegemonia. In: RUBIM, Antonio A. C. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Unesp, 2004.

- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FREITAS, G; BOTEGA, N. J. Gravidez na adolescência: prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 245-9, 2002.
- GROPPO, Luís Antonio. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 26, p. 37-50, 2009.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social – revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p.35-57, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centaruro, 2002.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Bibles, 1996.
- MINOIS, Georges. **História do futuro: dos profetas a prospectiva**. São Paulo: Unesp, 2016.
- NEPOMUCENO, Thiago. A depressão está crescendo entre os adolescentes. **Saúde**, dez. 2016. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/familia/a-depressao-esta-crescendo-entre-os-adolescentes/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- OMS – Organización Mundial de la Salud. **Depresión y otros trastornos mentales comunes**. Estimaciones sanitarias mundiales. Genebra, 2017.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- TEIXEIRA, Marques. A depressão e a mulher na sociedade moderna. **Psiquiatria em Revista**, Porto, v. 11, n. 3, 1998.
- WHO – World Health Organization. **World health statistics 2016: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. Geneva, 2016.

FRANCISCO LIMA

Jornalista, graduado pela Universidade Federal do Piauí, especialista em História Cultural e aluno do Mestrado em Sociologia da UFPI, com trabalho voltado para o imaginário da morte e suicídio. E-mail: flimaf@gmail.com

JUVENTUDES E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE: AS “INCONTÁVEIS (IM)POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA”

Filadelfia Carvalho de Sena

Daniel Galeno Machado

José Jackson Coelho Sampaio

RESUMO

Pequisadores que estudam, escrevem, sobre juventudes tomam como referência para este ensaio as ações desenvolvidas pelo Projeto Objuve-Casulo, com destaque para o ações sobre os Modos de Cuidar das Juventudes (escuta individual), as Oficinas do Cuidar, Rodas de Conversa com parceria com o coletivo Afronte, o Grupo de Estudo “Boca da Noite” e a Pesquisa sobre o fenômeno saúde/doença das juventudes, ações cujo objeto é a promoção da saúde mental dos acadêmicos de modo a refletir sobre as “incontáveis (im)possibilidades de existência” no espaço da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Os objetivos se encontram em apresentar as ações de promoção da saúde mental das juventudes desenvolvidas por professores e coletivos jovens no contexto da universidade e oportunizar a divulgação dessas ações no espaço da UFPI como modo de ampliação de acesso a outros jovens na universidade. A perspectiva metodológica tem amparo no universo da pesquisa qualitativa, sendo que ela atravessa todos os projetos. Suas análises e interpretações se encontram fundadas na ética da Psicologia Social Crítica (PSC) e seus interlocutores, Ciampa (1987), Lima (2010a) e Lima (2014b), por congregarem estudos e práticas que se estruturam em “movimentos organizados a partir de uma concepção interdisciplinar”, ca-

paz de voltar o olhar para a transformação das condições de adoecimento em situações de saúde mental dos envolvidos.

Palavras-chave: Saúde Mental. Juventudes. Universidade.

1 SOBRE AS “INCONTÁVEIS (IM)POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA” DAS JUVENTUDES NA UNIVERSIDADE

O que sabemos sobre as juventudes na UFPI? Quase nada! Sabemos sobre o que nossa percepção é capaz de captar em sala de aula ou quando estudantes mais ousados nos acessam nos corredores, é quando passamos a ter uma vaga noção da relação do que constitui as juventudes no ambiente acadêmico, da relação conflituosa que existe entre professor e aluno, dos conflitos envolvendo situações de ordem afetiva, familiar, de gênero, de problemas psicológicos, sociais, educacionais e de adoecimento psíquicos. Das situações em que os pixos tomam dimensões grandiosas, taxamos os pixos das juventudes de vandalismo, e para isso, são mobilizadas energias e tempo no contínuo trabalho da universidade com a limpeza das paredes e espaços comuns com sua mão de tinta. Mão de tinta que quer apagar... e silenciar as juventudes.

Quando conversamos com os responsáveis diretos da política de inclusão e permanência de estudantes na universidade, percebemos que os gestores sabem sobre a política e pouco sobre os sujeitos objeto da mesma. Falam dos cortes de recursos, das dificuldades enfrentadas ao realizar o seu trabalho, tecem informações sobre diversos aspectos, incluindo relatos sobre as condições econômicas das juventudes que estão chegando à universidade.

Quando visitamos a literatura nos deparamos com dados históricos que colocam o tema na vanguarda de um novo modo de aproximação das juventudes no espaço da universidade, o cuidar da saúde mental. As produções em nível de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) e de pós-graduação *stricto sensu* (dissertações e teses) versam sobre os mais diversos aspectos envolvendo juventudes no Piauí. Uma rica produção é publicada anualmente a nível local e nacional, a mesma considera os sujeitos nas mais variadas dimensões do ser. Um exemplo se encontra na obra *Juventudes ru-*

rais e urbanas, territórios, culturas, sociabilidades e identidades. Luz, Adad, Silva (2016, p. 11) expõem o complexo debate acerca das juventudes, material que suscita reflexões que consideram:

[...] aspectos relativos a gerações, classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual e consumo, sem perder de vista outros aspectos igualmente relevantes, como: a particularidade dos territórios em que estão situadas as juventudes [...] situação de trabalho e emprego, religiosidades, práticas culturais tradicionais, dentre outros que marcam de modo diverso os sujeitos abordados.

Mesmo tendo trazido os diversos aspectos citados, as interlocuções produzidas na UFPI, dizem sobre alguns elementos importantíssimos, mas que não esgotam o assunto e nem tem essa pretensão. Vejamos outra obra em que Coimbra e Nascimento (2003, p. 19), ao escrever sobre os *Jovens pobres: mito da periculosidade*, evidenciam o que historicamente foi constituído pelo discurso da elite brasileira e que ainda hoje é reforçado em diversas práticas universitárias, por profissionais que insistem em determinar um “modo de ser e existir”, das juventudes no espaço institucional da UFPI.

O que historicamente se constituiu pela força do capitalismo e pelo interesse da sociedade de classe, do movimento higienista brasileiro que aliado as teorias racistas e a popularização da antropometria tomam impulso na sociedade brasileira quando profissionais da área da saúde, do direito, da educação e toda a elite promovia o “saneamento moral” da população e toda a sociedade foi convocada a participar desse movimento. Sobre isso, Coimbra e Nascimento (2003, p. 22) ainda afirmam que são “teorias racistas e eugênicas que colocam a população pobre e negra na condição de inferioridade reforçadora das desigualdades”. Nesse cenário de mapeamento da pobreza, os olhares se voltam para a infância e a juventude que poderiam no futuro compor as “classes perigosas”. Todo o movimento iniciado pela elite brasileira que objetiva mapear a pobreza, agora nos ajuda a compreender a gênese da representação social das juventudes, inventada pela sociedade capitalista. Essa construção é duradoura, perversa e o nosso interesse é desconstruir esse modelo de reprodução social especificamente das juventudes

pobres e que hoje acessam os espaços de convivência da UFPI, como acadêmicos dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados.

Ao pensar o formato de inclusão social promovido através das políticas de acesso e permanência de estudantes da UFPI se faz necessário investigar sobre o lugar em que colocamos as juventudes pobres que chegam à universidade. A UFPI afirma que dentre as suas funções sociais está a de garantir o “acesso e a equidade”. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFPI há programas “específicos que contribuem para o acesso de estudante de baixa renda nesse nível de ensino”. Tudo com o intuito de promover a “igualdade de oportunidades” [...] e a “efetiva permanência dos discentes no ambiente acadêmico”[...]. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ao trazer as formulações definidas como políticas pelo “Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis”, estabelece políticas que devem ser “executadas por instituições federais de ensino superior”. Segundo PDI /UFPI quadriênio 2015-2019 (p. 233):

O PNAES salienta que é preciso mais do que vagas, pois é necessário que haja garantia das condições de permanência na graduação como: moradia estudantil, serviço de alimentação (restaurantes universitários), assistência à saúde (médica, odontológica e psicológica), programas de bolsas, dentre outros. A UFPI, consciente das metas do PNEAS, adota como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas áreas: atenção, alimentação, moradia, saúde, psicopedagógica e social, viabilizado pela PRAEC.

Para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), a UFPI ao adotar as decisões do PNAES, promove inclusão e assistência. Vale salientar que é preciso ir para além dessa afirmação, abandonar os discursos e evitar práticas reforçadoras dos estigmas. Ainda assim, é urgente sairmos do modelo da assistência e promover um movimento no espaço universitário, aonde às juventudes pobres que chegam à universidade, possam se reconhecer nesses territórios. É preciso um distanciamento seguro das teorias e discursos que tentam a todo custo institucionalizar os sujeitos. Um dos problemas da assistência é que no ambiente universitário a mesma promove um padrão de inclusão e legitimação social em que as juventudes, que não

se adequam a esses “territórios modelares” institucionalizantes são vistos, como afirmam Coimbra e Nascimento (2003, p. 26), “com desconfiança, evitados e afastados [...]”. É preciso que a gestão universitária compreenda que as juventudes na UFPI trazem demandas sociais que estão longe do padrão produzido pela instituição, com diferentes dispositivos sociais e de produção de subjetividades, que podem ser acessados de modo a ajudar no trabalho junto aos acadêmicos.

A memória dos últimos acontecimentos envolvendo as juventudes na UFPI atingiu frontalmente esses sujeitos sobre diversas perspectivas. As ações dos estudantes que participaram do Movimento “OcupaUFPI”¹ foram vistas como ameaça e com desconfiança, devendo ser evitadas e afastadas. É quando surge nesse território o discurso de que a ocupação era feita por desocupados e por quem não queria estudar e isso tomou forma. As manifestações contrárias ao movimento passaram a rotular as juventudes de marginal, reverberando na UFPI a ideia de que a ocupação trazia sujeira e que os alunos eram vândalos, pixadores e que essa juventude era perigosa. Enfim, um movimento que visibilizou o mal-estar ao fazer um corte na realidade de normalidade cotidiana da UFPI e a normalidade estava sendo transgredida.

2 O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DAS JUVENTUDES NA UNIVERSIDADE

A realidade mostra que os modos de vida no espaço universitário sofrem as consequências do avanço do adoecimento moderno como a depressão, o suicídio, as patologias alimentares, o sentimento de desamparo, a liquidez dos vínculos, as políticas. Essas são situações dentre tantas outras que afetam e transformam a vida social e pessoal dos sujeitos nas últimas décadas, inclusive das juventudes. Na universidade estamos diante de novas configurações socioeconômicas, identitárias e de gênero. Conhecemos a luta por permanência e também as dificuldades enfrentadas pelas juventudes no cotidiano dessa inserção, seus processos de luta e a complexidade

1 Movimento “OcupaUFPI” [...] Após quase 30 dias históricos de luta e resistência em Teresina, o movimento OcupaUFPI está a mostrar para a sociedade que o movimento é legítimo e que a luta por direitos é necessária real e possível! [...]. Facebook, 18 de novembro de 2016.

das situações que enfrentam. Constatamos que a modernidade aliada à institucionalização a que são submetidos os acadêmicos durante o tempo da graduação tem acarretado sofrimento psíquico para as juventudes universitárias, que não sabendo como responder as demandas do meio, adoecem. Vale salientar que as ações se mostram como ferramentas para compreender a diversidade de possibilidades de ser e de não ser das juventudes durante o tempo da graduação.

O posicionamento ético da Psicologia Social Crítica (PSC) tem nos levado a reflexões profundas sobre um modo específico de pensar a saúde mental das juventudes. Isso torna a PSC e seus interlocutores, que tem como base epistemológica a “teoria crítica”, referência para a compreensão do que Lima (2010, p. 32) aponta como “possibilidades de emancipação da dominação” de extrema importância para pensar a história das relações sociopolíticas constitutivas das configurações identitárias das juventudes no contexto da UFPI.

Desde 2015, estamos estudando, escrevendo, pesquisando e desenvolvendo vários projetos junto ao Observatório de Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola (OBJUVE)², via Objuve-Casulo e Praec. A princípio, a escolha era colaborar no atendimento das demandas acadêmicas atendidas junto ao Sapsi³, com foco de atendimento aos estudantes que moram na Residência Universitária (RU) que apresentam problemas de natureza psicossocial e educacional. Com as ações desenvolvidas pelo Objuve-Casulo, estamos ampliando o atendimento a partir dos seguintes projetos: Modos de Cuidar das Juventudes (escuta individual), das Oficinas do Cuidar (atividade coletiva e interdisciplinar), das Rodas de Conversa junto ao Afronte⁴, do Grupo de Estudo “Boca da Noite” e da pesquisa sobre o fenômeno saúde/doença das juventudes. Sendo assim, estamos conseguindo implantar novos modos de cuidar das juventudes a partir de uma perspectiva teórica e meto-

2 Projeto coordenado pelas Prof^{as} Dr^{as} Shara Jane Costa Adad e Prof^{as} Dr^{as} Filadelfia Carvalho de Sena que objetiva através do Objuve-Casulo criar modos de cuidar das juventudes no espaço da universidade.

3 Sapsi (Serviço de Apoio Psicológico) desenvolve ações de promoção à saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos problemas psicossociais e psicoeducacionais que interferem na permanência e no desempenho do estudante universitário. Material de divulgação da PREC – 2017.

4 Coletivo de juventudes acadêmicas que discute Saúde Mental na universidade.

dológica que pensa de modo interdisciplinar a saúde mental das juventudes universitárias.

Com a divulgação do Projeto Objuve-Casulo, ocorreram as primeiras aproximações aos acadêmicos não atendidos pelo serviço Praec/Sapsi. A entrevista inicial, fez com que acessássemos diversas narrativas nas quais está sendo possível identificar conflitos envolvendo sofrimento psíquico de natureza diversa. Nas escutas coletivas, as juventudes narram sobre o que é viver e conviver nesses espaços. As queixas trazidas demonstram o quanto estamos distantes das questões trazidas pelas juventudes, o que, para eles, torna a convivência nesse espaço institucional insuportável e conflituosa.

Com uma escuta sensível, percebemos que as histórias narradas, pinçalam desejos, e delineiam os conflitos sobre o tempo de existir no contexto da UFPI, expõem o que fazem, como vivem, convivem e desenvolvem suas atividades. Passamos a conhecer de perto os conflitos, inclusive de natureza política e o quanto estes produzem modos de vida adoecida e é possível como afirma Ciampa (1999, p. 61) “imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade”. É aqui que vemos o porquê do título: “as incontáveis (im)possibilidades de existência”, por estarmos tomando o “lugar de testemunhas” de modos diversos de existir assim como Lima (2014) afirma dos diferentes modos de construção de identidades, dos diferentes adoecimentos, mas também acessado as diversas estratégias de enfrentamento utilizadas pelas juventudes no ambiente universitário.

Compomos um coletivo de professores e discentes que promovem escutas a partir de diferentes modalidades de ações, como condição prévia para identificar e mobilizar forças para compreender os modos de adoecimento psíquico durante o tempo da graduação. Não queremos falar das juventudes, queremos deixar que elas falem de si, para compreender os modos como são afetadas na sua singularidade.

Ouvir as narrativas das juventudes e entrar em contato com as formas de adoecimento vem revelando tempos de invisibilidade e pondo à mostra um modo de viver e de lutar muito específico das juventudes. Nesse contexto a PSC se apresenta como condição teórico-metodológica adequada para investigar e orientar nosso trabalho, de modo a contribuir com melhoria da saúde mental das juventudes, e com a promoção da saúde e o bem-estar social no contexto da universidade.

Identificar os modos de construção das identidades e o que está envolto nessa construção no espaço universitário é algo que não conhecemos ainda, e que vai para além do título deste texto. Tudo o que fazemos encontra a base epistemológica da “Narrativa das Juventudes”, a qual acessamos o que não sabemos e o que queremos saber. Lima (2014, p. 9) afirma que essa é a função da crítica da PSC, que é “desvelar” esses modos de adoecimentos e sofrimento das juventudes. Com isso, passamos a compreender que esse objeto envolve diversos elementos como um passado, um presente que se apresentam como referências para pensar a história das relações sociopolíticas constitutivas das atuais configurações identitárias das juventudes na universidade.

Até o momento, o contexto da universidade vem nos provocando e nos levando a pensar sobre questões teóricas, metodológicas e conceituais, o que tem ampliado nosso escopo de investigação científica. Tanto as situações já expostas como as questões apresentadas são imprescindíveis para essa construção teórica, pois apontam para os elementos que devem ser considerados, inclusive a compreensão do processo histórico da luta e da resistência das juventudes.

A pesquisa aprovada e os projetos em andamento pelo coletivo de estudantes e professores tomam as narrativas para falar sobre “As incontáveis (im)possibilidades de existência” das juventudes na UFPI. Essas ações devem “ser vistas como estratégias para a melhoria nas condições de vida das pessoas, especialmente as mais empobrecidas e vulneráveis”, como afirmam Lima e Junior (2014, p. 8). A aproximação do contexto das juventudes na universidade “[...] não esgotam as possibilidades de existência e que, portanto, existem alternativas as alternativas atuais diante das condições historicamente construídas de desigualdades de oportunidades, de discriminação, de exploração, de segregação, de adaptação e de poder” (LIMA, 2014).

1.1 - As Oficinas do Cuidar

Surge como resposta ao trabalho que vem sendo efetivado pelo Objeto-Casulo a partir de três projetos apresentados, a Praec, a Prex e a Propesqi, cujo objeto é criar modos e alternativas de cuidar da saúde mental das juventudes no espaço universitário da UFPI. Toda a ação de pesquisa, de

extensão e de atividades estudantis e comunitárias se encontra cadastrada e aprovada nas respectivas Pró-Reitorias, na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

As oficinas têm como objetivo a criação de práticas de modos de cuidar da saúde mental, além de compreender e estudar o fenômeno saúde/doença das juventudes no espaço da universidade. As oficinas serão efetivadas a partir de agosto de 2018 nos seis centros: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências da Natureza (CCN) e Centro de Ciências da Saúde (CCS) com a interação de estudantes voluntários participantes do Projeto, dos cinco bolsistas Praec e de três professores do Defe e DMTE que desenvolverão as Oficinas do Cuidar.

O desenvolvimento dos trabalhos nas Oficinas do Cuidar deve ocorrer quinzenalmente em cada centro conforme orientação de um calendário e com o tempo necessário para o bom desenvolvimento da atividade proposta. As mesmas trazem como referencial teórico-metodológico os trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire a partir de temas geradores e das “Narrativas das Juventudes” conforme explicitado pela abordagem da PSC. As Oficinas do Cuidar são momentos em que deixamos falar as juventudes, de modo a promover momentos de reflexões coletivas sobre a saúde mental e também na identificação das demandas das juventudes.

1.2 - As escutas individuais

Hoje, atendemos a 19 acadêmicos de diversos cursos de graduação da UFPI, por ser uma atividade ligada a Praec e a Prexc também atendemos a uma demanda externa característica de nossas ações de extensão. Nosso dilema inicial era como fazer, onde fazer a escuta e sob que perspectiva psicológica pensá-la. De formação, meus estudos em psicologia sempre estiveram fundados na ética da Psicanálise e da Psicologia Social. O atendimento ofertado passa por esse olhar. O importante é que estamos inaugurando um modo de atendimento das juventudes no espaço da universidade que difere dos moldes da clínica psicológica tradicional.

Toda a condução e responsabilização da escuta é de única responsabilidade da psicóloga que atende e dos acadêmicos que vem para a escuta. Um atendimento que é conduzido pela entrevista inicial, com identificação da queixa e sua apreciação, seguida da escuta e sistematização do atendimento a partir das três tarefas explicitadas por Lima (2014, p. 39), a:

[...] primeira, explorar as concepções tradicionais e descobrir a serviço de quem determinado conhecimento foi produzido e se tem perpetuado; segunda, trazer a experiência do mundo da vida, o diálogo abafado, para contrapor a essas teorias e colocá-las à prova; terceira realizar uma análise que possa explicar o papel do discurso [...] na manutenção da realidade social e no reconhecimento da identidade pessoal.

Essa é a condução que adotamos como método para cuidar da saúde mental das juventudes na universidade. Como é possível observar, a condução de todo o processo que envolve nossas ações nos leva a compreender que todos os objetos que compõem as ações desenvolvidas estão nos conduzindo ao estudo sobre identidade. Essa forma esquemática referenciada acima é a condição necessária ao entendimento de como são forjadas o adoecimento as identidades juvenis no ambiente universitário. Nesse sentido, a PSC aparece como indissociável ao interesse e a experiência com a natureza metodológica dos estudos sobre a saúde mental no ambiente da UFPI.

1.3 - Rodas de Conversa com a parceria do coletivo Afronte

Essas Rodas de Conversa são realizadas geralmente por um profissional psicólogo e um enfermeiro especialista e mestre na área da saúde mental, ambos com uma vasta experiência com o tema saúde mental, nos estudos sobre identidade e nos modos de cuidar das juventudes. Um Movimento inaugurado pelo coletivo Afronte que também preocupado com a saúde mental das juventudes universitárias procurou esses profissionais de modo a promover uma discussão qualificada sobre o tema no *hall* dos centros, aberto a todos os públicos presentes na UFPI e comunidade local. As Rodas de Conversa se encontram em andamento e continuará no semestre

2018.2, caracterizada por uma demanda espontânea. Os idealizadores do coletivo de jovens “acreditam em uma sociedade por fora do adoecimento capitalista, em um mundo que caiba todos os sonhos”, é essa base que sustenta o entusiasmo desse fazer.

Ao longo do segundo semestre de 2018 os seis centros do *Campus* Ministro Petrônio Portela (Teresina/PI), serão visitados pelas Rodas de Conversa de modo a se tornar uma atividade permanente e que juntamente com as Oficinas do Cuidar possam promover as escutas das juventudes, com foco exclusivo na reflexão sobre saúde mental nos espaços de convivência da UFPI. Com esse coletivo encontramos os acadêmicos que participam do Grupo de Estudo “Boca da Noite”, os bolsistas Praec e todos os envolvidos nos cinco projetos aqui apresentados.

1.4 - O Grupo de Estudo “Boca da Noite”

O objeto do grupo se pauta no estudo sistemático sobre as juventudes no espaço universitário com o fundamento epistemológico e metodológico da PSC que é a forma que encontramos para oportunizar e colocarmos os estudantes de graduação da UFPI no circuito das discussões nacionais sobre juventudes. Ação que se amplia quando engajamos acadêmicos da graduação de vários cursos: Enfermagem, Pedagogia, História, Serviço Social, Antropologia, Ciência Política e Letras. Estudamos temáticas diversificadas que envolvem a saúde mental, identidades, subjetividades, estigmas, juventudes etc. São momentos de reflexão e aprofundamento sobre temas nos quais o próprio jovem é protagonista. Somar nossos esforços junto a outros coletivos que escrevem e discutem sobre juventudes na UFPI de modo a produzir diversos materiais para publicação, além de participar de eventos de natureza científica, de ensino, pesquisa e extensão acadêmica característica própria desse coletivo.

Constatamos que os avanços dos estudos na área das juventudes são os mais diversos e isso tem repercutido no mundo acadêmico de forma positiva. O que propomos é a ampliação do olhar para as juventudes com um recorte específico da PSC que, segundo Ciampa (1999, p. 72), considera “contexto histórico e social” em que as juventudes se encontram seus “modos e as alternativas de identidade”. Estudamos autores que compõem o

cenário da PSC, professores (as) como: Silvia Lane, Bader Sawaia, Antonio da Costa Ciampa, Aluísio Lima, Nadir Júnior, Maria do Carmo Guedes, José Leon Crochik, Mary Jane Spink, Salvador Sandoval, que são nossos interlocutores e colaboradores, por serem autores que vêm tomando o lugar de referência na literatura sobre identidades. A PSC, como afirma Lima e Júnior (2014), é uma abordagem genuinamente brasileira traz uma proposta de literatura que sinaliza para “metodologias críticas que cumprem a função de dismantelar formulações discursivas de erros, ilusões, de insinceridades [...]”; com todo o aparato e “ferramentas capazes de ruir as imprecisões que se estruturam para promover, patrocinar e/ou manter relações opressivas”.

1.5 - A Pesquisa

Essa pesquisa é um importante instrumento para dizer sobre o fenômeno da saúde/doença das juventudes no espaço universitário da UFPI sendo um tipo de pesquisa na área da Psicologia Social Crítica de aplicação prática no campo do saber da psicologia da saúde e da saúde coletiva. A particularidade de seu objeto se encontra em considerar as condições a que são submetidas às juventudes no contexto da graduação, nas formas como são afetadas pela institucionalização do saber, pelo discurso da academia e das relações de convivência social nesse ambiente. A experiência de contato e troca em sala de aula nos faz constatar que esse espaço produz subjetividades, identidades e adoecimentos.

O suicídio, a depressão, as patologias alimentares etc., tem preocupado e levado professoras do Centro de Ciências da Educação (CCE) e do Departamento de Fundamentos da Educação (Defe) a criarem práticas de modos de cuidar das juventudes em parceria com as Pró-Reitorias. Com essa pesquisa, ampliamos nossos objetivos que agora se pautam também estudar o ambiente social e institucional da UFPI de modo a compreender os determinantes sociais e universitários da natureza do fenômeno saúde/doença que afetam as juventudes universitárias. É um estudo que considera o ambiente social e institucional da UFPI como propício a identificação de tal fenômeno. O que queremos é compreender qual a relação entre o ambiente universitário e as formas de adoecimento manifestas no cotidiano da vida acadêmica.

Essa pesquisa em andamento dará suporte a realização do levantamento junto aos cursos de graduação do percentual de estudantes que apresentam algum tipo de adoecimento, de modo a identificar o número de jovens adoecidos, além de mapear e produzir conhecimento sobre o porquê serem essas as patologias que mais afetam os jovens durante o tempo da graduação e queremos propor ainda a criação de alternativas de saúde para as juventudes no espaço universitário da UFPI.

É importante ressaltar que esta é uma pesquisa em Psicologia Social por situar as questões da saúde e da doença das juventudes na interface entre indivíduo e a sociedade, perspectiva que, de acordo com Spink (2010, p. 24), encontra-se fortemente ancorada na perspectiva da Psicologia Social Crítica, cuja referência para os estudos em questão se encontra em autores como Ciampa (1987; 1999) e Lima (2010; 2014), quando afirmam que o conhecimento em Psicologia Social deve ser visto como uma estratégia para a melhoria nas condições de vida das pessoas, especialmente as mais empobrecidas e vulneráveis.

Voltando a pergunta inicial: o que sabemos sobre as juventudes na UFPI? Dos seus processos de adoecimento? Dos determinantes sociais e universitários que afetam a saúde mental das juventudes? De quais problemas são mais afetados durante o tempo da graduação? Tais adoecimentos são decorrentes do ambiente universitário?

2 A PSC EM SEU MÉTODO E EPISTEMOLOGIA PROMOVENDO SAÚDE MENTAL DAS JUVENTUDES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DA UFPI

As escutas individuais, as Oficinas do Cuidar, as Rodas de Conversa, a Pesquisa e o Grupo de Estudo “Boca da Noite” têm orientação metodológica pautada na entrevista em profundidade, que orienta a escuta de todas as narrativas, suas análises e interpretações. Na perspectiva da ética em PSC encontramos um modo de fazer investigação com bases em “condições e alternativas subjetivas e concretas frente ao que está empiricamente dado”, dessa maneira estamos buscando a coerência entre o objeto que é comum a todas as ações desenvolvidas em cada uma das atividades. A PSC em seu

método e epistemologia sustentam todo o nosso fazer: na pesquisa orienta a escuta, interpretação e produção das análises, dos conceitos teóricos estudados no Grupo de Estudos a trabalho com as Rodas de Conversa nos seis centros e das escutas individuais as escutas coletivas nas oficinas do cuidar.

Quando recebemos um estudante que quer se inscrever nos atendimentos individuais temos o cuidado de orientar o passo a passo da condução das escutas. Do preenchimento da entrevista inicial de modo que ele compreenda a sua implicação no processo de atendimento e resolutividade dos conflitos inerentes a sua queixa.

O referencial teórico-metodológico da PSC inaugurado por Ciampa (1999), experienciado por Lima (2010a) e Lima (2014b) nos expõem uma trajetória, um “como fazer” as “entrevistas de modo a obter dados significativos para a análise”. O artigo sobre Identidade de Antonio Costa Ciampa (1999), publicado na obra *Psicologia Social: o homem em movimento*, é um texto em que aparece a gênese do trabalho com narrativas nos moldes sugeridos pela PSC, ao nos informar que “nossa identidade se mostra como a descrição de uma personagem [...] cuja vida, cuja biografia aparece numa narrativa [...], ou seja, como personagem que surge num discurso (nossa resposta nossa história)”. Uma resposta que deixa aparecer, a história, o enredo, as personagens, os cenários que participam da construção da nossa identidade (CIAMPA, 1999).

O nosso fazer no ambiente universitário é amparado e articulado ao “materialismo histórico” que se configura como nova postura “ante a produção de conhecimento” e que vem contribuindo com os pilares de um novo modo de fazer pesquisa em Psicologia Social inclusive no Brasil. Vale informar, que o trabalho que iniciamos atualmente, somam 16 estudantes de graduação de diversos cursos da UFPI, 4 docentes UFPI, 1 docente Uespi e 2 docentes IFMA de Caxias no Maranhão. Nas escutas individuais são 19 acadêmicos atendidos, destes 3 são da comunidade local. Nos coletivos como Rodas de Conversa é um número flutuante, mas que vem abarcando um significativo número de estudantes que, espontaneamente, participam da roda e dão relatos dos seus modos de adoecer. Logo, teremos dados sobre as Oficinas do Cuidar.

Na entrevista inicial, acessamos e identificamos nas narrativas conflitos que envolve a situação familiar, de convivência no ambiente acadêmico,

de rompimento de laços sociais com diagnósticos dos mais diversos. Encontramos sujeitos em situação de sofrimento e ainda registamos queixas sobre a pouca habilidade da UFPI no trato com as questões trazidas pelas juventudes, do peso da figura institucional e intervencionista que gera confusão e mal-estar.

Em todos os momentos do trabalho, consideramos a fala das juventudes como algo fluido capaz de oferecer elementos necessários ao alcance último do nosso trabalho, que é a promoção da saúde mental das juventudes na universidade. Ciente que este é um trabalho inicial com o suporte da literatura consultada, mas que todas as pessoas envolvidas como docentes e acadêmicos se encontram na condição de autores e coautores por estarem implicados no contexto da universidade e de todas as ações desse coletivo de pesquisadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da UFPI desponta como lugar que pensa, promove e possibilita mudanças significativas no atendimento as juventudes. Sensibilizar gestores, servidores, professores e acadêmicos no que tange as ações em andamento é tarefa imprescindível à promoção da saúde mental de estudantes, ao mesmo tempo em que coloca a UFPI na vanguarda da criação de modos de cuidar das juventudes, ao agregar infinitas ações que considera a participação dos coletivos jovens e dos responsáveis pelas políticas internas de inclusão e gestão superior.

As oficinas do cuidar, as escutas individuais, as rodas de conversa, o grupo de estudo e a pesquisa compõem um grupo de iniciativas de professores, que apoiados por um coletivo de jovens universitários vêm oportunizando na UFPI ações que promovem a saúde mental dos acadêmicos. São iniciativas simples que vem se concretizando no cotidiano da vida acadêmica a partir do trabalho coletivo.

Parcerias vêm se delineando no cenário desse trabalho com a saúde mental das juventudes na UFPI. Estamos em diálogos com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), *campus* Caxias, na pessoa da Prof^a Edna Maria da Costa Sobral da Coordenadoria de Assuntos Estudantis. Com

a Universidade Estadual do Piauí (Uespi), na pessoa do professor Daniel Galeno Machado, que participa de todas as iniciativas da UFPI contribuindo com o seu conhecimento sobre saúde mental e a parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), na pessoa do Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio. Registramos ainda a valiosa contribuição do coletivo de jovens Afronte, que mobiliza universitários para discutir o tema. Dos diretores dos seis centros da UFPI – CCE, CCA, CCS, CCN, CT e CCHL *campus* Ministro Petônio Portela – que acolheram a nossa proposta de pesquisa sobre o fenômeno saúde/doença se tornando parceiros nessa iniciativa.

Sendo assim, essa construção coletiva de professores, discentes e Instituições de Ensino Superior (IES) acena para a ampliação da produção científica, para a instauração da discussão interinstitucional sobre os modos de cuidar das juventudes e para a ampliação das práticas em saúde mental no contexto da universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PDI – **Plano de Desenvolvimento Institucional** – UFPI. (Aprovado pela Resolução CONJUNTA CONSELHO DIRETOR - CONSUN n. 002/2015, de 15/07/2015), 2015 – 2019.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.T.M. (Org.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 58-75.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C.P; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-36.

LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: Fapesp; Educ. 2010.

LIMA, A. F; JUNIOR, N. L. (Org.) **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-34.

LUZ, L.C.X; ADAD, S. J. H. C; SILVA, V. (Orgs.). **Juventudes rurais e urbanas: territórios, culturas, sociabilidades e identidades**. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 11-19.

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PROF^a DR^a FILADELFIA CARVALHO DE SENA

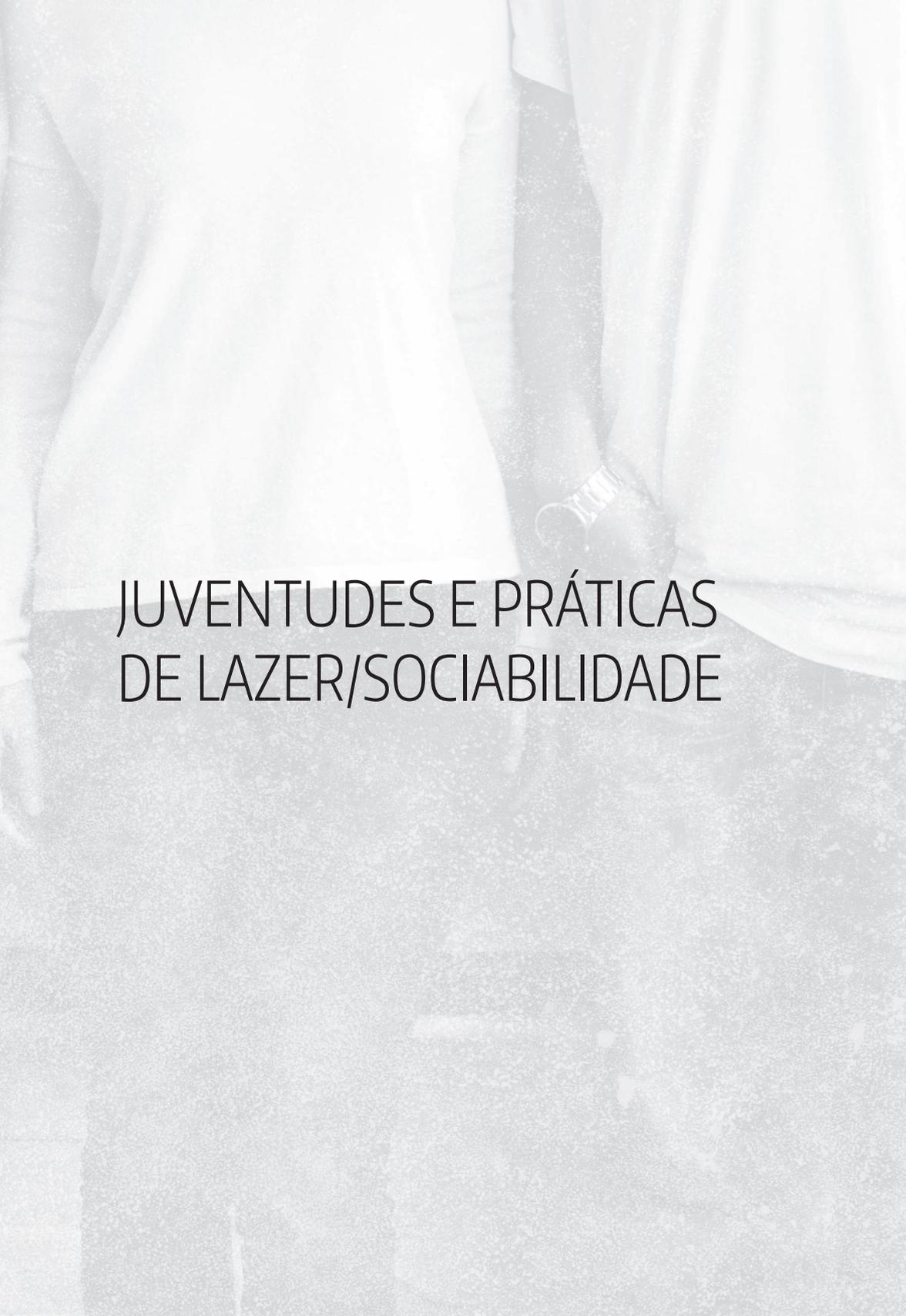
Doutora em Educação Brasileira (UFC), mestrado em Psicologia (Unifor), graduada em Psicologia (UFC), Pedagogia (UFC), Filosofia (UECE). Coordena as atividades do Núcleo da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), seção Piauí. É professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordena atividades Observatório de Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola (Objuve) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (Nepegeci), onde realiza Pesquisa e Extensão na área dos Movimentos Sociais, Juventudes na ótica do cuidar da saúde mental no espaço da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

PROF. ME. DANIEL GALENO MACHADO

Mestre em Enfermagem (UFPI/PPGenf), Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Unesa) e Docência do Ensino Superior (FIJ), Bacharel em Enfermagem (CEUT). Atualmente é professor substituto TP-20 horas da Universidade Estadual do Piauí (Uespi, *Campus* Parnaíba). Possui trabalhos publicados em anais de eventos a nível internacional e nacional, artigos completos publicados em periódicos e capítulo de livro publicado pela editora do Ministério da Saúde. Atua nas áreas de Saúde Mental e Saúde Coletiva.

PROF. DR. JOSÉ JACKSON COELHO SAMPAIO

Doutor em Medicina Preventiva pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Mestrado em Medicina Social pela UERJ. Graduado em Medicina pela UFC. Atualmente é Professor Titular em Saúde Pública, docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, líder do Grupo de Pesquisa Vida e Trabalho e do Laboratório de Humanização da Atenção em Saúde, e Reitor da UECE (Universidade Estadual do Ceará).



JUVENTUDES E PRÁTICAS
DE LAZER/SOCIABILIDADE

DA BRINCADEIRA À BANDIDAGEM, DA BANDIDAGEM RUMO À DEUS: TRAJETÓRIAS DE JOVENS INTEGRANTES DE GANGUES NO DISTRITO FEDERAL

Carla Coelho de Andrade (*in memoriam*)

RESUMO

O presente texto trata da experiência de jovens moradores da periferia do Distrito Federal que integram grupos genericamente chamados de gangues. Inicialmente apresenta um conjunto de ideias e valores que fazem parte da visão de mundo desses jovens. Em geral, a busca por prestígio e reconhecimento, aliada a exaltação do sentimento de pertença, marca decisivamente esses grupos juvenis. Traz ainda alguns aspectos do comportamento dos jovens no interior das gangues, grupos frequentemente envolvidos em atividades ilícitas e atos de violência. Em seguida, o artigo explora o processo de afastamento dos jovens da “bandidagem” por meio do acompanhamento da trajetória de três ex-integrantes de gangues.

Palavras-chave: Jovens. Trajetórias. Gangues. Violência.

1 INTRODUÇÃO

Os jovens do Distrito Federal há alguns anos se notabilizam pelos confrontos violentos envolvendo turmas denominadas “gangues”. A rivalidade mantida entre esses grupos provoca enfrentamentos físicos que causam ferimentos graves e não raramente a morte. Soma-se a esses embates entre turmas de jovens, qualificados por eles próprios como *guerras*, outra

manifestação da violência que entrecorta suas ações: a prática de atos ilícitos e ilegais, como roubos, assaltos, furtos e depredações de patrimônios públicos e privados.

A entrada no “mundo do crime” e o final trágico que ele delinea são realidades que muitos envolvidos com gangues na periferia de Brasília acabam conhecendo. Em seus relatos, os jovens com quem conversei não raro falavam sobre o destino incontornável de quem “cai na bandidagem”, qual seja, a prisão, a invalidez ou a morte violenta. Mas se trata mesmo de um destino incontornável? Esta faz parte de uma das indagações que, como bem aponta Regina Novaes, desafiam a nossa compreensão: “para um mesmo indivíduo, o destino, as vocações ou escolhas são irreversíveis?”; “apenas a morte se apresenta como saída do mundo do crime?”; “não tem volta para quem ‘pega o caminho errado?’”; “trata-se mesmo de ‘vocação’, destino irreversível? Ou é possível reconverter trajetórias?”; “quando e em quais circunstâncias? Neste caso quais são os ‘atalhos’ que podem servir para desviar certos caminhos?” (NOVAES, 1997, p. 125-126). Para refletir sobre tais questões, proponho deter-me na trajetória de três jovens ex-integrantes de gangues, cujas histórias colocam em xeque a ideia de irreversibilidade do destino de quem se envolve na *bandidagem*.

O material etnográfico apresentado neste artigo é resultado de uma pesquisa realizada entre 1998 e 2006, em períodos alternados, em Ceilândia, Samambaia e Planaltina, cidades do Distrito Federal onde o fenômeno da violência das gangues juvenis, à época do trabalho de campo, ganhava grande expressão. Compreender a dinâmica desses agrupamentos e compreender o lugar que a violência ocupava como campo propulsor de experiência na vida dos jovens foi a motivação da pesquisa que originou minha tese de doutorado¹. Mas, longe de tentar encontrar as causas da violência praticada por e entre esses jovens, procurei delinear conteúdos culturais que estão na base do exercício dessa violência e situá-la dentro do seu sistema de relações sociais. Ou seja, busquei não perder de vista a relação dos jovens com o mundo, seus valores, suas percepções de si e do outro, numa perspectiva socioantropológica que considera a globalidade de seu modo de vida e que

1 O artigo se origina da Tese de Doutorado denominada “Entre Gangues e Galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal”. Tese que apresentei em 2007 ao Curso de Doutorado em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

procura a compreensão dos significados que eles próprios dão às suas práticas e crenças.

O texto está estruturado em duas partes. Inicialmente apresentarei o universo das gangues do Distrito Federal tratando de ideias e valores que fazem parte da visão de mundo de seus integrantes, assim como explorarei alguns aspectos do comportamento dos jovens no interior desses grupos. Em geral, a busca por prestígio e reconhecimento, aliada a exaltação do sentimento de pertença, marca decisivamente esses grupos juvenis. Em seguida apresento a trajetória de Jeferson, Eduardo e Carliomar². Suas histórias de conversão religiosa, contadas por eles mesmos, pode ajudar-nos a entendê-los.

2 GANGUE: A FAMÍLIA DA RUA

A história das gangues em Brasília confunde-se com a das turmas de jovens que se formavam para praticar pichações. Tal como narrada por alguns dos entrevistados, o fenômeno teve origem no início dos anos 80, coincidindo com a primeira onda do movimento Hip Hop no Distrito Federal. No começo, tratava-se de pequenos grupos – *turmas de chegados* – que se reuniam exclusivamente com o intuito de pichar, o que era considerado uma brincadeira, uma diversão. Paulatinamente, esses grupos foram crescendo, muitos de seus integrantes abandonando a prática da pichação e envolvendo-se cada vez mais com o consumo e tráfico de drogas, com armas, roubos, assaltos e crimes. A diversão lúdica transformou-se em bandidagem.

Assim, a pichação pode ser entendida como “forma inaugural de linguagem das gangues” (DIÓGENES, 1998), que aos poucos vai sendo entrecortada pela dimensão da violência, daí emergindo uma nova configuração desses grupos, que, mesmo abandonando a pichação, continuam fazendo da rua o palco principal de sua atuação.

Chama a atenção o fato de nas formulações discursivas dos jovens as gangues sempre serem caracterizadas pelo forte elo que une seus integrantes. A ideia de solidariedade, construída em torno das noções de fraternidade, lealdade e fidelidade, da motivação de responder pelo coletivo,

² Os nomes citados neste artigo foram modificados com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa e evitar que, em função das implicações legais de determinadas atividades narradas, alguém seja prejudicado.

encontra-se ressaltada em frases que se repetem – *o que rola pra um, rola pra todos; todo mundo considera o outro* – e que indicam que a mesma é condição essencial para a existência das gangues. Permanentemente dispostos a se proteger, ajudar e a *brigam uns pelos outros*, os jovens se dizem parte de uma *família*, utilizando uma categoria típica do domínio privado para definir um espaço de segurança e confiabilidade, assegurado num ambiente imprevisível e hostil, como a rua.

Essa “família da rua” é percebida como uma comunidade emocional que ampara, apoia e dá proteção em situações nas quais a “família de casa” não pode intervir, mesmo porque quase sempre desconhece as inquietações dos jovens, que são abertamente discutidas nesse outro cenário de socialização. Na gangue, ou “família da rua”, abre-se um espaço de escuta, fala-se sobre problemas similares, o que aflige e alegra, cria-se um ambiente propício para conversar sobre temas que no seio da “família de casa” seriam menos-prezados ou incompreendidos. Na “família da rua” o jovem pode construir outra posição no espaço social, distinta da que é pautada pela relação vertical e assimétrica existente na “família de casa”, pois encontra interlocutor semelhante com o qual estabelece uma relação horizontal, de compreensão plena, circunscrita a uma comunidade linguística comum: “as formas de ser e estar confluem em um espaço compartilhado de ideias, práticas, pensamentos, saberes, éticas e estéticas” (CERBINO, 2006).

As gangues, usualmente, surgem de modo quase espontâneo, são formadas por grupos de amigos nas quadras e também nas escolas, onde os que se consideram mais espertos, mais malandros, mais *ratos* aproximam-se. Existe certo acaso na montagem desses grupos. Os jovens se juntam, por exemplo, para defender um amigo ameaçado ou agredido por outro jovem, que, por sua vez, reúne outros amigos para se vingar. Momentaneamente, todos desenvolvem o mesmo sentimento e compartilham o mesmo objetivo e, nesse jogo, a cumplicidade e os elos de amizade vão se tornando mais sólidos, dando origem a uma relação quase fraterna, e o grupo termina por se consolidar, assumindo alguns aspectos de uma organização.

Vários estudiosos salientam que os jovens, tanto homens quanto mulheres, aderem às gangues buscando encontrar resposta para as suas necessidades básicas, como o sentimento de pertencimento, de identidade, de autoestima e de proteção, e a gangue parece ser uma solução para os seus

problemas em curto prazo. Cohen (1955) fala de uma subcultura juvenil por meio da qual o indivíduo busca a satisfação de suas “necessidades sócio-emocionais” que, não satisfeitas pelo primeiro grupo de referência, podem ser supridas pelo grupo de pertencimento.

De fato, os jovens que entrevistei reforçam essas ideias e esclarecem um pouco mais sobre o que os levavam ou não a aderir às gangues. As razões de entrada são explicadas e justificadas pela falta de alternativas, pelo fato de não se ter nada para fazer, pelo sentimento de exclusão e pela falta de dinheiro. Como membro de uma gangue, o jovem tem em seu imaginário o poder de conseguir dinheiro facilmente, bem como a possibilidade de tornar-se conhecido e famoso.

Há também os que dizem ter aderido a uma gangue para *tirar onda, crescer em cima dos outros* e para se sentirem protegidos: *Muitas pessoas entram porque se sentem inseguras. Ele tá passando aqui, aí um moleque vai, limpa ele e toma as coisas toda. Aí ele vai lá chama a gangue dele e vai atrás.* A alternativa de se integrar a uma gangue insere-se, dessa forma, “dentro de uma rede de ‘proteção paralela’, em que a ‘circularidade da violência’ condensa proteção e agressão, em que atacar torna-se a regra básica de segurança” (DIÓGENES, 1998, p. 118).

3 HONRA E REPUTAÇÃO

Segundo os jovens, são inúmeras as vantagens de aderir a uma gangue. De suas falas fica registrado o desejo de *ser respeitado*, acima de tudo. O benefício da proteção, de ganhos financeiros, de possuir uma arma, de ter acesso mais facilmente a drogas, de ganhos de sociabilidade – ter amigos, ser popular e ter mulheres –, de sentir liberdade para fazer o que quiser, de gozar do lúdico da vida, tudo isso vem mesclado ao enorme desafio e necessidade de *ser considerado*.

Principalmente entre os jovens de sexo masculino, a honra é um valor fundamental na decisão de aderir a uma gangue, embora “honra” seja uma palavra praticamente inexistente em suas falas. “Honra” comparece nos discursos por meio da noção de “reputação”, fortemente presente em suas consciências. A busca de reputação e prestígio explica numerosas condutas

dos jovens e participa, fundamentalmente, da construção da identidade viril, que, retomando os termos de David Lepoutre, “passa pela demonstração espetacular das capacidades físicas e mentais e pela espetaculosidade muito elaborada de si mesmo” (LEPOUTRE, 1970, p. 272).

Essas noções de honra e reputação dão uma visão sintética do conjunto de comportamentos e das interações sociais que pude observar. O processo de estruturação do imaginário que está por trás da dinâmica de formação e identificação dos jovens com as gangues é acompanhado da adoção de um estilo de masculinidade, expresso através da afirmação e demonstração de coragem, valentia, força e virilidade. Pautando-se por esse ideal de masculinidade, procuram a distinção e prestígio necessários para adquirirem o reconhecimento e aceitação do grupo de pares nas suas reivindicações de respeito e consideração.

Os jovens dão grande importância para os juízos formulados acerca deles, sobretudo para os julgamentos tecidos por seus pares. O valor da pessoa é medido no interior do seu grupo, para o qual devem provar coragem física e seus corolários – bravura, audácia, intrepidez – e demonstrar que aderiram aos valores e ideais partilhados por todos os seus membros. É por isso que para ser honrado e reconhecido como membro de uma gangue faz-se necessário passar por ritos de iniciação.

O ingresso e a permanência numa gangue são regidos por códigos de honra, traduzidos na demonstração “espetacular” de coragem, força, temeridade e astúcia, predicados considerados de uma *pessoa de atitude*. Lealdade ao grupo, impiedade para com os *outsiders* e adversários, obediência às regras fundamentais, como a lei do silêncio, participam do mesmo código. Trata-se de valores essenciais na constituição de certo tipo de ordem destinada a tornarem previsíveis e confiáveis os comportamentos.

Assim, para tornar-se membro de uma gangue, um indivíduo tem que cumprir certas obrigações e pode ser submetido a várias provas, a fim de mostrar seu comprometimento com um determinado código de valores. Os jovens pagam *pedágios*, isto é, dão dinheiro para o grupo, mesmo que para isso tenham que roubá-lo. Ou têm que dar bebidas, *sprays*, bicicletas, roupas de marca. Ou fazem roleta-russa. Normalmente são *batizados*, apanhando e passando por um corredor polonês. Ocorrem casos em que os chamados pactos de sangue são feitos como prova de lealdade ao grupo. Os jovens

autoflagelam, riscam-se, cortam-se, tatuam-se e queimam-se com cigarros, adquirindo uma marca identificatória como sinal de reconhecimento. Assim, o corpo passa a abrigar memórias que nele são cravadas, transforma-se numa espécie de “corpo-texto”, a partir do qual os jovens narram muitas das histórias de suas vidas³. Cicatrizes, hematomas e marcas de agressões corporais sofridas representam, no fundo, uma espécie de emblema usado para demonstrar o *ethos* da virilidade, a capacidade de se firmar como homem, a “força jovem”, ou mesmo a crença na invencibilidade diante da morte.

Matar, brigar, desafiar e aceitar desafios, dar um tiro numa pessoa, roubar e beber sem limites podem também fazer parte dos ritos de entrada numa gangue. Todos esses atos revelam coragem e força, necessárias a aquisição de prestígio e reconhecimento entre os pares. Aqueles que se situam fora dessa “ideologia da coragem” não podem ser aceitos no grupo.

Assim como para ingressar numa gangue, também existem regras para o indivíduo permanecer fazendo parte de uma. Por exemplo, impõem-se como condição de permanência no grupo, não correr de situações difíceis, não ter medo, *não dar mole para ninguém*. *Ter atitude* é uma expressão com a qual os jovens frequentemente sintetizam os atributos daqueles que são aptos a integrarem uma gangue. E no seu meio, segundo eles, para alguém mostrar que é uma pessoa de *atitude* é preciso aceitar os desafios, vingar-se, impor moral, não ser otário e nem bonzinho – *Neguinho que dá mole, todo mundo quer botar a mão* –, ter malandragem, *manha*.

A *atitude*, principalmente no código masculino, é medida que estabelece o grau de reputação e respeitabilidade de uma pessoa. E alguém respeitado é alguém *considerado*, expressão usualmente evocada pelos jovens para se referir às qualidades dos que não permitem qualquer mácula ou desafio à sua reputação: *Pra ser considerado na periferia, você precisa roubar, matar,*

3 O corpo enuncia não apenas narrativas individuais, como também condensa e expressa amplas dimensões culturais: “viver consiste em reduzir continuamente o mundo ao corpo, através do simbólico que este representa” (LE BRETON, 2002, p. 7). Como diz Canevacci, “o corpo é um mapa cultural” (CANEVACCI, 1990, p. 23). Nesse sentido, vale lembrar o clássico ensaio de Pierre Clastres *Da Tortura nas Sociedades Primitivas*. O antropólogo assinala a importância do corpo como uma “superfície de escrita”, capaz de receber o texto legível da lei. As cicatrizes das feridas, que durante o rito de iniciação provocam dor e sofrimento nos corpos dos jovens iniciados, são obstáculos ao esquecimento do pertencimento ao grupo. O corpo passa a desempenhar o papel de memória: “Sois um dos nossos. Cada um de vós é semelhante a nós, cada um de vós é semelhante aos outros. [...] Nenhum de vós é inferior, nem superior. *E não podereis esquecer disso*. As mesmas marcas que deixamos sobre vosso corpo vos servirão sempre como uma lembrança disso” (CLASTRES, 1990, p. 129).

ser um cara grosso, tem que arranjar o que os outros tá querendo, não deixar ninguém te chamar de comédia, não deixar ninguém te tirar nada. Fatores que demonstram *atitude* são representados pelo consumo de drogas ou de álcool, pela valorização de tudo o que é proibido, do perigo e do próprio risco⁴.

Andar armado, carregar o *ferro* (arma de fogo), é apontado como outro elemento de linha de frente que assegura a reputação localmente, entre os pares, diante de outras gangues e também entre as meninas, que, segundo os jovens, sentem-se protegidas e *gostam de meninos que têm arma*. Desse modo, possuir uma arma passa a ser uma necessidade dentro da lógica da busca de *consideração* e o *ferro*, símbolo visível de poder e prestígio, torna-se “fetiche” entre os jovens⁵.

A busca de *consideração* é uma batalha cotidiana em que a respeitabilidade deve ser alcançada a qualquer preço. Ser preso pode representar uma forma de mostrar valentia, *impor moral* e alcançar status. Outra maneira de se fazer respeitado, e também temido, é a disposição para matar: *Pra te respeitar você tem que chegar assim, derrubar e matar uma pessoa. Aí ninguém te critica*. Quanto maior o número de homicídios cometidos, maior é a reputação da pessoa, que ganha fama, prestígio e dá prova de grande virilidade. Esta, desse modo, se expressa como uma lógica de “ação” no sentido dado por Goffman (1974), segundo o qual uma ação significa participar

4 Como observa Goffman (1974a), um membro de qualquer grupo deve dar prova de que merece a consideração de seus pares e, para assegurar esta consideração, ele precisa agir em conformidade com a “linha de ação” que os outros supõem que ele adotou, caso contrário corre o risco de “perder a face”, caindo assim em descrédito. Diria que a *atitude* se constitui exatamente numa “linha de ação” ou de conduta a qual os jovens procuram se conformar para garantir o seu valor social dentro do grupo de pares. A busca de “consideração” como elemento caracteristicamente masculino é um dos temas abordados por Lins e Silva (1990) no ensaio sobre *Bandidos e Evangélicos: extremos que se tocam*. O tema também vem à tona no estudo de Cecchetto (2004) sobre *Violência e Estilos de Masculinidade* no Rio de Janeiro, no qual a autora revela que, por exemplo, no circuito masculino das galeras *funks*, a aquisição de prestígio e consideração entre os pares depende da “disposição” permanentemente demonstrada para a luta. Nesse grupo, “ter disposição” é uma expressão que sintetiza uma espécie de norma local de masculinidade que privilegia a força física e uma moralidade da ação. O mesmo tema comparece ainda no estudo de Marcos Alvito sobre a favela carioca de Acari. Naquele contexto, “ser considerado é uma expressão que sintetiza a qualidade daquele que sabe ser amigo, companheiro e igual, que não busca elevar-se acima dos outros, mas tampouco permite qualquer arranhão ou desafio à sua reputação, que não ‘baixa a cabeça’ por nada” (ALVITO, 1998, p. 195).

5 Vale a pena lembrar das palavras de Alba Zaluar sobre o trágico quadro com o qual se deparou meio à população pobre do Rio de Janeiro. Comentando sobre a participação dos jovens no crime organizado, a antropóloga fala do prestígio das armas entre eles: “estas armas tornaram-se fetiches na cintura de adolescentes franzinos e gatilhos mortífero nos seus dedos. ‘Revolver na cintura impõe respeito’, eu aprendo” (ZALUAR, 1994a, p. 10).

de situações fatídicas parecidas com os jogos de azar. Nessa perspectiva, a virilidade é o horizonte de sentido que se encarrega de desenvolver a capacidade de administrar a fatalidade, considerada inevitável e para a qual uma das respostas seria a demonstração da hombridade plasmada na capacidade de eliminar o “outro”, o inimigo, pela morte.

4 O QUE FAZEM AS GANGUES

Participar de uma gangue significa integrar um grupo que partilha de uma sociabilidade específica. Os jovens das gangues costumam reunir-se para discutir, para comprar *spray*, armas e outras necessidades, para pichar e para brigar com outras galeras. Os integrantes também se encontram para *fazer caxanga*: roubar carros, peças e acessórios de automóveis, postos de gasolina, padarias, ônibus, caminhões de bebidas, loterias, farmácias, mercadinhos, sorveterias, bares, lanchonetes, residências e escolas. Numa gangue, *rola de tudo, tem uns do lado do bem, tem uns do lado do mal, uns em cima do muro: tem skeitista, pichador, ladrões, traficantes, assassinos e drogados*.

A pichação atrai e fascina principalmente os adolescentes mais novos, que insistem em deixar registradas suas marcas nas paredes e muros da cidade. Ela é vista por eles como uma alternativa ao não se ter nada para fazer, é considerada uma diversão, uma aventura cheia de emoções porque implica em correr perigo, seja fugindo da polícia, seja escapando do proprietário do imóvel no qual se pichou, seja arriscando a se deparar com gangues de pichadores rivais. Pichar é percebido como um ato de coragem e ousadia, no qual se desprende uma dose elevada de adrenalina.

Ser conhecido e famoso – *ganhar destaque* – pela pichação é motivo de orgulho. É precisamente a vivência do risco nela implicado que dá aos pichadores a oportunidade de alcançar respeito e reconhecimento. O risco atrai, pois permite aos jovens medirem-se, experimentarem seus próprios limites e os de seu entorno: “correr risco [...] dá também ao adolescente a ocasião de verificar seu poder sobre o seu corpo e sobre as coisas” (TURZ; COURTECUISSÉ; JEANNERET; SAND, 1986, p. 85). Quando menos essa

verificação é organizada e canalizada pelos adultos, mais os jovens têm a tendência a adotar condutas de risco exageradas e extravagantes⁶.

Não somente para pichar reúnem-se as gangues. Os encontros têm também outras finalidades, assaltar e roubar aparece em meio a elas. Os roubos e assaltos são praticados em pequenos grupos, no máximo três ou quatro, mas o mais corrente é haver uma parceria fixa. Principalmente nos assaltos nos quais sabem que não vão arrecadar muito dinheiro, preferem não sair em grandes grupos. Há também situações em que a iniciativa é individual, quando, por exemplo, os jovens estão *quebrados* (sem dinheiro nenhum) ou quando necessitam de suprir alguma de suas necessidades: *A gente está quebrado, quer ir para um baile, a gente assalta uma padaria, ‘ganha’ uma bicicleta; Tá acabando a chinela, tá velha, aí quando acabou vamos lá de novo. Vai buscar é de quem tem, de quem pode comprar outra.* Aglomerações como a Micarecandanga⁷ favorecem esses furtos, que normalmente não têm hora nem lugar.

Entretanto, depois de uma trajetória de vida marcada por inúmeros crimes e delitos, há aqueles que acreditam não valer a pena correr o risco de serem presos por cometerem pequenos furtos. O melhor, nas suas visões, é partir para *coisas maiores* porque, se forem apanhados, serão castigados da mesma maneira. Além disso, como diz um entrevistado acostumado a roubar carros para desmonte, quem rouba pouco é mal visto entre os companheiros de prisão: *Se você está dentro de uma cela por qualquer besteira, você apanha mais lá dentro do que dos policiais.*

6 Vale dizer que o conceito de risco varia segundo a cultura do meio no qual está inscrito, ponto para o qual chama a atenção Pierre Lascoumes: “não existe risco em si, o que existe são maneiras sempre específicas histórica e culturalmente de apreender as situações de incerteza” (LASCOUTES, 1993, p. 23). A avaliação do risco pelos indivíduos varia segundo o sexo, idade, categoria social, referências culturais. Além disso, ainda segundo Lascoumes, o “risco” se distingue do “perigo” ou da “ameaça”. O perigo está presente, o mesmo precede por muito pouco a catástrofe, enquanto que o risco é uma eventualidade que podemos prevenir e que também podemos ignorar. Mas, ao mesmo tempo, o risco é motor e permite o mundo avançar, pois toda a experiência nova implica em correr riscos, seja a experiência de uma criança que começa a andar ou a da humanidade que experimenta maneiras novas de viver. O risco, portanto, possui duas conotações divergentes: ora positiva, quando é motor da vida e do progresso; ora negativa, quando está ligado à demanda geral de segurança e ao consenso sobre os perigos reconhecidos numa sociedade em dado momento. O corpo social oscila entre a glorificação do risco, própria aos valores adolescentes, e a sua erradicação dentro da ótica de segurança. Para especificamente a problemática do risco e sua relação com a juventude ver também os trabalhos de Esterle-Hedibel (1997) e Assailly (1992).

7 Carnaval fora de época inventado por baianos que reúne uma grande aglomeração de pessoas, principalmente jovens.

A violência pode ou não ser usada contra as vítimas dos roubos e assaltos. Alguns dizem que somente praticam assaltos em grupo, pois *um segura e os outros batem. Bate mesmo pra caramba, aí se o cara for muito duro, não querer dá, tira à força, bate legal, sem dó*. Outros dizem que, a princípio, quando se sai para assaltar, não há a intenção de fazer uso da força ou de matar. Uma arma ou uma ameaça bastaria para imobilizar a vítima. Quando ela reage, no entanto, a situação inverte-se e alguns jovens confessam serem “obrigados” a usar de violência.

Os roubos e assaltos são, em geral, pautados por determinadas regras, como não estuprar, não roubar velhos, não roubar pai de família, trabalhador, parentes próximos. Assaltar e roubar dentro da própria área é também considerada uma falta bastante grave. Quebrar esses princípios significa romper com um determinado código de honra e constitui uma ameaça à credibilidade em relação ao grupo. Contudo, ainda que haja todo um conjunto de regras, elas são às vezes transgredidas, ocorrendo furtos de bonés, sandálias, bicicletas e outros pequenos objetos na porta das escolas onde os jovens estudam e na área em que moram. Para não serem reconhecidos, *a gente baixa o boné*, fala debochadamente um adolescente.

5 AS GUERRAS ENTRE GANGUES

Os jovens se movimentam na procura por atividades com fim em si mesmo, aquelas que, como assinala Goffman (1974b), não têm consequências e não são problemáticas – nada de importante se passa ou nada que seja absolutamente imprevisível –, e também circulam na busca da “ação”. E onde a “ação” se encontra existe risco a correr⁸. Além de pichar, *fazer uma fita, um ganho*, ou seja, assaltar e roubar, consumir álcool em excesso e drogas, práticas que configuram tipos de ação que exercem forte atração sobre alguns, bater e apanhar na rua é uma ação significativa que pode fazer parte de suas rotinas. O conflito entre grupos, chamados de *guerras*, é também um dos principais motivos que levam os integrantes das gangues a se reunirem. Muito tempo e energia são despendidos com essas *guerras*, que significam

⁸ Nas palavras de Goffman, “a ação se encontra onde quer que o indivíduo aceite com conhecimento de causa riscos importantes e aparentemente evitáveis” (GOFFMAN, 1974a, p. 158).

muito mais que as batalhas físicas travadas. Quando o conflito se manifesta e a guerra é declarada, os jovens reúnem-se inúmeras vezes para conversar, organizar a defesa do grupo contra o inimigo e procurar se munir com um maior número de armas, comprando-as ou roubando-as. Nesse sentido, a guerra exerce um papel fundamental na delimitação da identidade grupal da gangue. Os confrontos armados normalmente têm lugar na rua, nos bares, na porta das escolas.

As razões para os embates entre gangues, segundo os jovens, são inúmeras: pode ser por um simples *olhar que o outro não gosta*, um esbarrão, uma rivalidade entre as turmas, atritos antigos, uma vingança, um desafio, uma provocação, um deboche, não gostar da outra galera, não gostar de *noiado* (viciado em merla), não gostar de pichador, de pessoas que *se amostram*, que querem *botar banca*, por invasão de território e mulheres. As brigas se dão também por causa de um boné, de uma chinela, de armas, de drogas e de “bocas de fumo”. Pichar em cima de outra pichação ou a defesa de uma assinatura pode levar a conflitos extremos: *Mesmo nome não pode ter. Aí os dois têm que rachar, pra ver quem fica com o nome. Quem for mais doido, quem ganhar a briga, fica com o nome*. A revolta, o gostar de buscar encrenca e de trocar tiros, o querer ser *machão* e *valentão* são também razões apontadas para a existência da briga entre gangue.

As gangues possuem áreas de atuação e ascendência e delimitam seu espaço territorial. A defesa do seu território, da sua área, da sua quadra, é um dos maiores motivos do conflito entre as gangues – *É briga entre quadras. Eles vêm aqui mete bala, nós vai lá e mete bala; cada uma quer ser a melhor, a mais forte e a mais falada entre as quadras* – e existem regras claras que limitam o acesso de membros de gangues em determinados locais. A lógica da divisão territorial estabelecida nem sempre é de fácil compreensão para quem olha de fora, mas os jovens conhecem exatamente onde podem, ou não, circular.

Para atravessar ou passar por uma área “inimiga” é importante ter conhecimento de um código fundamental de convívio, qual seja, não se pode olhar demais ou *encarar*: *Encarar tá pedindo. Cara que tu nem conhece!*. Um olhar enviesado, o *encarar*, convocando do olho seu “potencial vibrátil” (ROLNIK, 1997), toca o rosto de maneira metonímica e alcança o sujeito em sua totalidade (LE BRETON, 2002), exigindo a defesa porque uma pessoa para ser respeitada e se impor tem que mostrar coragem, *atitude*, e aceitar o desafio.

O jogo de olhar, ou não olhar, confirma o pertencimento a um grupo ou o reconhecimento obtido nele. “Encara-se” exatamente quem se quer desafiar ou que merece ser olhado, porque é considerado inferior ou inferiorizável.

Desse modo, olhar configura-se numa das mais expressivas formas de hostilidade juvenil. Frequentemente, parece ser ele que se encarrega de desencadear as disputas e os atos violentos: o simples encarar pode terminar numa *guerra*, onde funciona o *efeito dominó*, isto é, *uns matando aos outros*.

Os jovens referem-se às brigas e conflitos entre gangues como um círculo vicioso, uma *guerra sem fim*, na qual muitos *chegados* já morreram e da qual só escapam os mais espertos. Nem mesmo no caso da prisão de membros de gangues que têm rivalidades com outras gangues o combate é interrompido: *sempre tem um irmão, tem um amigo do cara que fica*. Os *saidões* do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), uma instituição vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, constituem-se muitas vezes em uma oportunidade para se retomar o velho conflito e vingar-se⁹.

Os tiroteios, as guerras, os atritos, as brigas entre os vários grupos fazem com que seja *fácil morrer sem mais nem menos* e chama a atenção para a relação que os jovens têm com a morte. Muitos deles dizem não a temer, encarando-a como um acaso, uma fatalidade que pode ocorrer a qualquer momento, não importando em que idade e como um risco sempre presente que eles não controlam, a única certeza é a incerteza.

A morte violenta é um fato na atividade das gangues, o que faz com que, além de conviver com ela, dá-se à mesma uma valoração significativa. Para alguns jovens, não apenas morrer, mas também matar é visto como natural, como um ato de defesa, ligado à sobrevivência, e para o qual a pessoa tem que ter coragem. O ato de matar uma pessoa não é julgado a priori como um crime, segundo a concepção do Estado brasileiro de justiça. A avaliação moral do ato depende de quem foi morto e das circunstâncias em que o fato ocorreu.

Além disso, matar, ou afirmar tê-lo feito (não importa se é de verdade ou não), outorga prestígio e reconhecimento social no interior do mundo das gangues. Para ser acreditado é necessário mostrar que se é capaz de ma-

9 Os chamados *saidões* são as saídas nos finais de semana autorizadas pela direção da instituição.

tar, ou seja, deve-se traduzir o discurso da coragem e valentia numa prática violenta. O ato de matar, portanto, pode trazer fama, *dar moral* aos jovens.

Nem todos os jovens com quem conversei estiveram presos ou chegaram a matar alguém. Interessa, porém, chamar a atenção para o fato de haver uma avaliação moral positiva dessas situações, o que pode ser um passo importante na adesão à vida criminoso. Além disso, revelam ter em mente um modelo de honra que em nada contribui para conter a avalanche de violência e brutalidade que permeia a sociedade brasileira, sendo a maior prova disso a facilidade com que “bandidos formados” (ZALUAR, 1985) jogam com a morte alheia – e a sua própria – para assegurar sua reputação e prestígio.

6 A SAÍDA DAS GANGUES

A saída das gangues, depois de partilhadas experiências e vivências, de assumido o compromisso com pactos preestabelecidos, normalmente, torna-se difícil, pois pode redundar em quebra dos princípios de fidelidade e honra acordados pelo grupo. Quem deseja sair é mal visto, pode apanhar e sofrer agravos provocados pelos companheiros.

Contudo, os obstáculos não são os mesmos em todas as situações, podendo variar em função do tipo de gangue ou da imagem do indivíduo, de sua reputação. Afastar-se, por exemplo, das gangues que se dedicam apenas à pichação, em que os membros não têm envolvimento com as *paradas* – roubos, assaltos, tráfico de drogas... –, é mais fácil do que de outras gangues: *Não vão bater, não vão jurar de morte. Isso não existe em pichação.*

Há também casos de jovens que, quando são presos, imediatamente deixam a gangue para proteger o grupo da polícia, pelo risco sempre presente de terem que revelar os nomes dos companheiros. Essas saídas não têm, de fato, efeito de verdade, sobretudo porque os jovens continuam, nos espaços carcerários ou correccionais, a responder pelo coletivo e a respeitar o princípio de fidelidade ao grupo diante de outros grupos. Uma vez colocados em liberdade, adquirem um status maior entre os pares.

As motivações que levam ao abandono das gangues são diversas: estar no alvo de outras gangues; estar *jurado*, ameaçado de morte; tornar-se maior de idade; aderir a uma Igreja; pressão familiar; fugir das drogas. Al-

guns afirmam ter deixado o grupo porque não viam futuro, tinham muitos gastos com o *jet* (*spray* usado nas pichações); outros falam que não queriam correr o risco de serem presos, de levarem tiros, de morrer; ou que temiam tornarem-se ambiciosos e verdadeiros bandidos.

Observa-se que, diferentemente da entrada, não há nenhum sinal simbólico ritual da saída das gangues. Os jovens não elaboram ritos que marcam uma ruptura, simplesmente as abandonam paulatinamente, alguns enfrentando mais, outros menos, os obstáculos impostos pelo grupo. Acontece, não raro, de deixarem as gangues e encontrarem noutras atividades os signos de outros sentidos relativos a “ser jovem”, como no caso daqueles que aderem ao Hip Hop, a grupos jovens de igrejas ou a alguma modalidade esportiva.

Até o momento, procurei repetir “pedaços” de entendimento recolhidos dos próprios jovens sobre as motivações que os levam a formar, integrar e abandonar uma gangue, bem como sobre a dinâmica desses grupos. Embora esse entendimento se mostre muitas vezes contraditório, é certo que a maneira como descrevem tais situações revela valores culturais que lhes são importantes, como honra masculina, solidariedade grupal e determinadas condutas morais. Na seção seguinte me deterei na trajetória de três jovens ex-integrantes de gangues. Suas histórias colocam em xeque a ideia de que do destino de quem se envolve na bandidagem é um caminho sem volta. Eles encontraram, tal como um número expressivo de jovens das camadas populares moradores da periferia da capital que um dia estiveram enleados na delinquência, um caminho alternativo a um destino que lhes parecia incontornável, qual seja, a prisão, a invalidez ou a morte violenta.

7 DE INTEGRANTE DE GANGUE À HOMEM DE DEUS: A HISTÓRIA DE JEFERSON, EDUARDO E CARLIOMAR¹⁰

“Suborno”, “Mandraque”, e “Sapão” eram os *vulgos*, ou seja, as alcunhas de Jeferson (23 anos), Eduardo (22 anos) e Carliomar (22 anos) quan-

10 Embora o método da história oral apresente uma série de problemas que não permite generalizações e comparações, no contato com os jovens, para as histórias narradas, deixei-os livres para falar do que queriam, mas, ao mesmo tempo, tive a preocupação de conduzir, em momentos que julguei apropriados, entrevistas dirigidas. Isso possibilitou cruzar as trajetórias desses jovens e encontrar algumas regularidades.

do estavam na *bandidagem*. Não nasceram, mas vivem desde criança na Ceilândia – os dois primeiros no Setor P-sul e o último na Guariroba, áreas vizinhas e das mais antigas da cidade. Ceilândia é a maior e a mais populosa cidade-satélite do Distrito Federal. Distante 30 quilômetros do Plano Piloto, o coração de Brasília, a cidade carrega uma péssima imagem perante a opinião pública. É frequentemente associada ao tráfico de drogas, a crimes violentos, a insegurança, a marginalidade. Na polícia é visada como “área crítica”, mobilizando um esquema especial de segurança pública. É tida ainda como uma espécie de periferia da periferia pela contiguidade com Taguatinga, uma das mais antigas cidades-satélites de Brasília que, ao contrário de outras, abriga uma expressiva população de classe média.

As trajetórias de Suborno, Mandraque e Sapão se parecem em muitos aspectos. Os três fazem referência a uma fase decisiva da vida, por volta dos 14 anos, como um marco inicial no envolvimento com a delinquência. Nessa fase, começaram a participar de gangues de pichadores, o que era considerado uma brincadeira, uma *curtição*, na falta de opção de lazer e divertimento. A pichação fazia parte da busca de *animação*, sendo uma atividade na qual experimentavam grande excitação produzida pela exposição ao risco e pela incerteza quanto ao que poderia ocorrer nos instantes seguintes.

Paulatinamente, eles e os outros integrantes dessas gangues foram abandonando a pichação e envolvendo-se cada vez com práticas delinquentes. A diversão lúdica passou a ser considerada *paia* (sem graça), cedendo lugar ao consumo e tráfico de drogas, furtos, assaltos e roubos, como relatam.

Eu era da GDF (Grafiteiros do Distrito Federal), os primeiros pichadores de Brasília. [...] Então era uma gangue que começou com uma gangue de pichadores. [...] Começou com dez, aí depois foi aumentando. Quando a GDF fez um ano de gangue já tinha trinta componentes [...]. Era um grupo bem organizado, tinha um líder que era o M [...] O M. está fugido porque ele tinha uns três homicídios e um latrocínio. Depois teve um outro líder que era o O., que era o parceiro dele na época. Ele também matou um cara e teve que ir embora [...]. Isso tudo era uma gangue que no começo era só de pichação e que acabou virando gangue de roubo, assalto, ladrões de carro, viciados em drogas, tendo armas [...]. Então com o tempo, o que começou como uma brincadeira de moleque, virou um grupo que só tinha

bandido, que só tinha cara ruim, do mal – cara que tinha um homicídio, dois homicídios, três homicídios [...] Começou tudo numa brincadeira, pichação. Quando foi ver já tava todo mundo se envolvendo em coisa errada, tava todo mundo perdido, perdido mesmo [...] na vida de cachorro louco. Com o tempo foi morrendo a maioria dos componentes do grupo. Uma metade a polícia matou, outros foram outros bandidos que mataram [...]. Hoje em dia, muitos dos caras que pichavam estão com a idade mais avançada e são traficantes com armamento pesado. Eles comandam todo o tráfico da parte de baixo da Ceilândia Norte, são eles que comandam a rapaziada nova [...]. (Suborno).

Eu comecei a pichar com a galera do colégio. Nos colégios, você sabe, têm sempre uns grupos que querem se destacar dos outros. Aí a gente formou a AUM (Anjos Unidos do Mal). No começo era só curtidão mesmo, era o desafio de pichar os lugares mais difíceis [...]. A gente achava o máximo aquela adrenalina. Aí a AUM foi crescendo [...]. E aí foi aquele lance de fumar cigarro, depois baseado, depois dava porrada nas outras galeras pra se impor. Aí o que aconteceu com o tempo é que aquele pessoal da AUM começou a se destacar [...]. Os comerciantes daqui nos odiavam, porque a gente roubava os mercados, padarias, postos de gasolina [...]. Os caras iam até em centro de macumba pra conseguir armamento. E chegava lá faziam oferendas, riscavam o corpo, faziam altas paradas. Já tinha a ver com o início do inferno. Era muito estranho [...]. O D., que hoje está na Papuda, era o meu companheiro de ‘ripá’. A gente falava: tal dia é renda. Então a gente ia trabalhar. Era esse o nosso trabalho [...]. As vezes não precisava nem de arma: estava passando uma pessoa na rua, “me dá o dinheiro”, só fazia pressão em cima e o cara já tinha que dar [...]. Os primeiros da AUM, o finado M., o finado N., o finado B., o finado S., pode ver, já é tudo finado. Já morreram. (Mandraque).

A DCA (Destemidos Contra-Atacam) começou com cinco pessoas. Desses cinco, tem três mortos [...]. No começo era gangue só de pichação, depois virou gangue de bandidos [...]. Aqui tem uma pá de moleque que era da DCA e que acabaram morrendo em conflito com outras gangues porque cada uma queria ser maior que a outra [...]. Eu entrei de bobeira, coisa de moleque, porque achava gostoso pichar com a galera [...]. Aquele lance de pichar era pra se divertir, era animação, o lance era o perigo, a adrenalina. Aí a gente começou a se en-

volver em outras paradas [...]. Tipo assim, tava sem dinheiro, queria ir pra um baile, queria comprar uma roupa, queria comprar droga, queria beber, metia um posto de gasolina, assaltava uma padaria, os comerciantes locais, tanto faz, onde tivesse [...]. Saia para o Plano pra roubar carro, pra Taguatinga [...]. Depenava os carros pra vender as partes [...]. (Sapão).

Assim, a adesão a grupos de pichadores é considerada por Suborno, Mandraque e Sapão como o ponto de partida de uma trajetória que será cada vez mais marcada por atividades delinquentes. Roubos e assaltos passam a ser feitos para a aquisição de bens valorizados socialmente, como “roupas de marca”, item principal na hierarquia de consumo na medida em que se configurava para eles como um meio importante de *ter destaque* entre outros jovens e as jovens.

Minha mãe não tinha condição de me dar aquelas roupas que eu queria: Nike, Adidas [...] A maioria dos pais aqui na periferia não podem fazer essas coisas pelos filhos [...] Aí eu chegava em casa: “mãe, eu quero um tênis Nike”. E minha mãe: “eu não tenho condições de comprar”. Quando você é moleque você fica revoltado [...], você não quer sair com tênis barato, ralé, como o povo fala [...], fica com vergonha dos amigos. Aí parte pra ripa. (Suborno).

Tem menina que só gosta do cara vestido de roupa de shopping, dá status. A gente começa a ter aquela necessidade de andar com aquela roupa cara, com roupa nova pras meninas ver [...]. Se acha todo gostosão. Como não tem dinheiro, não trabalha, a mãe não pode dar aquilo, a única maneira que acha é roubar. (Mandraque).

Os meninos encarnam quando a pessoa não anda de marca. Ficam zoando. Aí a gente fica com aquilo na cabeça: “tenho que arrumar um dinheiro, tenho que ter aquele tênis Nike, aquele boné tal” [...]. Os pais não têm dinheiro pra comprar e aí começa aquela coisa de ripa. (Sapão).

Outro bem extremamente valorizado era a arma de fogo que, aos poucos, foi tomando lugar crucial em suas vidas, pois lhes assegurava proteção e, principalmente, “respeito” e “moral”.

Tendo arma o cara acha que é mais respeitado, que ele é mais considerado. O cara se sente o maioral quando tem poder de fogo [...]. Mulher gosta de meninos que tem arma. As meninas influem muito [...]. Eu também andava armado por causa dos atritos, eu tinha muitas rivalidades. (Suborno).

Quanto mais andava armado, mais se sentia considerado, mais se sentia respeitado. Com armas melhores, se sentia mais respeitado ainda [...]. A gente botava a arma na cintura pra se defender das guerras, pra fazer assalto, se sentia forte [...]. Você tendo arma você acha que vai amedrontar mais as pessoas. A arma facilita tudo, o cara vê que você tem atitude. É diabólico [...]. (Mandraque).

Eu me achava superior com uma arma. O cara acha que com a arma tem mais moral, tem mais poder [...]. Numa discussão, não precisa nem de um tapa, já tem tiro [...]. Com a arma, o dedo coça, uma bala leva apenas alguns segundos pra atingir. (Sapão).

As ruas da Ceilândia foram o palco principal de atuação de Suborno, Mandraque e Sapão. Passavam o dia transitando, de um local para outro, em busca de *animação, emoção, adrenalina*. Roubavam, assaltavam, consumiam drogas e envolveram-se na *guerra* de gangues da Ceilândia: uma *guerra sem sentido*, afirmam incisivamente. As *guerras* entre diferentes quadras e setores impunham – e ainda impõem, enfatizam –, principalmente aos jovens, restrições ao trânsito livre pela cidade. Geralmente têm como causa desavenças pessoais ou coletivas decorrentes do empréstimo de armas, do tráfico de drogas e da *pressão*¹¹. Nas *guerras*, dizem, não morre ninguém que é totalmente inocente: geralmente as vítimas são jovens envolvidos com a *bandidagem*.

Na visão de Suborno, Mandraque e Sapão, *não ter cabeça* é uma das explicações para a entrada na *bandidagem*.

O cara tá ali na esquina aí passa um chegado e fala: “aí, vamo fumar um ali embaixo”? O cara vai, o cara não tem cabeça pra dizer eu não vou. Se ele tivesse cabeça, ele falava assim: “não meu irmão, eu não

11 *Pressão* é uma categoria muito usada pelos jovens do sexo masculino moradores da periferia de Brasília. Diz respeito à vaidade, virilidade e *ethos* guerreiro e relaciona-se com a exacerbação da violência. Por motivo de “pressão” – mulheres, encontros em lugares badalados ou até mesmo um olhar – cria-se um conflito em potencial.

mexo com essa parada”. Ele vai pelos embalos, ele não tem cabeça pra dizer não. O pior é a falta informação. Ninguém fala pra ele que não tem que usar droga, que não tem que fazer isso ou aquilo. A televisão faz o quê? Bota propaganda ali, mostra como usa [...]. Então acaba sendo fácil entrar na malandragem porque tá tudo aí, né, a droga, a violência, e o cara não tem cabeça pra dizer não, vai convivendo com aquilo, vai entrando sem querer naquele buraco. Aí vai roubar, vai assaltar, vai vender droga. Vira um marginal. (Suborno).

Eu achava que eu tinha esperteza porque eu tinha uma certa malícia, que hoje pra mim, eu digo que é vacilo. Eu não tinha era cabeça, não raciocinava [...]. Me achava o mais rato no meio, o mais safo. Me achava um fodão, como os caras falam lá no meio, porque conseguia roubar mercado ou cair pra dentro de uma casa pra levar uma coisa e sair da polícia, ser rápido. Isso dava status no meio [...]. O cara não pensa no que é uma cadeia de verdade. Enquanto tá de menor, passa pela DCA e fica tirando sarro: “aí! Tô guardado aqui” e os cara: “tu viu, Mandraque caiu, o cara é muito doido”. Isso é ignorância. O cara não pensa que o inferno dele pode tá começando. (Mandraque).

O cara não raciocina, tem vento na cabeça, quer dizer, não tem cabeça [...]. O pai tenta abrir o olho, a mãe tenta abrir o olho e o cara não para pra pensar naquilo. É um Maria-vai-com-as-outras porque os colegas se envolve, ele acha que também tem que se envolver. O cara não pensa que pode morrer, que pode cair numa Papuda, não pensa no sofrimento da família. (Sapão).

Os três jovens tiveram a experiência de várias passagens pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Os motivos foram: porte de arma, assalto, roubo e briga. Somente Suborno esteve internado no Cajé.

Tava no auge mesmo da fama e aí fui preso no CAGE. Quando eu caí pela primeira vez fui pra DCA, aí na DCA eu passei uma noite só. Da outra vez foram dez, da outra quinze (dias) [...]. Era uma época que eu tava tão perdido [...] Os caras vinham na minha cola, foram na trilha e perguntando pra um, perguntando pra outro, conseguiram me pegar [...]. Tiveram confirmação pelas vítimas [...].Passei só 45 dias no CAGE, graças a Deus. Aquilo ali não recupera ninguém, os caras sai pior do que entra. É uma escola do crime. Acham que a

peessoa vai mudar, mas quando sai faz muito pior, ela volta a aprontar. (Suborno).

O sentimento de encurralamento era partilhado pelos três jovens. Dizem que sonhavam com um futuro melhor, mas a cadeia, a invalidez ou a morte eram tomadas como destino certo, único horizonte nos seus respectivos “campos de possibilidades” (VELHO, 1994). Para eles o mundo da bandidagem é uma espécie de prisão, uma vez nele entrando, não é fácil deixá-lo.

Eu pensava: a minha vida já é assim, não tem jeito de mudar. Quanto mais pensava em regenerar, mais envolvido ficava. Parecia que não tinha saída, que eu só podia viver de malandragem. O pior é que quanto mais parece que você tá se dando bem, mais você tá se dando é mal. (Suborno).

Quando o cara é viciado, tá com arma direto assaltando, aprontando por aí, o cara não quer largar aquela vida pra ficar dentro de casa bebendo suco. Ele não quer se regenerar, pra quê? Pros caras chamar ele de prego? “Esse cara era bandido, hoje é ele prego!”. Ele quer manter a personalidade dele. Sempre ser melhor que todos. Ele quer que os outros olhem assim: “vigi, não mexe com esse cara não que esse bicho te mata”. Quer dizer, ele quer ser superior a todos, o melhor, o famoso. Ele nunca quer perder aquela força dele. O homem é muito cabeça dura, muito ignorante, ele quer tá acima de tudo, sendo que quem está acima de tudo é Deus. (Mandraque).

Sair dessa vida é difícil. Entra, começa a roubá e fica viciado naquilo [...]. O cara fica viciado porque acha mais fácil roubá que trabalhar. Fica passando pela mente: “que que eu sei fazer? Onde eu vou arrumá trabalho? Trabalhar pra quê, pra ganhá uma mixaria”? [...]. Então você entra e pra voltar é difícil, fica sentindo que é quase impossível [...]. A tentação é mais forte que você. (Sapão).

O medo da morte, de cair na mão de rivais, é apontado por Suborno, Mandraque e Sapão como a principal razão que os levou a desejar fortemente abandonar o mundo do crime. Os três foram “jurados” de morte e experimentaram grandes angústias diante da possibilidade de perderem a vida.

Comecei a ser ameaçado de morte. Tava jurado de morte pela gangue do F. Era uma guerra que tinha entre duas quadras aqui no P-Sul. Um dia os caras ficaram me esperando na esquina. Quase morri, graças a Deus não fui acertado. Os caras chegaram sapecando, dando tiro, e eu corri tanto, tanto que cheguei em casa cuspidando sangue. Correndo, correndo, correndo assim, sabe? [...]. Eu tinha muito atrito, tinha muitos inimigos por causa das parada errada que eu tava metido. Aí eu falei: “não vou sair mais de casa não, vou dá um tempo. Não quero morrer não”. Aí comecei a pensar naquela vida que eu tava levando, que eu tinha que parar com aquilo. (Suborno).

Os caras passaram de carro dando logo uma esbarrada. Era pra começar a detonar. Era uma noite gelada, não senti nada, só o soco comendo. Fui surpreendido, coisa premeditada mesmo. Não dá pra esquecer porque foi coisa pesada. Eu sabia que o lance ia acontecer uma hora ou outra porque eu tava jurado [...]. Teve um dia também que a gente foi assaltar um mercado e os caras revidaram. Os caras sacaram que a gente já tava passando por lá e entraram rasgando. Saímos correndo por trás dos postes. Aí eu tive que me afastar um pouco [...]. Já tinha um certo receio desse dia e aí eu fiquei sabendo que os comerciantes iam fazer um grupo de extermínio. Tava subindo pra cabeça a raiva dos caras. Eles tavam tendo que fechar o comércio porque foi juntando cada vez mais gente no nosso meio achando interessante o estilo de fazer a coisa. Fiquei com muito medo. Comecei a me sentir na mira de vários canos. Comecei a pensar: “por que que eu tenho que viver assim nessa agonia”? Como se você vivesse no inferno. Tinha também a droga que tava comendo o meu cérebro. (Mandraque).

Na bandidagem o cara acha que tem um destaque maior, todo mundo fala dele, que o cara é isso e aquilo outro. Ele fica se achando o máximo. O cara tem fama, mas ele não passa de um marginal [...]. Quando você vê isso, o fulano de tal é o mais fodão da área, quando você vê isso, você pode ficar sabendo que a morte dele está próxima. Porque ele ta criando um ódio tão grande no meio, tem um destaque tão grande que ganha um monte de inimigos e uma hora vai aparecer alguém pra matar ele [...]. Eu comecei a ficar famoso, pensava que era forte, mas eu tava metido num buraco, sabe por que? Porque, sem saber, eu tava criando inveja, os outros bandidos tavam de olho em mim, tavam querendo me matar, eu tava jurado de morte [...]. Então

eu pensava que era forte, mas eu era um idiota. [...] Uma vez fui com um chegado roubá um bar lá em cima e de repente apareceu outros bandidos que tentaram acertar a gente. Os caras tavam com umas armas muito doidas, de dar medo. Começaram a atirar pra matar e a gente só consegui sair dessa porque a polícia passou na hora e a gente escapou. Eu cheguei em casa apavorado, tremendo assim, com lágrimas de medo nos olhos. [...] Depois desse dia minha vida nunca mais foi a mesma, comecei a pensar no rumo que eu devia ir. Uma coisa eu sabia: que eu não queria morrer. (Sapão).

As frequentes ameaças de morte por parte de *inimigos* levaram os três jovens a *dar um tempo* da rua. Passaram a evitar as saídas para além dos arredores de casa e a exposição pública em companhia dos companheiros de *bandidagem*. Continuaram frequentando a escola, mas não se sentiam em segurança no interior do recinto escolar. As súbitas entradas nesse recinto, por motivo de rixa ou vingança, de gangues e galeras era uma constante ameaça. A violência das ruas invadia a escola.

Esse período de reclusão voluntária é descrito como uma fase em que sofreram forte pressão por parte da *galera* para retomarem suas atividades: “*a gente sai da rua, mas ela continua te tentando [...]. Os colegas ficam no seu pé cobrando, fazendo tudo pra você voltar pra ativa. Fica parecendo que ficam o tempo todo vigiando a gente*”, diz Suborno. Contam que muitos *chegados* começaram a se afastar e, assim como os seus inimigos, também a ameaçá-los e persegui-los. O afastamento das atividades delinquentes teria diminuído a confiabilidade por parte dos companheiros de *bandidagem*, que interpretaram suas decisões de distanciarem-se da rua como covardia ou falta de *atitude*.

Ao mesmo tempo, foi nesse mesmo período que fizeram suas primeiras aproximações da Igreja Universal do Reino de Deus.

Eu achava que nunca ia ter paz, que pra mim não tinha saída. Aí um dia minha mãe me chamou pra ir com ela na Igreja. Eu vivia falando mal da Igreja, falava mal dos pastores, dizia que eles só queria tirar dinheiro do povo [...]. Quando eu passava na frente (da Igreja) e ouvia aquela gritaria, achava aquilo maluco demais. Aí, não sei porque, naquele dia eu fui com ela e senti uma coisa firme, uma coisa boa [...].

Antes da gente ir embora o pastor veio falar comigo e com a minha mãe e me chamou pra ir na reunião dos jovens. No começo eu não ia nas reuniões dos jovens não, mas eu senti que a Igreja era o caminho que eu devia tomar. (Suborno).

Foi uma hora que eu tava no fundo do poço e pela primeira vez quis ir com minha irmã na igreja. Ela é 'obreira', ajuda os pastores no culto. Ela sempre me falava que só o Senhor Jesus podia me salvar, que ela sonhava com o momento que Jesus ia tocar meu coração [...]. Eu quis ir com ela porque eu tava mesmo no fundo do poço e eu queria encontrar uma saída pra aquele meu sofrimento, pra aquela vida de destruição, quer dizer, pra aquela vida que não é de jeito nenhum vida, sabe por que? Porque o cara viciado não tem vida não, ele é um nada no meio do inferno. (Mandraque).

Foi num tempo que eu tava muito perdido. A irmã F, que é minha amiga, vizinha desde pequeno, ela faz tempo é missionária na rua. Sempre ouvia ela falar da força demoníaca que queria destruir o homem, que o demônio sabia muito bem onde ele agia [...]. Eu que nunca tinha ligado pra Deus e nem pra o diabo. Parei pra pensar e tive certeza que o diabo tava na minha vida, que eu tava endemoniado, que eu precisava me libertar. Aí eu quis ir com ela na Igreja. Comecei a frequentar a Igreja, a buscar muito a minha libertação [...]. Não há demônio que resista à presença de Deus. (Sapão).

Assim, os três jovens falam de uma fase “crítica” em suas vidas na qual o medo da morte, de um destino trágico, impulsionou-os rumo à Igreja. Hoje estão *sossegados, firmes na rocha* e consideram como pecado um conjunto de comportamentos que fazia parte de suas vidas e, nesse sentido, assinalam a radicalidade de suas mudanças.

Jeferson, Eduardo e Carliomar foram aos poucos se desfazendo das respectivas alcunhas de Suborno, Mandraque e Sapão e assumiram, após a conversão ao pentecostalismo, a identidade de “irmãos”. *Homens de Deus*, gostam de dar *testemunhos* de como Jesus *salvou* suas vidas e de falar dos benefícios advindos da aproximação com a Igreja. São frequentadores assíduos da Igreja, participando dos cultos no mínimo duas vezes por semana. Em seus relatos, os três destacam a grande reforma moral que sofreram após terem *aceitado Jesus*.

Hoje minha vida mudou muito. Deus me deu sabedoria pra desenvolver um sentido melhor de vida, pra ser uma pessoa humilde [...]. Toda aquela revolta que eu tinha, contra a minha própria vida, contra minha própria família, contra minha mãe era falta de reconhecimento. O problema tava em mim, não na minha família, não na minha mãe [...]. Antes eu achava que pra o cara ter moral tinha que ser ignorante. Hoje em dia minha visão é outra. Hoje eu tenho consciência de que eu posso atingir uma pessoa sem tocar nela. Pregando a palavra de Deus você atinge sem precisar dar tiro, soco, espancar [...]. Eu prego a palavra de Deus, procuro dar apoio pra rapaziada. Eu falo pra os caras pensar melhor na vida deles, que se eles continuar a fazer coisa errada eles vão morrer. Se continuar na malandragem vai morrer. Falo pra eles dar uma chance pra vida, pra abrir o coração pra Jesus. Porque a juventude não para pra pensar nisso. Eles não pára pra pensar: “eu começo com isso hoje, amanhã tô assim, depois vou cair na cadeia, vai acontecer isso comigo”. Se ele pensar bem, se agarrar em Jesus, ele não faz [...]. Sempre digo: é mais fácil fazer o mal que o bem. O ser humano é metade bem e metade mal. Cabe às pessoas saber o que é bom e o que é ruim porque a gente vive no meio de tudo isso. Se tem uma coisa ruim, você tem que saber o que é aquela coisa ruim pra que você não chegue àquele ponto ruim. Você tem que fazer uma triagem e procurar colher o que é bom. (Jeferson).

Eu bebia, ficava bêbado, fumava, vivia doidão. Parecia mais um morto-vivo porque a merla tava comendo o meu cérebro. O Diabo tava com sede de me destruir [...]. Hoje minha vida mudou muito. Deus tocou o meu coração e eu consegui me libertar [...]. Eu acredito que eu posso estar com o demônio hoje e ter Deus ali, amanhã, hoje mesmo [...]. Hoje eu fico vendo esses mortos-vivos, como o M [...]. O cara não tem cérebro, a merla comeu. O M. era aquele cara que eu saía da minha casa e era o primeiro cara que eu tinha que ver. Eu dava mais dez nele do que nos meus próprios irmãos que tava do meu lado ou na minha própria mãe. Por aí se tira como a droga destrói. Graças a Deus consegui sair dessa vida de destruição na hora certa. Hoje em dia, até o meu visual tá diferente. Com o tempo fui melhorando a minha cabeça, comecei a fazer esporte pra ajudar a largar as drogas [...]. Hoje eu procuro ajudar a juventude pra ela se envolver no que é

bom porque a droga e a bandidagem só leva pra um caminho: cadeia ou caixão, um destino só. (Eduardo).

Antes eu era muito material, muito materialista, não tinha vida espiritual. Tinha aquela ganância, ganância de dinheiro mesmo. Eu gostava de ficar só na manha sem fazer esforço, achava mais fácil roubar que trabalhar. Tipo assim, o mal é sempre mais fácil de ser atingido, o lado do mal tem sempre mais convite. Pensava: ‘trabalhar pra ganhar mixaria?’. Preferia ficar tocando os rolos, ficar na rua aprontando, roubando. Ganância. Eu não esquentava em trabalhar [...]. Não adianta nada ter uma roupa cara no corpo, ter roupa bacana e não ter caráter, personalidade [...]. Hoje eu não tenho muito dinheiro, mas posso olhar na cara dos vizinhos e dizer que as roupas que eu tô usando eu comprei com o dinheiro do meu trabalho, ralando. Posso andar com a cabeça erguida, na moral [...]. Botei muita gente na perdição, era só andar comigo e tava perdido. Influenciava os outros pra o caminho do mal. Hoje eu tenho uma missão porque eu sei que eu posso ajudar a resgatar vários irmãos que acabaram se perdendo no caminho da vida fácil. Falo de como Jesus mudou a minha vida, falo pra a rapaziada: dinheiro é bom, mas tem que trabalhar. (Carliomar).

Na ocasião das entrevistas, os três jovens trabalham: Jeferson era atendente de uma lanchonete no Plano Piloto, Eduardo era ajudante de cozinha de um restaurante em Taguatinga e Carliomar trabalhava na oficina mecânica de um tio na própria Ceilândia. Os dois primeiros concluíram o Ensino Fundamental, mas apenas Carliomar prosseguiu os estudos e cursa a segunda série do ensino médio. Os três afirmavam que levam uma vida pacata e, no que concerne ao lazer, costumavam jogar futebol, frequentar reuniões familiares assim como as que aconteciam nas casas de “irmãos” da Igreja e evitavam as diversões da bebida, dos bares, das boates, dos bailes e de shows profanos. Concebiam o lazer como um tipo de concessão divina, permanentemente vigiada por Deus, sendo as diversões apenas permitidas após cumprirem suas obrigações religiosas, dentre elas orar e sair para “ganhar almas”, atividades realizadas individualmente e em grupo.

A presença da religião nas suas vidas interferiu também nos seus comportamentos domésticos e intensificou os laços de união com a família.

Após a conversão, houve uma transformação radical em relação ao ambiente anterior de conflito e violência.

Minha mãe, ela passou muita dificuldade comigo. Eu aprontei muito, fiz muita coisa errada. E assim foi por muito tempo. Ela brigava comigo, eu xingava, eu gritava, eu não tinha respeito. Eu fazia minha mãe chorar muito [...]. Minha mãe já foi pra delegacia achando que eu tinha levado um tiro na cabeça, quer dizer, uma mãe que já tinha perdido a esperança toda, entendeu? Uma mãe que tem um filho que leva um tiro na cabeça porque seu filho fica roubando, assaltando, se drogando. Minha mãe sofreu muito [...]. Passou pela humilhação de ser revistada pra me ver atrás das grades [...]. Depois que eu aceitei Jesus mudou tudo, mudou completamente. Hoje a casa tá transformada, não tem mais briga, discussão, a gente conversa, a gente ora junto. (Jeferson).

Quando eu chegava em casa bem doidão, minha mãe ficava naquela assim, mas nunca falava nada, ela ficava com medo de mim. Eu entrava em casa, bagunçava tudo, avançava nas panelas, jogava a roupa em qualquer lugar [...]. Eu só entrava em casa pra comer e dormir. Dormia de manhã, de tarde, não tinha hora pra nada [...]. As vezes eu chegava em casa com dinheiro e ela me perguntava: “onde tu arrumou esse dinheiro?”. Aí inventava, falava que tinha vendido uma coisa minha, mas tinha é roubado. Minha mãe, minha irmã, qualquer um quando queria falar comigo, que tentava me alertar, eu ia logo partindo pra ignorância [...]. Hoje eu ajudo a arrumar a casa, lavo louça, faço feira [...]. Minha mãe sofreu muito por minha causa e eu me arrependo muito das coisas que eu fiz. (Eduardo).

Lá em casa sempre tinha briga. Eu não ouvia ninguém, brigava era com todo mundo. Minha mãe queria saber como eu conseguia as coisas que eu aparecia e isso dava sempre briga [...]. Meu pai brigava comigo de dar paulada, falava que ia me mandar pra longe [...]. A polícia ia atrás dos ganhos lá em casa e minha mãe ficava com aquela cara de choro, sentindo aquela dor no coração. Às vezes eu ficava com aquele nó, mas continuava aprontado [...]. Em casa eu me sentia sozinho, não tinha ninguém pra conversar. Eu era muito

fechado, não queria saber o que acontecia dentro de casa [...]. Depois que eu deixei pra atrás aquela vida que eu levava eu tenho uma outra mentalidade: dou valor à família que eu tenho, vejo todo o esforço do meu pai e da minha mãe pra criar os filhos no caminho do bem [...]. Agora a gente vive em paz e meu desejo é fazer alguma coisa boa pra vida deles. (Carliomar).

8 PASSAGEM DE UM MUNDO A OUTRO

A conversão religiosa de Jeferson, Eduardo e Carliomar desempenhou um papel fundamental no afastamento da *bandidagem*. Todavia, assim como a adesão e a saída de adolescentes e jovens da delinquência têm causalidade complexa, também não existe nem uma única porta de entrada nem uma única de saída. Nesse sentido, vale lembrar os inúmeros projetos voltados para a juventude visando à expansão da cidadania social, de iniciativas, governamental e não governamental, que têm contribuído para ampliar os canais de integração e operar uma transformação de valores “por dentro”, alterando os destinos de uma parcela de jovens envolvidos em atividades criminosas.

Ou seja, a conversão religiosa é apenas um entre outros “atalhos” possíveis para que os jovens encontrem uma saída do mundo do crime e do destino trágico que ele delinea. Foi por essa via que Jeferson, Eduardo e Carliomar passaram por uma espécie de “reforma moral”, restaurando valores banalizados durante a passagem pela bandidagem, como o respeito à vida, a convivência da família, a paz em casa. Puderam resgatar a perspectiva de futuro, perdida num tipo de vivência que privilegia o imediatismo das experiências do presente, consequências do passado construído por eles.

Conquanto existam diferenças entre as três trajetórias, ao cruzá-las encontrei algumas regularidades que imediatamente chamaram a atenção. Dentre elas, o próprio início das atividades delinquentes no princípio da adolescência a partir da adesão a gangues de pichadores, motivadas pela procura de ação, de “animação”, de “adrenalina”, segundo eles próprios. Contudo, podemos acrescentar que por trás dessa busca há algo próprio do *ethos* da adolescência: na concepção adolescente de existência, o valor de uma pessoa

se mede essencialmente pelo olhar e julgamento feitos por seus pares. A pichação, neste processo de construção de um *self* reconhecido pelo grupo de interconhecimento, representaria a chance de alcançar prestígio e reputação. Outro ponto comum nas trajetórias é o fato de que, aos poucos, a prática da pichação, inicialmente considerada como uma atividade lúdica, foi sendo substituída pelas do furto, roubo, assalto, tráfico de armas e drogas. Já na *bandidagem*, Jeferson, Eduardo e Carliomar envolveram-se na “guerra” violenta e homicida entre gangues rivais da Ceilândia, uma “guerra”, devo assinalar, que ainda hoje vitima anualmente dezenas de jovens do local.

Outro ponto que converge na trajetória dos três jovens é o fato de que o móvel imediato para a saída do mundo do crime teria sido, como eles próprios relataram, a intensificação das perseguições por parte de inimigos e a reação da sociedade, com contínuas ameaças de morte. Diante da possibilidade concreta de perderem a vida, os jovens viram na religião um caminho socialmente aceito para abandonar práticas delinquentes.

A partir do momento que se converteram, a moral rígida da Igreja Universal se transformou numa espécie de cinturão de segurança para uma vida saudável e de blindagem contra a moral e valores do mundo do crime. Os três deixaram de consumir drogas, cigarros e bebidas alcoólicas, circunscreveram as relações de amizade basicamente dentro do limite da comunidade religiosa e da família e passaram a evitar toda e qualquer situação que os expusessem aos riscos de sofrer ou cometer violência. A conversão religiosa¹² significou para eles a chance de reinterpretar, reorganizar e dar

12 A conversão religiosa é um tema controverso nas ciências sociais e bastante caro aos estudos sobre religião, havendo uma dificuldade de conceituá-la claramente. Snow e Machalek (1984), depois de realizarem uma síntese de todos os trabalhos ligados a esse fenômeno, colocando as suas múltiplas definições e nuances num *continuum* de mudanças pessoais sobre uma escala na qual, segundo suas análises, é difícil de determinar onde começa e onde termina a conversão, acabam concluindo “que ainda falta construir uma conceitualização da conversão religiosa [...] a maior parte das concepções – adotadas – [...] são ambíguas e mal definidas” (SNOW; MACHALEK, 1984, p. 185). De fato, deparei-me com uma literatura que não poderia levar muito longe, tamanha falta de acordo sobre uma definição do fenômeno. Glock & Stark (cit. em ALLIEVI, 1999), por exemplo, definem a conversão como “o processo pelo qual uma pessoa vem a adotar uma total visão-de-mundo penetrante (pervasive) ou muda de uma determinada perspectiva para outra”. Já Trivisiano (cit. em ALLIEVI, idem) a define como “uma radical reorganização da identidade, significação e vida”. Heirich (cit. em ALLIEVI, op. cit.) fala em mudanças no “sentido da suprema motivação”. Rambo (1993), renunciando a toda tentativa de definição “objetiva”, contenta-se em dizer que “conversão é o que um grupo ou pessoa diz que isso é” (RAMBO, 1993, p. 7). Snow & Machalek (1984) não chegam a defini-la, mas dão grande ênfase na mudança do universo de discurso. Eu, que não sou estudiosa do tema, tendo a entender a conversão como uma estratégia/mecanismo para o indivíduo reorganizar a vida, dando-lhes possibilidade de assumir uma nova identidade. Adoto, então,

continuidade a suas biografias – a vida de bandidagem passa a ser associada à influência do demônio e do mal, o que dá sentido a uma situação que, de outra maneira, os tornaria desacreditados nas suas pertenças sociais atuais. Também significou a possibilidade de encontrar alegria e prazer noutras experiências, geralmente de cunho religioso e familiar, e a chance, como afirmam, de estabelecer um elo privilegiado com Deus, permanentemente fortalecido pela prática da oração e pelo compromisso de levar uma vida sem pecados, identificada como uma vida pautada pela humildade e generosidade, sem lugar para o orgulho, a arrogância e o uso da violência.

Transpor o mundo do crime, portanto, implicou num processo de “mudança radical” dos sujeitos e de seus universos discursivos, elementos característicos da conversão religiosa, mas que também podem caracterizar outras “trocas de mundos” (BERGER; LUCKMANN, 1973). A conversão religiosa de Jeferson, Eduardo e Carliomar lhes permitiu realizar uma reinterpretação biográfica, fundamental para se livrarem do estigma de um dia terem assumido a condição e identidade de *bandido*. Nos quatro casos, as novas pertenças mudaram as cores do passado dos jovens, restaurando a ordem e o sentido de suas vidas presente e futura.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação em gangues tem um tempo limitado na existência dos jovens. A permanência no grupo passa a suscitar uma série de interrogações sobre as normas e regras de comportamentos que os colocam cotidianamente perto da morte, da cadeia ou da cadeira de rodas. Ao mesmo tempo, há uma projeção num futuro que começa a parecer mais real, mais concreto, trazendo preocupações em termos de projetos pessoais, mais próximas da vida adulta e de valores dominantes na sociedade brasileira, como a obrigação do homem de ser o provedor da família.

Nesse processo de amadurecimento, no qual as dúvidas e incertezas sobre o futuro pairam, os jovens tendem a refletir inclusive sobre suas fa-

uma perspectiva relativizadora em relação ao conceito, menos totalizante, como a proposta por Hefner (1993) que entende a conversão como “a aceitação de um novo locus de identificação, um novo, porém, não exclusivo ponto de referência” (HEFNER, 1993, p. 17) a partir do qual o indivíduo reorganiza e subsidia sua identidade social.

lhas na relação com a própria família e a manifestar a vontade de voltar a se aproximar do ambiente doméstico, preterido em favor da “família de rua”. Também começam a compreender que ao querer fazer o mundo girar em torno de si, curvar-se aos seus desejos, esse mundo volta-se contra eles mesmos, não lhes oferecendo a chance de poderem dormir tranquilos e em paz.

Claro que os itinerários são múltiplos e diversos. É preciso evitar a crença na existência de um “modelo tipo”, válido para todos os jovens, de distanciamento da gangue e de atividades marginais e delinquentes, assim como de entrada na vida adulta. Além disso, o saber acumulado, isto é, os comportamentos e práticas aprendidos com a experiência de participação em gangues podem persistir, entrando pela idade adulta, não sendo descartada completamente a possibilidade de o jovem se associar a grupos de bandidos e criminosos profissionais, optando pelo risco de ter uma vida curta, ser preso e passar o resto de seus dias na prisão, ou ficar completamente inválido em consequência de um tiro vindo da arma de um inimigo, da polícia ou mesmo de algum de seus parceiros. Neste caso, a violência passa a ser um modo de vida submetida a regras estabelecidas ditadas pelo mundo profissional do crime. Mas, de maneira geral, não é isso o que acontece: a maioria dos jovens não adere decisivamente à carreira criminosa, aquela que na nossa sociedade é reconhecida no judiciário como tal.

Também não ocorre que o afastamento da gangue se traduza por um distanciamento dos jovens do universo social e espacial da periferia. Ao contrário, a periferia continua sendo para eles a casa onde é possível realizar o espírito comunitário, o local de moradia onde se desenvolvem relações sociais que formam a base de uma identidade coletiva. Contudo, as condutas e comportamentos não ficam mais subordinados à construção quase obstinada – e arriscada – da defesa da reputação individual ou coletiva.

Finalmente, cabe sublinhar que o caráter passageiro do envolvimento com as gangues e com as “paradas” implica também numa renovação rápida da população que participa dessa cultura de rua, sendo as “partidas” e “chegadas” numerosas e permanentes. Como me disse um jovem: “*esse negócio de gangue é um círculo vicioso*”.

REFERÊNCIAS

- ALLIEVI, Stefano. Pour une Sociologie des Conversions: lorsque des européens deviennent musulmans. **Social Compass**, v. 46, n. 3, 1999.
- ALVITO, Marcos. Um Bicho-de-Sete-Cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um Século de Favelas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ASSAILLY, Jean Pierre. **Les Jeunes et le Risque**. Paris: Vigot, 1992.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- CANEVACCI, Máximo. **A Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e Estilos de Masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CERBINO, Mauro. **Jovens em la Calle: cultura y conflicto**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.
- CLASTRES, Pierre. Da Tortura nas Sociedades Primitivas. In: **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- COHEN, Albert. **Delinquent Boys: the culture of gang**. New York: Free Press, 1955.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- ESTERLE-HEDIBEL, Maryse. **La Bande, le Risque et l'Accident**. Paris: L'Harmattan, 1997.
- GOFFMAN, Erving. Perdre la Face ou Faire Bonne Figure? In: _____. **Les Rites d'Interaction**. Paris: Minuit, 1974a.
- _____. Les Lieux de L'Action. In: **Les Rites d'Interaction**. Paris: Minuit, 1974b.
- HEFNER, Robert (Ed.). **Conversion to Christianity: historical and anthropological perspectives on a great transformation**. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- LE BRETON, David. **Passion du Risque**. Paris: Métailé, 1991.
- _____. **Antropología del Cuerpo y Modernidad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

LASCOUMES, Pierre. Construction Social des Risques et Contrôle du Vivant. **Prévenir**, n. 24, 1993.

LEPOUTRE, David. **Cœur de Banlieue**: codes, rites e langages. Paris: Odile Jacob, 1997.

LINS, Paulo; SILVA Maria de Lourdes. Bandidos e Evangélicos: extremos que se tocam. **Religião e Sociedade**, v. 15, n. 1, 1990.

NOVAES, Regina. Juventudes Cariocas: mediações e conflitos. In: VIANNA, Hermano (Org.). **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

RAMBO, Lewis. **Understanding Religious Conversion**. New Haven and London: Yale University Press, 1993.

RIFIOTS, Theophilos. **Nos Campos da Violência**: diferença e positividade. Florianópolis: mimeo, 1997.

ROLNIK, Suely. Uma Insólita Viagem à Subjetividade. In: LINS, Daniel. **Cultura e Subjetividade**. Campinas: Papyrus, 1997.

SHAW, Clifford; MCKAY, Henry. **Juvenile Delinquency in Urban Areas**. Chicago: The University of Chicago Press, 1942.

SNOW, David; MACHALEK, Richard. The Sociology of Conversion. **Annual Review of Sociology**, n. 10, 1984.

TURZ, A.; COURTECUISSÉ, V.; JEANNERET, O.; SAND, A. Comportements de Prise de Risque et d'Accidents à l'Adolescence dans les Pays Développés. **Revue Épidémiologique et de Santé Publique**, n. 34, 1986.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Condomínio do Diabo. In: _____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994a.

_____. Teleguiados e Chefes: juventude e crime. In: _____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994b.

CARLA COELHO DE ANDRADE (*in memoriam*)

Possuía Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2007), Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1987), Mestrado em Sociologia - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (1990) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1982). Foi Secretária Adjunta da Associação Brasileira de Antropologia (2006-2008) e Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), onde trabalhou até dezembro de 2014. O texto que ora publicamos foi redigido por Carla em 2013, na ocasião de publicação organizada pelo NUPEC. O projeto, à época, ficou inacabado, assim como impossibilitada a publicação do artigo que agora logramos socializar. É com bastante alegria que contamos com a contribuição de seu artigo e prestamos homenagem à sua memória, em um momento tão importante para a valorização da pesquisa brasileira.

MANOBRAS “RADICAIS” EM TERESINA: O SKATE E AS NOVAS TÁTICAS JUVENIS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO¹

Valéria Silva

RESUMO

Investigação desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (Nupec/UFPI), ambientada no projeto geral *A Condição Juvenil em Teresina*. Tomou como sujeitos os grupos juvenis Clube de BMX do Piauí (CBMXPI), Movimento Piauiense de Parkour (MPPK) e Associação Teresinense de Skate (ATS), a qual figura na construção deste trabalho. Foram utilizadas a observação, a entrevista, o registro fotográfico e a filmagem, objetivando evidenciar a história do grupo aqui tomado para análise, interpretar em detalhe as subjetividades em trânsito nas relações e pontuar as práticas grupais. A postura metodológica parte da proposição de compreender o universo juvenil local na plenitude da sua manifestação e em estreita interação com os sujeitos. Foi possível identificar que os skatistas, nos discursos produzidos e no cotidiano das experiências, inauguram novas formas de relação com os pares, com a comunidade, com os gestores, alterando a seu favor o espaço público que ocupam.

Palavras-Chave: Juventude. Ação coletiva. Espaço Público.

1 Pesquisa apoiada pelo CNPq e pela Fapepi.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, as relações juvenis, ao buscar alternativas ao instituído, reelaboram formas e possibilidades de intervenção no real, escolhendo as vivências culturais, a identificação étnica (MELUCCI, 2001), a insurgência contra os novos modos de organização do capital (SOUSA, 2002), a afetividade (SILVA, 2006) e a intervenção direta (LIBERATO, 2006) como formas diferenciadas de provocar o diálogo com o outro, de efetivar suas demandas, de constituir subjetividades e de tornar-se visível no espaço público (SILVA, 2009). Especialmente nesse novo século têm sido essas as novas formas dos jovens ocuparem a cena pública, recriando a ação política coletiva como campo de afirmação da presença jovem no mundo. Essa realidade denota importante mudança nos parâmetros de orientação da ação coletiva juvenil na atualidade, especialmente aquela que se desenrola no espaço público das ruas das cidades, lugares de sociabilidades juvenis (SPOSITO, 1993; MAGNANI; SOUSA, 2007; TOMASSI, 2007).

Em Teresina também encontramos sinais fortes desses tempos, como o observado por mim junto ao grupo de skatistas da cidade. Lugares incertos, desejos concretos, desafios à gravidade, aceitação/reprovação, **ações cambiantes, rompimentos/continuidades e alguns resultados consolidados compuseram o cenário híbrido de nascimento e consolidação da prática do skate na capital piauiense.** Tal espaço ambientou também a ação coletiva dos jovens seus adeptos, evidenciando importantes mudanças quanto à maneira dos jovens negociam a sua presença na cidade, seja quanto ao modo como estabelecem suas relações, como vivenciam a prática esportiva que escolheram ou ainda como pontuam suas demandas à cidade e aos seus gestores.

Enfocando o processo de organização grupal, sua história na cidade e suas manifestações atuais, inseridas em plural processo de negociação com o outro – o entorno, os pares e o Estado –, procedo adiante à discussão a que se propõe o artigo.

2 A ASSOCIAÇÃO TERESINENSE DE SKATE-ATS

Como sabido, a prática do skate consiste na execução de manobras que variam em níveis de dificuldade de equilíbrio, superação de obstáculos físicos e limites impostos pela gravidade. As modalidades mais usuais da prática são *street*, *freestyle*, *vertical* e *downhill slide* que implementam, diferenciadamente, manobras como *ollie*, *flip*, *olie-flip*, *front side air*, *back side air*, *slide*, *fakie hardflip*, *360° kick flip*, *frontside ollie*, *180°*, *tail drop*, *50/50*, *axle drop*, *tuck knee invert*, *handplant*, *invert handplant*, *eggplant*, *rock n'roll* e uma infinidade de outras. (SANTOS, 2007; Diário de Campo). Executá-las bem, no conceito de um skatista, está intimamente relacionado com a disciplina nos treinos e a capacidade do atleta. Nos campeonatos as manobras são pontuadas de modo diferenciado, em função da dificuldade de execução e da criatividade implicada. Alguns skatistas inventam manobras que, a partir dali, são batizadas com referências a seu nome.



FIGURA 1 E 2: MANOBRAS: ROCK N'ROLL E SLIDE. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2009²

Fonte: A autora (2009).

Embora originalmente nascido nas ruas e ali praticado com obstáculos impostos por calçadas, corrimãos, aclives, declives etc., como informam

² Em face dos treinos de skate acontecem sempre no fim de tarde e/ou durante a primeira parte da noite, bem como a decisão tomada de não gerar situações especiais de encontro com o grupo, a maioria das imagens foi produzida sob condições inadequadas de luz, redundando em pouca sua nitidez. A iluminação artificial da Praça, por outro lado, mostrou-se insuficiente para superar esta dificuldade.

os entrevistados, a prática continuada e treinos específicos para campeonatos exigem uma estrutura de pista que propicie ao atleta, em um único local, executar manobras com obstáculos, diversidade e níveis de dificuldade variados. Essa necessidade tem sido um motivo importante para a consolidação da ATS, como veremos adiante.



FIGURA 3: GRUPO DE SKATISTAS. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2009

Fonte: A autora (2009).

Todos os jovens entrevistados participam do grupo há nove anos ou mais, apresentando idade entre 19 a 25 anos. Quanto ao nível de instrução, encontramos apenas um jovem com ensino médio completo, dois com ensino superior completo e os demais cursando faculdade. Todos os entrevistados residem na zona leste da cidade, com inserção social nos estratos médios, tendo pais e mães que exercem profissões de contador, jornalista, dona de casa, costureira, empresário, funcionário público. Os próprios jovens, na sua maioria, ainda possuem situação de trabalho indefinida, realizando atividades de pequeno comércio, de *videomakers* e fotógrafos no âmbito do skate.

Os entrevistados informaram que os primeiros registros da prática do skate em Teresina datam acerca de 15 anos atrás, tendo como pioneiros os jovens James Piva, Joanylton Amarante (o Tom), Diego, Ricardo Torres

(Ricardo Pinguin), Dyan, Marcos Taê, Paulo Brasil e Samuel Melo, esses últimos vindos de Fortaleza, onde já praticavam patins, *surf* e skate, que à época já se encontrava mais consolidado na capital cearense. A presença dos primeiros jovens sobre os *shapes* chamava a atenção e muitos outros foram se juntaram ao grupo inicial à medida que os skates iam povoando as vias da cidade.

Em um primeiro momento os skatistas se concentravam nas ruas do centro de Teresina, localizando obstáculos propícios às manobras que iniciavam, inserindo na cena urbana um esporte até então desconhecido na cidade. Dentre os espaços utilizados nesse período destaca-se a Praça da Liberdade, nas proximidades da Igreja São Benedito e da antiga Escola Técnica Federal, onde os praticantes se reuniam por volta das quinze horas e saíam andando de skate pelo centro da cidade. Outro local era a Praça do Liceu que, em decorrência de sua arquitetura, favorecia uma diversidade maior de manobras. Os primeiros *skatistas* também frequentavam o Parque Potycabana, distante do centro, situado à beira do Rio Poty, no lado Leste da cidade, local onde fizeram as primeiras filmagens das manobras executadas.

Ampliando os percursos que faziam, os jovens chegaram até ao seu atual ponto de encontro, com nome oficial de Praça Ocílio Lago, no Bairro de Fátima, inaugurada em 1996, atualmente também conhecida como Praça do Skate: “[...] depois que começou o skate na rua, descobriram aqui a praça do Jockey, viram que é um bom lugar pra andar porque tinha a pista já feita pra *cooper* e com o piso bom pra skate. E começou a ser habitada pelos skatistas” (Skatista 1):

[...] em 96, quando reformaram a Praça e fizeram aquele piso liso, praticamente porque eles pensaram nos esportes que eram praticados com roda, né, tipo a questão dos patins ou da bicicleta [...] como Teresina não tinha local pra prática, praticamente era nas ruas. Aí foi descoberta a Praça Ocílio Lago pelos skatistas [...] (Skatista 2).

As experiências relatadas ocorreram a partir de 1998, quando, nesse novo local, vários outros jovens passaram a fazer parte do grupo, dentre eles Thiago Costa, Carla Mata, Maurício Oliveira, Alexandre Oliveira e Zaqueu aderiram ao skate a partir do ano 2000. Embora a presença juvenil na praça

em função do skate fosse frequente e significativa em termos quantitativos, só a partir de 2001 o local firmou-se como ponto regular de treino dos adeptos do esporte. À época, a pista lisa do *cooper* já se mostrava insuficiente para as manobras que adquiriam um grau maior de complexidade, levando os jovens a buscarem, na praça, condições para a execução das novas habilidades, nos termos em que evidenciam os depoimentos:

Era o piso de granilite liso, não existia obstáculo nenhum. No caso, o obstáculo pro skate. E aí foi no passar do tempo a gente foi adaptando a [...] os bancos da praça, foi empilhando, fazendo obstáculo [...] isso batendo diretamente com a Prefeitura, porque a Prefeitura não sensibilizava a visão pro [...] pra prática do skate, né. Ainda num se conformava que aqui era o ponto de encontro do pessoal, era o ponto de prática do skate. Ainda não existia pista e [...] a partir daí, ele [...] a gente foi construindo, né? Os atletas foram se reunindo, foi tirando o dinheiro do bolso mermo, foram construindo obstáculo de concreto mermo e [...] e assim a gente conseguiu sensibilizar a Prefeitura em reformar a praça, o objetivo da gente era conseguir um espaço desses, a pista de skate [...] (Skatista 2);

Com o tempo a gente foi tirando as pedras dos bancos [os assentos] pra fazer caixote³, improvisando com cantoneira. No tempo, nem cantoneira tinha, a gente usava mesmo o banco, pulando o banco, e com o tempo foi ficando conhecida como a Praça do Skate. Até hoje tamo aí [...] (Skatista 1).

3 Um tipo de obstáculo utilizado pelo *skate*.



FIGURA 4: CAIXOTE. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2009

Fonte: A autora (2009).



FIGURA 5 E 6: PISO DE GRANILITE. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2009

Fonte: A autora (2009).

A atitude dos jovens de permanecer empilhando os bancos provocou a reação da Prefeitura Municipal de recolocar os assentos nos locais de origem, o que levava os esportistas a retirá-los novamente e transformá-los em obstáculos, estabelecendo, embora de modo indireto, um embate com o poder constituído por um longo tempo, o qual os jovens não sabem precisar com exatidão.

Com o adensamento dos encontros e da quantidade de jovens praticando o esporte, os skatistas passaram a construir rampas de madeira com recursos próprios, cada um colaborando como o percentual que lhes era

possível. Os encontros constantes e a presença do skate na mídia televisiva suscitavam nos jovens a vontade de aprender manobras diferentes, consolidando as presenças no grupo e gerando a necessidade cada vez maior de que disponibilizassem de um local apropriado para os treinos. As viagens que começaram a fazer ampliaram o conhecimento acerca do esporte e da estrutura necessária à sua prática, fortalecendo as demandas grupais.

As novas realidades, tanto do esporte como da participação de vários novos membros no grupo, levaram os jovens à compreensão da importância de atuarem de maneiras diferenciadas buscando conquistar a construção de uma pista de skate que viabilizasse os treinos. Assim, diversificaram as ações com vista à demanda que tinham, muito embora ainda sem receber apoio:

[...] foi muita batalha, muita promessa, muito abaixo assinado. E vinha político aqui, prometia uma coisa, explorava a imagem da gente pra conseguir [...] a gente ficava com esperança, né, que ia conseguir e nunca dava certo. [...] Se forem contar o tanto de projeto que eu presenciei sendo entregue pelo Thiago, eu vou lhe dizer que passa dos vinte⁴. Sempre era assim: a gente... vinha um político aqui ou vinha um assessor dele e dizia: “Ah, eu vou fazer um evento em tal lugar, que nós vamos arrecadar fundos pra conseguir juntar [...]”. No caso, disseram que iam conseguir junto ao Banco do Brasil... todo mundo se destacou pro local do evento e nada! (Skatista 4).

A insatisfação que se gerou a partir da repetição do fato acima comentado explicitou aos jovens a importância de uma ação organizada do grupo, da proposição de uma entidade que congregasse os skatistas e potencializasse suas intervenções em busca da construção da pista. Segundo os entrevistados, do período em que empilhavam os bancos até a estruturação da pista os jovens mantiveram constante presença junto à Prefeitura, especialmente propondo projetos para a construção de um espaço adequado no local, e junto às empresas da cidade em busca de patrocínios para viagens, realização de pequenos campeonatos etc. No estabelecimento de relações com esses interlocutores lhes era cobrada uma representação formal, o que

⁴ Em 2007, quando da decisão da Prefeitura de construir a pista, a existência dos projetos já elaborados pelos jovens facilitou a realização da obra. Além disso, a ATS encaminhou ainda a consulta à comunidade do entorno acerca da concordância sobre a construção da pista naquele local, a qual, através de abaixo-assinado, se manifestou favoravelmente.

os mobilizou em definitivo para a organização da ATS: “Inicialmente, a idéia de se juntar para conseguir alguma coisa junto ao meio político, né, foi da Carla, esposa do Thiago. Foram eles que tiveram a iniciativa de fundar essa Associação pra ter algum acesso junto ao meio público [...]” (Skatista 4).

[...] a gente, no ano de 2001, a gente sentiu essa necessidade de construir uma organização para o skate, porque a gente via que tava muito disperso e sem organização. A gente não poderia tá conseguindo atenção do governo, da Prefeitura, né, até da própria indústria também, né do comércio [...] a gente veio se organizando para tá registrado, bem [...] na Prefeitura, nas empresas, nos segmentos esportivos [...] (Skatista 2).

Hoje, Thiago Costa é o seu presidente e da direção também participam Carla Mata, James Piva dentre outros. Apesar de ainda não ter conseguido o registro formal, a ATS congrega por volta de 200 skatistas na cidade, com faixa etária entre 10 e 35 anos de idade, morando a maioria dos jovens na região do Grande Dirceu, apesar de existirem skatistas na grande maioria dos bairros de Teresina. A Associação, segundo os entrevistados, é legitimada não apenas pelas atribuições que desempenha junto ao esporte, como ter para si a responsabilidade de organização dos campeonatos na capital e interior e dos *rankings* local e estadual, mas também pelo reconhecimento que tem conquistado junto aos *skatistas*, à comunidade e aos poderes públicos, como evidenciam os depoimentos:

[...] a mentalidade mudou muito de antigamente pra cá [...] que era uma coisa desorganizada era uma coisa muito assim, como é que se diz? Antes não tinha [...] era tudo assim como a gente diz: era na tora, era jogado, não tinha planejamento de nada, não aconteciam eventos aqui em Teresina. Aí começou a ter a Associação já foi mudando, foi se abrindo as portas, teve uma organização melhor, eventos já bem organizados e foi melhorando. E hoje já chegou até a um ponto que agora final de semana passado a gente tava sendo visitado aqui em Teresina por um cara que é um top 10 do mundo do skate [...] o cara compete o mundo todo e tava aqui em Teresina (Skatista 1).

[...] tempos atrás, a gente quando buscava um gestor, buscava uma secretaria, a gente sequer era recebido [...] deixavam ficar horas e horas esperando. A gente marcava agenda, aí chegava lá no momento que a gente era pra ser atendido, dizia: “Volta mais tarde, volta depois, ou deixa seu telefone que a gente entra em contato”. E nunca que a gente tinha conseguido sequer um acesso a esses gestores, né [...] as coisas foram melhorando com relação a esse tratamento, onde o gestor agora nos vê como cidadão, nos vê como um grupo organizado [...] (Skatista 5).

[...] a prova disso [do reconhecimento] é que a gente recebeu uma ligação semana passada de que seria o lançamento da CUFA no Piauí e o evento seria na Praça Ocílio Lago, né, que a pessoa responsável pelo evento [...] foi lá na SDU pedir a autorização pra usar a praça geral pra o evento e lá não foi concedida a autorização por [...] que no caso não tinha nenhum representante do *skate* que autorizasse praticamente o evento. Aí a gente recebeu a ligação da SDU pra gente comparecer lá [...] e dá o consentimento [...] (Skatista 2).

[...] em relação à visão, antigamente [o skate] era muito marginalizado, hoje em dia, não. [...] o reconhecimento tá sendo muito grande e até porque a gente faz por onde. A gente faz trabalho social, faz coisas positivas dentro do esporte e dentro da sociedade e cada vez mais a gente vai conquistando espaço dentro da sociedade (Skatista 1).

Para os entrevistados o processo de conquista da pista, além da organização da ATS, é um marco decisivo na história do skate em Teresina. O espaço, como demanda antiga não atendida, por muitos já havia sido dado como perdido: “Eu mesmo, pra falar a verdade, já não acreditava mais que poderia acontecer. Alguns já não acreditavam e aconteceu, pra mim foi o que marcou mesmo [a história do grupo]. Porque era assim uma coisa impossível [...]” (Skatista 4). A demora dos gestores em se sensibilizar com as demandas apresentadas, ficando o município sem qualquer estrutura de treinos para os atletas, inviabilizou a profissionalização de muitos jovens de talento que, hoje, já passaram da faixa etária propícia às competições. No passado, os atletas de Teresina se deslocavam frequentemente para competir

em campeonatos sem sequer ter conhecimento da estrutura de uma pista profissional, como relata o Skatista 4:

[...] eu mesmo, a primeira vez que eu viajei pra fora – o primeiro campeonato foi em São Luís – quando eu vi uma pista de skate eu fiquei abismado! Eu nunca tinha visto aquilo! Foi uma coisa assim [...] a gente tinha uma rampa de madeira, mas uma estrutura de concreto, lá no Castelão, eu fiquei abismado. Passei uma meia hora só olhando [...] (Skatista 4).

Até ser construída a pista da Praça do Skate Teresina era a única capital do Nordeste que não possuía um ambiente apropriado para a prática do esporte. A estrutura que os precursores teresinenses possuíam era uma rampa de madeira montada pelos próprios praticantes e as ruas com seus obstáculos ‘naturais’, conforme referido. As conquistas vieram da presença ativa dos jovens, tanto nos encontros e treinos cotidianos, como nas esferas decisórias da política municipal, como aponta o depoimento:

A gente teve de chegar e dizer [em audiência municipal]: “Ó, seu gestor, um município que é um terço menor do que o nosso, já existe uma estrutura mínima e no nosso, que é capital, que tem três vezes mais que a população da cidade do interior, assim e assado [...] Aí, nós não temos nem um terço, nada do que eles têm feito lá com relação à política pública pra juventude em geral, o que dirá para skate”. [...] aquilo mexeu muito no ego daquelas pessoas que estavam lá como gestores, pregando as benfeitorias que haviam feito [...] (Skatista 5).

Na atualidade a Praça do Skate conta com estrutura de pista adequada à prática do skate, possui uma quadra poliesportiva e um palco, o que propicia um trânsito ainda maior de jovens no local, além da quantidade considerável de pessoas que apenas vão assistir às atividades ali desenvolvidas ou para caminhar e/ou correr ou ainda levar suas crianças para brincar. No que se refere ao *skate*, é ainda o único espaço na cidade com condições para o desenvolvimento dos treinos, sendo também um importante ponto de referência para os jovens esportistas:

[...] a importância maior é ter um local fixo pra trocar idéias, para conversar, para firmar mais ainda a amizade. E não precisa nem combinar, você vai ver seu amigo no sábado lá na praça. Agora mesmo tão construindo a pista de Timon [...] eu acho que pode ter cinquenta pistas aqui em Teresina daqui pro próximo ano, mas a Praça do Skate é ali, é a praça Ocílio Lago. Ali é o ponto de encontro, ali é tipo a casa do skate. É ali, ali é o principal ponto. (Skatista 1).



FIGURA 7 E 8: QUADRA DE SKATE. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2010

Fonte: A autora (2010).

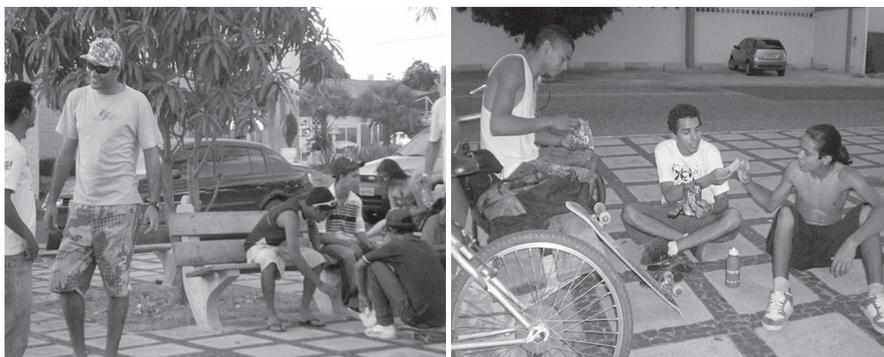


FIGURA 9 E 10: ENCONTROS E PARTILHAS. PRAÇA DO SKATE, TERESINA, 2009

Fonte: A autora (2009).

As falas dos jovens permitem compreender que a praça, nos sentidos que constroem a seu respeito, superou a condição de mero recurso para a prática esportiva, sendo guindada ao posto de marca do percurso efetivado pelo skate na cidade, da luta empreendida e da conquista efetivada, tanto

em relação à superação de grande parte do preconceito existente, quanto em relação à conquista do espaço. A Praça é território-símbolo, é cenário-testemunha da ação juvenil vitoriosa; é, assim, espaço produtor das sociabilidades juvenis diversas que têm o skate como centro motivador e, por decorrência, é também campo de constituição identitária dos jovens da cidade que a frequentam. É toda essa complexidade simbólica que confere especial importância ao local.

Tanto é assim que, não obstante a forte referência, segundo os entrevistados, o local já se mostra insuficiente para a dimensão que o skate piauiense já possui, sendo – para eles – inaceitável que ainda se disponha apenas da Praça, tendo em vista o porte da cidade, a distribuição de skatistas por vários bairros, o perfil que o *skate* já tem dentre os demais esportes e também a atual realidade de quadras de municípios vizinhos bem menores. Na atualidade o *skate* já tem presença na cidade, especialmente pela mídia local e nacional, e o propósito manifesto pelos jovens é popularizar ainda mais o esporte, seja através do trabalho voluntário que a ATS faz⁵, seja através de vídeos que produzem ou ainda do estímulo que oferecem àqueles que, mobilizados pela curiosidade, visitam a Praça: “Acho que muitas pessoas que, alguns curiosos que vêm, que frequentam o lugar, eles vêm e vê a gente andando e acaba gostando e pergunta: ‘Como é que faz pra andar de skate?’ É mais vindo até a gente assim, entendeu?” (Skatista 3). Complementando, se posiciona outro jovem:

[...] de uns quatro anos pra cá o que vem atraindo muita gente para o esporte é a mídia constante que tá tendo agora, principalmente na televisão. Tá tendo muita mídia em relação a esse esporte, que antigamente não tinha. Só tinha em canal fechado e agora canal aberto tem e é uma das coisas que tá trazendo muito. Principalmente a garotada de 5, 6 anos, 7 que é comum a gente vê aqui na praça. (Skatista 4).

5 A Escolinha de Skate fica localizada no bairro São Pedro e James Piva é professor voluntário de um grupo de cerca de 20 crianças, num trabalho que realiza em parceria com o Movimento pela Paz na Periferia – MP3. A Escola tem por objetivo que os moradores do bairro, crianças e adolescentes com faixa etária entre 6 e 15 anos de idade, possam ocupar com prática esportiva o tempo que poderia ser dedicado às práticas prejudiciais ao desenvolvimento infanto-juvenil. O resultado de tal iniciativa se faz visível nos campeonatos, inclusive no Nordeste, onde os alunos da escolinha já foram campeões e vice-campeões e vêm conquistando resultados interessantes, divulgando o nome de Teresina.

A popularização realça as dificuldades enfrentadas pelos jovens que aderem ao esporte. Com a existência de uma única pista em Teresina, os jovens precisam se deslocar de distâncias cada vez maiores para praticar o esporte, o que nem sempre é possível, considerando o nível de renda de uma grande parte dos praticantes. Isso faz com que a ATS adote como uma importante meta a conquista de infraestrutura em outros locais da cidade, como afirma o entrevistado: “[...] o objetivo maior é que cada bairro tivesse uma [pista], porque aqui é um privilégio pra poucos. Tem muitos que moram na periferia e não têm condição de tá bancando transporte pra vir pra cá todo dia [...]” (Skatista 4). A situação de desassistência ao skate e a outros esportes por parte dos gestores é criticada pelos jovens entrevistados, sendo entendida como uma visão política limitada acerca das juventudes e seus interesses:

[...] vem mesmo daquela questão da consciência cultural... a política do feijão com arroz que acha que o essencial e o básico satisfaz [...] o futebol já faz parte da nossa cultura no Brasil como um todo e é um esporte mais acessível, né, de investimentos. Várias pessoas para um único equipamento, ele é mais barato para o gestor investir. Eles delimitam uma área [...] e aí o equipamento que ele vai fornecer é uma bola [...] e acaba nivelando todos os jovens por baixo. Açam que todos os jovens são iguais e vão querer participar daquele mesmo tipo de esporte, daquele mesmo tipo de lazer [...]. Eles não perguntam e não querem saber se aquilo satisfaz [...] a gente é obrigado a engolir aquilo goela abaixo e nos dias de hoje as culturas são mais diversificadas [...] não é que a gente não goste de futebol, que não queira que o futebol cresça e evolua, mas é que a gente acaba se sentindo desprivilegiado [...] só o futebol ainda tem a mesma atenção de tempos atrás e a mesma atenção não tem sido distribuída com os outros esportes, como é o caso da bike, do skate, do BMX, do *badmington*, [...] do judô [...] da natação, que é o único estado da Federação que não tem uma piscina pública [...] (Skatista 5).

A postura que assumem na atualidade revela mudanças sofridas pelo grupo desde sua formação até os dias atuais. Podemos destacar a própria postura dos skatistas, que vem se tornando cada vez mais voltada para uma

intervenção organizada e institucionalizada. Além da própria consolidação da ATS, a existência de regras internas normatizadoras do funcionamento do grupo e dos treinos apontam nesse sentido. Existem normas adotadas para controlar o comportamento dos frequentadores, como explica o depoimento:

[...] geralmente quando você é pego ali na arquibancada consumindo bebida, ele já tá fora de evento já. Tipo, se tiver alguma confusão, alguma briga, alguma coisa do tipo, alguma depredação, se tiver no meio, automaticamente ele já tá excluído do evento. De um evento ou do cronograma todo, como é o Circuito Nordestino ou então o Piauiense. Ele já vai tá automaticamente [...] é feito uma reunião e é decidido se ele vai poder participar ou não. Vai ser só por um evento, dois ou geral. [...] é porque muitas vezes no caso quando a ATS ia atrás de alguma empresa ou pra conseguir alguma coisa, sempre alguém dizia: “Ah, vocês não são organizados, vocês bagunçam no evento, vocês vão beber, vocês vão fazer não sei o quê [...]”. E a gente começou a mudar essa visão pra poder ter acesso, a esses privilégios do governo de empresas, a ter uma certa confiança por parte dos órgãos que apóiam o esporte [...] (Skatista 1).

A Associação viu no emprego dessas normas uma maneira de mudar a imagem do grupo junto a empresas e órgãos públicos, uma vez que não era incomum ouvir desses sujeitos: “Ah, vocês não são organizados, vocês bagunçam no evento, vocês vão beber, vocês vão fazer não sei o quê [...]”. E a gente começou a mudar essa visão pra poder ter acesso, a esses privilégios do governo de empresas, a ter uma certa confiança por parte dos órgãos que apóiam o esporte [...]” (Skatista 1).

O cuidado referido nas relações estabelecidas pelo grupo mostra uma nova fase de organização que priorizava a propagação do esporte na cidade e a busca de profissionalização de muitos, revelados com talento especial. Torcem para que sejam instaladas em Teresina lojas especializadas em artigos e marcas vinculadas ao skate, o que poderá, segundo os jovens, viabilizar patrocínios e a possível profissionalização dos esportistas interessados. Nesse mesmo sentido, a ATS se mantém reivindicando junto aos órgãos públicos o apoio para viabilizar a consolidação de melhor performance de

skatistas nos campeonatos locais e regionais. Já no ano de 2010 o Governo do Estado passou a apoiar três atletas com a bolsa-esporte.

No percurso que fizeram desde o início da prática no centro da cidade até a atualidade mudanças de porte têm ocorrido, tanto na vida dos jovens, na forma como se relacionam com a cidade e o Estado, no perfil assumido pelo esporte quanto da própria Praça. Antes da massiva presença juvenil o espaço tinha o codinome de “Praça dos Malucos”, pois, para a população do entorno, o lugar – quase abandonado – à noite abrigava os “maconheiros” e demais pessoas que ali praticavam o uso de drogas. Segundo os depoimentos recolhidos, isso mudou e a Praça hoje é conhecida como Praça do Skate. Consolidada como um ponto de lazer estimula a população a buscá-la nos fins de semana para práticas diversas, especialmente das crianças. Bicicletas, skates, velocípedes, bonecas e carrinhos animam as brincadeiras infantis dos fins-de-tarde, manipulados por crianças que ali têm encontrado amparo para suas brincadeiras. Assim, na Praça os skatistas convivem com crianças, adultos e outros jovens que lá estão para jogar futebol na quadra poliesportiva, vizinha aos *halfs*. Também se relacionam com tranquilidade com a comunidade que os assiste e/ou transita pelo local, construindo relações empáticas, tanto fora, quanto dentro da quadra.

3 SKATISTAS NA PRAÇA: MANOBRAS ENGAJADAS, PLURAIS, AFETUOSAS E SOLIDÁRIAS

É também especialmente nos finais de semana que os skatistas se aglomeram na Praça. Vindos de diferentes bairros da cidade, povoam-na a partir do fim da tarde e adentram a noite. O forte sol da cidade impede que os treinos aconteçam durante toda a tarde, uma vez que a Praça possui pouca sombra e a quadra é construída sob área descoberta. Vão chegando no local, normalmente a pé, poucos de carro, um a um, em duplas ou trios. Grande parte se veste a caráter: calças/bermudas e camisetas largas, boné e tênis apropriado ao esporte, geralmente o de marca *Drop Dead* ou *Quix*. Possivelmente, em função do alto custo das vestimentas, grande parte dos jovens usa roupas comuns, como jeans de corte padrão, camisetas idem e tênis sem design ou marca especiais. Juntam-se em pequenos grupos espa-

lhados pelo espaço da Praça e às vezes, num grupo maior, sendo que, por vezes, nem chegam a treinar. Conversam, sorriem, falam de skates e feitos no esporte. Escutam música – reggae e rock. Aos poucos, vão iniciando suas manobras na pista ou no ramp.

Além do skate, equipes de BMX, modalidade *street*, também se fazem presentes na Praça. Esses jovens buscam especialmente a quadra de skate para a realização de manobras em rampas e corrimãos. Deslocam-se em suas bikes de bairros distantes, como a Santa Maria da Codipe, Satélite, Dirceu Arcoverde etc., percorrendo quilômetros até ali. Diferentemente da convivência amistosa estabelecida com os demais frequentadores da Praça, a relação com as bikes é tensa. Por vezes chegaram à discussão mais séria, em face da opinião dos skatistas de que os ciclistas não devem usar a quadra, visto que, segundo seus argumentos, o peso e as quedas das bikes pode quebrar as rampas, prejudicando a prática do skate, visto que a rodinha pode ser facilmente afetada por buracos e ranhuras maiores no chão.

Os ciclistas, por sua vez, não têm levado o argumento em conta e insistem em utilizar o espaço, argumentando ser ele público e ser de hábito, em várias capitais, a quadra de skate servir também para o BMX. Para os ciclistas a questão está no fato dos skatistas se considerarem ‘donos’ da quadra, não aceitando outros grupos no local. Para os skatistas a questão é que os jovens do BMX são ‘desorganizados’ e não conseguem um espaço próprio. Ciclistas e skatistas não construíram ainda um acordo acerca da questão, o que os leva a não raros, mas discretos, enfrentamentos verbais quando estão juntos nas rampas.

Entre um esforço e outro para superar os obstáculos do *ramp*, do lado de fora, no espaço da Praça, os skatistas se juntam em pequenos grupos e tornam a se separar, aparentemente sem qualquer critério, mas levados pela dinâmica das manobras e assuntos tratados. Conversam nos celulares e alguns costumam ligar o som do carro e partilhar a audição com os presentes, sendo a música comumente o reggae e, por vezes, o rock e também o rap. De vez em quando seguem, individualmente ou em pequenos grupos, ao supermercado próximo do local para beber água ou lanchar. Alguns fazem pequenos lanches no próprio local.

Uma vez na quadra, nem sempre participam das manobras. Por vezes ficam nas arquibancadas ou estacionam com seus skates no alto da rampa

para observar os amigos que treinam. As palmas, gritos e assovios comemorativos surgem de vez em quando felicitando a realização de manobras mais difíceis por um ou outro. Não obstante vários jovens do grupo se afirmarem no espaço público como esportistas e competidores, a meta mais importante que o grupo anuncia – a convivência na Praça, nas rampas e fora delas, o investimento na expansão do esporte na cidade, o estímulo à profissionalização – acena para relações sedimentadas no companheirismo, nas escolhas comuns, nas identificações e na alegria pela conquista do outro, como destacam os entrevistados:

[...] quando a gente começa a andar de skate a gente muda a visão da cidade, do parceiro, do amigo. Existe a competição, mas não existe aquela intenção de inveja, de rivalidade, entendeu? A gente sempre quando um skatista faz uma manobra, a gente aplaude, né. Diferente de outros esportes, que a gente fica chateado porque o outro fez uma coisa melhor do que a gente, entendeu? (Skatista 2).

[...] não é só um grupo de esporte, ele é um grupo de amigos, é um grupo familiar [...], onde a gente forma um elo social, político, afetivo, porque a maioria tem afinidades, como amigos. [...] acaba que ali aquele grupo não é só um grupo de esporte e de lazer, mas é um grupo social mesmo, onde as pessoas têm uma identidade muito parecida, o gosto é o mesmo, por roupa por algum tipo de atividade, de programação, né [...] e alguns vão se firmando na sociedade enquanto grupo atuante a partir daquele envolvimento com o esporte. [...] os skatistas afirmam assim que são skatistas 24 horas por dia, não é um momento que você está andando de skate, como é o caso de alguns outros esportes. Tipo, o futebol: eu estou jogando futebol naquele momento, nos outros dias da semana eu sou um cidadão comum e vou e participo de igreja, vou trabalhar, vou pra minha família e só sou jogador de futebol naquele final de semana que eu elegi pra tá praticando o esporte. [...] ser skatista pra mim e pra muitos é um estilo de vida [...] e acaba que isso a gente incorpora na nossa cultura, no dia a dia, a família passa a conhecer a gente por aquele esporte, pelo aquele nosso gosto, pela aquela nossa opção, os amigos no trabalho. (Skatista 5).

[...] a gente também bate um papinho, sabe, assim andar [...] E o skate também é a arte, não é só ali um esporte como o futebol, entendeu, que é só ali, se reúne [...] Não, aqui a gente conversa, a gente sai, a gente faz várias coisas também juntos. O skate é assim como se fosse assim uma família. Quem anda de skate, tá precisando de ajuda, de uma peça, a gente vai, se junta. Quem não tem condição [...] porque tem gente que não tem condição, aí a gente se junta, cada um pega um dinherim e compra a peça e já incentiva ali pra dar, entendeu? Então, também é um grupo social que se identifica muito por isso, por ser bem unido, entendeu? (Skatista 3).

A partir das vivências contra-hegemônicas partilhadas no ambiente que criam, como evidenciado nos depoimentos, os jovens fazem a reflexão de que a natureza da prática do skate, por si só, possui uma forte influência na postura que cada um assume diante da condução geral que dá à própria vida: “[...] se eu não andasse de skate eu não seria a pessoa que eu sou né, minha personalidade é praticamente formada através do skate [...]” (Skatista 6).

O skate não é mais um esporte, é um estilo de vida e eu acredito que o skate tá muito semelhante à própria vida, né, porque assim como os obstáculos, os limites de certas manobras [...] é a mesma coisa da vida, né? Existem várias barreiras que a gente tem... várias barreiras que precisam ser superadas e o skate é a mesma coisa, né. A gente vai superando limite, vai evoluindo sempre [...] (Skatista 1).

O princípio [do skate] é vencer os desafios, vencer aquela gravidade e vencer limites, porque você vai fazer uma manobra, você tem que ter a técnica [...] e a coragem de saber que você quer tá vencendo ali uma lei física, da gravidade, né. E você tá se submetendo, se sujeitando a um risco físico de aquela manobra não dar certo e você se machucar. E são desafios que você tem que vencer no dia a dia, sabendo que aquela manobra pode ser feita e que você vai buscar aprimorar dia a dia sua técnica [...] principalmente o impulso que faz você sair do chão pra fazer uma manobra com um skate, né, tem que ter habilidade. Então, é um dos principais fundamentos é saber e tentar conseguir superar esses limites. (Skatista 5).

Com aqueles que chegam ao local a relação se mostra empática, não sendo perceptível discriminação ou barreiras às pretensões dos que desejam iniciar a prática do esporte, independente da idade. A quadra é usada igualmente por adultos e crianças, por atletas experientes e novatos desajeitados que se aventuram sobre o *shape*. Quem sabe mais, “dá os toques” – como dizem – para quem sabe menos, além de outros apoios de grande relevância, que consolidam o grupo enquanto espaço de trocas entre amigos e parceiros. Na exploração do campo de pesquisa, entrei em contato com discursos e vivências nesse sentido:

[...] eu já consegui botar muita gente pra andar de skate [...] amigos meus que não andavam, sabe, e me perguntaram: ‘Poxa, tenho interesse em andar’, aí eu chamo: ‘pois vamos andar’. Aí eu dou uma peça, sabe, pra dar o incentivo e pra começar logo [...]. Quem anda de skate, tá precisando de ajuda, de uma peça, a gente vai, se junta. Quem não tem condição [...] porque tem gente que não tem condição, aí a gente se junta, cada um pega um dinherim e compra a peça e já incentiva ali pra dar, entendeu? (Skatista 3).

[...] sempre a gente encontra um na droga, um tá no alcoolismo e ali a gente tenta ajudar ao máximo. No caso lá da Praça, ainda tem, mas a gente tá tentando organizar. [...] Então, a gente tenta tirar isso dele e levando ele numa entidade, sei lá, que possa ajudar ele, uma ajuda pessoal mesmo, não como Associação, como skatistas, como pessoas mesmo. Pegar ele e conversar, dar um conselho [...]. E é uma luta que a gente vem levando constantemente, né, essa questão do [...] alcoolismo mesmo. (Skatista 2).

Esse ambiente – produzido a partir dos desafios que enfrentam, das possibilidades que geram, dos afetos que partilham, das identidades que constroem – apresenta-se no cotidiano como gerador de outros pactos de convivência pública, de compromisso com o outro, de escolhas quanto ao modo de estar no mundo e, por fim, de amadurecimento diante da experiência pessoal de vida que vão construindo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifico também a experiência juvenil aqui enfocada corroborando o que venho encontrando como fato indiscutível: as novas realidades impulsionam a juventude a ampliar suas formas de presença no mundo, desenhando outros cenários para a ocupação organizada e coletiva do cotidiano, apresentando a incorporação e criação de vários outros tipos e modos de fazeres juvenis.

Se no passado recente a manifestação coletiva juvenil se construía mormente através de organizações estruturadas e situadas no universo da política institucionalizada – como os partidos –, da relação capital X trabalho – como os sindicatos –, das organizações populares – como movimentos de bairro etc. –, e de movimentos religiosos, hoje a atuação coletiva juvenil se mostra diversificada e plural em materialidades e simbologias, implicando, no caso tomado para análise, numa atuação que, ao mesmo tempo, se coloca como cultural, esportiva, de lazer, de trabalho, de amizade e de intervenção política.

Se antes as reivindicações que formulavam se inscreviam no estrito campo de enfrentamento de um adversário direto, que era o Estado, na atualidade encontramos os jovens e seus coletivos experienciando novas táticas que, embora não perdendo de vista o Estado – tido como o gestor, numa compreensão que quase leva à despolitização da relação – instala maior complexidade às negociações encetadas, buscando estabelecer consensos em torno do que defendem tanto junto à comunidade quanto ao Estado. São também arquiteturas políticas mais elaboradas que, embora adotando os enfrentamentos, os caracterizam de modo diverso e, ao mesmo tempo, não abandonam o aspecto institucionalizado da ação desencadeada, operando sínteses que não encontrariam lugar tranquilo, protegidos do peso do julgamento político dos pares, nos movimentos juvenis do século passado. As escolhas juvenis, portanto, criam a possibilidade de relações complexas e abertas, combinando traços das ações políticas contemporâneas, como a ação direta, tradicionais – como o abaixo-assinado – e formais/institucionais, bem afeito à conjuntura pós-Constituição de 1988 – como a participação em fóruns, busca da formalização de entidade etc. Assim, imprime

características ímpares a esse novo momento do percurso juvenil na história da nossa cidade e do nosso país.

Conformando e atribuindo outros sentidos ao estar no mundo e ao se relacionar com ele, os discursos e práticas dos skatistas evidenciam certa superação à lógica do mundo urbano construído tal como lhes é oferecido, onde a impessoalidade, a segregação em territórios 'fechados', a distância do outro se afirmam a cada dia como regras maiores da convivência social. Os jovens subvertem o pacto hegemônico e instalam, com suas experiências, a construção de outras referências. Experimentam sociabilidades orientadas por novas práticas e valores que, de algum modo, operam cortes transversais nas classificações etárias, socioeconômicas, políticas, estéticas, territoriais, de consumo etc., consolidando a Praça num cenário de acolhimento solidário, polissêmico e plural e, também por isso, mais democrático.

Possivelmente, o treino insistente para vencer a gravidade, o *nada* à frente na descida do *ramp*, a disposição para enfrentar o risco da queda sempre presente sejam o estofo que move os jovens também ante as plurais e recorrentes dificuldades impostas na atualidade do mundo, do nosso país e também da nossa cidade. É a mesma coragem, é a mesma persistência que os tira do lugar "confortável" e os lança na aventura de aliar-se a outros jovens, a outras pessoas e a tomar por tarefa perseguir ideais, instalar processos, inaugurar atitudes, romper com velhos caminhos e até manter-se em outros antigos. Assim, traçam caminhos, possibilidades e subjetividades sem preocupação maior com as conveniências e os rótulos.

A experiência coletiva vivenciada por anos a fio, detalhada neste trabalho, possivelmente serviu de estofo para que os jovens construíssem a possibilidade grupal de consolidar, num determinado contexto e partindo de estratégias novas e velhas, a preocupação com os próprios jovens e as demandas juvenis junto ao poder municipal acerca do uso do espaço público. Hoje territorialmente mais assentados nas suaves pistas de granilite, nas duras rampas de concreto e nos delgados corrimãos da quadra da Praça do Skate, interagem com os processos e as pessoas, inventando e reinventando formas de estar no grupo, de permanecer praticando o esporte que escolheram, de partilhar o aprendizado, de estimular a convivência comunitária e de adequar o espaço público às necessidades juvenis que experimentam.

Vivenciando as relações oportunizadas pelo grupo na sua complexidade, os jovens demonstram ter clareza acerca dos processos que experimentam. Ao analisar os contextos que partilham, os skatistas reconhecem ancorar suas práticas grupais nos valores da amizade, da solidariedade, do respeito pelo outro, da superação, da luta, do enfrentamento, do convencimento. Por outro lado, é perceptível que também incorporam às orientações grupais a busca da adequação às normas, a reprodução de parâmetros instituídos. Inserem-se na cena da cidade sem desejar a rebelião inscrita nas mega-narrativas, a contestação da ordem ou do sistema político como um todo e objetivando o reconhecimento da comunidade e do Estado. Demandam lugares de interlocução nos espaços institucionalizados, status de cidadania, reclamam direitos a partir dos textos legais. Analisados sob a referência dos anos 80, atrasados politicamente. Olhados pela lupa da atualidade, extremamente contemporâneos às realidades fluidas, de características imprecisas e fronteiras embaçadas, não se dando facilmente a conceitos aligeirados. Novos ou velhos na sua intervenção? Talvez seja mais cauteloso dizer que nesse entretempo-espço potencial se dedicam a costurar possibilidades complexas, a experimentar o diferente. No mais, esperemos o que terão a história e as novas pesquisas para revelar.

REFERÊNCIAS

- LIBERATO, Léo Vinícius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 2006. 261f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme C.; SOUZA, Bruna Mantese. **Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007. 275 p.
- SANTOS, Rui. **Manobras básicas**. Portugal, 20 jun. 2007. Disponível em: <<http://tugaskate.blogspot.com/2007/06/manobras-basicas.html>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- SILVA, Valéria. Coletivos Juvenis no Nordeste Brasileiro: breve configuração. In: REIS, Vânia. **Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe**. Teresina: Nupec/EDUFPI; Brasília: FLACSO, 2009. p. 417-447.

_____. Ações coletivas Juvenis na atualidade moderna brasileira: uma análise do Movimento Contra o Aumento da Tarifa do Ônibus em Florianópolis-SC. In: MACHADO, Otávio Luiz; GROppo, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel. **Movimento Juvenis na Contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

_____. **Identidade Juvenil na Modernidade Brasileira**: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas. 2006. 409f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2006.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas: identidades e novas coletividades. **JOVEN. Revista de Estudos sobre Juventudes**, México, año 9, n. 22, p. 268-297, ene./jun. 2005.

SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social** – Revista Sociologia da USP. São Paulo, v. 5, n. 1 e 2, p. 161-178, 1993.

TOMASSI, Livia de. A mobilização de jovens na cidade do Recife: produção de cultura e direito ao lazer. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Espaços Públicos e tempos juvenis**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global; Ação Educativa; Fapesp, 2007. p. 199-230.

VALÉRIA SILVA

Pós-doutora pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/CPDA, 2011). Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2006). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1998). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí-UFPI, com vínculo permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS-UFPI). Desenvolve estudos quanto aos temas: agricultura familiar, agroecologia, ruralidades, territorialidades, identidades rurais, juventudes rurais. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Ruralidades e Territorialidades Piauienses/NERUT-PI/UFPI. Membro do Núcleo de Experimentação em Agroecologia do Colégio Técnico de Teresina - NEACTT/UFPI. Membro do Núcleo de Agroecologia da EMBRAPA MEIO NORTE. Coordenadora do Programa de Extensão Sementes de Cultura - UFPI e do Projeto de Extensão Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI. Atual Membro da Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica-CMAPO-Teresina/PI (2016-2018) e Membro da Comissão de Produção Orgânica-CPOrg/MAPA-PI (2015-2017). Email: valeriasilthe@gmail.com

PAUTAS DE MORALIDAD Y RITUALES DE INTERACCIÓN EN PANDILLAS JUVENILES DE LA CIUDAD DE MÉXICO

Christian Amaury Ascensio Martínez

RESUMEN

El siguiente artículo se desprende de la tesis doctoral que realicé en la Universidad Nacional Autónoma de México del año 2012 al 2016, con una beca financiada por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) de México. El estudio se basó en entrevistas en profundidad y observación participante con integrantes de pandillas juveniles en la Ciudad de México. El objetivo central fue analizar las motivaciones que llevan a determinados jóvenes a ingresar y permanecer en dichas agrupaciones, así como la sacralización de la pandilla, los compromisos asumidos y los beneficios materiales y simbólicos resultantes de los rituales de interacción y las pautas de moralidad predominantes en dichas agrupaciones.

Palabras-clave: Jóvenes; Pandillas; Moralidad; Rituales de Interacción.

1 PANDILLAS Y VIOLENCIA

Históricamente, las pandillas juveniles han sido entendidas a través de la violencia que sufren y ejercen sus integrantes (TRASHER, 1927), pero estas prácticas –aunque recurrentes– sólo representan una arista en el complejo proceso de formación y consolidación de dichas agrupaciones. De mayor utilidad resulta prestar atención a la búsqueda de una participación efectiva, la necesidad de tener un lugar en sociedad y la posibilidad

de “vibrar” con otras personas en torno a intereses y necesidades comunes (SORIA, 2007).

En ese sentido, la integración en pandillas trasciende la dimensión violenta o delictiva y el “pandillero” no puede ser concebido a priori como un criminal sin escrúpulos, sino como alguien que ha sido privado de los soportes sociales y familiares más elementales y los ha sustituido por la pertenencia a grupos cuyas actividades y pautas morales le proporcionan gratificaciones económicas y simbólicas.

Para un análisis más detallado, conviene definir a las pandillas juveniles como “espacios” donde los jóvenes pueden encontrar un sentido a su vida y una orientación emocional compartida mediante el hecho de “estar en” y “sentir” el barrio y al grupo. Se trata de una alternativa para conversar, divertirse y “pasarla bien” y también de un “lugar” para realizar acciones de ayuda mutua y compartir experiencias afectivas que se ven exaltadas, en ocasiones, por el consumo de enervantes y afianzadas por prácticas de violencia –hacia otros y hacia sí mismos- que les permiten generar una red cargada de emociones.

Como ha escrito Mauro Cerbino: “[...] las pandillas son una comunidad emocional que ampara, apoya y da protección, al mismo tiempo que brinda la posibilidad de ‘tener un norte’, un sentido de vida” (CERBINO apud OEA, 2007, p. 38).

2 PANDILLAS Y EMOCIONES

Entender a las pandillas juveniles como “comunidades emocionales”, implica destacar los lazos de afinidad entre sus integrantes, así como sus relaciones de dependencia y las representaciones y prácticas que favorecen la integración grupal, el sentimiento de membresía y las relaciones basadas en la confianza o en el cumplimiento de fuertes pautas morales.

Es sabido que los ritos y los cultos, las fiestas y la cotidianidad son aspectos de gran relevancia en la pandilla (CERBINO, 2013) y permiten al grupo canalizar las necesidades afectivas, los sentimientos de pertenencia y los referentes de reconocimiento y poder de un gran número de jóvenes, pero, al mismo tiempo, quienes ingresan en tales agrupaciones se vinculan

con compromisos, rivalidades históricas y actividades específicas, lo cual significa muchas veces heredar problemas de la pandilla (VALENZUELA, 2013) y devenir, automáticamente, enemigos de otros barrios o agrupaciones rivales, acentuándose su exposición a la victimización.

Dado lo anterior, podemos reafirmar que la definición de las pandillas como “comunidades emocionales” es fructífera, pues en éstas se comparte el alimento, la bebida y también la emoción y, además, los problemas de cada integrante se convierten en un problema grupal. En ese sentido, la pandilla se constituye como una comunidad de asistencia y responsabilidad mutua, donde se forjan fuertes lazos artificiales de parentesco y también pautas particulares de convivencia y confrontación.

3 LA PANDILLA COMO PARADOJA E INCLUSIÓN SIMULADA

Las pandillas surgen en contextos marcados por la exclusión social y ésta se expresa en desigualdades permanentes y dinámicas que favorecen la acumulación de desventajas (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1996; SARAVÍ, 2004) especialmente por parte de las personas más jóvenes. Incluso en entornos donde la gran mayoría es excluida, hay jóvenes que se encuentran en situaciones de mayor vulnerabilidad que favorecen su inserción en pandillas o en grupos del crimen organizado. De esta manera, los jóvenes más desfavorecidos suelen sufrir un complejo proceso de desinstitucionalización (al abandonar el hogar y la escuela) y su curso de vida se desvía de las normas y expectativas legitimadas socialmente.

El ingreso en la pandilla es una respuesta para los jóvenes sometidos a fuertes tensiones estructurales, pero esta inserción favorece una ruptura con la sociedad y los hace transitar de una exclusión parcial a una total. En ese sentido, puede afirmarse que el ingreso en la pandilla es una inclusión limitada, pues el repliegue comunitario, los recursos simbólicos y los objetos y emblemas consagrados (DURKHEIM, 2003), sólo adquieren sentido en el grupo, en el territorio que reclama como propio y en la dinámica interpandilleril, pero no modifica la situación de sus integrantes en el contexto social más amplio.

Asimismo, quienes ingresan en pandillas creen encontrar protección, pero en realidad incrementan su vulnerabilidad presente y futura, pues al pertenecer a una pandilla se heredan problemas y enemigos individuales y grupales, y aumentan las posibilidades de sufrir lesiones de gravedad o mortales (THORNBERRY et al. apud SERRA HOFFMAN, 2007) y de ingresar en comunidades de adolescentes o reclusorios.

Al mismo tiempo, la participación en pandillas intensifica procesos de discriminación y estigmatización que prevalecen incluso cuando se ha abandonado la agrupación, y se convierten en limitantes para permanecer o transitar por ciertos territorios, conseguir un empleo o participar en ciertas dinámicas sociales (al no conocer las habilidades sociales exigidas ni las obligaciones y expectativas socialmente validadas).

La apropiación territorial es también efímera, pues muchas veces se ve confrontada por las propias autoridades policiales o por comunidades que se organizan para recuperar y reapropiarse los espacios públicos, lo que suele conducir a la exigencia de acciones represivas contra los integrantes de pandillas que van desde el llamado de atención policial hasta operaciones de “limpieza social” (PEREA, 2004; REGUILLO, 2013).

Por otro lado, los integrantes de pandillas se ven inmersos en un círculo de violencia, pues su unión requiere un proceso de sacralización que altera significativamente la manera de comportarse frente a ciertas palabras, emblemas y acciones, otorgando un carácter sagrado a su propia agrupación y a las pautas de moralidad compartidas. Esto tiene como consecuencia que se espere, y se imponga, el temor y la veneración de los nombres, objetos y emblemas consagrados por parte de otras pandillas u otros actores de la comunidad.

De este modo, cuando hay transgresión – intencional o no – se levanta una viva indignación que exige un castigo inmediato y ritualizado a los profanadores. Al respecto, cabe señalar que la frecuencia de las transgresiones es alta, pues toda consagración pandilleril – que además es un recurso para la permanencia grupal – tiende a expandirse, y esto trae consigo una creciente posibilidad de profanaciones.

La respuesta suele darse a través de sanciones y enfrentamientos altamente ritualizados que han sido llamados “guerras de pavimento” (PEREA, 2004), que permiten preservar y proteger lo sagrado (la pandilla y sus pautas

morales) de la “mancha de aceite” que se extiende y amenaza con “destruir” al grupo, pues las afrentas que no son “vengadas” producen frustración y tristeza en los integrantes, debilitan sus lazos, generan conflictos internos y pueden dar lugar a la ruptura grupal.

4 PAUTAS DE MORALIDAD

A partir del análisis de relatos de vida de miembros de pandillas, fue posible identificar un conjunto de reglas grupales explícitas e implícitas que remiten a sus obligaciones y expectativas al interior del grupo y cuyo cumplimiento refuerza la cohesión grupal y garantiza la confianza, la solidaridad y la obtención de satisfacción y energía emocional, por el hecho de cumplir con lo que consideran “su deber”.

A continuación describimos algunas de las principales pautas de moralidad que son comunes a las distintas pandillas en la Ciudad de México, y en las que se vislumbra un orden moral que requiere una constante confirmación ritual. Cabe destacar que estas pautas permiten una certidumbre muy particular, pues frente a situaciones violentas donde los participantes pueden sufrir lesiones, morir o ser encarcelados, el hecho de saber que los demás cumplirán con las expectativas configura una seguridad ontológica muy particular.

- *La brincada*. Es el rito iniciático más tradicional en las diferentes agrupaciones pandilleriles. Se le conoce como brincada y consiste en que el candidato a ingresar debe recibir golpes de tres integrantes durante 13 segundos – más o menos. Durante este tiempo puede cubrirse pero no defenderse. Cuando ha concluido la prueba se le considera como parte del grupo.
- *El ribete*. Consiste en participar de todos los enfrentamientos que tenga la pandilla, ya sea contra grupos rivales o contra la policía misma. “Echar ribete” implica que se cumple con las expectativas generadas por el grupo y que se es alguien “con quien se puede contar en las buenas y en las malas”. Se articula con la brincada, en el sentido de que ésta representa una pequeña muestra de la violencia que viven

las pandillas y que, por lo tanto, quien ha sido iniciado “echará ribete” cuando sea necesario.

- *El paro.* Consiste en la disposición para defender a algún integrante específico de la pandilla en cualquier momento. En ocasiones algún integrante es golpeado o amenazado por varios integrantes de otra pandilla, en esos casos el paro es grupal y se articula con la importancia de “echar ribete”. Cabe señalar que quien no cumple con esta expectativa normalmente es sancionado o incluso, cuando ha sucedido varias veces, expulsado de la pandilla.
- *El paro-martillo.* A diferencia del paro “a secas”, el paro-martillo remite a la necesidad de apoyo o ayuda en condiciones distintas. En ese sentido, se pide paro-martillo para obtener dinero (un varo, una lupe) que les permita comer algo o bien para comprar alcohol y “curarse la cruda”. En ocasiones se refieren a este mismo ritual mediante la expresión: “tirarse un guante”.
- *El tiro.* Aunque muchos de los enfrentamientos suelen ser grupales, todos los integrantes de la pandilla deben estar dispuestos a “aventarse un tiro”, es decir, tener un enfrentamiento individual con algún integrante de la misma pandilla o contra alguno de una agrupación rival. El tiro es el mecanismo privilegiado para “resolver” conflictos intrapandilleros, pues cuando dos integrantes tienen problemas o existe una tensión entre ellos, la pandilla misma prepara las condiciones para que tengan una pelea y diriman sus diferencias. La regla básica es que después del enfrentamiento “no hay rencores”.
- *La esquina.* Consiste en la obligación de los integrantes de la pandilla de respaldar al integrante que se va a “aventarse un tiro”, este respaldo es sólo latente y como precaución por si alguien más “se mete” en la pelea. Es frecuente que los “tiros” se conviertan en enfrentamientos interpandilleros cuando alguno de los integrantes está siendo golpeado y “va perdiendo”, ya que se cruza con el ritual del paro y del ribete.
- *El cague.* Cuando un integrante de la pandilla ha cometido alguna equivocación o no ha cumplido con alguna de las expectativas rituales. El líder informal, comúnmente llamado “el que mueve”, reprende a quien cometió la falta y le advierte que si no cumple con los rituales

establecidos recibirá una sanción, que va desde una golpiza grupal “una megamadriza”, hasta la expulsión definitiva de la pandilla.

- *Topar-banda*. Esta pauta es compleja, pues normalmente el vínculo entre pandillas depende de integrantes (nodos) que se conocen (se topan) o son familiares, y a partir de ellos se tejen lazos de confianza y solidaridad entre pandillas o, cuando es necesario se resuelven problemas. Es complejo porque esto no puede ocurrir con las pandillas rivales, en esos casos no es conveniente afirmar que se “topa banda” y se debe asumir el código que clasifica a rivales de la pandilla como enemigos.

- *El desmadre*. Consiste en participar de todas las actividades de la pandilla, no sólo los enfrentamientos. Asistir a partidos de fútbol, acudir a fiestas, bailes y reuniones y beber alcohol (echar la chela), consumir drogas (no es obligatorio), escuchar música, rayar (pintar graffiti), comer con la pandilla (echar el taco), dar aviso – por turnos – cuando llega la policía (echar dieciocho), entre otras.

- *El afloje*. En el caso de las mujeres de la pandilla, muchas veces el ritual de ingreso consiste en tener relaciones sexuales con el líder de la pandilla, pero pocas veces se lleva a cabo. El ingreso de muchas de las mujeres de la pandilla (haynas) se da por la relación afectiva con algún integrante o de manera automática al acudir con frecuencia a las reuniones donde se congrega el grupo.

- *La manda*. En el caso específico de las pandillas estudiadas, los integrantes deben acudir los días 28 de cada mes a la iglesia de San Hipólito y rendir pleitesía a San Judas Tadeo. Esta fecha fortalece el vínculo entre los integrantes de la pandilla, quienes acuden en grupo al transporte, cargando figuras de diferente tamaño alusivas al santo. Normalmente terminan el día escuchando música e inhalando solventes.

- *El desquite*. Consiste en una obligación de todos los integrantes de la pandilla para responder a alguna afrenta, ya sea contra algún integrante (el paro) o contra la pandilla. La afrenta puede ser cuando alguna persona o grupo “raya” un graffiti de la pandilla, se reúne en el territorio controlado (pisa territorio) amedrenta, insulta, asalta, lesiona o asesina a alguno de los integrantes o a un familiar suyo,

mantiene una relación afectiva o sexual con la pareja de algún integrante, entre otras. El cumplimiento con este ritual de venganza es obligatorio para los integrantes de la pandilla desde el momento de su ingreso, y en ocasiones puede ser la respuesta a un problema heredado por la pandilla desde antes de su integración en la misma.

El cumplimiento de estas pautas morales en los rituales de interacción, permite estructurar la confianza y la certidumbre dentro de las propias pandillas. Aun cuando el contexto es sumamente contingente, la certeza en el cumplimiento de estos compromisos de confianza y lealtad es destacada por los jóvenes como algo que les permite soportar la incertidumbre social.

Al asumir estas reglas se garantiza también el sostenimiento de una determinada fachada¹ (GOFFMAN, 2011) en los rituales de interacción. Quien cumple en mayor medida con estas reglas grupales es considerado como digno de confianza y como miembro destacado. Esto configura expectativas sobre su persona y garantiza al resto del grupo que “se cuenta con él o ella”.

En contraste, quienes no cumplen con las reglas, muchas veces por no ser capaces de superar los miedos ante los exigentes rituales intra e interpandilleriles suelen tener alguna oportunidad para demostrar su entereza y el respeto que tienen al grupo, de tal manera que puedan restablecer su fachada. Cuando ocurre una transgresión tras otra, es probable que el participante se vea cada vez más segregado del grupo y de sus beneficios económicos y emocionales.

1 Goffman (2011) utiliza el término fachada (face) que puede ser definido como el valor positivo que una persona reivindica para sí a través de la línea que los otros presuponen y que el propio individuo ha asumido en ciertos contactos. Esta fachada está delineada por los atributos sociales aprobados, aunque esa imagen puede ser compartida por otros (como cuando una persona hace una buena demostración de su profesión y religión, al mismo tiempo que una buena demostración de sí misma).

5 CUMPLIMIENTO DE LAS PAUTAS DE MORALIDAD EN LOS RITUALES DE INTERACCIÓN

El cumplimiento de las pautas de moralidad grupal y el sostenimiento de la fachada, se pone a prueba en los diferentes rituales de interacción de la pandilla. En primer lugar, para ingresar en la mayoría de las pandillas estudiadas es necesario participar en un ritual de iniciación donde se golpea al candidato durante un número variable de segundos, para demostrarle lo que experimentará al ingresar en la pandilla y poner a prueba su dureza y su compromiso con las reglas grupales.

Posterior al ingreso se tiene acceso a los emblemas y objetos sacralizados que simbolizan al grupo congregado, estos tatuajes y marcas remiten al nombre de la pandilla, que es un símil del tótem durkheimiano, es el grupo hipostasiado y representado en figuras sensibles (DURKHEIM, 2003). Los rituales que exige la pandilla, posteriores al ingreso, requieren superar el miedo, arriesgar la integridad e incluso la vida por el grupo y esto sólo es posible porque los integrantes sacralizan al grupo y lo colocan por encima de sí mismos:

Primero te brincan, te dan madrazos y luego te haces el tatuaje y besas la marca de la pandilla en la pared, para que la bola sepa que eres leal, que vas a saltar con cualquier pedo. Te marcas y se siente chido, aunque te escondas los tatuajes cuando vas por otro barrio [...] (MARIO², IZTAPALAPA, CDMX, 2015).

Primero te madrean y luego te dan tu marca y eso es que ya eres parte, que vas a defender al grupo hasta la muerte, que les vas a hacer esquina y no vas a permitir que nadie pisotee al barrio. Tu marca es lo máximo, es tu gran aspiración, es que ya eres del grupo, ya chingaste. Ya son tus carnales, ya lo que les hagan te lo hacen a ti [...] (ANTONIA, IZTAPALAPA, CDMX, 2015).

Al ingresar en la pandilla y comprometerse a respetar los emblemas y objetos totémicos, los integrantes se ligan moralmente y adquieren deberes

2 Nombres ficticios por cuestiones de confidencialidad.

de asistencia mutua, de protección y de venganza que afianzan sus lazos artificiales de parentesco y dan lugar a una identidad colectiva.

La figura totémica (muchas veces es el nombre de la pandilla expresado en tatuajes y graffitis) garantiza la cohesión y la obtención de energía emocional por parte de los integrantes de la misma, pues les remite a pautas de moralidad sacralizadas que incrementan su sensación de cumplir con “su deber” y la satisfacción que de ello se deriva. El tótem es también un elemento de identificación entre los miembros que lo comparten y de diferenciación respecto de otras agrupaciones, lo que favorece el sentimiento de membresía:

Nuestra banda pone sus placazos en nuestro territorio y por todo el barrio ¿no? Unos se rifan dos tres pintas chidas en nuestra zona y pues tiene que ser así, para decirle las otras pandillas quien manda acá. Pero también para enseñarle a la gente del barrio que acá nuestra banda rifa y controla, que estamos unidos y somos invencibles [...] (MARIO, IZTAPALAPA, CDMX, 2015).

El barrio está señalado, no sólo en las paredes, también en las banquetas, en las casetas de teléfono, en las cortinas de los locales, en todos lados está nuestra marca, debes aprender a verla. Pero las otras bolas lo saben y nosotros también conocemos sus marcas. A huevo tienes que saber eso, pa no meterte donde no debes, pa no hacer una pendejada que los ofenda. Pero a veces nosotros vamos por ellos, cuando pisaron nuestro territorio o rayaron nuestra placa. El barrio es sagrado y no nos vamos a quedar callados, vamos a romper madres [...] (GUSTAVO, VENUSTIANO CARRANZA, CDMX, 2015).

Pertenecer a una pandilla no es cosa fácil, ya que implica un conjunto de privaciones y sacrificios. Sin embargo, lejos de provocar sufrimiento, el sacrificio es sentido por los miembros como una fuerza excepcional y acciones que los hacen dignos de pertenecer al grupo. El renunciamiento y la abnegación se convierten en criterios esenciales para lograr la membresía, esto implica anteponer una gran parte de los deseos e intereses individuales, al servicio de la necesidad grupal:

Pues no es fácil la vida en el barrio, no es fácil. Luego salen dos que tres güeyes y te pintan el tag y te la arman de a pedo y entonces pues te rifas, aunque a veces no eres el héroe y te echas a correr. Pero eso no está chido, debes echar ribete y no abrirte, si se meten con algún compa hay que estar ahí, güey, de rigor (DAVID, CUAUHTÉMOC, CDMX, 2015).

A diferencia de las pandillas más complejas (como la Mara Salvatrucha en El Salvador, por ejemplo) que dan paso al cumplimiento de las prescripciones mediante la coerción física, en las pandillas estudiadas las motivaciones para cumplir con los requisitos de pertenencia se vinculan directamente con la obtención de energía emocional, mediante los rituales grupales; y con el respeto “de ascendente moral” (DURKHEIM, 2003) de las obligaciones contraídas al ingresar.

Quienes ingresan en las pandillas y permanecen de manera relativamente voluntaria en ellas, participan de la violencia, censura y represión física de quienes transgreden los códigos morales del grupo. Así, el respeto hacia las reglas establecidas, se convierte en un ardor de convicción común frente a los disidentes y tales transgresiones son también castigadas cuando las cometen miembros de otras agrupaciones, dando lugar a fuertes conflictos interpandilleriles.

Sin embargo, como se mencionó anteriormente, el hecho de que haya disidencia implica que la fuerza social ejercida por el grupo hacia los miembros no es una influencia externa total, sino un estado de opinión compartido por la mayoría y un ordenamiento que es querido y aceptado. Es precisamente la idea de cumplir con “su deber”, lo que fortalece a los integrantes de pandillas y les proporciona una dosis importante de energía emocional (COLLINS, 2009). Lo interesante es que tal energía provenga de sacrificios, privaciones y esfuerzos que, en numerosas ocasiones, ponen en riesgo la salud y la vida de los integrantes.

De este modo, la influencia “reconfortante y vivificadora” que otorga el sentimiento de membresía y el seguimiento de las reglas grupales, puede convertirse en una influencia “dolorosa y mortal” en el caso de las pandillas. Pese a todo, la participación ritual permite a los individuos sentir la influen-

cia de los demás o, mejor dicho, del conjunto, y elevarse por encima de sí mismos, obteniendo satisfacción.

Pues es así, es como un deber, hay que rifarse y no rajarse. Una vez nos peleamos con otros güeyes porque se mancharon con un carnal nuestro y madres sentí miedo, porque sacaron los tubos (armas de fuego), güey, y nos apuntaron, y ya cuando te apuntan y estén en peligro tu vida, piensas en la pandilla carnal y en que das tu vida por ellos y sientes adrenalina y miedo, pero también sientes chido (ROGELIO, TLALPAN, CDMX, 2015).

Los rituales sacrificiales de las pandillas se caracterizan también por alimentos compartidos entre los miembros, y también por la forma de compartir alcohol y otras drogas. Este compartir se encuentra también ritualizado y los movimientos que se perciben al compartir la cerveza, el cigarro de mariguana o los inhalantes, adquieren un sorprendente grado de reverencia. Estos rituales contribuyen a crear un vínculo artificial de parentesco entre los miembros del grupo y con la pandilla como tal. Además esta asistencia mutua hace que la pandilla no sea sustituta sólo de la familia sino también de la comunidad, pues garantiza alimento, vivienda, emoción y hasta la obtención de satisfactores como respeto y prestigio, a personas jóvenes que han pasado por complejos procesos de exclusión.

Compartir alimento, drogas y también jeringas y otras cosas, se convierte en un acto de comunión, donde la misma carne y la misma sangre, se asemejan al mismo tatuaje y la misma placa. Pero implica también compartir el sufrimiento, las carencias y enfrentarse conjuntamente a los “enemigos”; implica sufrir y sangrar por los otros, pero especialmente por la pandilla, es decir por el grupo en su conjunto.

El cumplimiento con este deber puede dar lugar a lesiones y hasta muertes, pero al mismo tiempo proporciona mayor cohesión al grupo y refuerza los lazos de confianza entre los miembros. Es evidente que cuando tales rituales dejan de repetirse la pandilla simplemente se disuelve; en cambio, el sostenimiento de los mismos favorece la continuidad del grupo y su evolución hacia formas cada vez más organizadas de pandilla.

Podemos decir ahora que los integrantes de las pandillas permanecen en ellas porque comparten un horizonte de experiencia cultural y ello les

permite establecer relaciones afectivas y sentimentales. Comparten también símbolos de membresía (capital cultural particularista) que han sido acumulados en rituales de interacción previos y que los orientan hacia las situaciones en las que se encuentran más involucrados emocionalmente.

Con la bola me siento libre, puedo hablar como yo quiera y reírme sin pena, pero luego tu lugar de origen se vuelve un desmadre, yo les decía que era de Tepito y siempre me retaba, que si a poco muy chingón y luego, en otros lados, te discriminaban por como hablas más que nada. Yo luego mejor ya no digo de donde soy, aunque la verdad trato de no salir mucho del barrio no tengo pa qué (DAVID, CUAUHTÉMOC, CDMX, 2015).

Pero al interior de las pandillas no hay sólo concordia y solidaridad, sino también disputa y sufrimiento. Algunos integrantes son intimidados y humillados, otros son excluidos y su resistencia suele presentarse cuando están libres de cierta vigilancia adquiriendo un papel trascénico (GOF-FMAN, 2011), pues a pesar de la fuerza de las pautas de moralidad grupales y los rituales de interacción que las ponen a prueba y son compartidos en las pandillas, es evidente que muchos jóvenes continúan reconociendo como superiores a los rituales de la sociedad más amplia y la imposibilidad de acceder a los méritos promovidos fuera del grupo les genera vergüenza y enojo consigo mismos.

Pus en la pandilla, en el barrio todo está chido, pero afuera ya está bien culero. Cuando vas al metro y así, pues la tira nomás te ve y cualquier cosita y ya te están chingando, tienes que bajar la mirada con la gente para que sepan que no haces nada, que vas en son de paz. Es bien incómodo, ya nomás quieres bajar y largarte, a veces me gustaría ser más normal y comportarme bien, como se dice, entonces me encabrono conmigo mismo. Menos cuando vas con algunos de la banda, entonces sí armas tu desmadre y haces burlas y así. Pero ya solo es otro pedo. Una vez quise buscar una chamba y me puse traje y todo, y no má, me trataron peor que delincuente, entonces dije: -nel, pa qué-, mejor hago dos-tres mandados, dos-tres talones y ya con eso [...] (JORGE, IZTAPALAPA, CDMX, 2015).

A veces pienso en el futuro y se siente gacho, si piensas: ¿a poco siempre voy a ser pandillero? Y se siente regacho, porque no importa si sales, siempre te van a decir: – ese güey era chaka y así –, está culero porque el tiempo pasa y luego qué, luego qué [...] no soy nada, no más aquí soy alguien [...] en cambio a veces en el barrio veo a otros que también están jodidos y esos son gente valiosa, estudian y todo [...] pero no le pienso mucho, cuando así, entonces mejor aplico un porro o una mona y ya, otra vez la calma, carnal [...] (Ramiro, GUSTAVO A. MADERO, CDMX, 2015).

De este modo, la pandilla es siempre el lugar al que se regresa como resguardo de la exclusión cotidiana fuera del territorio físico y simbólico construido, y este repliegue comunitario contribuye a la generación de lazos cada vez más fuertes entre los integrantes.

Finalmente, los rituales de interacción y las pautas de moralidad grupal estructuran la confianza y la certidumbre dentro de las propias pandillas. Aun cuando el contexto es sumamente contingente, la certeza en el cumplimiento de los compromisos de confianza y lealtad es destacada por los integrantes como algo que les permite soportar la incertidumbre social, tras haberse enfrentado a contextos sumamente complicados a lo largo de sus vidas.

Me tranquiliza saber que mi barrio me respalda, que mi pandilla siempre va a tirar paro y hacer esquina. Una vez venía de Santa María, iba caminando, estaban unos gueyes chupando y me dijeron cámara saca para otra chela, los tiré de a lucas, que me alcanzan y que me sacan el tubo y me lo ponen en la cabeza. Ese día me oriné del susto, me recargué y dije: chale, cámara putos y me sacaron todo. Llegué bien chillón a mi cantón y la banda me dijo: va estás chido, todo relax ya vendrá la nuestra. Me dijeron trata de estar tranquilo y alerta del entorno, eso te puede salvar la vida. Pues ahora cuando me han asaltado o pedos así, ya trato de estar tranquilo (MARIO, IZTAPALAPA, CDMX, 2015).

6 LA PANDILLA COMO COMUNIDAD EMOCIONAL

Como he mostrado, la pandilla es un sustituto de la familia, pero sobre todo de una comunidad de asistencia mutua y responsabilidad, donde los integrantes muchas veces viven, comen, beben y se drogan juntos. Estas prácticas ceremoniales fortalecen los lazos artificiales de parentesco entre los integrantes de pandillas y transitan de un mero recurso de supervivencia a la sacralización del grupo congregado.

La pandilla exige de sus integrantes un compromiso pleno con los rituales de interacción que producen y reproducen las pautas de moralidad que garantizan su continuidad. En ese sentido, la pandilla es sacralizada y cada participante la antepone a sí mismo, de tal manera que la permanencia de la pandilla mediante el cumplimiento de los rituales pautados es superior a la preservación e integridad individual. Sólo este complejo proceso de consagración puede ayudar a comprender la forma como sus integrantes participan en la violencia y arriesgan sus vidas, sin ningún tipo de mediación institucional (como en el caso de la policía) o económica (como en el caso de los sicarios).

A cambio, los integrantes obtienen de la pandilla la posibilidad de acceder a recursos simbólicos como el prestigio y el respeto, que son válidos en un importante circuito geográfico (donde se establecen dinámicas interpandilleriles de conflicto o alianza), que a veces son válidos incluso por parte de personas no implicadas (jóvenes que admiran a las pandillas y las refieren como “orgullo” o símbolo de la comunidad, mujeres que valoran la pertenencia a pandillas y conceden atractivo a sus integrantes, adolescentes que se jactan de formar parte sin que necesariamente sea cierto, entre otros).

Los integrantes de pandillas obtienen también la posibilidad de formar parte de algo “más grande” y orientar su esfuerzo y sacrificio hacia el cumplimiento de un “deber” que les trasciende. Cuando cumplen con los rituales de interacción y reproducen las pautas de moralidad grupales, los participantes experimentan una enorme satisfacción y una dignidad que les lleva a elevarse por encima de sí mismos (esto es lo que Durkheim llama efervescencia colectiva y lo que Collins llama energía emocional), y les proporciona también la posibilidad de sostener una fachada social específica (dureza, ribete, arrojo...) y construir expectativas que fortalecen la cohesi-

ón grupal y les permiten presentarse como personas dignas de confianza y respeto.

En contraste, el incumplimiento con las pautas morales del grupo (evidenciada en los rituales de interacción) provoca la indignación grupal y somete al transgresor a sanciones específicas (sea del mismo grupo, sea de una pandilla rival, sea un habitante no implicado). Sin embargo, en el caso de los transgresores que son integrantes de la pandilla, existe la posibilidad de resarcir la falta al aceptar la amonestación verbal (el cague), organizar un enfrentamiento individual contra algún integrante de pandillas rivales o actuar de manera sobresaliente en el siguiente ritual de interacción que lo requiera. Todo participante puede restaurar el daño si reconoce frente al grupo la sanción que amerita (que a veces puede incluso ser una golpiza por el grupo mismo) y sigue reconociendo como válidas las reglas grupales; y también puede restablecer la fachada errada o deteriorada si actúa de acuerdo con las expectativas y regenera la confianza del grupo. Normalmente esto sucede, ya que los participantes que siguen validando las pautas de moralidad consagradas, sienten frustración y culpa por su transgresión, e incluso un fuerte sentimiento de angustia y vergüenza.

Los datos teóricos y empíricos nos han mostrado que los jóvenes parecen ingresar en pandillas después de una exclusión prolongada y un conjunto de desventajas acumuladas que los conducen al abandono de los intercambios social e institucionalmente validados, a la evitación deliberada de los encuentros y, finalmente, al repliegue comunitario en la pandilla que funge como clan totémico *sui generis*.

7 CONCLUSIONES

En el caso de la Ciudad de México, podemos afirmar que los jóvenes permanecen en las pandillas porque en éstas mantienen constantes encuentros cara-a-cara, comparten un código restringido, identifican su similitud (todos han sido excluidos de forma similar) y participan en rituales exitosos de mediana y alta intensidad que les permiten obtener energía emocional, cumplir con lo que consideran su “deber”, reforzar sus lazos artificiales de

parentesco y sostener una fachada grupalmente aprobada y altamente valorada (incluso sacralizada).

Sabemos por Durkheim (1999) que cuando un cierto número de individuos encuentran que tienen ideas comunes, intereses, sentimientos y ocupaciones que no comparten con el resto de la población es inevitable que se sientan atraídos unos por otros y se busquen y asocien, dando lugar a un grupo limitado y con una fisonomía especial dentro de la sociedad general. Cuando dicho grupo se ha conformado se desprende de él una vida moral, ya que es imposible que los seres humanos se reúnan con frecuencia y de forma prolongada, sin que surja el sentimiento del “todo” que forman con su unión y lo tengan en cuenta en su conducta, mediante fórmulas rituales definidas y un código de reglas morales. Por otra parte, si en los rituales se obtiene energía emocional y un sentimiento de membresía, es altamente probable que se repitan y permitan afianzar cada vez más los lazos entre los participantes.

Finalmente, Durkheim ha demostrado que la moral doméstica, es decir, los grupos que se asumen como “familia”, no dependen de la consanguinidad, dado que el parentesco artificial puede “surtir todos los efectos del parentesco natural” (DURKHEIM, 1999, p. 23). Además de la consanguinidad, la vecindad material, la solidaridad de intereses, los rituales comunes y la necesidad de unirse contra un peligro común son también causas potentes de aproximación. Así, cuando una agrupación se convierte en “familia”, podemos vislumbrar aspectos de una comunidad completa, dado que se extiende sobre las diferentes actividades de sus miembros y los actos que se realizan individualmente tienen eco en ella y provocan las reacciones correspondientes.

En resumen, no conviene centrarse exclusivamente en los grandes factores que llevan a que los jóvenes, especialmente los más desfavorecidos, ingresen de forma determinante y acrítica en las pandillas, tampoco de las reacciones que los llevan a decidir su ingreso y permanencia en tales agrupaciones exclusivamente como una posibilidad de supervivencia y protección; en cambio, sin dejar tales elementos de lado, en esta investigación me he concentrado en lo que he llamado “ingreso y permanencia relativamente voluntaria” de personas jóvenes en pandillas (ASCENSIO, 2016), aludiendo a la búsqueda de una experiencia común, una consonancia emocional y

un foco de atención conjunta (COLLINS, 2009); es decir, a la búsqueda de energía emocional mediante la realización de rituales exitosos de los que han sido privados y excluidos en su tránsito por la sociedad diferenciada y estratificada.

Esto se debe a que la pandilla no es sólo un espacio de supervivencia y de unión grupal, sino que también implica un tiempo paralelo (PEREA, 2007) donde se crean recursos simbólicos como el prestigio y el respeto, que circulan por un circuito específico: el territorio controlado por la propia pandilla, y se ofrecen experiencias emocionantes que comprometen a los integrantes.

REFERENCIAS

ASCENSIO, C. **Cuerpos efervescentes**: rituales de interacción en pandillas de la Ciudad de México. Tesis Doctoral. FCPyS, UNAM, 2016.

CERBINO, M. “Imaginarios de conflictividad juvenil en Ecuador” en **Las maras**: identidades juveniles al límite. Prólogo a la segunda edición. Colegio de la Frontera Norte, UAM, JP. 2013.

COLLINS, R. **Cadenas de rituales de interacción**. Barcelona: Anthropos, 2009.

DURKHEIM, E. **Las formas elementales de la vida religiosa**. Colofón S.A., 2003 [1912].

_____. **La división del trabajo social**. Colofón S.A., 1999.

FITOUSSI, J.P.; ROSANVALLON, P. **La nueva era de las desigualdades**. Buenos Aires: Manantial, 1997.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**. Ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Definición y categorización de pandillas**. Washington D.C.: OEA, 2007

PEREA, C. Pandillas y conflicto urbano en Colombia. **Revista Desacatos**, n. 14, primavera-verano, 2004

REGUILLO, R. “Pandillas y sociedad contemporánea” en *Las maras: identidades juveniles al límite*. Prólogo a la segunda edición. Colegio de la Frontera Norte, UAM, JP, 2013.

SARAVÍ, G. Juventud y violencia en América Latina: reflexiones sobre exclusión social y crisis urbana. *Revista Desacatos*, n. 14, primavera-verano, 2004.

SERRA HOFFMAN, J. “Informe de Consultoría sobre Definición y Categorización de Pandillas – Estados Unidos” para OEA. Washington, DC: OEA, 2007.

SORIA, B. “Informe de Consultoría sobre Definición y Categorización de Pandillas – Ecuador” para la OEA. Quito: OEA, 2007.

THRASHER, F. “The Gangs”. USA, 1972.

VALENZUELA, J.M. “Cien años de choledad” en *Las maras: identidades juveniles al límite*. Prólogo a la segunda edición. Colegio de la Frontera Norte, UAM, JP, 2013.

CHRISTIAN AMAURY ASCENSIO MARTÍNEZ

Es Licenciado en Sociología, Maestro en Estudios Políticos y Sociales y Doctor en Ciencias Políticas y Sociales, con orientación en sociología, por la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM. En 2014 realizó una Estancia de Investigación Doctoral en la Universidad del Estado de Río de Janeiro, Brasil. Postgraduate and Scholarships Office, CONACYT, en el Laboratorio de Análisis de la Violencia (LAV). ENTIDAD DE ADSCRIPCIÓN Y NOMBRAMIENTO: Actualmente es profesor de tiempo completo asociado “C” en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Temas de interesse: Violencia; inseguridad; victimización, seguridad pública, urbana y ciudadana; contención y prevención del delito; juventud; exclusión social y metodología de la investigación. Email: christian_ascensio@hotmail.com.



JUVENTUDES E POLÍTICA

COLETIVOS DE GÊNERO EM TERESINA-PI: UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE ATUAL

Iara Cavalcante Melo
Olívia Cristina Perez

RESUMO

Os coletivos são uma forma de mobilização social que atuam nas universidades e no meio digital e discutem pautas de gênero, raça, sexualidade, educação, participação, desenvolvimento cultural, entre outras. O objetivo da pesquisa foi compreender a forma de organização e a atuação desse novo tipo de movimento social e a sua relação com as questões de gênero. Inicialmente foi feito um levantamento por meio da técnica de *snowball* dos coletivos que atuam em Teresina-PI. A partir desse levantamento foram selecionados cinco coletivos que têm questões de gênero como pauta. Para compreender as percepções dos coletivos a respeito das demandas, pertencimento e papel da mulher na sociedade, foram feitas entrevistas semiestruturadas com esses cinco coletivos. Os resultados demonstram que os coletivos de gênero se organizam de forma não hierárquica, possuem outros marcadores sociais da diferença em suas pautas, não lutam apenas por igualdade, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas. A luta pelos direitos das mulheres é feita por meio do auxílio, apoio e conscientização sobre questões de gênero, buscando adquirir e defender espaços ainda escassos para esses grupos.

Palavras-chave: Coletivos. Movimentos Sociais. Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Ainda hoje existe segregação e preconceito em relação às mulheres nos espaços públicos. O pertencimento delas, historicamente, esteve relacionado à esfera privada. A esfera pública estava associada aos homens, espaço valorizado e composto pelas diretrizes da organização institucional do Estado, enquanto as mulheres permaneciam à margem dessa participação nos espaços de tomada de decisão política parlamentar. Todavia, a participação das mulheres na política, espaço habitualmente masculinizado, tem progredido ao longo do tempo. As estratégias de ações afirmativas, particularmente as cotas, passam a assumir lugar privilegiado nas agendas feministas da década de 1990.

E não é apenas o gênero que dificulta o acesso a direitos pelas mulheres. Clivagens sociais tais como classe, raça-cor, geração, religião, nacionalidade, deficiência e escolaridade, acabam se relacionando à opressão, violência e dificuldade de acesso aos direitos (MOUTINHO, 2014).

A sociedade civil tem se apresentado como um espaço viável para a busca de visibilidade e respostas para as demandas das mulheres. Diversas formas de participação foram sendo consolidadas no Brasil a partir do trabalho desses grupos, a exemplo dos Conselhos Gestores, que são instituições deliberativas compostas por membros do Estado e representantes da população que atuam na fiscalização e execução de políticas públicas; e o Orçamento Participativo, que produz um espaço de discussão entre a sociedade civil e o Estado, na esfera local. Nessa forma de política vários tipos de organizações da sociedade civil discutem a respeito do bem-estar da comunidade ou da cidade como um todo (AVRITZER, 2012).

Um tipo de mobilização importante para as lutas e reivindicações das mulheres são os movimentos sociais. De acordo com Alonso (2009), os movimentos sociais, em geral, têm como características a busca por reconhecimento de identidades ou estilos de vida, ações diretas, organização não hierárquica, descentralizada, desburocratizada, não acionando o Estado, mas a sociedade civil na busca de mudanças a longo prazo. Todavia, podem desempenhar funções de cooperação com o governo, ampliar espaços de representação política ou até mesmo contestar esses padrões culturais e institucionais (ALMEIDA; LÜCHMAN; RIBEIRO, 2012).

Os movimentos formados por mulheres que, na maioria das vezes, buscam visibilidade, atuação e pertencimento, não apenas agem como geradores de direitos, mas fornecem a esses sujeitos uma formação social participativa.

Um tipo de movimento social em evidência nos dias de hoje é chamado de coletivo. A denominação de “coletivos” veio dos próprios integrantes dos grupos que se reconhecem como um coletivo, como aqueles que serão apresentados neste trabalho.

Em pesquisa recente que teve o objetivo de definir o que são os coletivos, Perez e Souza (2017) constataram que não existe um único tipo de coletivo, mas sete deles: coletivos universitários, coletivos que discutem viagens sem ligação com a universidade, coletivos vinculados a partidos políticos e/ou movimentos estudantis, coletivos que atuam com causas sociais, coletivos de artes, coletivos promotores de eventos e coletivos empresariais. Tais coletivos combinam pautas e práticas consolidadas com temas e formas de comunicação contemporâneas. Em comum, os coletivos pontuam nos seus discursos que são organizações fluidas, não hierárquicas e discursivamente distante da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais.

Tendo os coletivos como objetos de análise, a pesquisa responde as seguintes questões: de que forma os coletivos que atuam com a temática de gênero em Teresina-PI pensam a participação (lugar) da mulher na sociedade contemporânea? Que tipo de ações desenvolvem a respeito? A hipótese estruturadora deste trabalho se firma nos pressupostos de Melucci (1989), que observa os novos movimentos sociais como ferramentas de luta por projetos simbólicos, culturais e identitários.

O trabalho contribui com os estudos sobre movimentos sociais ao analisar uma forma de organização ainda pouco explorada, os coletivos, em especial focando na questão de gênero, tão urgente de discussão.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A pesquisa busca compreender a inserção e participação das mulheres na sociedade contemporânea, tomando como referência a percepção de

alguns coletivos de gênero sobre esse assunto, o que eles próprios evidenciam sobre a participação política das mulheres na atualidade e tratando especificamente sobre questões relativas a gênero.

Os coletivos que serão analisados neste trabalho são fruto de uma pesquisa do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, intitulada *Novas formas de mobilização da sociedade civil: Gênese, pauta e práticas dos Coletivos que atuam com a temática de gênero no Nordeste brasileiro* (2017)¹. Com base nessa pesquisa foram escolhidos 05 coletivos² que tem como pauta significativa as questões de gênero. Os cinco coletivos atuam em Teresina-PI e têm nas discussões a respeito de gênero suas pautas mais significativas.

Os Coletivos que atuam com a questão de gênero em Teresina-PI foram encontrados a partir de listas informais e principalmente por meio da técnica conhecida como *snowball*, também divulgada como *snowball sampling* (Bola de Neve). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística em que são localizados participantes iniciais e esses indicam novos participantes até que se atinja o “ponto de saturação”, ou seja, os mesmos sujeitos começam a ser indicados. Detalhando melhor, os entrevistados são solicitados a indicar o nome de outras organizações que trabalhavam na área e assim sucessivamente, gerando novas rodadas de entrevistas – daí a ideia de uma “bola de neve”. A técnica é recomendável para rastrear populações ocultas, pois os sujeitos entrevistados não são definidos a priori, mas sim empiricamente pela indicação dos seus colegas.

Foram realizadas entrevistas feitas com membros desses coletivos buscando compreender a visão a respeito da participação da mulher na sociedade e que ações eles utilizam para alcançam as demandas que são almejadas pelo coletivo. Trata-se de uma pesquisa exploratória que analisa um fenômeno novo (os coletivos), embora atuante em uma temática já explorada (o feminismo).

O tipo de entrevista feita é a semiestruturada, já que possibilita respostas mais completas e profundas. O roteiro semiestruturado contava com questões sobre definição dos coletivos, criação, organização, ações pratica-

1 A pesquisa mencionada contou com a autora desse trabalho como bolsista de Iniciação Científica Voluntária. A orientadora desse trabalho é a coordenadora do projeto.

2 Katias Coletiva, Batuque Feminista, Coletivo Olga Benário, Coletivo Seja, Manas Feminista.

das, demandas solicitadas e questões de gênero. Os entrevistados serão representados por letras do alfabeto sendo chamados de A, B, C, D e E.

3 A FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES DOS COLETIVOS DE GÊNERO A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO, DO LUGAR DAS MULHERES E SUAS PRINCIPAIS DEMANDAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De acordo com Perez e Souza (2017) os coletivos são próximos dos novos movimentos sociais, por debaterem questões de gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença. Essa autodenominação vem crescendo, como uma forma alternativa de mobilização e distanciamento das formas tradicionais de fazer política, como a via eleitoral.

A presença da palavra “coletivo” e sua escolha como classificação têm muito a revelar com relação à atuação desses novos movimentos sociais, seus objetivos e organização. Quando questionados por que se chamavam de coletivo o entrevistado C afirma que coletivo é uma: “junção de seres, indivíduos que se organizam para lutar, construir determinada pauta, determinada reivindicação”. Já o entrevistado D afirma que “são pessoas que se juntam para promover algo”. Em suma, dentre as respostas dadas para o questionamento do porquê se chamar coletivo as palavras “coletividade”, “promoção” se fazem presente em quase todas as respostas.

De acordo com Melucci “os movimentos dispendem uma grande parte de seus recursos tentando manter sua unidade e conseguir certa homogeneidade com um campo social composto de vários elementos” (1989, p. 56). A união, o agrupamento, a intenção de formarem uma unidade são objetivos que buscam ser alcançados por quem faz parte e forma um coletivo, mesmo que seus integrantes sejam pessoas heterogêneas, com classes, raças, e orientação sexual diferentes, elas se unem em torno de um objeto maior.

A desconstrução de gênero e do padrão masculino dentro das formas de organização da vida cotidiana são elementos fortes nas relações sociais. A busca por ambientes e relações não perpetuadas pelos ditames do masculino se transformaram em uma das pautas de lutas fixas de muitos grupos

que querem vencer estereótipos. Butler (2003) reflete a respeito das dicotomias existentes entre as estruturas identitárias, não existindo uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, e que a identidade é performativamente constituída.

Com relação à construção do gênero, dois dos cinco coletivos possuem expresso em seu nome a denominação “coletiva”, demonstrando o interesse em desconstruir palavras originalmente masculinas. Um dos coletivos diz que a escolha e afirmação da palavra “coletiva” no seu nome têm razões importantes como “[...] apesar da gente saber que é importante delimitações de masculino e feminino, mas a gente que quebrar, porque um coletivo sempre é ‘o’”. Assim, a mudança de coletivo para coletiva é uma forma de se distinguirem dos demais coletivos e firmarem seu compromisso com as questões de gênero. O entrevistado ainda explica que, “a gente não queria cair sempre na mesmice dos coletivos, a gente quer de alguma forma quebrar essa ideia até mesmo no nome”.

O segundo coletivo se expressa de forma semelhante: “a gente chama de coletiva, porque a gente já tava [*sic*] cansada de só ter coletivo, é muita coisa relacionada a homem, homem, homem. Pois rumbora [*sic*] botar coletiva, isso aqui é um grupo de mulheres”. Essa passagem demonstra a necessidade de desconstrução da figura masculina, mesmo quando se trata de nomenclaturas e novas formas de organização. A busca pela quebra de conceitos como expressa a fala do entrevistado é uma das ações desses grupos.

Quanto aos objetivos buscados pelos movimentos sociais, desde os anos 60 elas não se resumem apenas a questões de ordem econômica, como aumento salarial, melhores condições de trabalho ou defesa de classe. As lutas por projetos simbólicos são muito presentes, como coloca Melucci (1989, p. 59):

Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade.

Dentre os coletivos entrevistados foi questionado qual era o objetivo e que tipo de trabalho a organização realizava. O entrevistado A afirmou que:

[...] a gente trata, sensibiliza as pessoas com toda fórmula de conhecimento que diz respeito à questão de gênero e sexualidade, mas também a gente abarca outras questões que remetem à sensibilidade por trás do gênero que são as relações das pessoas, de como essas pessoas se colocam nos espaços. A gente faz em formas de debate, rodas de conversas que a gente tenta quebrar muito essa ideia de palestras e também *talkshows*, oficinas e também apresentações artísticas que a gente vê a cultura como uma grande ferramenta do coletivo.

O trabalho feito pelo grupo expressa os ensinamentos de Melucci (1989) segundo os quais os novos movimentos sociais tentam mudar as vidas das pessoas, ao sensibilizar a sociedade. O objetivo almejado pelo coletivo de acordo com o entrevistado A exatamente “você ter um pouco de conhecimento, ter um pouco de empoderamento pra você poder enfrentar as questões de opressão, de gênero, sexual.”

Já a entrevistada B quando questionada a respeito do trabalho e objetivo buscado pela coletiva afirmou que:

[...] a coletiva é uma estrutura que se instituiu pra montar um apoio mínimo pra aquelas mulheres. Então a gente tá também pra falar das mulheres que lutam por moradia. Então a gente tá ali, naquela luta, tentando entender e tentando sentir que a luta da nossa companheira é também a nossa luta. Sempre tentando atuar com as mulheres, principalmente de periferia, porque daí todo dia a gente vê.

O trabalho realizado pela coletiva está diretamente ligado com a garantia de direitos e a visibilidade das mulheres, principalmente as da periferia, sendo esse marcador social da diferença relevante na ação do trabalho realizado por elas. Já o objetivo se relaciona com a luta pelo apoio as mulheres, atuando e apoiando as causas relacionadas a elas.

O trabalho feito pelo terceiro coletivo entrevistado é construir casas que apoiem as mulheres quando precisam de ajuda, servindo como um me-

canismo de base e apoio quando se encontram em situação crítica. O objetivo central colocado pela entrevistada C é de “procura lutar por isso, por mais delegacias, por mais políticas públicas direcionadas a mulher”. A busca pela concretização e respeito pelos direitos das mulheres são os objetivos crescentes deste coletivo que busca garantir e resguardar através de mecanismos públicos e jurídicos como delegacias e políticas públicas relacionadas a essa temática. Já o entrevistado realiza rodas de conversa dentro da universidade tratando das questões de gênero, tendo o abuso e a violência como enredo principal do debate.

Em geral, os coletivos atuam pela visibilidade e reconhecimento das opressões relacionadas ao gênero. A necessidade de se ter “voz” e se fazer presente dentro dos espaços de relevância e ter suas demandas ouvidas são lutas defendidas por mais de um coletivo, mostrando que essas pautas precisam ser defendidas. Os coletivos seriam: “um espaço da gente partilhar os nossos dilemas diante dos insultos machistas que a gente sofre diariamente, ajudar as pessoas a criar possibilidades também de lidar com isso”.

Os objetivos falados pelos entrevistados estão diretamente ligados aos projetos simbólicos e culturais citados por Melucci (1989), a defesa de suas identidades e espaço. As falas dos entrevistados mostram a relevância dessas novas pautas que além de objetivos também são objetos de unificação desses grupos.

As mudanças nas formas de mobilização a respeito do modelo de organização dos grupos chamam atenção. A partir dos anos 80, as organizações baseadas nas necessidades de classes das sociedades industriais já não são as únicas formas de movimentos. A identidade de grupo ultrapassa o interesse de classe como meio de mobilização política, a condição social e cultural não é suficiente e específica para enquadrar todos os sujeitos em grupos coesos, à heterogeneidade passa a ser ingrediente principal na formação de novos grupos, surgindo novas formas de organização. (MELUCCI, 1989; FRASER, 2006).

Os novos grupos que surgem marcados pelas semelhanças de interesses, ao mesmo tempo são heterogêneos com relação aos seus componentes, caracterizando uma nova categoria dos movimentos sociais que lutam por demandas de reconhecimento e reivindicações simbólicas. Uma ação coletiva depende do seu sistema de referência e de suas dimensões analíticas

– conflito, solidariedade e rompimento dos limites do sistema (MELUCCI, 1989).

Ainda para Melucci (1989) “o conflito é uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva”. Essa mesma identidade coletiva contribui para a criação dos coletivos fazendo com que os mesmos tenham capacidade de se unirem e buscarem demandas comuns.

Outras duas perguntas foram feitas aos coletivos entrevistados, a respeito do perfil das pessoas que compõe os grupos e se o grupo relaciona as questões de gênero com outros marcadores sociais da diferença dentro do coletivo. Quando questionado a respeito do perfil de pessoas que compõe seu coletivo o entrevistado A respondeu que “a gente percebe que a grande maioria são população LGBT e também geralmente são negros e negras”, um coletivo marcado por demandas relacionadas a questões de gênero e sexualidade tem em sua formação Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (conhecidos pela sigla LGBTTT) e também pessoas marcadas por outros marcadores além do gênero, como negros e negras.

O Entrevistado A quando questionado a respeito da existência de discussão de outros marcadores sociais da diferença além do gênero dentro do coletivo afirmou que:

as Katias coletivas elas sempre se organizam em temas bem diferentes, mas que de algum ponto se ligam nas questões de gênero e sexual, justamente pra gente perceber que não tem como se tocar em relações de gênero e pessoas se não tocar nas relações raciais, políticas, sociais.

A intersecção entre mais de uns marcadores sociais da diferença dentro de grupos mostra que a heterogeneidade é um ponto forte dessas novas modalidades de movimentos sociais como os coletivos. Assim existe uma demonstração de uma afinidade com os debates acadêmicos acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014).

Nesse sentido, a Entrevistada B quando questionada a respeito do perfil das pessoas que participam de seu coletivo respondeu que:

Tem muitas meninas negras, pobres, né [...] Mas também tem meninas brancas que já participam dessa tal de classe média alta. Mas boa parte são meninas negras, todas universitárias. Algumas não eram, mas já saíram da coletiva, agora as outras são só universitárias.

A presença dominante é de mulheres negras e pobres e predominantemente universitárias. Com relação ao trabalho de outros marcadores sociais dentro dos debates do coletivo a entrevistada B respondeu que:

[...] então pra gente discutir raça, ela é imprescindível, tendo em vista que nós temos muitas meninas negras, tendo em vista que as que mais sofrem essa escala são as mulheres negras e indígenas. As mulheres brancas ainda têm o privilégio por sua cor, uma série de coisas que ela não vai sofrer por não ser mulher negra. Então pra gente debate de classe e de raça é muito importante, assim como debate de gênero, já que muitas meninas da coletiva são bissexuais ou lésbicas.

O perfil que compõe o grupo tem relação com as bandeiras de luta do coletivo. Dentro do coletivo B, as questões de raça e classe são tão importantes quanto as de gênero, já que suas integrantes são majoritariamente negras e pobres, bissexuais e lésbicas.

O coletivo de número três respondeu que, quanto à participação: “ele está aberto, basta a pessoa ser mulher e estar com vontade de transformar a realidade social de que vive”. O requisito adotado para adentrar no coletivo é ser mulher, observando que as questões específicas de gênero terão um ponto central de discussão do grupo. A relação com outros marcadores também foi questionada, e a entrevistada C ela afirmou que:

A gente trabalha com questão de gênero, a gente trabalha com questão de raça, a gente tem várias companheiras que tem estudos sobre isso, orientação sexual também, é um movimento que vai pra além dessas pautas específicas, ele vai para uma pauta mais importante que a gente sabe que pra transformação dessa sociedade somente com uma revolução.

Mesmo com a presença exclusiva de mulheres, outras questões são debatidas dentro do coletivo. Marcadores com raça e orientação sexual estão presentes e são correlacionadas com gênero. O objetivo de auxiliar e efetivar uma mudança na sociedade são características presentes nos coletivos e nas novas formas de organizações dentro dos novos movimentos sociais.

O entrevistado D respondeu que no perfil dos componentes: “gente frisa muito um pré-requisito que é uma questão muito do compromisso. Porque não adianta uma pessoa ser muito engajada e não ter compromisso nenhum”. Participar efetivamente tanto nas tomadas de decisões como na organização das ações são qualidades necessárias para a participação do coletivo do entrevistado D, que excluiu o requisito relacionado à classe, raça ou gênero, mas exigiu atuação e determinação.

Com relação à atuação de outros marcadores dentro do debate do grupo, o mesmo afirmou que “[...] pretende trabalhar com essa questão racial, a pauta mais recente, próxima roda de conversa é essa questão racial que a gente tem projetos aí de levar a discussão, tirar a discussão da universidade e levar ela para alguma escola.” Logo, há o interesse de não restringir a discussão apenas dentro da universidade, local a onde o coletivo age diretamente.

Por fim, o coletivo E afirmou que o perfil dos participantes do grupo são de “[...] mulheres lésbicas, bissexuais, donas de casas, diversas idades, meninas muito novas, mulheres mais velhas e de todas as camadas sociais, profissões”. Dentre os coletivos entrevistados esse é o de mais diversidade e nele não há qualquer requisito para o ingresso de componentes.

Com relação a outro tipo de discussão que não seja apenas relacionada a gênero, a entrevistada E afirmou quando questionada se existia o debate a respeito de outros marcadores dizendo que “[...] tem a questão da orientação sexual está inserida na discussão de gênero também e não deixa de ser. A questão da demanda da raça, questões relacionadas às mulheres negras, as mulheres de periferia”.

A discussão e a luta por espaço, participação e reconhecimento são questões debatidas pelo feminismo (YANNOULAS, 1994; FRASER, 2006; OKIN, 2008; BUTLER, 2003) das mais variadas formas e analisadas de diferentes aspectos. Desde a influência de sistemas neoliberais que possibilitam a perpetuação da dominação patriarcal às questões binômicas entre público

e privado que restringem a participação e atuação das mulheres em postos de tomada de decisão e inviabilizam seu reconhecimento.

A compreensão desses coletivos que atuam com a temática de gênero em Teresina-PI tem muito a contribuir com relação às percepções a respeito da participação e lugar das mulheres na sociedade contemporânea. De acordo com o entrevistado A, esse é o papel (lugar) das mulheres:

[...] as mulheres têm um papel fundamental e de extrema importância. Não digo só pelas Katias Coletivas porque é um movimento que a gente percebe que quem puxa realmente as atividades e quem fomenta as discussões dentro do grupo são as mulheres. Isso é até uma contra resposta para todo o movimento da sociedade que oprime que leva a desigualdade de gênero, que oprime as mulheres de todas as formas, como resposta elas têm esse movimento e até liderança dos novos movimentos sociais.

Com relação à participação o entrevistado A faz as seguintes observações:

Falta tantas mulheres em tantos cargos de liderança, de poder. Porque quando a gente fala de poder político, econômico, social, poder em uma grande empresa, mas o que eu acho que é mais importante nesse momento é ter mulheres em espaços de poder político.

Dando continuidade à questão de participação e lugar das mulheres, o entrevistado B afirma que o lugar das mulheres deveria ser:

O que a gente defendia era que os lugares das mulheres era no front, na luta. Nos movimentos sociais auto-organizados, independentes que a gente estava lutando pelo poder do povo, para o povo e o nosso lugar era ali na frente no front, como as mulheres zapatistas. Mas as outras acreditavam que as mulheres tinham que ser na política.

De acordo com o entrevistado B, as mulheres devem estar dentro dos movimentos sociais, onde na sua visão, é o local capaz de gerar as mudanças necessárias. Estar dentro das instituições políticas e públicas não é visto

como uma forma de participação eficiente para se atingir o que as mulheres necessitam.

Essa resposta é diferente da entrevistada D, segundo a qual a mulher deve estar “dentro da política, dentro do senado, do governo, nas universidades”. No mesmo sentido a entrevistada E afirma que:

Eu considero que as mulheres têm tido cada vez mais participação em vários setores da sociedade, porém no que se refere aos postos de comando, os mais altos nesse modelo de participação, as mulheres ainda estão acanhadas. Um exemplo disso é a esfera política e as mulheres indiscutivelmente têm um papel muito importante em organizar coletivos, movimentos sociais, elas se fazem muito presente, mas os altos postos, principalmente no cerne dos postos da institucionalidade mesmo, parlamento, elas não estão presentes lá.

Sobre o lugar que a mulher deveria estar ocupando, exercendo suas atividades, a entrevista E concluiu que:

As mulheres deveriam estar nas presidências, nas direções de várias instituições e empresas, também na esfera política, mas elas ainda não estão presentes nesses espaços, ainda é muito modesto. Então isso demonstra que o uso do trabalho da mulher, da ação da mulher, da participação das mulheres nas instâncias sociais ainda é um uso precário.

As questões a respeito da participação e o lugar reservado à mulher são objetos de discussão dentro das teorias feministas que observam desigualdade. Okin (2008) reflete a respeito das diferenças existente na esfera pública e privada e como essas discrepâncias inviabilizam a participação e atuação das mulheres. Conforme a autora:

Nós não podemos entender as esferas “públicas” – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. É preciso perguntar: as práticas nos locais de trabalho, no mercado ou no parlamento

seriam as mesmas se elas tivessem se desenvolvido pressupondo que seus participantes teriam de acomodar-se às necessidades de dar à luz, educar um filho, e às responsabilidades da vida doméstica? As políticas e seus resultados seriam os mesmos se aqueles que nelas estão engajados fossem pessoas que também tivessem responsabilidades cotidianas significativas voltadas para os cuidados dos outros, ao invés de serem aqueles que menos probabilidade têm, em toda a sociedade, de ter essa experiência? (OKIN, 2008, p. 320).

Dentre a fala dos entrevistados sobre a participação e local das mulheres é notável o incômodo com a falta de participação em lugares pertencentes à esfera pública, como cargos em governos e de poder, sobrando às mulheres as diretrizes domésticas e locais historicamente impostos a elas.

Outra questão presente na fala dos entrevistados é de que forma as mulheres têm figurado como sujeitos de transformações. Touraine (2006b) afirma que as mulheres conduzem e sustentam transformações culturais atuais, como a participação em movimentos sociais, manifestações, encabeçando diversos tipos de mobilizações.

Os entrevistados demonstram através das falas que com todas as evoluções, crescimento a respeito da discussão de gênero, é limitada a aceitação da presença das mulheres em outros espaços que não sejam apenas o doméstico. Nesse sentido, Okin (2008) reafirma:

[...] as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas para que as mulheres tenham oportunidades iguais as dos homens, seja para participarem das esferas não-domésticas do trabalho, do mercado e da política, seja para se beneficiarem das vantagens que a privacidade tem a oferecer. Nós devemos ter como objetivo uma sociedade em que homens e mulheres dividirão, como iguais, a criação dos filhos e outras tarefas domésticas que o pensamento político hegemônico presumiu explicitamente, e continua implicitamente a presumir, por meio de seu silêncio sobre as questões de gênero e sobre a família, serem “naturalmente” pertencentes à mulher (OKIN, 2008, p. 327, 328).

É necessário que as instituições sejam mudadas para que as mulheres possam ter as mesmas oportunidades que os homens e que isso passe a ser algo normal, e não ter um caráter atípico, como tem quando mulheres atualmente chegam a cargos altos (GOHN, 2008).

Outra questão que foi colocada aos entrevistados diz respeito às opressões e dificuldades que as mulheres transexuais sofrem e enfrentam. Sobre esse ponto, a entrevistada A afirma que:

Não posso deixar de falar da dificuldade de levantar das mulheres trans nesses espaços. Porque quando a gente fala dessa questão de mulher, a minha construção já está se dando a um torno das mulheres trans, todo meu pensamento de mulher ela também está englobando essas mulheres trans. Eu percebo que se pras mulheres são difíceis esses espaços, para as mulheres trans é ainda mais difícil.

As opressões não estão presentes apenas nos espaços predominantemente machistas ou públicos, no qual a presença das mulheres ainda não é bem aceita. O entrevistado A afirma que as opressões ocorrem até mesmo dentro dos coletivos. A entrevistada B quando questionada a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres responde que “as mulheres ainda sofrem porque o corpo dela no espaço público se torna público também”. Mas no caso das mulheres negras é situação é pior. A mesma entrevistada disse que “por entender essa relação da mulher negra ser entendida como a mais oprimida”. O coletivo vai discutir as opressões com base nas questões de raça, discriminações com bases racistas, que são o foco do grupo que é composto por mulheres, em sua maioria negra e vindas da periferia.

O coletivo D quando questionada a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres atualmente afirmou que “o machismo, essa questão da mulher é o sexo frágil, não é papel de mulher entrar no governo, a mulher só sabe cuidar da casa porque ela é mais ajeitadinha, a mulher servindo”. É perceptível que as dificuldades expressas por esse coletivo estão ligadas ao enraizamento das mulheres na esfera privada e como essa realidade ainda é presente mesmo com toda evolução das discussões de gênero, a sociedade baseada no patriarcalismo ainda comanda as relações, como afirma Okin (2008) e Kritsch (2012).

Quando questionada sobre os tipos de opressões que observam, o mesmo entrevistado respondeu que “nós temos um grupo formado e aí estão ali falando, mas é como se a mulher não estivesse sendo escutada, fala, fala, bate na mesma tecla pra no final ter que se esforçar mais do que homem para ser ouvida”. Ou seja, é uma opressão da fala, do discurso: as mulheres não têm suas falas reconhecidas, aceitas, precisando se esforçar duplamente para serem ouvidas, até mesmo dentro dos coletivos que participam.

Em um sentido mais amplo, a entrevistada E assim relata as dificuldades pelas quais as mulheres passam:

As principais dificuldades que as mulheres têm enfrentado nos espaços sociais é, sem dúvida, o assédio, tanto o assédio moral quanto o sexual, a desconfiança com relação a sua competência, a rejeição que leva em conta a hora da mulher, condicionada aos papéis que a sociedade machista relega a ela. Há uma associação da honra pessoal ao papel que ela executa e isso você vai encontrar reflexo nos lugares que as mulheres estão na sociedade. Já que a sociedade entende que existem espaços pro homem e espaços pras mulheres.

Ou seja, ocorre uma reafirmação das diferenciações de tratamentos e lugares entre homens e mulheres, sendo cada um confinado a espaços direcionados aos seus respectivos lugares, voltando as discussões entre público e privado.

As dificuldades e opressões estão ligadas ao sistema e o tipo institucional em que as relações sociais foram construídas. Butler (2003) vai afirmar que incidência do erro das críticas femininas a essas relações sociais já construídas está em colocar a culpa em um determinado sistema, tipo social, em uma figura singular. A autora afirma que:

A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia dos opressores, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos (BUTLER, 2003, p. 33, 34).

Enxergar a opressão como vinda de um inimigo único é perpetuar esse tipo de ação sem uma possibilidade de mudança. Butler (2003, p. 34) ainda afirma que “as opressões não podem ser sumariamente, classificadas, relacionadas casualmente, e distribuídas entre planos pretensamente correspondentes ao que é original e ao que é derivado”, as opressões não podem ser vistas como algo que se deriva de uma única forma de poder, elas podem ser geradas de diversas perspectivas, analisá-las de forma isolada é recorrer ao erro.

Dentre a fala dos entrevistados a respeito das opressões se percebe o que Fraser (2006, p. 234) chamou de “sexismo cultural” que ocorre dentro dos problemas de reconhecimento, no qual essa forma de violência gera uma “desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”. Existe uma desvalorização que se expressa em danos sofridos pelas mulheres, incluindo a violência e a exploração sexual, a violência doméstica generalizada; as representações, a desqualificação em todas as esferas da vida cotidiana. Isso faz com que as mulheres pareçam inferiores e as mantém em desvantagem, mesmo que não se tenha intenção em discriminá-las, as mulheres permanecem oprimidas.

A partir dessas questões foi questionado aos entrevistados se os mesmos se sentem reconhecidos ou observam algum reconhecimento relacionado as mulheres. O entrevistado A respondeu que:

É reconhecida porque teve esses pequenos avanços. Não é reconhecida porque se não não tinha mulher morrendo, sendo morta diariamente, não está sendo reconhecido nem os seus corpos, suas subjetividades. [...] Que reconhecimento é esse que ainda gera violência de gênero, que reconhecimento é esse que as mulheres não ocupam os mesmos espaços políticos, reconhecimento teve pequenos. Reconhecimento, mas que reconhecimento se as mulheres ainda recebem menos que os homens, elas não podem estar no mesmo espaço de poder, sofrem *impeachment*.

Para ele a identidade das mulheres ainda não é reconhecida, mesmo com os pequenos avanços as mesmas ainda sofrem violência, repressão, entre outras formas de opressão. Mostrando a presença do “androcentrismo”

como colocado por Fraser (2006) que é uma característica central da injustiça de gênero.

A entrevistada B quando perguntada sobre o reconhecimento das mulheres afirmou que:

A vertente na qual sigo hoje, a gente fala que a gente não vai ser reconhecida com a opressão que a gente tem. Eu não vou me reconhecer por conta da opressão, mas eu sei que eu fui socializada como mulher. Entendo que fui socializada como mulher, mas entendo que por isso tenho que ralar mil vezes mais pra poder ser respeitada do que um cara, eu entendo que em certos espaços eu sempre vou ser oprimida, porque ali dizem não é meu lugar.

Ela demonstra na sua fala a dificuldade do reconhecimento por conta dos padrões masculinos instituídos nas relações sociais atuais, e como as mulheres precisam se esforçar ainda mais para que possa promover pequenas mudanças na sua realidade. Fraser (2006) coloca que o androcentrismo e o sexismo privilegiam a masculinidade. Na mesma linha de pensamento a entrevistada do quarto coletivo, D, diz que “não, tudo que eu faço se não tiver um homem no meio não tem valor, se eu estou em um projeto e não tiver uma pessoa, um professor me orientando ou um amigo, meu não tem valor”. O reconhecimento sempre se molda com relação aos aspectos masculinos presentes, existe uma necessidade desses aspectos para que as ações das mulheres sejam validadas.

Por fim, a entrevistada E explicou que o reconhecimento das mulheres está baseado no enquadramento de papéis, “ainda não existe a confiança, ainda é muito presente a ideia dos papéis, o que é de homem, o que é de mulher, os espaços que as mulheres não podem estar de jeito nenhum”. Como nos demais coletivos, a percepção do reconhecimento das mulheres na sociedade atual ainda está voltada aos papéis que elas exercem, que devem estar em consonância com o proposto pela sociedade, ainda patriarcal e machista.

Dentre as falas e percepções dos entrevistados, o que deixa bem claro é a necessidade de se defender identidades, produzir um novo tipo de identidade, resgatando as diferenças. O que propõe a terceira onda do feminismo, a pluralista, que busca a defesa da identidade em conjunto com a

diferença, fornecendo formas de identificação muito mais flexíveis (HITA, 2002).

As mulheres mesmo que dotadas de capacidade de organização, mobilização e de ação na formação de novos movimentos sociais, encabeçando coletividades, ainda têm suas ações questionadas e vistas como controversas pelo fato de serem praticadas por elas. Por isso, discutir e questionar é uma forma de buscar alterar essa realidade, que ainda discrimina e subverte as mulheres, retirando direitos e validando violências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de fornecer uma contribuição referente aos coletivos que trabalham com a questão de gênero, a presente pesquisa exploratória realizou entrevistas qualitativas com membros de cinco coletivos que atuam na cidade de Teresina-PI.

A temática a respeito de gênero é o elo central dentre esses cinco coletivos estudados, que por meio da fala de seus entrevistados, afirmam as dicotomias existentes entre o público e o privado e as dificuldades de inserção, participação e defesa de grupos notoriamente a margem de atuação, como as mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, entre outros. As dificuldades de atuação e defesa de direitos estão diretamente ligadas às desigualdades presentes entre homens e mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2010; ARAUJO, 1998; RODRIGUES, 2005).

A reivindicação pela igualdade não passa mais a ser a bandeira central desses grupos, que agora lutam também pelo reconhecimento de suas diferenças como forma de reivindicação válida na obtenção de espaço dentro da sociedade (YANNOULAS, 1994; KRISTSCH, 2009). O reconhecimento de diferenças buscadas por esses coletivos não estão presentes apenas com questões relacionadas a gênero. A existência de interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença fazem parte das suas pautas de lutas e complementam suas demandas.

Os coletivos como novas formas de mobilização não se atém apenas as questões relacionadas às de viés econômico e classista como os movimentos sociais passados. Os coletivos estudados como, os apresentados por

Melucci (1989), têm suas demandas relacionadas ao reconhecimento de novas identidades, lutando por projetos simbólicos e culturais e na defesa de direitos.

Os movimentos querem ser ouvidos e se tornarem visíveis dentro de um cenário social ainda marcado pelas diferenças e desigualdades. Reconhecimento esse que luta constantemente contra os padrões masculinos, instituídos na sociedade, tanto na esfera pública quanto na privada, como observa Fraser (2006), Okin (2008) e Kritsch (2012).

O comprometimento desses coletivos parte desde a ideia de defesa do lugar e participação da mulher nas mais variadas esferas. E na preservação dos seus direitos que devem levar em conta os elementos diferenciadores. Eles buscam extinguir e vencer opressões, defendendo sua identidade e diferenças, como expressa Butler (2003).

O agrupamento de pessoas, em torno de demandas consideradas entre os membros válidas, faz dos coletivos uma nova forma de mobilização dentro da sociedade civil que pode através de ações mudar a sociedade e a compreensão a respeito das questões de gênero, o papel das mulheres e dos indivíduos marcados por essas diferenças.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [on-line], n. 8, p. 237-263, 2012.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova, São Paulo**, v. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Clara. “Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 71-91, 1998.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012.

BORDT, Rebecca L. How alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 132-155, jun. 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. v. II: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

DAY, R. **Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres: Pluto Press, 2005.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, [1982] 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (Portugal), v. 81, p. 179-207, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **BIROLI**, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-79, 2010.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu** [online], n. 42, p.201-248, 2014

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, jan. 2008.

PEREZ; O. C.; **SILVA FILHO**, A. L. Coletivos um balanço da literatura sobre novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latidade**, v. 11, n. 1, p. 225-294, 2017.

PEREZ; O. C.; **SOUZA**, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambú. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2017.

PEREZ, O. C. Surgimento e atuação dos coletivos que discutem clivagens sociais. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, III, 2017, Vitória (ES). **Anais...** Vitória, ES: UFES, 2017.

RODRIGUES, A. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: **SWAIN**, T.N.; **MUNIZ**, D.C.G. (Orgs.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

TILLY, C. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, p. 133-160, jan./jul. 2010,

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

_____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais Mas Não Idênticos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 7, jan. 1994.

IARA CAVALCANTE MELO

Mestranda em Sociologia na UFPI, graduada em Direito pelo Instituto Camilo Filho, graduada em Ciências Sociais pela UFPI e participante do Grupo de Pesquisa “Democracia e Marcadores Sociais da Diferença”. E-mail: iara.cavalcante@live.com.

OLÍVIA CRISTINA PEREZ

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professora adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política. É líder do Grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ “Democracia e Marcadores Sociais da Diferença”. E-mail: olivia-cperez@yahoo.com.br.

LA HISTORIA DE LA ORGANIZACIÓN JUVENIL EN EL SURORIENTE CAPITALINO: LA ACCIÓN URBANA EN EL CAMPO URBANO POPULAR

La acción urbana en el
Campo Urbano Popular
La historia de la organización
juvenil en el suroriente capitalino

Edwin Gerardo Guzmán Molina

RESUMEN

Exploró cinco décadas en el proceso de urbanización de la Localidad de San Cristóbal, como han existido organizaciones sociales juveniles que con distintas formas han contribuido a procesos de promoción social y trabajo comunitario. Sin embargo establezco vínculos más amplios al conjunto de localidades del sur y sectores populares de la ciudad. Estas formas de organización social popular los jóvenes tienen una presencia significativa. Entre los años setenta y ochenta surgen las primeras organizaciones populares, los noventa el cambio musical con el rap y rock en las identidades juveniles y la encrucijada del sostenimiento de las organizaciones ya constituidas. Un momento donde la institución y las políticas llegan al territorio. Desde el 2000 nuevas experiencias organizativas, subjetividades juveniles, procesos formativos y acciones colectivas ligadas a formas más flexibles propios de

las ciberculturas. Esta historia quiere aportar elementos para la reflexión sobre la apuesta de sujetos populares juveniles. Sin duda la moratoria social es un factor en la continuidad para las organizaciones sociales, los relevos generacionales y proyectos de vida. Los espacios de articulación siempre presentes necesitan evitar la dispersión en una agenda mínima. Un diálogo crítico constante en la diversidad y la voluntad política para asumir el reto de la acción colectiva movilizadora.

Palabras-clave: Urbanización. San Cristóbal. Jóvenes. Organización Popular

1 EL CAMPO URBANO POPULAR

La relación de la acción colectiva urbana responde a la tensión centro-periferia. Entendido como el proceso que produce concentración y expansión geográfica que establece dicha relación (HARVEY, 2007, p. 265). En la marginalidad de los crecientes barrios populares, su lucha se enmarca por ser reconocidos como ciudadanos y sujetos de derechos. El surgimiento de formas organizativas responden a esta segregación, al interior jóvenes constituyen un liderazgo muy activo para la promoción y accionar en los barrios. Para este escrito joven-juventud refiere a la experiencia moratoria como sujetos y a las distintas experiencias generacionales. Para desarrollar la historia de las organizaciones parto del concepto campo urbano popular (Jaramillo, 1998). Aplicable no sólo a San Cristóbal sino a la Media Luna del Sur (San Cristóbal, Usme, Rafael Uribe Uribe, Tunjuelito, Ciudad Bolívar, Bosa) e incluso a otros sectores de barrios populares. Permite comprender el proceso histórico de conformación de los sectores populares urbanos y las manifestaciones del espectro cultural con sus mixturas y sincretismos que permean a jóvenes y juventudes por la relación cultural parental con su familia y barrio. Una cronología de la historia de la localidad puede ser presentada en sus distintas generaciones (LEURO, 1998). Esto pasa por aquellas primeras acciones para construir infraestructura barrial de los fundadores, de la acción artística cultural ciudadana de sus hijos, la incursión de nuevas estéticas de los nietos y de las acciones digitales de los nuevos sujetos juveniles.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DE BARRIOS POPULARES

El crecimiento urbano de Bogotá se aceleró en la segunda mitad del siglo XX. En 1951 habitaban 715.250 personas y su crecimiento demográfico oscilaba entre el 6.8% y 6% anual hasta 1973. Se comenzaron a urbanizar grandes zonas periféricas. Ya en 1954 se anexaron los pueblos: Usme, Bosa, Fontibón, Suba y Usaquén. Ese acelerado crecimiento desbordó la poca planeación, por ejemplo en 1950 el Plan Piloto proyectaba contar con 1.500.000 habitantes hasta el año 2000, pero esa cifra se cumplió ya en el año 1957 (ZAMBRANO, 2004). También el interés de acceso a la vivienda era agudo en la medida que para 1972, el 70% vivía sólo en un 27.48% del suelo residencial y un 30% poseía el 72.6%. La búsqueda de casa como proceso de colonización de la ciudad es descrita bajo la espiral de caracol (APRIL JACQUES, 1997). Donde se llega al centro del lugar en condición como inquilino para pasar después como propietario en la periferia, en Bogotá grandes procesos de parcelación y venta de grandes haciendas aledañas dieron origen a las localidades del sur. Los procesos de urbanización cuentan en cómo se van a configurar las organizaciones en sus diferentes momentos.

En el caso del suroriente familias provenientes de Santander, Tolima, Boyacá y Cundinamarca expulsadas por la violencia política buscan favorecer sus condiciones de vida en unas lomas nada favorables pues sin servicios públicos ni vías tenían que abrirse paso en el diario vivir. Su identidad campesina para acostumbrarse a las tareas y dificultades del mundo rural les permitió no sólo ambientarse al lugar sino construir barrios sin más que el monte al frente. Poco a poco el trabajo comunitario entre vecinos en sus diversas expresiones que todavía aún existen, fortalecidas por las relaciones de compadrazgo y solidaridad en la cuadra permitieron desarrollar infraestructura vial, suministro de servicios públicos, la creación de instituciones educativas inexistentes y emprender campañas de salud o sanidad. Son antecedentes a la conformación de primeros espacios de participación ciudadana como juntas de acción comunal y comités cívicos. Esto es común a todo movimiento urbano que tiene como contenido demandas y reivindicaciones de las condiciones de vida, donde la organización barrial esta en clave de construir la infraestructura colectiva (JELIN, 1989, p. 25). Esa

herencia de trabajo comunitario asociado para la solución de los problemas fue transmitida a las nuevas generaciones que vieron en la organización el modo de mejorar las condiciones sociales de existencia.

3 PRIMERAS DE FORMAS DE ORGANIZACIÓN

Los problemas de una localidad no sólo se resuelven con la buena voluntad entre vecinos, y más cuando la principal dificultad era el incumplimiento del estado. Las casas sufrían por la falta de acceso a bienes y servicios públicos, los mecanismos tenían que ser más radicales si querían ser odios por las autoridades. Así se recurrió a las de acciones de hecho como forma de reclamar que el sur existía.

Incluso algunos barrios surgieron por tomas a terrenos baldíos, una forma de demandar vivienda. En el barrio Quindío hacia 1963, Nuevo Quindío en 1973 y Malvinas a 1982, fueron experiencias donde grupos de familias apoyadas por la guerrilla del M-19 hacen posesión de esos terrenos. Se registraron otras acciones independientes en ese último año en la parte alta de la Belleza y en Corinto al año siguiente, en ésta última se reprimió fuertemente a la población proveniente del Valle del Cauca con saldo de quince mujeres en el Buen Pastor, trece hombres en la Modelo, tres abortos y un muerto. Desde lo que se denominó el primer conflicto cívico del suroriente que ocurrió ante la escasez del transporte en el barrio San Blas¹, las acciones organizativas y de protesta urbana eran una forma constante de reclamar sus derechos. En 1972 los barrios La Victoria, San Martín de Loba, El Rodeo, San Miguel, Canadá, La Gloria y La Nueva Gloria realizaron un reclamo público ante el gobierno², en 1973 profesores de la Escuela Bellavista protestan por las condiciones ineficientes para enseñar, ese mismo año se protesta por la construcción de la Avenida Los Cerros³, al siguiente año en el barrio Altamira se ve bloqueado en dos ocasiones la antigua Vía Villavicencio por la carencia de transporte⁴. La última gran referencia de esos primeros años fue el gran Paro Cívico de 1977 con bloqueos en los barrios

1 El Espectador – Vespertino, 12 de octubre, 1965, p. 9A.

2 El espectador – Vespertino, 13 de abril, 1972, p. 2d

3 El Espectador – Vespertino, 17 de septiembre, 1973, p.13A.

4 El Espectador, marzo y noviembre, 1974.

La Victoria, La Gloria, Altamira, Juan Rey y El Quindío. Este paro llevó a las autoridades a poner en el futuro un puesto de CAI en La Ye. Se trajeron tropas militares de Tolemada, reteniendo a más de mil personas en el Parque Primera de Mayo en su mayoría jóvenes. Para la población tomarse la vía era una acción de hecho muy importante porque por esta carretera venían los productos del llano que abastecían la ciudad logrando capturar la atención inmediata de las autoridades. Así se registra en 1985 las protestas de Villa de la Paz y las protestas de pobladores de Juan Rey que salen de nuevo a la vía⁵. En 1988 se dieron reclamos en barrios Los Libertadores y La Belleza porque no llegaba el agua⁶ ante las respuestas negativas retoman los bloqueos. Mientras las acciones de hecho ocurrían entre los barrios sigue germinando las juntas de mejoras o comités de ayudas mutuas.

4 LAS PRIMERAS ORGANIZACIONES

Sin embargo, entre mayor desarrollo del barrio disminuye la acción organizativa de sus habitantes en relación por lograr sus demandas. Pero con este clima de movilización, surgen procesos inspirados desde diferentes latitudes desde un cristianismo social por la influencia posterior de la teología de liberación, procesos misioneros de evangelización. Pero también a procesos de emprendimiento y politización de grupos juveniles que quieren realizar actividades en pro de la comunidad. Estas primeras experiencias corren en paralelo por toda la ciudad periférica, de las primeras organizaciones de Usme registradas entre los 60 y 70 (CELY; FERNANDEZ, 1992). También el Instituto Cerros del Sur que surge en 1973 en el sector de Potosí de la futura Ciudad Bolívar. La misma Coordinadora Distrital de Educación Popular que funcionaría entre los años 1981 a 1989. La organización de Creando Jugando revista creada en 1992 el barrio Diana Turbay, pero de una experiencia anterior la Red de Teatro Popular en 1987. El Centro de Promoción Cultural en Britalia que nace en 1978. Un análisis desde la educación popular señala que todas las experiencias tienen un interés difuso por contribuir al movimiento social (TORRES, 1994, p. 76) Quizás porque

5 . El Espectador 1985, 18 de agosto, p. 1B.

6 . El Espectador 1988, 21 de noviembre, p. 15A.

entre todas ellas sobresalía la presencia de jóvenes que no sólo acudían sino asumían el liderazgo de las acciones comunitarias.

A medida que las fuerzas comunales y comunitarias pierden capacidad de movilización, los grupos sociales realizan trabajos en el sector identificando que la solución de problemas que no se limita a acciones ocasionales de protesta, sino que exigía una organización de la comunidad para construir un territorio mejor. Este sentido de pertenencia contribuye afianzar identidades entorno a venir de barrio, era un momento donde el sujeto juvenil de los ochenta estaba disuelto dentro de la cultura popular de la comunidad.

5 DINAMIZANDO EXPERIENCIAS JUVENILES

Para César Baratto⁷ quien perteneció a la JTC (Juventud Trabajadora de Colombia) y acompañar tiempos después a muchos clubs juveniles, la vinculación al trabajo comunitario fue por el jesuita Javier Giraldo. Por aquel entonces el sacerdote trabajaba en el barrio Buenos Aires, entre el atrio y el trabajo social convencido por el amor a los prójimo, promovió la toma a los predios, instruía a jóvenes con el objetivo de un trabajo comunitario con un enfoque muy concreto: formar para la acción. También para Blanca Rivera⁸ recuerda como en año 1987, llegan al sector de Guacamayas las Hermanas de la Sabiduría. Con ellas se formaría como lideresa juvenil para integrar más tarde procesos de articulación entre las organizaciones como la Mesa Local Juvenil en los noventas.

Asociación de Vecinos Solidarios: Recuerda Elsa Melo⁹ como una congregación de las hermanas Asuncionistas se establecen en el barrio Bello Horizonte en 1973, comienzan a organizar entre dos barrios esfuerzos para construir jardines comunitarios y así promocionar una comunidad educa-

7 Entrevista realizada a Cesar Baratto, 17 de agosto de 2010.

8 Entrevista realizada a Blanca Rivera, el 4 de septiembre de 2010.

9 Entrevista realizada a Elsa Melo líder de la organización Avesol, realizada el 14 de marzo de 2003

tiva inicial. Surge la organización Asociación de Vecinos Solidarios¹⁰ Avesol en el año 1978.

El Popular Amistad: En el caso de Antonio Martínez¹¹ un cura de la Compañía de Jesús (Felipe Eenens) motivó a feligreses y habitantes de Guacamayas en las actividades comunitarias decembrinas hacia 1981, donde algunos jóvenes fundaron lo que se conoció como el Popular Amistad que ampliaría su accionar al barrio de San Martín. El aporte principal que da este grupo a la localidad es ser una puesta por alfabetizar adultos en jornadas educativas, actividades de recreación con la infancia, campañas sociales y noticias comunitarias por medio de la comunicación popular y alternativa.

Universitarios construyendo comunidad: Pero también los procesos urbanos se dinamizaron con jóvenes estudiantes universitarios que llegaban a los barrios periféricos de la ciudad, y al quedarse contribuían para hacer trabajo político con la pretensión de consolidar una militancia política de las corrientes de izquierda nacional. En esta ambiente cultural y de agitación, el movimiento social urbano sufrió entre procesos de cooptación por la extrema izquierda y de criminalización de la extrema derecha.

Promotora Cultural del Suroriente: En conversaciones con Josselino Albino¹² los vientos del barrio San Vicente dieron vuelo a la Promotora a fines de 1984, un grupo de jóvenes a partir de la influencia del trabajo cultura de José Urrego, un hombre quijotesco que proyectó una motivación cultural en sus integrantes desde que fue tallerista del grupo de teatro conocido como Puro Pueblo que no sólo se quedaba en el teatro, las poesías y tertulias, sino que tenía equipo de microfútbol con el mismo nombre.

Pepaso: Para Armando Ruiz¹³ el Programa de Educación para Adultos del Sur Oriente se creó a comienzo de la década de los ochenta con los

10 Torres, Alfonso (2003) "Organizaciones populares, identidades colectivas y ciudadanía en Bogotá" universidad pedagógica nacional, Bogotá.

11 Entrevista realizada a Antonio Martínez 10 de septiembre de 2011

12 Entrevista a Josselino Albino realizado el 6 de marzo de 2011.

13 Entrevista a Armando Ruiz realizado el 20 de junio de 2011.

aportes que hizo Acción Cuaresmal de Suiza, un grupo católico que recogía dinero de actividades religiosas los domingos en Suiza, crearon un fondo para América Latina, especialmente para Colombia. El grupo que recibió esos aportes, siempre se planteó la necesidad de la educación popular en procesos de alfabetización, después se encontraron con la necesidad de una formación más completa para los jóvenes habitantes se planteó el Colegio América Latina y una Biblioteca Comunitaria. En su tercera edición se acercaron las organizaciones Popular Amistad, Avesol y Promotora Cultural con el apoyo del Cinep. De allí se izo el estandarte del muñeco pájaro sonriente llamado “El Zuro Riente”, pero este intento de unidad no duro mucho pues por contradicciones sobre la cultura popular.

Fundación Creciendo Unidos: Reinel García¹⁴ expresa que a finales de los ochenta comenzaron el trabajo con niños, niñas, jóvenes y mujeres trabajadoras buscando contribuir en el mejoramiento de la calidad de vida con formación socio laboral, en derechos humanos, la inserción al sistema escolar, la sensibilización sobre la problemática de los niños-as en Colombia. Con el trabajo pedagógico para jóvenes desde los juegos cooperativos, el arte y capacitación socio laboral han buscado consolidar diferentes grupos organizados de jóvenes desde el empoderamiento.

En la época también fueron significativas Apeso Asociación Pro-educación del Suroriente que nació en 1982 como reducto de profesores, alumnos del Cencap al que se sumó un grupo coral de la parroquia La Victoria, grupo musical Cóndor y Danzas Tayima en el barrio La Gloria al que pertenecía la Mamá Maria “la mamá del pueblo”; otras formas de aunar esfuerzos estaban en las asociaciones y cooperativas: Cooperativa Eduacional Altamira y Barrios Sur Orientales de Bogotá (Altamiraybso) que estaba ligada a Coopembasur (Cooperativa Multiactiva del Barrio Altamira y Surorientales) que en 1968 impulsaría el párroco Miguel Mosset con 65 buses, pero con el tiempo se perdieron o los robaron y al colegio lo embargaron; Hermega grupo en su mayoría de mujeres que se tomaron las instalaciones de una fábrica y se constituyeron en cooperativa.

14 Entrevista a Reinel García realizada el 18 de abril de 2011.

Amanecer un colectivo de educadores y promotores populares que centraban su acción en la alfabetización, la recreación infantil y brigadas de salud; el grupo Renacer que entre los 1988 y 1989 se organizó contra la estigmatización y represión como grupo comunitario en el barrio Guacamayas; INDES Fundación para la integración y el Desarrollo de la Juventud surge en 1988 y crea ese mismo año el grupo de teatro El Sótano; Fundecom (Fundación de Educadores Comunitarios) en San Martín en los años 40 y Guacamayas en los años 70; CEFAD (Centro de Educación Fundamental de Adultos); Grupo Bochica y Cultura; Grupo Asociación Obrera de Integración Femenina que coordinaba la venta de cocinol; ASOTEC (Asociación Sur Oriental de Trabajo y Educación Comunitaria); AMISOB (Asociación de Microempresarios de Sur Oriente de Bogotá); CEPADP (Educación para adultos personalizada); COPRES (Cooperativa del Preescolar en el Suroriente); FUNDAP (Fundación de Apoyo Comunitario); Grupo de Danzas Folklórico Alegría; Apoyar que había surgido en 1982 con cursos de salud y prevención en los barrios la Esperanza, La Flora, La Belleza, Canadá Guira de salud y Gamma Ideas.

6 PRIMEROS INTENTOS DE UNIDAD

Tan pronto en el territorio se afianzaron las organizaciones, la necesidad de buscar alianzas era una opción muy frecuentada por los grupos que se conocieron entre sí y generaron espacios de articulación. La primera referencia que se conoce gira en torno a la figura mítica de José Urrego quien creó un comité cultural en 1979, impulsará el Primer Foro por la Cultura Popular del Suroriente en febrero de 1983 donde asisten grandes personalidades como el sociólogo Orlando Fals Borda y el coreógrafo José Duran, allí surge la Coordinadora para la Cultural Popular del Suroriente, en ese mismo año se crea la Casa de la Locura en Centro de Desarrollo Comunitario pero en septiembre del mismo año se rompe relaciones con la institución y se acaba con el espacio.

También en ese mismo año existió la red de organizaciones conocida como INPROCOCOM creada a mediados de 1983 (Integración al Progreso Comunitario) harían parte de ella veinticinco grupos con sede en el CDC

La Victoria que es un lugar de referencia para toda la comunidad. Líderes comunitarios de Amisob, Cefad, Fudnacom, Pepaso, jardines infantiles como “Mis amigos y Niño Jesús”, Comité de natación, Unión Cooperativa, Triangulo de la Risa, grupos de danza Barichada y Victoriosos se coordinó actividades. Improcom tenía como fuente de sostenimiento en acuerdo con el DABS¹⁵ utilizar el teatro para presentar películas a través de un proyector de 35 milímetros, los fondos eran repartidos por las organizaciones que se debían comprometer con la venta de boleterías como una pequeña presentación artística antes de la función. También este grupo estuvo involucrado en los inicios del Festival de Cine de Bogotá. Sin embargo el fin de los días de esta red se debe a la creciente desconfianza entre instituciones y organizaciones por un lado se acusaba a las organizaciones por su laxitud e incumplimiento, por el otro a las instituciones que cerraban los espacios y se apropiaban del trabajo comunitario.

Pasada la mitad de década, en 1988 en favor de conservar una zona verde ambiental que será el futuro Parque Entre Nubes las organizaciones se movilizaron en acciones colectivas que comenzaron impulsadas por Pepaso, después por el Grupo Popular Amistad que motivaron a demás organizaciones, posteriormente nace la Asociación por el Desarrollo Comunitario Zona 4 y una final etapa en la que entró Ecofondo¹⁶. Se hizo un documental de todo el proceso en el año 1991 por el Cinep.

Los medios de comunicación de las organizaciones populares fueron la estrategia para acercarse a las comunidades registrando las actividades del barrio, pero sobre todo un discurso para socializar entre la gente. Desde el remoto periódico El Amigo semanario informativo del Círculo de Obreros fundado por el padre Campo Amor en 1911, sistematizado por un grupo juvenil del barrio muchas años después donde se reconoce el papel religioso de la parroquia como generadora de un proceso cultural, económico, social y espacial del barrio¹⁷. En los años ochentas existían periódicos como “Ya casi” (1980-1987) editado por Avesol. Otras publicaciones como periódico El Pepaso que funcionó entre 1983-1987; la Revista Mataritelero del barrio

15 Departamento Administrativo de Bienestar Social hoy Secretaria de Integración Social.

16 Bueno, Luz Dary “Parque Entre Nubes” en “Actores sociales y culturales. para que el sur... oriente” (1997) Jaramillo, Jaime Eduardo (coordinador) Departamento de Sociología, Universidad Nacional, Localidad de San Cristóbal.

17 Reconocimiento a Villa Javier en el suroriente bogotano: los novatos inquietos, Bogotá 1997.

la Gloria en 1987; el Periódico Pá Lante de un grupo de jóvenes del barrio San Martín en 1988; el periódico Apeso de la organización Asociación Pro-educativa del Suroriente; Gazetarte una revista de comunicación artística y comunitaria en el barrio La Victoria entre 1982-1983.

Periódico El Vecino (1985-1991): Surge de un seminario interno de la organización del grupo Popular Amistad en 1984 con la pregunta sobre cómo llegarle a la gente. Así surge una prensa popular que llegó a su edición número 25, con un costo de 15 pesos donde el lector no sólo se encontraba con escritos, sino también con un tira cómica con un personaje conocido como Pocholón por lo de “la pochola” como inhibidor para crear amistad. Más adelante introducen el precio como contribución voluntaria, también el uso de fotografías al interior y en la portada, estructuran secciones como “Lo que piensa el vecino” junto con los primeros anuncios de publicidad comunitaria. En 1990 logran tener 1000 ejemplares y adicionalmente unas carteleras murales en el barrio San Martín.

El Tizón (1984-1988): Con la frase “Para que el canto no falte en nuestras vidas” surge esta revista cultural realizada por la Promotora Cultural del Zuroriente. Comienza con un valor de 20 pesos con 4 páginas, sus textos son poesías, cuentos, leyendas mitos e historias de los barrios, su interés giraba en la recuperación de la tradición oral de los abuelos y el periodismo barrial. Realiza conjuntamente festivales de cine los fines de semana. También tienen expresión gráfica con “Lupín El choro”. Su vocación artística los llevó a organizar el Segundo Encuentro Distrital de Teatro Juvenil.

Por último está el periódico Zona Cuarta que salió a la luz el 8 de octubre de 1989 como fruto del esfuerzo entre las organizaciones Pepaso, Promotora Cultural, Avesol y Grupo Popular Amistad que pretendía ser una prensa local y se identificaba propiamente desde la Comunicación Alternativa y Popular con intenciones de formar a la comunidad desde la comunicación. La coyuntura fue la de un alcalde cercano a las organizaciones Javier Merchán de la organización Copres, pero Zona Cuarta sólo tuvo cuatro ediciones y el apoyo quedó en promesas. Así la organización de los 80 fue fruto del esfuerzo comunitario espontáneo de accionar conjunto de los

años 60 y 70. Pero al entrar los 90, comienzan los años de la organización no gubernamental, del estado neoliberal, de la contratación de organizaciones hizo que diluirían el sentido de lo comunitario, su identidad popular para ser entidades prestadoras de servicios.

7 LOS 90S ROCK, RAP E INSTITUCIÓN

La ciudad no para de crecer, el número de barrios ilegales era de 300 en 1994 con una población que representaba el 10%. Pero en los siguientes ocho años el número de barrios de origen ilegal llegará a 1528 lo que representa a unos 1.400.000 residentes (ALONSO; DELGADO, 2003, p. 121). Al interior de los barrios las juntas que han crecido a nivel nacional comienzan a manifestar su corrupción con el cocinol combustible utilizado por las familias y que era administrado bajo el control político para votar acorde con los grandes gamonales. También inicia una nueva ola de proceso de trabajo político en el contexto de paz con las insurgencias. Pero con la Carta Magna, se impone que los derechos humanos son garantías que debe ofrecer el Estado a través de mecanismos institucionales y la participación individual ciudadana es privilegiada sobre la organización comunitaria. También el modelo económico neoliberal entra con fuerza poniendo a las organizaciones en la discusión sobre cómo mantenerse. Y la moratoria social le dice a la generación de los ochenta que ya no son jóvenes con utopía rebelde y entrega abnegada a la comunidad, ahora son en padres y madres con responsabilidades. Algunos dejaron el camino de lo comunitario por lo laboral, y otros buscaron la manera de unirlos. En la posibilidad de autofinanciarse se encuentran con las ayudas de las organizaciones no gubernamentales, la cooperación internacional y proyectos financiados por instituciones estatales.

Son tiempos para otro actor acapararía como protagonista, ahora era la institución quien convoca a la organización. Pasa a convocar jóvenes por medio de una figura que marcaría como espacios de encuentro para toda esta década: los clubs juveniles. Su principal interés para el trabajo con jóvenes era ofrecer alternativas en el uso del tiempo libre en aras de la prevención a las sustancias psicoactivas y delincuencia. Flagelos preocupantes para la sociedad que pedían focalizar los trabajos de prevención, en 1993 por

ejemplo en las localidades de Ciudad Bolívar, San Cristóbal y Usme uno de cada tres jóvenes era pobre (ZORRO, 2004, p. 77). Culturalmente se abría a las expresiones propias del rock y el rap. En 1995 daría paso al primer Rock al parque. Pero también el rap como género musical del hip hop se convirtió en el rey de la calle, vio nacer agrupaciones de jóvenes que se animaban rimar sobre su vida y sus pensamientos.

En una investigación adelantada hacia junio de 1994 se reseñaron en Bogotá 1382 organizaciones juveniles, las cuales reunían 28.108 integrantes¹⁸. A nivel local nuevos jóvenes con el interés de organizarse como Caminando Juntos¹⁹, comenzaron pastoral social y tiempo después dar un vuelco rápido a la secularización comenzaron a hacer procesos comunitarios. Apoyados por una de las organizaciones con mayor proceso juvenil por esos años la Juventud Trabajadora de Colombia (JTC). Después formaron un nuevo grupo Forjadores del Futuro donde tenían como objetivo la formación política entre sus integrantes para incidir en las comunidades. Se realiza el Segundo foro de defensa de la Educación Pública del Suroriente el 3 de septiembre de 1992. De camino por la vía oriente surge una red de organizaciones y juntas comunales que sin importar la división administrativa entre localidades San Cristóbal o Usme, se llaman Comité Coordinador del Desarrollo Integral comprometida por el desarrollo de los barrios. En 1995 bajo la coyuntura de la intervención del Proyecto Sur con Bogotá se fortalece como la Red Vía Oriente²⁰.

8 CLUB ACTIVOS: EL SUR DEL RAP ORIENTE

En San Cristóbal un espacio se convertiría en el referente para todo este movimiento de hip hop: Club Activos. Un espacio que estaba a cargo por la institución Cruz Roja Seccional Cundinamarca y después la Unidad Coordinadora de Prevención Integral. Marcelo Cantillo abrió por primera vez este espacio cultural en enero de 1990 y dos años más tarde se le uniría

18 Consejería Presidencial de Juventud, Mujer y Familia, Consejería Social del Distrito Capital cita en (2009) Useche, Oscar “Jóvenes produciendo sociedad” Oxfam, Uniminuto, Alcaldía Mayor, Bogotá.

19 Entrevista a Blanca Rivera, mes de septiembre de 2010.

20 Taller de recuperación de memoria histórica liderado por Chlicos el 24 de junio de 2010.

Antonio Martínez. Las actividades cotidianas del club recibían las visitas de muchos jóvenes que en las tarde de lunes a sábados realizaban actividades de tiempo libre recreativas, artísticas y deportivas. Donde venían a ensayar grandes agrupaciones como la Etnia y Gotas de Rap. Realizan el Primer Encuentro Deportivo Comunitario en 1993. En ese mismo año, realizan un evento de hip hop distrital en la media torta, fue la primera pasarela del futuro Rap al Parque. Para el 4 de junio de 1995, la capacidad de Activos era tal que podía asumir simultáneamente dos escenarios como el Velódromo y la Media Torta, en éste último de las 20 agrupaciones que se presentaron 10 eran del Club Activos²¹. En el 1997 fortalecen proceso en San Rafael con la biblioteca comunitaria con Jorge Ramirez un líder comunitario que organiza un grupo de pelados, con el tiempo uno de los jóvenes Israel Uauque funda de Yurin Unai posteriormente Silfos una organización actual artística. La forma de convocatoria que resulta atrayente para los jóvenes son campamentos juveniles que la UCPI promovería entre 1997 y 1998.

9 PRIMERA MESA LOCAL DE JUVENTUD (1991-1994)

En octubre de 1992 se constituye en la localidad el Comité Coordinador Interinstitucional de Juventud, se gestionaron recursos para la implementación de proyectos presentados por jóvenes que tenían la intención de trabajar articuladamente a lo que más adelante se llamará Mesa Juvenil Local. Este espacio vio fortalecidas sus esperanzas con la llegada de Jimmy Viera quien representaba a la propia Consejería que gestionó los recursos para una casa de la juventud en San Martín con un grupo llamado Vamos a Andar y también equipos para todas las organizaciones que hacían parte de la mesa.

La mesa juvenil también participó, en lo que sería la primera experiencia de Plan de Desarrollo Local en 1993. Esto significó que la mesa juvenil local debiera realizar constantes ejercicios de organización y articulación de grupos, clubes y organizaciones juveniles para ser parte de procesos de la planeación también en los años 1995 y 1997. Un hito histórico fue un encuentro al que asisten 170 jóvenes el 27 de junio de 1993, una jornada

21 El Tiempo edición del martes 6 de junio de 1995.

completa en el Coliseo de La Victoria donde se organizaron comisiones en distintos líneas de intervención para la creación de condiciones para el fortalecimiento organizativo y participación: casa juvenil, un centro de información juvenil acompañado de capacitaciones, un fondo de iniciativas juveniles, programas de vinculación a la vida económica, salud Integral y Preventiva (programas de educación sexual y prevención de la drogadicción). Iniciativas juveniles por la paz, defensa y promoción de los derechos humanos tomar medida contra la “limpieza social”.

Al final se llegaron a unos compromisos entre las instituciones para coordinar un plan local juvenil para el apoyo a organizaciones juveniles y comunidad, donde las nacientes Ong's hicieron acompañamiento y tutoría, donde especialmente la Alcaldía Local y la JAL destinaran planes de inversión social. Para esto al poco tiempo, en una Asamblea Juvenil en Santandercito (sede de la ACJ), se establecieron una líneas de acción con un comité provisional compuesto por ACJ, CASA Taller Fundación Creciendo Unidos quien ha sido escuela para muchos jóvenes con liderazgo, Instituto para Niños Ciegos, Guacamayas Primer Sector y JTC. Todo para fortalecer el trabajo de base, la coordinación local y establecer relaciones con otras experiencias. Después se conforma un comité local de juventud al año siguiente donde participarían Afane, JTC, Asociación Cristiana de Jóvenes (ACJ), Apoyar y Gamma Ideas.

Lo más significativo de esta mesa para algunos que acompañaron el proceso como Cesar Baratto²² fue su participación en el proceso de investigación acción participativa, iniciativa de la JTC entre los años 1992-1994 al realizar un estudio sobre jóvenes populares en la ciudad, en ella participaron 253 mujeres y hombre jóvenes de la zona cuarta. He aquí los apuntes más relevantes: Para la mayoría de los encuestados la política le es indiferente o es un negocio en manos de quienes tradicionalmente la ejercen. Esta percepción negativa de la política es porque simultáneamente perduraban las prácticas políticas caracterizadas por el clientelismo y la politiquería. Es significativo que los encuestados reconocieran pertenecer a grupos juveniles de base, organizaciones deportivas, eclesiales, artísticas, cívicas y comunitarias no confiaran en las formas convencionales de participación política llena de vicios de corrupción y clientelismo buscando formas de realizar

22 Entrevista realizada a Cesar Baratto realizada en agosto de 2010.

trabajo social y comunitario aparte buscando cambiar el estilo de vida más que la lucha por el poder, hizo incluso desconocerse a sí mismo como un actor político entre los barrios.

La materialización del plan local juvenil se quedó en el discurso. Bien sea porque el comité institucional se quedó en reuniones poco operativas, destinadas a la socialización de agendas propias sin mayor articulación que en eventos ocasionales; también porque las ong's estaban ya viciadas con un interés económico para no comprometerse realmente a la creación de nuevos clubs y vinculación de otros jóvenes, pero también por cierta ingenuidad juvenil que creyó en un discurso sin una ruta operativa y sin una formación política para su exigibilidad. En contexto local la ruptura empezó por el robo de equipos en Afane organización del barrio Quindío, la desconfianza rondó ante una verdadera explicación en asamblea de lo que pasó. Por otra parte la creación de espacios feudales como la casa juvenil en San Martín desconocida por su mala ubicación, no era un referente para el encuentro con los jóvenes y con un club juvenil tan reconocido que no dio cabida en escenarios públicas a otras expresiones culturales que no fueran el rap.

En 1996 desde el proceso cultural y social de las organizaciones se intentó postular un candidato a edil Oscar Bustos, pero faltaron unos pocos votos para lograr ese propósito. Sin embargo, esto demostró que las organizaciones sociales tenían un poder social que incidía en las comunidades. La explicación que la imposibilidad de llegar a las próximas elecciones victoriosos se debía a la promesa de alianzas para postular un candidato bajo un solo programa, pero al momento de decidir quién es el candidato se rompía la unidad. La Red de Eventos que surge en el año 1997 con la aceptación desde la administración local para avalar tres eventos propuestos por organizaciones de la localidad, algunas ya venían trabajando con actividades culturales sin recursos, poco a poco se fue extendiendo la invitación a otras organizaciones. Pero para ser críticos, a pesar que muchas de las organizaciones tienen un trabajo comunitario, la dinámica cayó en la realización de eventos a partir de un contrato.

10 ORGANIZACIÓN ESTUDIANTIL

En el club Activos comenzó a explorar las actividades de encuentro con campamentos, festivales, eventos deportivos, concurso de porras y comparsas culturales que buscaban otras formas de expresión por las calles con grupos como “Trasnocha perros” que tocaban tambora y la gaita. Tenía una buena recepción por parte de la comunidad no sólo juvenil sino de todas las poblaciones en los barrios²³. Al iniciarse un trabajo entre los colegios de la zona se pretendía ampliar el escenario de expresión artística estudiantil más allá del colegio, daría un nuevo paso en las formas de asociar colectivos juveniles. Es así como nace una organización de los estudiantes de secundaria Comité Estudiantil Local de Arte (Cela). Una red integrada por dos o tres alumnos con un profesor de cada institución que se reunían para programar un evento donde se presentara actividades artísticas y culturales que cada institución preparaba en el transcurso del año. En total se hicieron diez eventos y tanto sólo tres fueron financiados; en pleno auge, con seis días de festival lograron reunir a cerca de 10.000 espectadores. Al mirar al pasado, quienes acompañaron a la red estudiantil reconocen que no formarla políticamente era convertirlos sus integrantes, no en líderes sino en futuros organizadores de eventos. Ese proceso a medida del tiempo perdería fuerza y ya marchito en su último intento de tratar de articular a las personas que estuvieron allí lideraron una propuesta de Centro Experimental que fuera sostenible bajo una iniciativa productiva de un café Internet en el Cade a comienzos del 2000, pero sería un rotundo fracaso y terminar en una historia de peleas por problemas administrativos.

11 SEGUNDA MESA LOCAL JUVENIL (1997-2000)

En 1997 nace la segunda mesa compuesta con agrupaciones como Penta Colors, Quindiclub, Constructores de Comunidad, Infancia Misionera de San Martín, Semillero B - Boy, Jovi, Constructores de Comunidad, La Otra Cara de la Juventud, Club Deportivo Novatos I y II, Grupo Coral SJAYETDL, Club Juvenil San Martín 2º sector, Club Juvenil San Alejo, Club

23 Entrevista realizada a Marcelo Cantillo, 28 de agosto de 2010.

la Roca, Acólitos de San Isidro, San Alejo de Villa Javier y demás clubes juveniles que formaban parte de los programas de apoyo del ICBF y la alcaldía local. Hechos significativos de este nuevo intento está la apuesta por trascender el territorio local, realizando un encuentro los días 20 y 21 de noviembre de 1999 entre 250 jóvenes provenientes de las localidades de Usme, Suba, San Cristóbal y la anfitriona Kennedy, como invitados estuvieron algunos animadores de las localidades de Tunjuelito y Puente Aranda. A nivel local dinamizaba la organización Gestar Desarrollo, que había comenzado actividades en 1993 y que algunos integrantes pertenecieron al final de la primera mesa. Entre Cesar Baratto y la religiosa Claudia García Serna promovieron la vinculación de jóvenes en tres núcleos de organización a partir de un diagnóstico de concentración del quehacer juvenil: el parque velódromo Primero de Mayo; las organizaciones en Altos del Poblado y distintas expresiones que animan entidades e instituciones como la UCPI, Cruz Roja, la misma Gestar Desarrollo y la Fundación Cepecs²⁴.

Entre los puntos más relevantes del encuentro realizado²⁵: Aprender de las experiencias y metodologías de otros clubes. Promover encuentros más frecuentes para romper con rivalidades e integrar los clubes para presentar proyectos locales. Capacitación en el camino de intervención para la transformación. En el estudio de políticas públicas en especial la Ley de Juventud. Como necesidades se pide formación en pedagogía y técnicas de trabajo con jóvenes, niños y niñas. A la vez es importante para el trabajo con jóvenes la presencia, conocimiento y comprensión de los padres de familia sobre las actividades que ellos y ellas realizan. Rescatar el trabajo en ecología y medio ambiente. Preocupación el consumo de sustancias psicoactivas y la incidencia en violencia y el pandillismo.

La segunda mesa se pensó en una gestión de proyectos vía institución, dedicaron la mayor el tiempo a la discusión de una política de juventud pero todo este nuevo proceso se acabaría con la misma llegada de la primera elección de los CLJ. Hacia el año 2000 quisieron hacer una caminata nocturna todos los clubes juveniles en coordinación con la UCPI, que nunca lograron concluirla.

24 Corporación gestar desarrollo Propuesta de investigación clubes juveniles ICBF punto de partida: Para una lectura de los escritos de jóvenes en el encuentro interlocal de jóvenes (noviembre 20 - 21 de 1999).

25 Documento final del Encuentro Interlocal 1999 elaborado por Gestar Desarrollo.

12 POLÍTICA DE JUVENTUD

Es reciente historia de la política juventud, en 1985 se declaró Año Internacional de la Juventud por Naciones Unidas, las políticas públicas en Colombia comenzaron a diseñar programas para la población joven, con el discurso de actor potencial de desviación social. En 1986 nace el Plan Nacional de Prevención de la Drogadicción. Dos años después el Departamento Nacional de Planeación lanzó los primeros lineamientos generales de una Política de Juventud, sólo hasta 1990 se creó la Consejería Presidencial para la Juventud, la mujer y la familia, otros cuatro años pasaron por la creación del Viceministerio de la juventud. Ya consolidada la ley de la Juventud en 1997 se creó el Sistema Nacional de Juventud, buscaba contrarrestar los altos casos de jóvenes implicados con un fenómeno de preocupación nacional: el sicariato, jóvenes contratados en barrios marginales eran los asesinos materiales de altos funcionarios y políticos del país. En un análisis de balance pasada la década se critica que era una política muy subordinada y sin poder decisorio (ALONSO; DELGADO, 2003, p. 137-138). Con el inicio del milenio se crea el Programa Presidencial para el Sistema Nacional de Juventud por Colombia Joven, mal inicio porque según demostrará las experiencias de los CLJ que tanto se discutían y esperaban no representan ni cumplen espacio de participación.

13 LOS CONSEJOS LOCALES DE JUVENTUD CLJ

Hacia 1999 donde se hace Seminario Taller Internacional sobre Políticas para el Sistema Nacional de Juventud – por Colombia Joven. Dos años después la Presidencia de la República realiza un documento “Presente y Futuro de los Jóvenes” que va a fomentar un diálogo preparatorio para las elecciones del consejo local de juventud (CLJ). Las primeras experiencias de los consejos juveniles se hacen en Medellín. En los cuatro periodos de elección han tenido muy bajas participaciones no sólo e incluso en el número de inscritos, sino la abstención de votantes potenciales. Se estima que en los cuatro periodos de elección, el más representativo ha sido el primero en 2002 pero que tan sólo registra una participación del

12,8% del total. La votación obtenida por ejemplo para 2008 en la ciudad era de sólo 8712 sufragios válidos donde 597 eran votos nulos (USECHE, 2009, p. 121). Para 2011 se inscribieron 1.9% pero de los 36.695 inscritos voto sólo el 20% (CUESTA, 2014; 42) y en el caso de los presupuestos participativos en jóvenes no superaron los 40.000 personas. Pensar la ciudadanía juvenil en forma de organización tradicional de participación electoral o de democracia formal es limitarla (MUÑOZ, 2004; 52). La relación joven-política es dupla que no están separadas ni se oponen porque siempre este sector social será un fuerza esencial para la permanencia o al cambio. Aunque los CLJ han permitido introducir al joven en el escenario político institucional, establecer relaciones con las autoridades locales y realizar trabajo en colegios, pero sin formación política ni poder real no tienen mayor incidencia. También hay que señalar que la Política Pública Distrital de Juventud cumple su último año 2006-2016, un balance general es negativo Políticas y política de jóvenes y juventud (ACOSTA, 2014, p. 61, 62). Implicó un gran esfuerzo de encuentros y sesiones de trabajo para los colectivos para la construcción de un documento abstracto de principios y dimensiones que no pudieron ser aterrizadas por la incapacidad efectiva institucional y presupuestos asignados.

14 COMIENZA MILENIO EN LOS BARRIOS

En el año 2000 la población juvenil rondaba la cifra de 1.518.718 que representaban el 23.6% (ZORRO, 2004, p. 76). Para el momento uno de cada cuatro jóvenes era pobre según línea de pobreza y uno de cada seis vivía en miseria. Y la zona de la ciudad con más jóvenes en condiciones de pobreza y miseria era el sur oriente (ZORRO, 2004; 77). Además el estudio del CID señalaba que la concentración de mayor población joven estaba en las localidades de Ciudad Bolívar, Bosa y Usme. Obviamente las condiciones de pobreza tienen una relación directa con los indicadores de maternidad y paternidad adolescente, desempleo, economía informal, delitos y hurtos. Otro estudio ratifica esta concentración donde cerca de la mitad tiene menor de 25 años, agrega a las localidades de Sumpaz y San Cristóbal (AMADOR; LEONEL; GARCÍA, 2004, p. 17). Las condiciones económicas y sociales;

a pesar de las políticas sociales y de asistencialismo, no han cambiado la vida de quienes pertenecen a los sectores populares de la Media Luna del Sur. El observatorio de Juventud de la Universidad Nacional con 13 años funcionamiento, estima que actualmente la cifra de personas jóvenes es de 1.612.380 y la mitad de ella vive en los estratos 1,2 y 3 (ACOSTA, 2014, p. 18). Aproximadamente un 40 por ciento de los jóvenes que habitan en las zonas del sur y sur oriental viven en hogares de estratos uno y dos. Incluso para los próximos años en dichos sectores se concentrarán mayores poblaciones juveniles si tomamos que el 66.9% de las mujeres embarazadas según la Encuesta Distrital hacia 2014 entre 15 y 18 años están en las localidades de Ciudad Bolívar, San Cristóbal, Sumapaz, Los Mártires, Usme y Bosa.

En términos organizativos el sector urbano popular de esta media luna ha mostrado una gran diversidad de formas organizativas colectivas con distintas agendas: Por ejemplo en la localidad contigua de Usme (LEONEL, 2004), organizaciones campesinas y rurales como la Organización juvenil Gozando Territorio, iniciativas económicas como Aseprocomd, nuevas formas de grupos parroquiales Adictos al arte, actividades circunces Cirwepa, organización con historia Fundación Vida y Liderazgo, asociaciones que trabajan con la primera infancia Aprefnu, revistas alternativas como Surgente, experiencias en arte y lúdica Eleusi, ambientales y de rescate ancestral como ReciclandoAndo y Juveasdoas. Aquellas sobre derechos humanos como Círculos de Paz (2009) o el Observatorio Local de Derechos Humanos OLDHU²⁶, quien comenzaría actividades hacia 2003 frente al proceso de legalización de barrios como consultorio jurídico. También actividades de formación de la Escuela Popular del Sur e investigación de la agenda de la Media Luna del Sur frente a sus condiciones económicas. Rescatan el papel de las madres comunitarias como formadoras pedagógicas frente al cuidado de los niños en una población desde el sur. Espacios educativo como Asociación Cultural Hijos del Sur en 2004 que junto con Cinespacio cineclubismo fundan una biblioteca comunitaria (CASTIBLANCO, 2004, p. 223). También espacios de articulación como Plataforma Usme con organizaciones juveniles como Guiando territorio y la Mesa Local de Juventud.

26 Entrevista a los Andrea Suarez y Leovigildo OLDHU efectuada 20 de agosto 2011

Otras las experiencias en localidades cercanas como Santa Fe con Corporación Urban Art en Hip Hop, en Rafael Uribe Uribe de Corporación Azul sobre LGTBI. En Ciudad Bolívar que es cuna de muchos procesos desde Celodije para el desarrollo e integración de los barrios, hasta las actuales Casa Cultural de Arabia y proceso en San Francisco de Madona y sus Divas por la promoción LGTBI.). Movimiento Rock por los derechos humanos de Ciudad Bolívar 2002 carácter del rock talleres y festivales (192) Jóvenes y derechos en la Acción Colectiva. En Bosa sobresale el proceso de la Multi Red quedó cabida al grupo juvenil Sopa y Seco.

Incluso en localidades distintas a la media luna pero de sectores populares como Sistema Local de Kennedy SLJK, a partir de la experiencia en CLJ 2002. También de articulación con Colectivos Red IECHO Chapinero 2012 (84) con Inzane y Toy 2 Crew de hip hop, Cine Libertad y Biblioteca Libre como espacios para recuperar el espacio público. Otras son reseñadas en entrevistas hacia el 2010 en la investigación en Fontibón con organizaciones Mandala Hyntiba, Namaku, Psicoparche, Mafia Latina y La Santa agrupaciones de rap y grafiti también ABC Crew, Villa-109, Gran Estilo, Gráfico Capital Crew (Garzón, 2013). Ecolectivo Atómico Usaquén (2013) sobre ambiente y reciclaje. Sería imposible enumerar todas las iniciativas que día a día construyen barrio popular.

A nivel de San Cristóbal, en el año 2000 la Juventud Trabajadora de Colombia JTC en aras de tener una sede en Guacamayas dinamiza la creación del grupo Juventud Unida que posteriormente formaría otros grupos como “Uniendo Fuerzas” y “Activos por el futuro”. Las acciones están dirigidas para trabajar una ludoteca barrial y promover el movimiento de objeción de conciencia a través de la ACOOC Acción Colectivo de Objetores y Objektoras por Conciencia que estuvo realizan muchas actividades. La figura de clubs juveniles ha perdido dinamismo, e incluso no es la sombra de los años anteriores, pasó por diferentes contratistas del ICBF, en el 2001 la Asociación Cristiana de Jóvenes (ACJ) que toma la experiencia, después vendría Colsubsidio pero los clubs no han lo grado trascender de la dinámica de buscar recursos para hacer pequeñas actividades internas sin que ello implique fortalecer procesos ni mucho menos articular experiencias.

En el transcurrir de esta última década la localidad ha visto nacer, fortalecerse, resurgir, fusionarse, dividirse o disolverse a muchas organizaciones como Piel de Roca, Aspic, Nuevas Máscaras, Chilcos, Forjando la Roca, Artífice Inimaginable, Alta Esencia, Muiscas, Manzano, Cine Club Memento, Revista Arraigos, Loma Sur, Natural, Redacción Comunicaciones, Metal Cuarta. Incluso para una Tercera Mesa Local de Juventud que a partir del 2010 en procesos llamados “Liberando la Noche” contra los panfletos de los paramilitares consolidan con una iniciativa apoyada por el IDPAC. Realizando acciones masivas en el territorio y espacios amplios de formación pero las dificultades en la ejecución de un proyecto y en especial sobre la responsabilidad del manejo de recursos en algunas personas del espacio lo acabó tan pronto terminó el conve- nio. Actualmente existe una Mesa Local de Organizaciones Sociales que ha dinamizado foros con la comunidad desde el 2012 y lidera las movi- lizaciones de Primero Mayo que en un comienzo eran minorías pero en los últimos cuatro años han sido numerosas hasta llega superar las mil personas. El reto es ahora retomar actividades de coordinación con el proceso de la marcha del sur.

15 CONCLUSIONES

Aunque en el espacio urbano adolecemos de un movimiento social. Existen formas novedosas de expresión colectiva donde sus integrantes comparten significados y sentimientos que los llevan a comprometerse a planear y llevar a cabo acciones. Por otro lado se percibe los cambios del movimiento juvenil que evidencian un desplazamiento de lo político a lo cultural, más que la transformación del poder buscan una significación del bienestar de la vida cotidiana (FEIXA; COSTA; SAURA, 2002, p. 20). También como parte de sectores populares hay espontaneidad no institu- cionalizada aunque cierta ambigüedad en sus demandas con sentidos con- tradictorios y multifacéticos, pero con acción y práctica colectiva más que de propuestas ideológicas o aparatos institucionales. Son acciones colectivas con alta participación de base, que al tiempo van elaborando sus deman- das, encontrando formas de acción para expresarlas y constituyendo sujetos

colectivos, es decir reconociéndose como grupo o categoría social (JELIN, 1989, p. 14, 15). Sin embargo para ser más precisos, en los sectores populares no son grandes sectores poblacionales, más bien se debe todo al impulso de la organización en minorías activas que pueden contribuir a superar la pobreza, marginalidad y exclusión, al permitirles colectiva y organizadamente expresar sus necesidades, expectativas y proyectos” (JARAMILLO, 1998, p. 217). Son nuevas expresiones de tendencia multiculturalista (FRASER, 1997).

Es importante la animación juvenil por ser un acto de poner en marcha un diálogo de diversos mundos de vida, por instaurar una experiencia comunitaria, de desmontar unas formas de dominio de la vida cotidiana, armar mediaciones de los jóvenes con sus proyectos de vida, configuración de actores sociales y públicos (PEREA, 1993). Todas las experiencias reafirman la necesidad de las dos características señaladas en una investigación sobre organizaciones populares en Bogotá (TORRES, 2003, p. 35) que garantizan su continuidad en el tiempo: tener una identidad colectiva como grupo, es decir un sentido de pertenencia a un lugar común y un proyecto a futuro que trascendiera las actividades del grupo y que implique un horizonte de sentido como organización.

La relación con las instituciones es una opción válida de cada intento, están también en el territorio y trabajan con sectores juveniles. Sin embargo debe ser bien claro desde el inicio el papel que ellas tienen, que el proceso no sea utilizado como resultado de gestión institucional cuando el trabajo es de la organización, o que las organizaciones queden en un asistencialismo institucional. Lo importantes es que para una acción colectiva urbana es contar con una red real entre los grupos que necesitan conocerse y comunicarse. Pues son estas adscripciones e identidades asociadas a estéticas y apropiaciones al consumo cultural que se convierten en actos populares de cambio frente a la exclusión con escenarios de interacción y trabajo con la base. Algo que demuestra la dinámica de articulación es su ritmo que puede ser potencializado y reafirmarse está al ritmo de la coyuntura.

La necesidad de sistematizar las experiencias para que el pasado tenga sentido y ejercicios de memoria, radica en comprender esas acciones en un tiempo con sus alcances y limitaciones. La pasado tiene sentido para

aprender sus lecciones para la acción presente. Existe una tensionalidad en todo grupo organizativo que involucra a líderes comunitarios entre su labor social y su proyecto de vida. Se debe ser consciente que la participación política es una vía institucionalmente válida pero no exclusiva. El problema en este escenario es la tensión entre el colectivo y las individualidades, ya sea por las autistas peleas a la hora de definir un candidato o una vez elegido ya no representa los intereses de las organizaciones. No se critica el evento para la comunidad, se señala que cuando este es fruto de un contrato o sea hecho por un recurso, la organización corre el peligro de no diferenciar su naturaleza a la de un operador que contrata con la institución. Pues su objetivo se dirige a cumplir los términos de referencia descuidando su horizonte social.

A medida que pasa el tiempo hay que establecer canales de comunicación e interacción con nuevas organizaciones y nuevos integrantes para que el proceso no se estanque, y al interior de la colectividad tiene siempre que preguntarse por el relevo generacional, pues los más adultos a medida que definen su proyecto de vida y se les acaba su moratoria social deben entender que ejercen una subalternidad etaria con los más jóvenes. Sin embargo se debe avanzar en la articulación de un movimiento urbano social que traspase lo generacional. Los distintos intentos de unidad han sido promovidos por una coyuntura que motiva la articulación, sea una problemática sentida común o la posibilidad de gestionar recursos. Pero si no se supera la unidad por los recursos esta muere inmediatamente después cuando la financiación se acaba.

Es necesaria una constante formación política de los integrantes con enfoque pedagógico y metodológico acorde. No significa formar académicos sino ilustrar en el proceso para la toma de decisiones. Contar con opinión crítica del momento histórico en que se vive y su horizonte ideológico que implica al pertenecer a sectores urbanos populares. La pregunta no sólo va cómo se educa sino a quién además se anima. La formación de jóvenes en términos de organización social política debe tener en cuenta no sólo las prácticas de enseñanza y aprendizaje sino la animación para el liderazgo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Fabián (Coord.). **Jóvenes, juventudes, participación y políticas**. Bogotá: SDIS, Alcaldía Mayor, 2014

AMADOR, Juan Carlos; GARCÍA DUARTE, Ricardo; LEONEL LOAIZA, Quena. **Jóvenes y derechos en la Acción Colectiva**. Bogotá: Personería, Universidad Distrital, Ipazud, 2005.

APRILE-GNISET, Jacques. **La ciudad colombiana**. Santiago de Cali: Editorial Universidad del Valle, 1997.

ALONSO, Juan Carlos; RICO DE ALONSO, Ana; DELGADO, Adriana. **Familias, estado del arte, Bogotá 1990-2000**. Bogotá: DABS, Universidad Javeriana, 2003.

CONSEJERÍA presidencial para la juventud, la mujer y la familia 27 de junio. **Memorias del primer encuentro juvenil de la localidad Cuarta de San Cristóbal**. Consejería para Asuntos Sociales. Bogotá: Alcaldía Mayor; UNDCP, 1993.

CORPORACIÓN gestar desarrollo Propuesta de investigación clubes juveniles ICBF punto de partida: Para una lectura de los escritos de jóvenes en el encuentro interlocal de jóvenes (noviembre 20 - 21 de 1999).

Fraser, Nancy. **Iustitutia interrupta**. Bogotá: Universidad de los Andes, Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 1997.

FEIXA, Carles; SAURA, Juan; COSTA, Carmen (Eds.). **Movimientos juveniles: de la globalización a la antiglobalización**. Barcelona: Ariel, 2002.

GARZÓN CARRILO, José Ricardo. **Viviendo sin miedo: jóvenes y prácticas políticas en Bogotá**. Bogotá: Universidad Distrital, 2013.

HARVEY, David. **Espacios del capital. Hacia una geografía crítica**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

JARAMILLO, Jaime Eduardo. Formas de sociabilidad y construcción de identidades en el campo urbano-popular. In: MARTÍN BARBERO, Jesús; LÓPEZ DE LA ROCHE, Fabio. **Cultura, medios y sociedad**. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales, Universidad Nacional, 1998.

_____. Parque Entre Nubes. In. _____ (Coord.). **Actores sociales y culturales**. Para que el sur... oriente. Localidad San Cristóbal: Departamento de Sociología, Universidad Nacional, 1997.

JELIN, Elizabeth (Cond.). **Los nuevos movimientos sociales**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.

LOS NOVATOS. **Reconocimiento a Villa Javier en el Suroriente Bogotano**. 1997.

PEREA, Carlos Mario. **Cofabulando presentes**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1993.

RODRÍGUEZ LEURO, Jairo Antonio. **Jóvenes, cultura y ciudad**. Observatorio de Cultura Urbana, Bogotá: Instituto Distrital de Cultura y Turismo, 1998.

TORRES, Alfonso. **Organizaciones populares, identidades colectivas y ciudadanía en Bogotá**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2003.

TORRES, Alfonso. Experiencias organizativas urbanas y constitución de sujetos sociales. In: **Movimientos sociales y educación popular**. Aportes 40. Bogotá: Dimensión Educativa, 1994.

USECHE, Oscar. **Jóvenes produciendo sociedad**. Alcaldía Mayor, Oxfam. Bogotá: Uniminuto, 2009.

VELA CELY, Marlen; DÍAZ FERNÁNDEZ, Nancy. **Historia de la organización comunitaria y de la problemática educativa de Usme**. Tesis de Trabajo Social Universidad Nacional, Bogotá, 1992.

ZAMBRANO, Fabio. **Historia de la localidad de Tunjuelito**. Alcaldía Local de Tunjuelito. Bogotá: Universidad Nacional, 2004.

ZORRO Sánchez, Carlos. **Pandillas en Bogotá: por qué los jóvenes deciden integrarse a ellas**. Bogotá: Alcaldía Mayor, 2004.

EDWIN GERARDO GUZMÁN MOLINA

Sociólogo Maestría en Estudios Culturales. Docente em la Facultad de Ciencias de la Comunicación- Programa Comunicación Social y Periodismo. Investigador social con experiencia en procesos, comunicación popular, identidades juveniles y cultura digital. Conferencista invitado en universidades como Cauca, Distrital, Nacional, Santo Tomás, Minuto de Dios, Los Libertadores y Javeriana sobre temas relacionados a la comunicación, industrias culturales, historia de organizaciones sociales y sociología de la cultura. Hago parte de la red de comunicación Loma Sur que durante 15 años ha realizado actividades en radio Integrante permanente del periódico Desde Abajo. Hago parte del grupo de investigación “Comunicación,

cultura y ciudadanía” del Centro de Estudios Sociales de la Universidad Nacional bajo la dirección de Fabio López de la Roche que realizó en el 2016 el programa En el medio en UN Radio. Actualmente realizo actividades con estudiantes en el programa Voces en movimiento de Uniminuto Radio. Email: niwdesociologo@gmail.com

CRISIS DE LOS DERECHOS HUMANOS, DESIGUALDADES Y RESPUESTAS SOCIALES EN MÉXICO: PERSPECTIVAS DESDE LA HISTORIA ORAL Y LA CONDICIÓN DE LOS JÓVENES

Fabrizio Lorusso

RESUMEN

El objetivo de este artículo es, por una parte, hacer una revisión preliminar del estado del arte relacionado con el uso del método de la historia oral para rescatar la voz de víctimas y agraviados por violaciones graves a los derechos humanos en América Latina y, por otra, situarla en el contexto histórico reciente de México. Éste se caracteriza principalmente por un conflicto interno armado, que va más allá de la retórica oficial de la *guerra al narcotráfico*, por el predominio de las políticas neoliberales y una inédita crisis de los derechos humanos las cuales han impactado particularmente en la población joven y de escasos recursos del país, causando una pérdida gradual de las oportunidades ofrecidas por el bono demográfico. Por un lado, se han profundizado y renovado las distintas desigualdades y violencias, pero por otro han surgido múltiples demandas, luchas, movilizaciones, acciones colectivas y formas de resistencia u organización por parte de la sociedad, las cuales constituyen un reto importante para la historia oral y la historia del tiempo presente. En especial, movimiento estudiantil-juvenil #YoSoy132 en 2012 sacudió a la opinión pública y a la agenda política, insertándose en una ola global de movilizaciones de jóvenes como Occupy Wall Street, los indignados españoles o las primaveras árabes. Por todo lo

anterior, hacen falta replanteamientos para aprehenderlos, con vistas a su conceptualización y a la conservación de la memoria como estrategia de afrontamiento, y se sugieren algunos antecedentes y posibilidades de investigación al respecto.

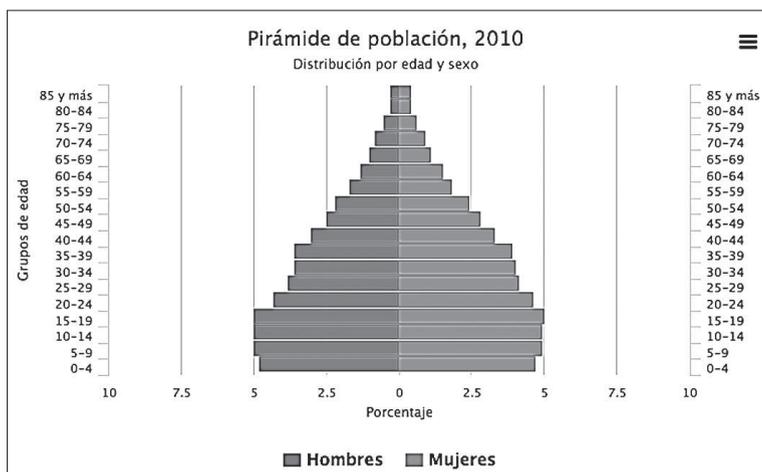
Palabras-clave: Derechos Humanos. Desigualdad. Historia Oral. Jóvenes. México. Resistencia. Violencia.

1 INTRODUCCIÓN: GUERRA Y “JUVENICIDIO” EN MÉXICO

La realidad mexicana actual se caracteriza por la interrelación de distintas criticidades sociales, económicas y políticas que redundan en la acumulación y reproducción de múltiples desigualdades en la población, las cuales incluyen y trascienden, a la vez, el ámbito estrictamente económico, al tener dimensiones de distintas índoles: étnicas y sociales, geográfico-territoriales y de género, de clase y de capacidades, de oportunidades y de acceso a las instituciones y a la política, demográfico-intergeneracionales y laborales, entre otras. A partir de 2007, con la estrategia de militarización de la seguridad pública, en la llamada *narcoguerra* lanzada por el ex presidente Felipe Calderón en diciembre de 2006 y continuada por su sucesor, Enrique Peña Nieto, el país ha experimentado el aumento de índices y tipos de violencias, así como de las violaciones graves a los derechos humanos (DH), como tortura, desplazamiento forzado, desapariciones forzadas y ejecuciones extrajudiciales. No es descomunal hablar de una guerra civil económica con miles de muertos al año por la repartición de recursos, rentas, concesiones y territorios entre negocios lícitos e ilícitos y grupos armados estatales y no estatales (SCHEDLER, 2015). También se ha hablado de una guerra civil o interna con tintes ideológicos y políticos, no sólo económicos, pues el conflicto interno por un lado está funcionando como mecanismo de limpieza social, especialmente en contra de jóvenes y pobres del país, y, por otro, sirve como estrategia de miedo social, despoblamiento de territorios, preparación para el despojo y la implementación de políticas neoliberales vía el aniquilamiento de las oposiciones populares y gracias al financiamiento de Estados Unidos con la Iniciativa Mérida y a la militarización (PALEY, 2018). Tratando el caso de El Salvador, por cierto muy parecido al mexicano por lo

referente a las dinámicas de criminalización *a priori* contra la juventud y la población pobre, England (2012, p. 246-247) especifica: “Al negar cualquier significado social o político en las actuales tasas de y tendencias criminales, el Estado puede aplicar políticas del tipo ‘mano firme’, que permiten el arresto de jóvenes que parecen ser pandilleros sin un procedimiento adecuado, sin que la sociedad perciba esto como un regreso al terrorismo de Estado”. Son problemáticas no entendibles mediante modelos monocausales válidos para todo el país, pues se trata de fenómenos complejos, dinámicos y entrelazados con dinámicas globales, regionales y locales, dentro de un modelo de desarrollo económico excluyente y privatista, que llega a considerar como fisiológico y funcional el patrón actual de desigualdades multidimensionales y estructurales y de un régimen político de alternancia con una democracia aún en transición (BOLÍVAR, 2013).

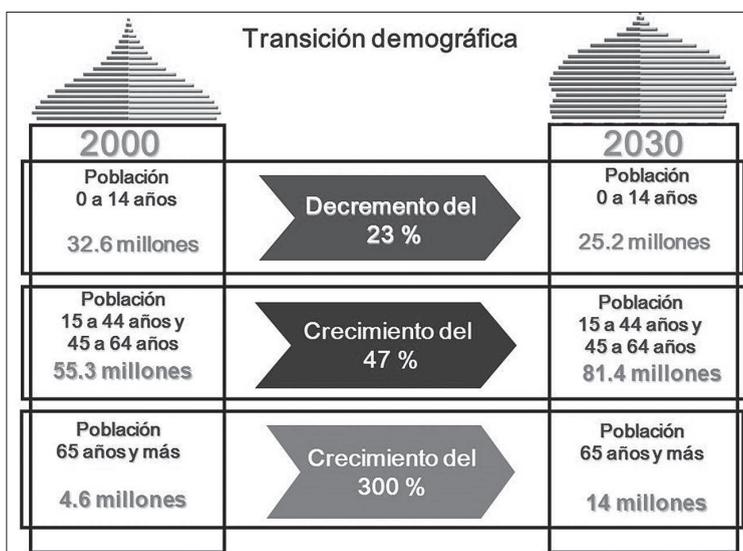
El hecho de que cerca del 40% de los más de 36,000 desaparecidos y el 35.7% de las víctimas de homicidio doloso en México son jóvenes de entre 15 y 29 años, junto a la consideración de que el acontecimiento más sonado y trágico del sexenio de Peña Nieto (2012-2018) ha sido la desaparición masiva de 43 estudiantes normalistas de Ayotzinapa en Iguala la noche del 26-27 de septiembre de 2014, y el asesinato de seis personas esa misma noche, nos habla de una situación de extrema vulnerabilidad que afecta a la población joven y de clase social baja, por el hecho de estar más susceptible a padecer algún acto de violencia o ser víctimas de violaciones graves a los derechos humanos como son las ejecuciones extrajudiciales, la tortura, el desplazamiento o la desaparición forzada (GARCÍA HERNÁNDEZ, 2017; CAMPA, 2014).



GRÁFICA 1: PIRÁMIDE DE POBLACIÓN, 2010, DISTRIBUCIÓN POR EDAD Y SEXO

Fuente: INEGI. Censo de población y vivienda (2010).

Lo anterior se une a las actuales condiciones socioeconómicas del país, con crecientes niveles de pobreza, bajas tasas de crecimiento del PIB y concentración de la riqueza que hace que los jóvenes tengan que enfrentar desigualdades sociales cada vez más profundas. Ante la situación social y económica de México cabe realizar una reflexión sobre el escenario a los que tienen que hacer frente los jóvenes en el país, principalmente el laboral, que estaría planteando un posible “desperdicio” del bono demográfico y de la capacidad productiva de la población que se encuentra en el grupo de 15 a 29 años de edad. Teniendo en cuenta que en México “se está presentando un periodo transitorio de corta duración en el que es mayor la cantidad de población que se encuentra en edades productivas (15 a 65 años) que aquella que tiene edad en la que son económicamente dependientes (0 a 14 años y mayores a 65 años)” (MONTROYA GARCÍA, 2015, p. 21), se ha hablado de un “bono demográfico”, que puede representar un ventana de oportunidad para el desarrollo económico si es bien aprovechado y se canaliza en un incremento de inversiones y ahorro para el crecimiento.



Fuente: INEGI, *Censo XII de población y vivienda*, y estimaciones del Consejo Nacional de Población.

Aunque el crecimiento demográfico del país ya se está estancando y aumenta el envejecimiento poblacional, aún quedan 10 o 15 años del llamado “bono” y hasta 2030 se verá un incremento de la población productiva de entre 15 y 64 años. Según estimaciones, en los primeros años 2000 había 1.5 personas en edad productiva por cada persona en edad dependiente, o sea menores de 15 o mayores de 64 años, y en los años veinte esta proporción será de 2.2, mejor en términos económicos, para luego volver a bajar a 1.5 a mediados de presente siglo (ALBA, 2009).

Sin embargo, la violencia en el país, el reclutamiento criminal, el desempleo juvenil, las crecientes desigualdades, la pobreza (43.6% de la población, 53.4 millones de personas en 2016) y las condiciones de precariedad laboral, la informalidad, las bajas prestaciones, la exclusión de la seguridad social y los bajos salarios, que interesan particularmente a la población de edad menor a los 30 años, han creado un círculo vicioso con la entrada del modelo neoliberal desde la década de 1980 y con las reformas estructurales del sexenio de Peña Nieto, como la laboral y la educativa, que han “flexibilizado”, o sea deteriorado, las condiciones laborales para atraer inversiones. Además, esta precariedad ha hecho que las familias recurran cada vez más al trabajo de todos sus miembros para sustentarse, así que la mano de obra

joven se emplea desde temprana edad y hay más deserción escolar y bajos rendimientos académicos, lo cual definitivamente no genera condiciones de ahorro en los hogares o crecimiento (MONTTOYA GARCÍA, 2015, p. 22-23).

Los jóvenes de extracción humilde que no trabajan ni estudian son denominados, de manera despectiva, como “ni-nis” y son el 11% de los varones y el 37.8% de las mujeres de entre 15 y 29 años (ILLADES; SANTIAGO, 2015, p. 121), pero más que eso son personas “sin”, o sea, sin derechos, sin escuela o trabajo, sin perspectivas, debido a elementos estructurales de un modelo excluyente, por lo cual existe una reserva de “mano de obra” que puede ser reclutada fácilmente como halcón (espía, informante) durante la infancia y como gatillero o sicario en la adolescencia por parte de las organizaciones delictivas. Así es como se está quemando una generación, pues “tanto se ha ensañado la guerra contra estos adolescentes que ya se habla de ‘juvenicidio’ porque, en efecto, cuando no son reclutados por los cárteles para servir de halcones o de sicarios, son asesinados por no querer participar o simplemente porque ‘parecen’ pistoleros o narcomenudistas y entonces son víctimas del ejército o de la policía federal (ILLADES, SANTIAGO, 2015, p. 121). Más que elección voluntaria con base en cálculos económicos, el reclutamiento criminal de los jóvenes en muchos casos acaba siendo una forma de esclavitud, pues las muchachas se destinan a la prostitución y a la trata, los muchachos al sicariato, al cultivo en plantaciones ilegales, al trabajo en laboratorios, al transporte o a la construcción de narcotúneles, para mencionar algunos ejemplos (MARTÍNEZ, 2012). Entre 2010 y 2019 serían unas 20.5 millones las personas que lleguen a cumplir 18 años y el universo de adultos jóvenes entre los 18 y 29 años en esta década sería de 23.15 millones de personas cada año en promedio: a la fecha se puede afirmar que no se han atendido adecuadamente los retos de ofrecerles salud, educación y empleo, así que para la próxima (y última) década del bono demográfico mexicano el desafío se va a amplificar, considerando también que ya se ha dado una experiencia de desafiliación y desilusión institucional en este sector poblacional, en un contexto de democratización incompleta y desigualdades crecientes, y que ya se extendieron otras alternativas de ingreso no deseables ligadas a actividades criminales, por lo que “es urgente reconocer que no hay mejor política de seguridad pública ni estrategia an-

ticrimen que la inclusión social de los jóvenes que hoy pueblan nuestras calles” (MURUYAMA, 2010, p. 72, 78).

En la última década se publicaron en México numerosas investigaciones periodísticas, en que son determinantes las fuentes orales, sobre el tema de las víctimas, los desaparecidos, el crimen organizado, la corrupción política, la criminalización de la juventud y las artimañas del capital transnacional, pero la academia no ha mantenido el paso. La historia oral representa una “especialidad dentro de la ciencia histórica que utiliza como fuente principal para la reconstrucción del pasado los testimonios orales” (MARIEZKURRENA, 2008, p. 227), y es un enfoque metodológico que rescata la subjetividad de los actores y, tras el *giro cultural* de la historia social del último tercio del siglo XX, es cada vez más común dentro de las investigaciones cualitativas en historia, pero también en sociología, antropología, psicología o economía. A través de una investigación documental preliminar, se esboza un estado del arte sobre historia oral, DH, desigualdades y violencias, enmarcado en el contexto mexicano y con énfasis en la población joven y pobre, para poder señalar pautas de investigación. En la primera parte se completa el marco contextual sobre la crisis de derechos humanos y del modelo socioeconómico en México, junto a las respuestas sociales y al caso del movimiento estudiantil-juvenil de #YoSoy132, y en la segunda se abre una ventana sobre algunas investigaciones que se han valido de la historia oral para tratar estas problemáticas y, asimismo, ofrecer posibilidades de afrontamiento ante la violencia.

2 NEOLIBERALISMO, DESIGUALDADES, RESISTENCIAS: EL CASO DEL MOVIMIENTO JUVENIL #YOSOY132

México ha mostrado continuidad desde la década de 1980 en la aplicación de las políticas económicas y sociales fundadas en los principios monetaristas, los ajustes y las reformas estructurales, las privatizaciones y liberalizaciones para la atracción de capital e inversión extranjera, según las recomendaciones del Consenso de Washington, en un contexto de bajos salarios y docilidad de la clase trabajadora. Este paradigma valora la eficiencia y la competitividad, conseguidas a través de la libertad de mercado, la

retirada del Estado de la producción, la desregulación y la revalorización de los derechos de propiedad, considerando las desigualdades generadas como males menores ante las ganancias en costos y productividad (IBARRA, 2007, p. 30-31).

Sus referentes teóricos son la escuela económica austriaca de Friedrich von Hayek y Ludwig von Mises, el monetarismo de la Universidad de Chicago, cuyo fundador, Nobel de la economía en 1976, fue Milton Friedman, así como la teoría de la modernización y del *goteo* de Walt Rostow, según la cual primero hay que crecer como economía y luego, de manera espontánea por mecanismos de mercado, con intervención mínima por parte del Estado, la riqueza *goteará* hacia toda la sociedad, reduciendo la pobreza y maximizando el bienestar.

Sin embargo, tras más de tres décadas de aplicación del modelo, con reformas estructurales y recortes del gasto público, el nivel de pobreza en México se ha mantenido a niveles muy altos con pocas variaciones, del 50% en el 2000, del 47% en 2005, del 46.1% en 2010 y del 43.6% en 2016 (CONEVAL, 2016), siendo ya un rasgo estructural (IBARRA, 2007, p. 49), y la desigualdad económica, entendida como apropiación dispar de recursos entre grupos de la sociedad, ha llegado para quedarse, agudizada por la crisis global de 2007-2009, y se ha juntado a los demás tipos de exclusiones y discriminaciones acumulados históricamente. Incluso se ha hablado de una cultura de la desigualdad incrustada en la sociedad, de la mano del individualismo metodológico del canon neoliberal, que se generaliza en un *desamparo aprendido* colectivamente mediante formas de disciplinamiento y miedo social que terminan fomentando la conformidad y la pasividad ante la ausencia de propuestas y discursos de corte redistributivo, o bien, empujan a la población joven hacia salidas abruptas del sistema como son la migración o el crimen organizado (CORDERA, 2017, p. 24).

Los modelos de desarrollo dominantes en América Latina en los siglos XIX y XX, desde el *primario exportador* (del siglo XIX a la década de 1930) a la *industrialización por sustitución de importaciones* (de 1930 a 1970 y 1980), del *neoliberalismo* (1970 a la fecha) al llamado *enfoque post-neoliberal* (finales de la década de 1990 hasta la fecha, sobre todo en países sudamericanos), tienen en común algunos supuestos que vale la pena destacar (CÁLIX, 2016):

- la idea de que la modernización equivale a un proceso evolutivo, lineal, por etapas progresivas, basado en el crecimiento de la producción y la inversión,
- la subordinación del valor intrínseco de la naturaleza al ser humano con la exclusión de saberes distintos de la racionalidad occidental dominante y una comprensión no integral del desarrollo
- se ven como modalidad de reproducción prevalente del capital en un determinado momento histórico y como formas de ubicar regiones o países en la División Internacional del Trabajo (o participación en las cadenas globales del valor)
- han experimentado crisis cíclicas, han sido de varias maneras integrados en sistemas mixtos y han promovido distintos equilibrios entre Estado y mercado, y los ámbitos de lo político y lo económico

El modelo de desarrollo que aplicaron algunos países con gobiernos progresistas como Brasil, Argentina, Uruguay, Venezuela, Chile, Bolivia y Ecuador, especialmente en el periodo de 1999 a 2014 y, en algunos casos en los años siguientes, se ha denominado como *post-neoliberalismo*, aunque no implique realmente una superación del neoliberalismo y, bajo esta misma etiqueta, caben distintas formulaciones de política económica y diferentes intensidades reformistas, pues se pueden incluir en estas experiencias desde alternativas de reforzamiento del capitalismo con más equidad social y políticas neo-desarrollistas hasta vías de salida del sistema desde las propias instituciones capitalistas o nuevos modos colectivos para crear organizaciones no capitalistas. Pero la mayoría de los casos tienen en común cierto nivel de diversificación de las relaciones internacionales de los países en el marco de la cooperación Sur-Sur, el impulso hacia una mayor autonomía regional y la integración latinoamericana, una reducción sostenida de los índices de pobreza y, en ciertos casos, de la desigualdad, el auge de políticas neo-extractivistas con primarización de las exportaciones y más intervención estatal, una distinta y creciente redistribución de la riqueza y el intento de paliar los efectos más nocivos del neoliberalismo, pero todavía sin establecer el universalismo del Estado de bienestar y una ruptura estructural de las lógicas excluyentes inscritas en el anterior modelo (CÁLIX, 2016, p. 11-15).

Dentro de este marco México, así como Colombia, ha representado un caso aparte, habiendo sido excluido de la oleada de gobiernos revisionistas u opositores del neoliberalismo en Sudamérica y habiéndose mantenido completamente en la esfera de influencia de Estados Unidos en un marco de continuidad desde la década de 1980 hasta hoy en la aplicación y el entendimiento de las políticas económicas y sociales, fundadas en los principios monetaristas, los ajustes y las reformas estructurales, las privatizaciones y liberalizaciones para la atracción de capital e inversión extranjera en un contexto de bajos salarios y docilidad de la clase trabajadora según la recomendaciones del Consenso de Washington. Este paradigma valora la eficiencia y la competitividad conseguidas a través de la libertad de mercado, la retirada del Estado de la producción, la desregulación y la revalorización de los derechos de propiedad, considerando las desigualdades generadas como males menores ante las ganancias en costos y productividad (IBARRA, 2007, p. 30-31).

Debido a la migración, una válvula de escape ambivalente, a las remesas del exterior, a la ampliación en la cobertura de algunos programas sociales y a una desigualdad salarial moderada, entre 1995 y 2010 la desigualdad económica en México había tenido una tendencia a la baja, pero desde 2012 ésta se ha revertido y en 2017 el nivel fue igual al de 1982, así que prima una situación de mayor concentración de la renta, en que el 1% de la población de mayores ingresos concentra el 21% del ingresos total y el decil superior alcanza el 60% del ingreso total. La magnitud de la riqueza de los multimillonarios mexicanos, que en 2017 eran 16, era en 1996 de 25,600 millones de US\$ y en 2014 de 142,900 millones de US\$ (+558%), pero para el promedio de la población mexicana en el mismo lapso temporal el PIB per cápita creció del 26%: en suma, la riqueza de los 4 principales multimillonarios mexicanos pasó de 2% a 9% del PIB (ESQUIVEL, 2017, p. 7-9).

Los motivos de esta tendencia no son puramente económicos sino ligados a múltiples dimensiones y causantes de la desigualdad: la falta de competencia dentro de un débil marco regulatorio; el abuso del poder oligopólico/monopólico y las concesiones leoninas; el mismo diseño y la estructura del sistema tributario de tipo más regresivo y favorable a las élites; la evasión fiscal de corporaciones y particulares, un reparto capital-trabajo en el ingreso nacional cada vez más favorable al capital; el hecho de que

la concentración del poder económico se ha unido a la concentración del poder político o captura de las autoridades, a la estructural reproducción intergeneracional de la pobreza y a la inexorable caída del poder adquisitivo del salario mínimo desde 1976; la exclusión política y económica de la población indígena y los sectores campesinos; la marginación de las personas LGBTQ; la invisibilización de las víctimas del conflicto interno; la desigualdad de género y la causada por las distintas formas de discriminación y violencia, al tener ésta las dimensiones física o directa, cultural, simbólica y estructural, es decir, mediada por factores *institucionales* o *estructurales* y “entendida como un tipo de violencia indirecta presente en la injusticia social, y otras circunstancias que en definitiva hacen que muchas de las necesidades humanas de la población no sean satisfechas cuando con otros criterios de funcionamiento y organización lo serían fácilmente” (JÍMENEZ-BAUTISTA, 2012, p. 33).

Frente a ello se han formulado, mas no implementado, propuestas para la creación de un auténtico Estado del bienestar universalista y una política fiscal más progresiva, para un gasto mejor focalizado, políticas salariales y laborales redistributivas y planes de desarrollo sustentable con mecanismos de transparencia y de rendición de cuentas realmente eficaces (ESQUIVEL, 2017, p. 37-39). Además, se multiplicaron los cuestionamientos de nuevos y viejos movimientos sociales ante las múltiples exclusiones ocasionadas por el modelo, cuyas piedras angulares han sido el dominio de una clase de economistas-tecnócratas sobre la dimensión política de los gobiernos y un régimen de acumulación por despojo que no es otra cosa sino “la forma tomada por el capital en su expansión sobre ilimitados territorios naturales y humanos en su violento proceso multiseccular de mundialización” (GILLY, 2013, p. 1).

En este contexto México ha vivido un proceso electoral inédito en que el primero de julio de 2018 cerca de 89 millones de personas fueron llamadas a las urnas para elegir al presidente, al Congreso y a más de 3,400 cargos públicos y, por primera vez, ganó de manera nítida un partido de centroizquierda, el Movimiento de Regeneración Nacional (Morena), y su candidato, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), con un programa reformista del neoliberalismo, volcado a atender a la población pobre y a los jóvenes (incluyendo a niños y niñas) prioritariamente, por su derecho a la

educación y al trabajo, y a modificar la estrategia de militarización de la seguridad pública. En este sentido, la síntesis del programa del nuevo gobierno, en funciones desde el primero de diciembre de 2018, se sintetiza en el eslogan “Becarios sí, sicarios no”, un programa social dirigido a los jóvenes del país para su reincorporación al mundo laboral o formativo-estudiantil, y señala en la sección “Por cumplir y ampliar los derechos sociales y contra la desigualdad” el diagnóstico de que hay un problema de desigualdad intergeneracional y de limitación de derechos y de vida digna contra los jóvenes en México, como parte de la emergencia nacional de la violencia:

La violencia desatada por una equivocada política de combate al narcotráfico que emplea sólo medidas coercitivas y viola los derechos humanos ha costado al país decenas de miles de muertes, *sobre todo de jóvenes a quienes se les han negado los derechos sociales y una esperanza de vida digna*. Las víctimas de la violencia son cientos de miles de mujeres, hombres, niños y niñas a quienes no sólo no se hace justicia, sino se les mantiene en el olvido. La espiral de violencia genera más violencia, odio y frustración. La paz es una necesidad para el desarrollo y la regeneración del país y esta sólo puede darla la tranquilidad social. Las fuerzas armadas no deben ser usadas en funciones civiles o para reprimir a los movimientos sociales. MORENA lucha porque se acaben los actos de impunidad desde el poder y se investigarán todas las violaciones a los derechos humanos y se haga justicia” (MORENA, p. 7).

Los conflictos sociales locales en 2017 eran 1,148 tan solo entorno a las actividades mineras, causados por despojos y uso de suelo, por el uso del agua y la contaminación, la presencia de grupos armados, la deforestación, por problemas laborales y por la estela de muerte y devastación que dejan las compañías transnacionales en las 22.3 millones de hectáreas (11.3% de la extensión del país) que se les concedió para su explotación a cambio de empleos mal pagados e impuestos irrisorios, sobre todo en los sexenios de Calderón (2006-2012) y de Peña (LEMUS, 2018, p. 13).

Aunque los movimientos y resistencias no han logrado articulación nacional y continuidad en sus impactos, las oleadas de indignación y organización han dejado experiencias, reportorios de acción, imaginarios y resultados.

Según el académico Pietro Ameglio (2014), se trata de secuencias de *gritos* que acumulan fuerza, implican una toma de conciencia y, a veces, se suman a o confluyen en otros. Desde la desaparición forzada de los 43 estudiantes de Ayotzinapa en Iguala, la noche del 26 de septiembre de 2014, se amplificó el reclamo de justicia en apoyo a los papás de los muchachos, al grito de *Vivos se los llevaron, Vivos los queremos y Fue el Estado*, en referencia también a los casi 36,000 desaparecidos que se acumularon en México en los últimos 11 años. Al grito de *Ya estamos hasta la madre*, El Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad liderado por el poeta Javier Sicilia, en 2011, cuestionó la fallida estrategia de combate militar al narco, al empoderar y dar voz a las víctimas de la guerra interna, antes consideradas como meros *daños colaterales* en el discurso oficial.

Otros gritos de indignación fueron en 2012 el *#YoSoy132*, un movimiento de jóvenes para la democratización de los medios y contra la imposición mediática del candidato Peña, y el *Yo Soy Autodefensa* del 2013, dolor del movimiento fundado por el doctor José Manuel Mireles, líder de grupos de autodefensas armados en Michoacán que con su *ya no quería decir que ya no se podía vivir así*, entre el crimen organizado y un estado coludido, y que hacía falta una defensa ciudadana legítima. Según Ameglio (2014), “todos estos gritos son herederos de los grandes gritos de 1994, la madre de todos los gritos de indignación universal, que es el ‘ya basta’ del Ejército Zapatista de Liberación Nacional; y yo diría también el del 2006 mexicano, que es el ‘voto por voto’, un grito verdaderamente masivo”, en referencia al movimiento que acompañó al candidato presidencial progresista Andrés Manuel López Obrador en la denuncia de un fraude electoral, de la victoria espuria de Felipe Calderón, y en su lucha por el recuento total de las boletas.

Para reivindicar reconocimiento y dignidad, verdad, justicia y el derecho a la búsqueda, nacieron muchos colectivos de familiares de víctimas de desaparición y buscadores de personas desaparecidas que, retomando la tradición de organizaciones históricas de las décadas de 1970 y 80, como Eureka, Afadem (Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos) o Hijos México, crearon grupos que impactaron en la agenda política, en los medios y en el imaginario: por ejemplo, Fundec (Fuerzas Unidas por Nuestros Desaparecidos en Coahuila, desde 2009), Los Otros Desaparecidos de Iguala, desde 2014, Las Rastreadoras del Fuerte de Sinaloa, desde 2015, Co-

lectivo Solecito de Veracruz, desde 2015, el Movimiento por Nuestros Desaparecidos en México, que aglutina a unas setenta organizaciones desde 2015. En este contexto, los DH han tenido una posición central pero ambigua, pues se han incorporado tanto al repertorio de lucha de los movimientos sociales, de manera reivindicativa y emancipatoria, como al discurso oficial y a la legislación de rango secundario y constitucional, tras la reforma del 2011, cristalizando así una tensión entre el proceso de burocratización, judicialización y control estatal de los DH y su apropiación normativa y social con fines de denuncia, defensa y cumplimiento concreto.

El movimiento #YoSoy132 es un caso relevante por el papel de los jóvenes y la herencia que ha dejado. Surgido en mayo de 2012 a partir de una protesta en la privada Universidad Iberoamericana contra el candidato puntero en las encuestas para las presidenciales mexicanas de ese año, Enrique Peña Nieto, el movimiento fue trascendente y especial, ya que, después del movimiento del 68 y de las grandes huelgas de la Universidad Nacional Autónoma de México en 1988 y 1986, constituye la gran irrupción masiva de los jóvenes en la vida política nacional en el siglo XXI y se da dentro de un despertar global juvenil que va desde las primaveras árabes de 2010 y 2011 o el renacimiento del movimiento estudiantil en Chile hasta las movilizaciones de los indignados en España y *Occupy Wall Street* en Nueva York en 2011. El #YoSoy132, aun con sus especificidades del contexto mexicano, se coloca dentro de una ola mundial de resistencia al modelo neoliberal de mercado que, asimismo, expresa un sentimiento antiautoritario, un rechazo a las élites tradicionales, a las desigualdades, a la exclusión y a la degradación de las condiciones de vida de la población, particularmente de las nuevas generaciones (MEDINA, 2012, p. 2). Destaca Saavedra (2012, p. 40) que “la apuesta de los movimientos de protesta consiste, entonces, en influir, por medio de acoplamientos estructurales, en los medios de masas para colocar su tema en la atención de la opinión pública”, o sea, “mantenerse *visibles*”, lo cual es una de las características que los jóvenes que se adhirieron al #YoSoy132 tuvieron desde un principio. De hecho, el movimiento nació y se difundió masivamente desde el 14 de mayo gracias a un video de YouTube en que 131 estudiantes de la universidad Iberoamericana, quienes habían participado tres días antes en el acto de protesta contra el candidato presidencial del viejo partido hegemónico PRI, declaraban al mundo, mostrando

su credencial de estudiantes, que no eran acarreados o falsos universitarios, como la maquinaria propagandística del PRI había hecho creer a la opinión pública, sino que estaban allí por sus convicciones a favor de la democratización de los medios de comunicación y contra la imposición mediática de Peña a la presidencia que se estaba consumando. Los jóvenes de México que se solidarizaron durante meses y articularon la lucha, mediante un mix de marchas y repertorios de acción creativos y tradicionales a la vez, empezaron, así, a decir “Yo Soy 132”, el que sigue al estudiante número 131. La nueva irrupción juvenil en la vida pública mexicana fue favorecida por la oportunidad abierta de la coyuntura electoral y las divisiones en las élites en su lucha por el poder, además de la torpeza del candidato Peña, quien había sido cuestionado y no supo hacer autocrítica sobre el desproporcionado uso de la violencia en un operativo que él mandó hacer en San Salvador Atenco cuando era gobernador del Estado de México, y fue reforzada por la creatividad y las formas pacíficas de la movilización, especialmente mediante el uso de nuevas tecnologías de comunicación e información y redes sociales (RAMÍREZ ZARAGOZA, 2016, p. 375-377). También por estas razones se ha llamado al #YoSoy132 “primavera mexicana”, por sus semejanzas con las llamadas “primaveras árabes”, en las que las redes sociales fueron fundamentales en la ampliación de la participación y la sentido de pertenencia, así como en la difusión y alcance de sus acciones colectivas (MEDINA, 2012, p. 9). El #YoSoy132, aun tras su declino a finales del 2012, ha dejado una herencia importante:

El movimiento, luego de las elecciones (1° julio) y de la ratificación del triunfo del candidato priísta por el Tribunal Electoral (31 agosto), ha experimentado un reflujo en su espectacularidad social (protesta callejera), lo que podría considerarse como el inicio de su disolución. No obstante, existen elementos que lo proyectan -con las especificidades que lo caracterizan- más allá de la coyuntura electoral para seguir siendo un actor sociopolítico que marque pauta a la agenda de la institucionalidad política mexicana. Es decir, el #YoSoy132 proyecta al sujeto juvenil como un actor relevante, ya no sólo en términos demográficos y electorales, sino como subjetividades diversas en construcción con un gran potencial movilizador de energías en torno a la transformación de las prácticas tradicionales del sistema político

asociadas a la corrupción, el abuso de autoridad, la impunidad y el control que ejercen los poderes fácticos (MEDINA, 2012, p. 10).

Inclusive, es posible interpretar el resultado electoral de AMLO, ganador con casi el 54% de las preferencias en 2018, como candidato “antisistema”, anticorrupción y a favor de los excluidos, entre los cuales están los jóvenes, en el sentido de que supo catalizar el descontento popular en general, pero sobre todo el voto joven, pues la mitad del patrón electoral se compone de personas menores a los 39 años de edad y AMLO registró los más altos niveles de aprobación en las encuestas preelectorales en la población menor de 29 años (VILLEGAS, 2018).

Finalmente cabe destacar que existe una paradoja entre la expansión en el reconocimiento de derechos, por los que luchan los movimientos sociales, revitalizados en 2012 y 2014 por movimientos de carácter juvenil y variado en términos sociales como el #YoSoy132 y el de apoyo a los padres de los 43 desaparecidos de Ayotzinapa, y la violencia generalizada, y es plausible que el auge del crimen organizado sirva como factor de regulación del cambio social emergente y las acciones colectivas contenciosas, llegando a revertir los efectos de algunas reformas que formalmente ampliaron los derechos sociales, económicos y políticos (HINCAPIÉ, 2015). En efecto, el reconocimiento legal y la incorporación institucional de los DH parece tender a la neutralización de su potencial transformador y de lucha, al hacerlos parte de un dispositivo jurídico, sobre todo si hay mecanismos y poderes fácticos que los limitan. Más allá de la actuación represiva del crimen y la violencia, con referencia a las reformas estructurales aprobadas en 2013 en México, “el capitalismo por desposesión está acotando los DH en la definición misma de cuáles deben ser estos derechos y cuáles no lo son (aunque lo sean), quiénes son los sujetos que los violan y preservan y quiénes no lo son, y de ahí evaluar las responsabilidades. Bajo una visión universalista y (neo)liberal, el mercado pugna por seguir acoplándolos a sus intereses y necesidades” (CELORIO, 2015, p. 67).

Al acercarse a la desigualdad y la violencia, al conflicto armado, a las violaciones de los DH y a las acciones colectivas que surgen de estos agravios, factores en los cuales el sector joven representa un elemento clave, las ciencias sociales necesitan un replanteamiento de métodos y perspectivas. Al respecto, la historia oral tiene un potencial importante para rescatar

las voces silenciadas e, inclusive, generar cambio social e imaginarios alternos. Lo siguiente, sin la pretensión de agotar el campo de estudio pero sí de señalar algunas pistas, constituye un esfuerzo de recopilación en este sentido.

3 HISTORIA ORAL Y CRISIS DE DERECHOS HUMANOS

En México, aún escasean los trabajos académicos sobre las voces silenciadas de la crisis de DDHH y el conflicto interno, pero abundan los trabajos periodísticos y divulgativos que, en ciertos casos, son insumos importantes para sucesivas investigaciones. Un ejemplo es el libro *Historia oral de una infamia. Los ataques contra los normalistas de Ayotzinapa* del periodista John Gibler (2015), una contribución única hasta la fecha, con testimonios de los sobrevivientes de la desaparición masiva forzada de 43 estudiantes de la escuela normal de Ayotzinapa, Guerrero, la noche del 26-27 de septiembre de 2014: al entrelazar testimonios con maestría tejedora, el autor evidencia la relación entre narraciones individuales y macro-estructuras, entre la desaparición forzada como estrategia de terror y los poderes legales e ilegales que la implementan. El libro sugiere claves de lectura ignoradas por la investigación oficial y constituye una buena materia prima sobre el caso. Asimismo, la novela de Tryno Maldonado (2015), *Ayotzinapa 43. El rostro de los desaparecidos*, se escribió *en el campo*, pues el autor vivió cuatro meses en la Escuela Normal Rural de Ayotzinapa, y representa una narrativa contra el olvido de gran valor histórico y analítico, aunque no se concibió como un documento académico sino literario.

A partir de 2011 el Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad se organizó en torno a la figura del poeta y periodista Javier Sicilia y logró una visibilidad internacional imponente, al conformar un movimiento que supo nombrar y dar voz a las víctimas de la *narcoguerra* y las violencias pública y privada, empoderándolas y permitiendo el rescate de las versiones silenciadas por un gobierno y una opinión pública sumidos en retóricas belicistas y de criminalización de las víctimas y de los jóvenes del país (BATAILLON, 2015). El movimiento también influyó en la agenda legislativa, impulsando

la iniciativa de la Ley de Víctimas y después las iniciativas y protestas para su implementación, financiación y perfeccionamiento.

Ante esto las potencialidades de la historia oral, un método adecuado para considerar *la voz de los sin voz*, la historia *desde abajo* (SHARPE, 2003) y la historia viva en la memoria, pueden aprovecharse tomando como referentes *naturales* los trabajos sobre el conflicto colombiano (NOVOA; ESCAMILLA, 2017) y la dictadura en Argentina (1976-1983) (GUDELEVICIUS; MENENDEZ, 2008; DELGADO, 2006). En México los trabajos académicos de la antropóloga Robledo (2017) sobre la lucha por el reconocimiento y la búsqueda de los familiares de desaparecidos en Tijuana ante el agravio, a raíz de la escalada de violencia y la *guerra al narco* después de 2007, son un antecedente destacado y analizan el duelo como proceso sociopolítico y motor de la acción colectiva con base en un extenso trabajo de campo iniciado en 2007. En Tijuana y en varios movimientos de víctimas, es válida la aseveración de Wallerstein:

no se puede decir que sea el grado de opresión. Ante todo, éste suele ser una constante y por consiguiente no explica por qué las personas que se movilizaron en Tiempo Dos no se habían movilizado en Tiempo Uno. Además, con mucha frecuencia la represión aguda funciona, impidiendo que los menos audaces estén dispuestos a participar activamente en el movimiento. No, lo que moviliza a las masas no es la opresión, sino la esperanza y la certeza –la creencia en que el fin de la opresión está cerca y que un mundo mejor es realmente posible” (WALLERSTEIN, 2002, p. 29).

Sobre el olvido social o *institucionalmente conveniente* sobre la desaparición forzada en la época de la *Guerra sucia* (1968-1982), que inauguraron la movilización de familiares, Oikión (2016) señala que “el silencio y el olvido han sido utilizados por el Estado mexicano para edificar una narrativa oficial que desvanece y suprime el periodo de la lucha armada de los grupos de autodefensa guerrillera de los años sesenta y setenta del siglo XX en Guerrero; dicha narración difumina y encubre la represión y el terrorismo al fueron sometidos no sólo sus militantes sino comunidades enteras”: la frase encaja en el contexto actual y abre pistas para la investigación y la reconstrucción de la memoria contra ese olvido.

Sobre la década de 1970, cuando en Latinoamérica se extendió la práctica de la desaparición forzada como violencia política de Estado, hay, desde luego, muchos trabajos, pero algunos pueden aportar más al entendimiento del caso mexicano. El de Crenzel (2010), que rescató entre vecinos del Hospital Posadas en la provincia de Buenos Aires las memorias sobre violencias de Estado y desapariciones en la dictadura militar, cuando el Hospital funcionó como Centro Clandestino de Detención y allí convivieron las actividades de cuidado de la salud junto a torturas y asesinatos. El texto ahonda en los nexos entre sociedades civiles y regímenes en los que se cometieron violencias extremas y pretende contrastar el discurso oficial que afirma, a partir del informe *Nunca más* de 1984, elaborado por la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep) instituida por el Presidente Raúl Alfonsín, la ignorancia y ajenidad de la sociedad argentina acerca de las desapariciones forzadas, que es un proceso evidente hoy en México. Según el mismo enfoque, otros autores han estudiado crímenes de lesa humanidad, el régimen de terror, las ejecuciones masivas y las violaciones a DH en la Alemania nazi (JOHNSON; HEIZREUBAND, 2006) y en la Polonia dominada por los nazis (BROWNING, 1992), el tema de la información y la censura acerca de la “Solución Final” de Hitler (LAQUEUR, 1980) y el conflicto armado interno y la política de reconciliación en Perú (THEIDON, 2004).

Otras investigaciones, útiles para la realidad mexicana actual, se centran en los modos de normalización del terror y de deslinde de perpetradores e individuos ajenos a los hechos, a través del proceso de culpabilización de las víctimas, análogo al de *criminalización* (MALAMUD, 2000); o bien, se enfocan en los modos de adaptación de la sociedad civil durante la dictadura argentina (VEZZETTI, 2002) y en la percepción de sus crímenes en la opinión pública, según el nivel de legitimidad que tenía el régimen en un momento determinado (NOVARO; PALERMO, 2002).

Destaca, asimismo, la presencia simultánea de un saber y no saber, de una suerte de negación social de algo que no podía, realmente, ocultarse o ignorarse: el sistema de detenciones ilegales y desapariciones (una “experiencia de campo de concentración”) (POLLAK, 1990) que la sociedad “eligió no ver” (CALVEIRO, 1995) o del cual no “tomó conciencia” (PIAGET, 1985). La negación (COHEN, 2001) de lo ocurrido es recurrente asimismo

en testimonios de familiares de desaparecidos mexicanos. Finalmente, cabe destacar el proceso de adquisición y procesamiento del conocimiento, basado en nexos de causalidad, ideas y representaciones, estructuras, prácticas sociales y valores que explican y dan sentido a la realidad (MANNHEIM, 1993) y en los marcos sociales de las memorias individual y colectiva (HALBWACHS, 2004; HUICI, 2002; GREEN, 2004).

Ante estas dinámicas, las víctimas y la población han recurrido tanto a formas de acción colectiva como de resistencia y afrontamiento, siendo éste un conjunto de “procesos cognitivos y conductuales constantemente cambiantes que se desarrollan para manejar las demandas específicas externas y/o internas que son evaluadas como excedentes o desbordantes de los recursos del individuo” (LAZARUS; FOLKMAN, 1986, p. 164).

¿Cómo fueron afectados los ciudadanos comunes en México por la violencia derivada de la guerra contra el narcotráfico, emprendida por Felipe Calderón durante su sexenio? Es a partir de esta pregunta central que arranca el trabajo de investigación de Bautista (2017), titulada *El murmullo social de la violencia en México*, sobre los cambios profundos en la vida cotidiana de millones de mexicanos y mexicanas que no aparecen en los registros de víctimas, asesinatos y desaparecidos de los últimos once años pero son afectados y han desplegado tácticas mínimas de supervivencia frente a la violencia y las desigualdades crecientes. Desde la perspectiva de la comunicación y el análisis del discurso y con el auxilio de las categorías de *experiencia*, *murmullo social* y *táctica/estrategia*, la obra, única por su profundidad en la temática tratada y la metodología utilizada, explora las experiencias vividas por las personas en el contexto de la *narcoguerra* y sus formas de responder ante él, a través de la recuperación del punto de vista de los sujetos, vertido en testimonios mediante entrevista en profundidad (BAUTISTA, 2017, p. 11-12).

A partir de los ejemplos y del estado del arte mencionados, aparece más claramente la potencialidad de la historia oral, hacia la cual aumentó el interés académico desde distintas ciencias sociales en el último cuarto del siglo pasado, de la mano con la emersión del enfoque de la *historia del tiempo presente* (o *historia inmediata* o *reciente*): éste explota plenamente la posibilidad de entrevistar a informantes y testigos directos de la historia y, aunque la fuente generada representa recuerdos y percepciones narra-

das de los acontecimientos, se abre una importante opción epistemológica para trabajar con la memoria, develando la conexión e interacción entre la memoria individual y la colectiva, confrontando relatos y experiencias del pasado y posibilitando así “el estudio de la relación entre historia y memoria” (SAUVAGE, 1998, p. 17) para la construcción de un nivel *micro* esencial para la mejor comprensión de estructuras, mecanismos y motivaciones en la historia.

Entonces, la importancia de rescatar el relato oral y otras fuentes distintas para la historia, sobre todo la social, para reescribirla en parte o ponerla en tela de juicio, viene siendo fundamental para toda América Latina, un territorio de contrastes e historias olvidadas, en el cual no sólo los códigos escritos y los grandes acontecimientos registrados están “capacitados” para describir y desentrañar la realidad, sobre todo en lo que se refiere a los sectores marginales de la sociedad: es ésta la visión de “historiadores comprometidos con nuestro tiempo y espacio”, tal como la detalla la misión de la Red Latinoamericana de Historia Oral (RELAHO, 2013). La concepción presentista, en evolución a partir del último tercio del siglo XX, impactó en la manera de hacer y estudiar historia, por lo que un momento importante fue la fundación en 1978 en París del Instituto de Historia del Tiempo Presente por auspicio de François Bédarida. El historiador del tiempo presente por un lado comparte ciertos métodos y técnicas con los periodistas y con otros científicos sociales, pero por otro cuenta con elementos propios y su “presentismo” no se reduce a la redacción de una nota sino a la construcción de un sentido profundo de la historia reciente, hecha mediante el uso más intenso de fuentes orales y del método de la historia oral, la reintroducción de la *longue durée* en el contexto del tiempo presente, la develación de las conexiones entre vida cotidiana y persistencias o continuidades, los acercamientos comparativos y multidisciplinarios que permiten trabajar con las demás ciencias sociales (BÉDARIDA, 1998).

4 A MANERA DE CONCLUSIÓN

Para la historia oral y el enfoque de la historia del tiempo presente en que muchas veces se inscribe, “el deber del historiador es no dejar esa

interpretación del mundo contemporáneo a otros, bien sean los media o los periodistas (por no hablar de los propagandistas), o bien las otras diversas ciencias sociales” (BÉDARIDA, 1998, p. 23). Una cita permite elucidar la pista metodológica que aquí se plantea para el uso de la historia oral en el estudio y el rescate de la memoria de las violaciones a los DH, en un contexto de violencias y mayores desigualdades que en México repercuten particularmente contra la población joven y de las capas más humildes:

El trabajo con relatos de vida de grupos familiares de desaparecidos nos permitió reflexionar, en primer lugar, sobre dos dimensiones de la memoria, la individual y la colectiva y el modo en que éstas se articulan en la trama social. Los procesos de la memoria son sociales, es decir, la gente recuerda solamente los acontecimientos que ha repetido y elaborado en sus discusiones con otros. Como planteara Maurice Halbwachs, es en la sociedad donde la gente adquiere sus memorias. Es también en la sociedad donde ellos vuelven a recordar, reorganizar y localizar sus memorias. Sin embargo, como los testimonios están contruidos no sólo por hechos históricos sino fundamentalmente por el impacto que esos hechos han tenido, las experiencias extremas nos permiten reflexionar sobre la necesidad de que la historia recupere tanto los hechos del pasado como su representación. Además, permite a los testigos revelar a todo el mundo el daño que sufrieron en silencio (Gudelevicius & Menendez, 2008:18).

Yendo más allá de los datos agregados y cuantitativos, para acercarse a estas realidades sociales y las crisis que está experimentando una generación entera, que forman un verdadero rompecabezas de experiencias traumáticas, de memorias y de respuestas individuales y colectivas, se ha planteado la opción de trabajar con metodologías cualitativas de investigación. En especial, se ha destacado la historia oral como soporte para la construcción de una historia del tiempo presente que sepa mediar entre la inmediatez y sucesión masiva de la información y de las versiones oficiales, para no dejar sólo al periodismo y al discurso emanado desde el poder, que a menudo criminalizan a la juventud y a las víctimas en general, la tarea de construir fuentes históricas y elaborar narrativas sobre la historia reciente. Ésta inevitablemente estará marcada por coyunturas y estructuras que han de ser develadas, analizadas,

interpretadas y organizadas en un constructo creador de sentido para todos los actores sociales involucrados en la restitución de una memoria histórica que sirve a los jóvenes de hoy y de mañana. Mediante el compromiso con los sujetos que en México, pero también en otras regiones de Latinoamérica, viven, reflejan y condicionan los procesos sociales relacionados con la defensa de los derechos humanos, es como las ciencias sociales pueden contribuir a comprender y reconstruir el tiempo presente, ante la creciente complejidad y heterogeneidad de fenómenos, actores, causalidades y posibles explicaciones.

Cabe mencionar, sin pretensiones de exhaustividad, también el tema del afrontamiento, concepto de la psicología social que se refiere a acciones y pensamientos para el manejo de situaciones difíciles y se define como “aquellos procesos cognitivos y conductuales constantemente cambiantes que se desarrollan para manejar las demandas específicas externas y/ o internas que son evaluadas como excedentes o desbordantes de los recursos del individuo” (LAZARUS; FOLKMAN, 1986, p. 164). La historia oral, frente a violaciones de derechos humanos, violencias y desigualdades, puede actuar como mecanismo de afrontamiento.

Tras acontecimientos colectivos altamente traumáticos hablar, compartir con los demás la experiencia, sentimientos e información tratando de buscar comprensión y conocer otras formas de abordar los hechos, fomentaría la percepción de gratificación individual en base a la vivencia de afectos positivos y de integración social, mejorando también las creencias en torno a uno mismo (PÁEZ; CAMPOS, 2009, p. 317).

Finalmente, la reconstrucción de la memoria histórica es un componente del bienestar sicosocial porque identifica los responsables; considera daños y pérdidas de seres humanos y bienes significativos; recuperar las biografías de víctimas directas e indirectas, junto a su dignidad, y las conceptualiza como sujetos de derechos vulnerados por otros; crea vínculos con personas que han vivido algo parecido y comprensión sobre las respuestas a una violación de DH como búsquedas y reacciones normales ante eventos que no debería sucederle a nadie; apoya en la narración del conflicto, en aliviar la carga del silencio mediante procesos de duelo y olvido (SÁNCHEZ, 2009, p. 68-69).

REFERENCIAS

- Alba, F. El uso político de los dividendos demográficos. **Este país**, n. 218, p. 4-10, mayo 2009.
- BATAILLON, G. Las formas de la violencia en México: narcotráfico y corrupción. **Nueva Sociedad**, 54-68, ene-feb 2015.
- BAUTISTA Arias, M. **El murmullo social de la violencia en México. La experiencia de los sujetos afectados por la guerra contra el narcotráfico**. Cd. de México: Universidad Autónoma Metropolitana – CESOP - Cámara de Diputados, 2017.
- BÉDARIDA, F. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de historia contemporánea**, p. 19-27, 1998.
- BROWNING, C. **Ordinary Men. Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland**. Nueva York: HarperCollins, 1992.
- CÁLIX, J. Los enfoques de desarrollo en América Latina – hacia una transformación social-ecológica. **Análisis**, Fundación Friedrich Ebert Stiftung, México, n. 1, 2016. Disponible en: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mexiko/12549.pdf>>. Acceso em: 28 set. 2018.
- CALVEIRO, P. **Poder y desaparición: campos de concentración en Argentina, 1976-1980**. Tesis de Maestría en Ciencia Política. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.
- CAMPA, H. En este sexenio, 13 desaparecidos al día. **El país de los desaparecidos-Revista Proceso**, 2014. Disponible en: <<http://desaparecidos.proceso.com.mx/2/>>. Acceso em: 28 set. 2018.
- CELORIO Suárez, M. Frente a la política global, ¿violación o desposesión de derechos humanos? **El Cotidiano**, 194, p. 65-78, nov./dic. 2015.
- COHEN, S. **States of Denial. Knowing about Atrocities and Suffering**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CONEVAL. **Medición de la pobreza 2008-2016, recuperado el 10/05/2018**. 2016.
- CORDERA, R. **La perenne desigualdad**. México: FCE, 2017.
- CRENZEL, E. Memorias de las desapariciones. Los vecinos del Centro Clandestino de Detención del Hospital Posadas, Buenos Aires, Argentina. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 88, p. 79-99, 2010.

DELGADO SAHAGÚN, C. **HAL archives-ouvertes**. Análisis del testimonio como fuente oral: género y memoria. 2006. Disponible em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00104016/document>>. Acceso em: 28 set. 2018.

ENGLAND, S. ‘Worse than the War’: Experiences and Discourses of Violence in Postwar Central America. **Latin American Perspectives**, v. 39, n. 6, p. 245-252, nov. 2012.

ESCAMILLA MÁRQUEZ, D. A.; NOVOA SANMIGUEL, L. D. del P. Conflicto y memoria: trayectorias de vida como metodología para comprender el conflicto armado colombiano. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, v. 8, n. 1, p. 65-87, ene./jun. 2017

GARCÍA HERNÁNDEZ, J. L. **El homicidio en México se ensaña con los jóvenes y las mujeres de 15 a 29 años; son 35.7% del total**. Sin Embargo, 29 de octubre de 2017. Disponible en: <<http://www.sinembargo.mx/24-10-2017/3334369>>. Acceso em: 28 set. 2018.

GIBLER, J. **Historia oral de la infamia**. Los ataques contra los normalistas de Ayotzinapa. Cd. de México: Grijalbo Sur+, 2015.

GILLY, A. **El tiempo del despojo**. Poder y territorio. 2013. Disponible em: <<http://www.sinpermiso.info/sites/default/files/textos//gily.pdf>>. Acceso em: 10 maio 2018.

GREEN, A. Individual Remembering and “Collective Memory”: Theoretical Proposition and Contemporary Debates. **Oral History**, v. 32, (2 Memory and Society), p. 35-44, 2004.

GUDELEVICIUS, M.; MENENDEZ, M. Historia Oral, memorias y subjetividades de la última dictadura argentina. Reflexiones a partir de estudios de casos. In: Jornadas de Sociología de la UNLP, V. **Cambios y continuidades sociales y políticas en Argentina y la región en las últimas décadas. Desafíos para el conocimiento social**. La Plata, Argentina: UNLP, 2008.

HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos, 2004. Disponible em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza_2016.aspx>. Acceso em: 28 set. 2018.

IBARRA, D. **Derechos humanos y realidades sociales**. Cd. de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Cátedra Extraordinaria Raúl Prebisch, 2007.

ILLADES, C.; SANTIAGO, T. **Estado de guerra. De la guerra sucia a la narco-guerra**. México: Era, 2015.

INEGI. **Censo general de población y vivienda**. 2010.

INEGI. **Censo general de población y vivienda**. 2010.

JÍMENEZ-BAUTISTA, F. (2012). Conocer para comprender la violencia: origen, causas y realidad. **Convergencia, Revista de Ciencias Sociales**, v. 58, UAEM, p. 13-52, 2012.

JOHNSON, E.; HEIZREUBAND, K. **What Ke Knew. Terror, Mass Murder and Everyday Life in Nazi Germany**. Nueva York: Basic Books, 2006.

LAQUEUR, W. **The Terrible Secret: An Investigation into the Suppression of Information about Hitler's "Final Solution"**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1980.

LAZARUS R.S.; FOLKMAN S. *Estrés y procesos cognitivos*. Barcelona: Martínez Roca, 1986.

MALAMUD GOTI, J. **Terror y justicia en la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2000.

MALDONADO, T. **Ayotzinapa 43. El rostro de los desaparecidos**. Ciudad de México: Planeta, 2015.

MANNHEIM, K. **Ideología y utopía. Introducción a la sociología del conocimiento**. México: FCE, 1993.

MARIEZKURRENA ITURMENDI, D. (2008). La historia oral como método de investigación histórica. **Gerónimo de Uztariz**, v. 23-24, p. 227-233, 2008.

MARTÍNEZ, P. Esclavos del narco: profesionistas forzados. **Animal Político**, oct. 2012. Disponible en: <<https://www.animalpolitico.com/2012/10/esclavos-del-narco-los-esclavos-especializados/>>. Acceso em: 28 set. 2018.

MEDINA, G. **#YoSoy132: jóvenes trastocando la política posible**. Fundación Heinrich Böll Stiftung, 2012. Disponible en: <https://mx.boell.org/sites/default/files/yo-soy132_medina.pdf>. Acceso em: 28 set. 2012.

MONTOYA GARCÍA, V. Ayotzinapa, el bono demográfico y los jóvenes. **Boletín del Seminario de Análisis Regional y Estudios Espaciales**, "Ciudades y Regiones", México, n. 12, mar./abr. 2015.

MORENA. Programa del Movimiento de Regeneración Nacional (MORENA). **Por qué luchamos**. 2018. Disponible en: <<https://lopezobrador.org.mx/wp-content/uploads/2013/02/Programa-MORENA.pdf>>. Acceso em: 28 set. 2018.

MURUYAMA, C. Juventud y crisis: ¿hacia una generación perdida?, **Economía UNAM**, v. 7, n. 20, 71-78, may/ago. 2010.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **La dictadura militar 1976/1983**. Del golpe de Estado a la restauración democrática. Buenos Aires: Paidós, 2002.

OIKIÓN SOLANO, V. Dilucidar el laberinto de la desmemoria en la historia reciente. La Comisión de la Verdad del estado de Guerrero. **Cuicuilco**, v. 65, p. 41-70, ene./abr. 2016.

PÁEZ, D.; CAMPOS, M. (2009). Estrategias de afrontamiento individuales y colectivas ante hechos traumáticos causados por el terrorismo: revisión sobre el atentado del 11-M en España. In: MARKEZ ALONSO, I.; FERNÁNDEZ LIRIA, A.; PÉREZ-SALES, P. (Eds.). **Violencia y salud mental. Salud mental y violencias institucional, estructural, social y colectiva**. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2009. p. 311-326.

PALEY, D. M. **Capitalismo antidrogas. Una guerra contra el pueblo**. México: Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos y Libertad bajo palabra, 2018.

PIAGET, J. **La toma de conciencia**. Madrid: Morata, 1985.

POLLAK, M. **L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale**. París: Métailié, 1990.

RAMÍREZ ZARAGOZA, M. A. (2016). "Movimientos sociales en México durante la alternancia política 2000-2012". In: RAMÍREZ ZARAGOZA, M.A. (Coord.). **Movimientos sociales en México. Apuntes teóricos y estudios de caso**. Cd. de México: UAM-RED Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales, 2016. p. 345-386.

RESTREPO, E. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas**. Bogotá: Envión Ed. Pontificia Universidad Javeriana, 2016.

ROBLEDOS, C. **Drama social y política del duelo: las desapariciones de la guerra contra las drogas en Tijuana**. Cd. de México: Colmex, 2017.

SÁNCHEZ GÓMEZ, G. (Coord.). **Recordar y narrar el conflicto. Herramientas para reconstruir memoria histórica**. Colombia: Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación-CNRR, 2009

SAUVAGE, P. Una historia del tiempo presente. **Historia Crítica**, v. 17, p. 59-70, jul./dic. 1998.

SCHEDLER, A. **En la niebla de la guerra. Los ciudadanos ante la violencia criminal organizada.** Cd. de México: CIDE, 2015.

SHARPE, J. Historia desde abajo, en P. Burke. **Formas de hacer historia.** Madrid: Alianza Universidad, 2003. p. 39-56.

THEIDON, K. **Entre prójimos. El conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Perú.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004.

VEZZETTI, H. **Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

VILLEGAS, P. El escepticismo de los jóvenes mexicanos por la política favorece a AMLO. **The New York Times**, jun. 2018. Disponible en: <<https://www.nytimes.com/es/2018/06/26/mexico-voto-joven-amlo/>>. Acceso em: 28 set. 2018.

WALLERSTEIN, I. **Conocer el mundo, Saber el mundo. El fin de lo aprendido. Una ciencia social para el siglo XXI.** México: Siglo XXI, 2002.

FABRIZIO LORUSSO

Académico del Depto. de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad Iberoamericana León, México; Maestro en Administración de Empresas (Univ. L. Bocconi de Milán); Maestro y Doctor en Estudios Latinoamericanos (Unam, México).

Este livro foi composto nas tipologias Encode Sans Narrow e Minion Pro, impresso em cartão 250g e papel Offset 75g certificados, provenientes de florestas que foram plantadas para este fim, e produzido com respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Publique seu livro. Viabilizamos seu projeto cultural!

Visite nossa home page:

www.ithala.com.br

Organizadoras

Lila Cristina Xavier Luz

Olívia Cristina Perez

Rossana Marinho

Colaboradores

Alexandre Barbosa Pereira

Ana Joaquina Teles

Carla Coelho de Andrade (*in memoriam*)

Christian Amaury Ascensio
Martínez

Daniel Galeno Machado

Danielle Maria da Costa Marques
Sampaio

Edwin Gerardo Guzmán Molina

Fabrizio Lorusso

Filadelfia Carvalho de Sena

Francisco Lima

Francisco Weriques Silva Sales

Iara Cavalcante Melo

José Jackson Coelho Sampaio

Lila Cristina Xavier Luz

Olívia Cristina Perez

Rossana Maria Marinho
Albuquerque

Tayná Egas Costa

Valéria Silva

O livro *Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades* trata da relação das juventudes com a escola, com o lazer, com a política e construção das subjetividades dos jovens. A obra foi organizada por pesquisadoras vinculadas a Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Mestrado em Sociologia e em Ciência Política e aos núcleos de pesquisa Nupec (Núcleo Pesquisa sobre Criança, Adolescentes e Jovens) e Engendre (Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento).

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) por meio do edital de auxílio à publicação científica. Após análise por comitê técnico acerca da relevância e pertinência da obra, foi concedido financiamento. Agradecemos também a Editora Universitária da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI), que analisou o mérito da obra e contribuiu para sua publicação. Além desses apoios, deve-se destacar que os capítulos do livro são frutos de pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes de programas de pós-graduação de diversas regiões do Brasil e da América Latina, que contaram com financiamentos.

As organizadoras

O livro *Juventudes, Subjetividades e Sociabilidades*, organizado por Rossana Marinho, Lila Cristina Xavier Luz e Olívia Perez é uma coletânea que apresenta doze contribuições que proporcionam um rico e diversificado panorama de questões fundamentais sobre os modos de ser jovem no mundo atual. A maioria dos textos traz o contexto das juventudes no estado do Piauí. No entanto há contribuições de outras localidades brasileiras, como Brasília, e mesmo de outros países da América Latina, como Colômbia e México. Dividido entre quatro temas, Escola, Subjetividades, Lazer/Sociabilidade e Política, o livro apresenta discussões bastante atuais e relevantes para o contexto brasileiro e latino-americano.

Alexandre Barbosa Pereira



ISBN 978.85.509.0414.6

